

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOAFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas

Universidade Estadual da Paraíba (UEBPB)
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/2654942987139603>

André Monteiro Moraes

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/9610990840761763>

Analice Barreto de Moura Costa Freitas

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN)
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/0200843253995413>

RESUMO: O presente trabalho pauta-se na busca do entendimento acerca das determinações objetivas do processo de construção da razão, seus fundamentos e formas de expressão na sociedade burguesa. A análise é desenvolvida a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético numa construção teórica em que se pretenda apresentar o Serviço Social e distorções imbricadas na relação teoria-prática.

PALAVRAS-CHAVE: Ontologia. Racionalidade Burguesa. Serviço Social.

ONTOLOGICAL FOUNDATIONS OF DECADENT BOURGEOIS RATIONALITY AND THE SOCIAL WORK

ABSTRACT: The presente work is based on the search for understanding about the objective

determinations of the process of construction of reason, its foundations and forms of expression in bourgeois society. The analysis is developed from the perspective of the dialectical gistorical materialism in a theoretical construction in which Social Work is intended to presentand and distortions imbricated in the relation theory-parctice.

KEYWORDS: Ontology. Bourgeois Rationality. Social Work.

1 | INTRODUÇÃO

“Assim, se a tarefa ideológica da burguesia revolucionária fora a conquista da realidade por uma razão explicitada em todas as suas determinações, essa tarefa – na época da decadência – consiste precisamente em negar ou limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens” (COUTINHO, 2010, p. 23).

A citação de Coutinho, mais do que demarcar a particularidade da razão humana no marco da decadência ideológica da burguesia, nos confirma um pressuposto fundamental: tal como várias outras dimensões da vida humana, também a relação da razão com a realidade perpassa o entendimento de suas determinações, que encontram-se centralmente na vida objetiva dos homens, ou, mais precisamente, no modo como se organiza a produção da vida material destes, no trabalho.

Esse é o pressuposto que guia todo o percurso teórico desenvolvido nesta breve

análise que pretende apresentar os fundamentos ontológicos da tensa relação do Serviço Social com as teorias, que de forma recorrente tem levado à falsa dicotomia de que na prática a teoria é outra entre outras distorções.

Para tal, fez-se necessário, nos dois primeiros itens do presente artigo, buscar o entendimento acerca das determinações objetivas do processo de construção da razão, seus fundamentos e formas de expressão, especialmente na sociedade burguesa. A análise é, portanto, desenvolvida a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético e objetiva situar, ontologicamente, os desafios a serem analisados na sequência.

Outrossim, nos itens subsequentes, propõe-se a análise do Serviço Social em meio à esta complexa relação razão-realidade, considerando-se suas particularidades históricas e relacionando-o ao processo de construção de um projeto profissional crítico da profissão.

Por conseguinte, o presente texto pretende abordar, no marco da realidade contemporânea, a particularidade dos desafios teórico-metodológicos postos ao Serviço Social – e seus desdobramentos em outras dimensões profissionais, em meio às mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, que impõem importantes alterações no mundo do trabalho e na organização do ensino superior brasileiro, especialmente no que diz respeito à formação em Serviço Social e o exercício profissional dos assistentes sociais, que repõem e adensam, diuturnamente, os desafios de outrora.

2 | TRABALHO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE HUMANA

Para elaborarmos quaisquer análises acerca da racionalidade humana, há que se recuperar a centralidade de seu fundamento ontológico: o trabalho. A ontologia lukásiana, que nos permite compreender, entre outros, a sociabilidade e subjetividade humana em suas múltiplas e complexas formas, funda-se sobre o pressuposto marxiano elementar: “os homens apenas podem viver se efetivarem uma contínua transformação da natureza” (LESSA, 1996, p. 03).

A centralidade ontológica do trabalho explica-se, por um lado, pois “qualquer que seja a forma de sociedade, o trabalho concreto, produtor de valores de uso, é condição da existência humana” (FORTI; GUERRA, 2009, p. 14). Ou seja, para a reprodução de sua vida biológica, é requisito que o homem trabalhe.

Por outro lado, este trabalho que opera transformações na natureza para atenção das necessidades humanas, opera simultaneamente transformações no sujeito que trabalha. Isto, pois, estas ações são teleologicamente postas. Tudo o que os homens fazem é resultado de um raciocínio que é capaz de antecipar os objetivos da ação e criar as expectativas de seu resultado.

Isso significa que o ser humano possui uma capacidade que o diferencia de todos os outros seres vivos, a capacidade teleológica. De realizar, antes em sua mente, o que

se pretende tornar real. Isso o distingue essencialmente dos outros animais, que embora operem transformações na natureza, o fazem por um imperativo biológico puramente instintivo.

Outra mediação fundamental deste processo, é que o trabalho humano apenas pode ocorrer no interior de relações sociais. A produção das condições para existência e reprodução da vida humana requer a cooperação para que seja possível a produção dos bens necessários. Desse modo, trabalho e sociabilidade são dois complexos sociais inseparáveis.

Soma-se a isso a capacidade humana de falar, escrever e, portanto, comunicar-se e acumular conhecimentos, tornando possível o permanente desenvolvimento e melhoramento de seu relacionamento com a natureza, no sentido de utiliza-la a seu favor, dominá-la, tornando-se cada vez menos vulnerável a esta.

Em síntese, é o trabalho que funda todos os complexos que envolvem a sociabilidade humana, fazendo com que os homens diferenciem-se do mundo orgânico e demarcando seu salto para um ser social. Destaca-se, entretanto, que na relação dialética, há uma hierarquia ontológica clara da realidade como pressuposto do entendimento do ser social na perspectiva do materialismo histórico dialético.

Assim, embora o ser humano tenha a capacidade de formular objetivos e metas no campo da consciência, antes de sua intervenção no real, ideias são formuladas a partir do que existe na realidade, do que a consciência humana é capaz de entender e interagir, posto que o homem só transforma o que existe.

“[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47)

Deste modo, entende-se que a premissa marxista de que é o trabalho que funda o ser social e seus múltiplos complexos – linguagem, cultura, valores, subjetividade, etc. – explica, também, as formas de racionalidade humana ao longo das mais diversas formas de sociabilidade. Pois, “o conhecimento teórico emerge do processo histórico-social como resultado elaborado das atividades humanas dirigidas à satisfação de necessidades materiais e espirituais” (FORTI; GUERRA, 2009, p. 13).

Situa-se ontologicamente, então, o problema em tela: as formas de racionalidade típicas da sociedade burguesa decadente, que abordaremos a seguir, encontram sua explicação na forma como os homens organizam sua produção material da vida neste

modo de produção.

3 I A RAZÃO MODERNA: DA ASCENSÃO À CRISE DA FILOSOFIA BURGUESA

Dados os pressupostos anteriormente expostos, cabe a tarefa do entendimento acerca do problema da racionalidade e do conhecimento nos marcos do modo de produção capitalista, ou seja, os fundamentos ontológicos do surgimento e crise da razão moderna.

Ao nos referirmos à razão moderna, falamos destacadamente do resultado de um longo e rico processo de revoluções científicas que marcaram os idos anos entre os séculos XVI e XVII. Estas revoluções, que tiveram como avanços inicialmente, sobretudo, as descobertas nas áreas hoje entendidas como ciências naturais e exatas, protagonizados por expoentes como Galileu Galilei, demarcam um processo histórico-social de extrema relevância na história da humanidade.

Inicia-se o período que identificamos como a era do primado da razão e “caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética” (COUTINHO, 2010, p. 20). Essa era rompe significativamente com a tradição secular em que o predomínio do entendimento do mundo, da natureza e do homem dava-se por meio da fé e da religião.

O conhecimento humano começa a jogar luz sobre as trevas que se expressavam hegemonicamente em concepções dogmáticas e restritas de mundo, não por acaso, em um período de amplo desenvolvimento das forças produtivas e mudanças nas formas da produção da vida material humana, ou seja, a “razão moderna é suportada pela objetividade e processualidade que ela verifica e reconstrói na realidade” (NETTO, 1994, p. 28). Cabe destacar que as mudanças assinaladas repercutirão não apenas “no campo epistemológico, mas também na economia, na política, na ética e na estética” (SIMIONATTO, 2009, p. 01).

Assim é que na transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista,

[...] a burguesia era a porta-voz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e conseqüente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana” (COUTINHO, 2010, p. 22).

A história da razão moderna, entretanto, não se constitui apenas de um movimento progressivo. Entende-se que, dadas as condições materiais, há uma primeira etapa progressista, conforme assinalada acima, que inicia-se nos pensadores renascentistas e que tem seu último e máximo expoente em Hegel.

Hegel sintetiza e eleva as conquistas de todo esse período em três categorias fundamentais: o Humanismo – entendimento de que o homem é produto de sua história coletiva; o Historicismo – que observa o caráter ontológico da realidade; e a Razão dialética – perspectiva metodológica de entendimento do real como processualidade e unidade de

contrários e a possibilidade de apreensão subjetiva da objetividade (COUTINHO, 2010).

Posteriormente, os avanços que denotam essa etapa progressista da filosofia burguesa, são substituídos pelo período de decadência ideológica, ou da “miséria da razão”, nos termos de Coutinho (2010). Cronologicamente, a decadência tem início no segundo quartel do século XIX, quando o proletariado torna-se classe para si, colocando-se em defesa de interesses antagônicos aos da burguesia, delineando novos traços à luta de classes e impondo o fim da suposta representatividade burguesa de interesses universais.

O período da decadência é caracterizado, hegemonicamente, pela limitação ou negação da razão e o abandono parcial ou total da cientificidade. Outras características podem ser assinaladas: o acentuamento da divisão social do trabalho expressa-se também na intensiva especialização das ciências, dificultando a generalização dos conhecimentos; categorias centrais para o entendimento do homem, como ontologia e ética, são expurgadas dos debates científicos. Tidas como categorias “irracionais”, acabam se transformando em matéria da ideologia burguesa. Aliás, este é um traço comum da decadência filosófica da burguesia: muito do que aparece como “ciência”, na verdade, trata-se de pura ideologia e justificação teórica da realidade, na perspectiva do conformismo e da resignação. No processo de ideologização das ciências surge individualismo, historicismo subjetivista e o irracionalismo (COUTINHO, 2010).

Uma das mais importantes correntes filosóficas produto da decadência e que possui grande influência nos primórdios do Serviço Social é o positivismo. Concebendo os fenômenos sociais como imutáveis, e seus males inevitáveis, cabe aos sujeitos – e ao pesquisador – um claro papel de resignação e conformação. É por isso que de forma bastante sintética Durkheim, provavelmente o principal representante desta corrente sociológica, afirma que o positivismo “[...] não tem nada de revolucionário, pelo contrário, ele é essencialmente conservador, porque considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais maleável que seja, não pode ser modificada pela vontade humana” (apud LÖWY, 2008, p. 48).

Dessa forma, o positivismo apresentou-se como uma das teorias sociais que embasaram os primeiros passos da construção de um referencial teórico para o Serviço Social brasileiro. Ambos, o positivismo e o Serviço Social, possuem raízes conservadoras que se expressam, entre outras formas, por meio da naturalização da existência da pobreza. Com um projeto profissional enraizado no conservadorismo, ligado à Igreja Católica, os assistentes sociais brasileiros partiam, na origem da profissão, do pressuposto de que as desigualdades sociais eram naturais e, portanto, insuperáveis. Esta complexa relação entre a miséria da razão e o Serviço Social é o que abordaremos a seguir.

41 UM BREVE RESGATE DA TRADIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

A direção teórico-política hegemônica do Serviço Social brasileiro passou por inúmeras mudanças ao longo da história da profissão. Nota-se, entretanto, durante as primeiras décadas de existência da profissão (de 1930 a meados de 1960), um marcante traço comum: o compromisso sociopolítico com o conservadorismo (IAMAMOTO, 2011). Este traço comum foi a base de um fazer profissional comprometido com o projeto de sociedade das classes dominantes (PEREIRA, 2007).

O Serviço Social brasileiro surge com um propósito conservador, em um momento sócio histórico complexo, afetado pela luta de classes e pelo objetivo da burguesia, Estado e Igreja de doutrinação das massas operárias, que lutavam por direitos no processo de industrialização vivido pelo país neste momento. Sua origem explica-se, entre outros fatores, pela necessidade de intervenção ideológica das classes dominantes sobre a classe trabalhadora “a partir de sua inscrição em um projeto reformista conservador” (ORTIZ, 2005, p. 02).

Dessa forma, instala-se na profissão uma concepção de exercício profissional que almeja tratar os problemas sociais buscando soluções individuais, como se a pobreza, o desemprego e outras mazelas sociais fossem resultado de algum desajustamento individual ou familiar, e não um problema de fato social. Em consonância com uma visão completamente desconectada das causas das expressões da questão social, que busca resolver desajustamentos ocasionais, o fazer profissional do assistente social no período que antecede a renovação configurava-se hegemonicamente em um fazer fundamentalmente técnico-operativo que almejava um ajustamento social dos indivíduos, negando a necessidade da formação teórica para a intervenção profissional.

Estes são alguns dos elementos de sustentação do discurso e da prática dos assistentes sociais durante as primeiras décadas da profissão, que vão se expressar na busca pela resolução da “crise da profissão” pela via do maior aperfeiçoamento técnico-instrumental (IAMAMOTO, 2011), levando às diferentes fases de intervenção profissional. Seja a fase embrionária mais ligada à caridade, a fase posterior de busca pelo ajustamento individual e coletivo, ou ainda a tendência à psicologização das relações sociais. Em todas essas fases, até o período do Regime Militar, observa-se a prevalência da discussão da metodologia profissional, buscando encontrar e aperfeiçoar os traços peculiares da profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção (IAMAMOTO, 2011). Estas fases expressam a busca por encontrar no aperfeiçoamento profissional a resolução para os problemas com os quais o Serviço Social trabalhava.

Somente na década de 1970, após a Reforma Universitária de 1968, com a inserção do Serviço Social em ambientes universitários e, notadamente, com a conjuntura de lutas sociais e questionamentos ao regime militar, que sinalizou o início de um período de

profundos questionamentos quanto à direção social do Serviço Social (PEREIRA, 2007).

Assim, de um profissional incumbido de transformar demandas por direitos sociais em “desajustes” e/ou “patologias sociais” o assistente social passou a pautar-se pelo reconhecimento de uma sociedade dividida em classes sociais e pela condição estratégica da luta por direitos sociais. Deste modo, o processo de renovação profissional – possibilitado contraditoriamente, entre outros fatores, pelo Estado brasileiro por meio da laicização e expansão da profissão com a inserção do processo formativo em ambientes universitários – desencadeou um movimento de construção de um pluralismo teórico, ideológico e político profissional. Tal processo proporcionou, ainda, a construção de um projeto profissional cuja pauta, nos anos 1980, foi a de ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social (PEREIRA, 2007).

Este movimento de construção de um novo direcionamento teórico, ideológico e político na profissão apresenta sua ambiência sócio histórica, ideopolítica e cultural no avanço das lutas sociais dos anos 1980. Os avanços intelectuais pelos quais passou a profissão delegam o protagonismo, mas não exclusividade, dessas transformações à relação com a teoria marxista, pois são também parte de um movimento de avanço da consciência do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Importante notar que este processo de aproximação do Serviço Social com o materialismo histórico dialético é marcado, inicialmente, por uma série de imprecisões, dado que o primeiro contato ocorrerá pela via do “marxismo vulgar”, entendido como o pensamento de Marx tomado a partir de interpretações mais positivistas que marxianas (ORTIZ, 2005).

Na década seguinte, 1990, mantém-se o mesmo ritmo da intenção de ruptura com os ideais conservadores, em que observa-se os ganhos advindos do amadurecimento intelectual e político vivido pela profissão na década anterior (ORTIZ, 2005), consagrando importantes reformulações nos marcos regulatórios da profissão, como o Código de Ética profissional (1993), a Lei de Regulamentação (1993) e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares (1996) para o curso de Serviço Social nas universidades. Todas estas mudanças somam-se a muitas vitórias conquistadas pela classe trabalhadora num plano mais geral, tais como a Constituição de 1988 e seus desdobramentos nas políticas públicas, que também foram essenciais para a consolidação não só da profissão, mas para a efetivação dos direitos sociais.

A maturidade e os avanços da profissão esbarram, entretanto, no aprofundamento da crise do capital e suas nefastas consequências para a vida material dos trabalhadores, bem como para sua reprodução espiritual. Desafios estes que veremos no item seguinte.

51 DECADÊNCIA IDEOLÓGICA E SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS PROFISSIONAIS

A conjuntura dos anos 1990, com a queda do muro de Berlim, com o aprofundamento da crise de um projeto político de esquerda, em nível mundial e nacional, e a crescente falta de perspectiva societária e política, se agrava mediante um conjunto de medidas fundadas no neoliberalismo: contrarreforma do Estado e sucateamento dos serviços públicos. Tais questões formaram um consenso ideológico em torno da vitória do capitalismo e do “fim da história”.

O aprofundamento da crise do capital e a impossibilidade deste modo de produção em oferecer saídas objetivas para sua crise, colocam para o campo do conhecimento suas limitações estruturais, de modo que “a práxis humana tende a se objetivar contra os próprios homens, tende a se tornar uma objetividade alienada” (COUTINHO, 2010, p. 37).

Essa objetividade alienada, do ponto de vista da produção de conhecimentos, expressa-se na negação de paradigmas econômico-sociais, volta-se para perspectivas individualistas e culturalistas, propondo-se a entender o micro, a subjetividade desconectada da objetividade (SIMIONATTO, 2009). Afastando-se do entendimento da totalidade social.

Os denominados “novos paradigmas” assumem, como bandeiras epistemológicas, “trabalhar não a realidade, mas as suas representações”; não o universal, e sim o singular, o micro, o pontual; não as questões macro, de estrutura, mas o cotidiano, os fragmentos; não o futuro, e sim o presente; não o público, mas a intimidade (CARVALHO, 1995, p. 19 *apud* SIMIONATTO, 2009, p. 07).

Nesse percurso epistemológico, todas as correntes do pensamento burguês decadente, “racionalistas” ou irracionalistas, “objetivistas” ou subjetivistas, positivistas ou existencialistas; todas elas assumem o caráter de um pensamento fetichizador, limitando-se a apreensão fenomênica da realidade social (COUTINHO, 2010).

Como mais um desdobramento da decadência ideológica – e com maior influência da forma direta de administração da produção da vida material, ou das formas de organização do trabalho no capitalismo do século XXI, marcadas pelo grande salto no desenvolvimento das forças produtivas com o forte advento da robótica e informatização – observa-se, ainda, a tendência de excessiva burocratização de toda a vida social: “A burocratização, assim, aparece como um momento da alienação, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-os em ‘regras’ formais pseudo-objetivas” (COUTINHO, 2010, p. 41).

O imediatismo, a superficialidade e a burocratização de toda a vida social que predominam no capitalismo decadente do século XXI, impõem, mais uma vez, uma infinidade de desafios aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Inclusive porque, a própria localização na divisão sócio técnica do trabalho, ou a “função” desta profissão, tendem, naturalmente, a conectar-se com a imediaticidade, tendo em vista que

“a profissão especializa-se em responder a demandas que exigem solução imediata de problemas, especialmente aqueles que tensionam e ameaçam o ordenamento social” (GUERRA, 2013, p. 40).

Diante disto, vê-se uma tendência pragmática e empírica nos profissionais do Serviço Social. Essa tendência, renova a tensa relação do Serviço Social com as teorias, sobretudo a jovem relação com a teoria social crítica marxista, que passa a ser constantemente alvo do questionamento acerca de sua “utilidade” para a profissão e à conclusão amplamente difundida de que formação e exercício profissional encontram-se desconectados, ou, trocando em miúdos, de que na prática a teoria é outra.

Do ponto de vista da formação profissional, visualiza-se que o perfil de formação pretendido pelas Diretrizes Curriculares (1996) está cada dia mais ameaçado pelo processo de contrarreforma da educação superior. Existe uma necessária atenção à dinâmica de expansão do ensino superior, pois suas tendências apontam no sentido da reconfiguração do perfil profissional da categoria, já que o ensino a distância, expressão máxima do rebaixamento da qualidade da formação acadêmica, possui hoje maior número de matrículas do que o ensino presencial.

Esta realidade apresenta caminhos de continuidade de uma longa e árdua luta, pois do outro lado encontram-se diversos interesses. Rebaixar a qualidade da formação em Serviço Social significa a formação de profissionais compatíveis com as exigências do capital.

Busca-se produzir um profissional em sincronia com a tendência das políticas sociais contemporâneas: focalizado, minimalista, fragmentado, para gestão da pobreza e controle dos pobres. Um profissional que reproduz e reforça as contradições da realidade atual, ao invés de buscar enfrentá-las.

Dado que o trabalho do assistente social inevitavelmente encontra-se subordinado aos parâmetros institucionais para a realização de seu fazer profissional, e, sobretudo na conjuntura de crise do capital, estes parâmetros tendem a caminhar cada vez mais na contramão do projeto profissional, a expectativa da realização de um trabalho conectado com as demandas da classe trabalhadora recai sobre a possibilidade do exercício da relativa autonomia profissional. Mas, para que essa relativa autonomia profissional se realize, é “fundamental a capacidade intelectual, ou seja, a busca de conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que permitam ao assistente social situar seu papel como profissional” (PEQUENO, 2015, p. 222). Essa necessidade, entretanto, caminha na contramão da tendência das formas de racionalidade na sociedade burguesa decadente.

Em síntese, a partir destes desafios apresentam-se questões: “a indicação de Marx coloca-nos assim uma tarefa: indagar quais são esses limites objetivos impostos pela vida imediata, pela divisão capitalista do trabalho, ao pensamento da decadência” (COUTINHO, 2010, p. 32). E, especificamente, no caso do Serviço Social, cabe a indagação acerca de quais os limites colocados à formação e ao exercício profissional a partir das tendências

expostas no marco geral do pensamento da decadência, e em suas expressões particulares na profissão.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a presente reflexão abordando os fundamentos ontológicos da racionalidade humana e sua particularidade no modo de produção capitalista. Ao situar o Serviço Social em meio a esta análise, assinalamos as particularidades da profissão, considerando-se seus próprios fundamentos e sua história.

Ao pensarmos, então, nos desafios profissionais, é necessário relacioná-los com a atual situação econômica, política, social e ideológica da classe trabalhadora em geral. Estamos em meio à barbárie social, pois os ataques aos direitos trabalhistas, sociais, políticos e humanos são inúmeros.

Esta barbárie, se expressa no Serviço Social impondo desafios desde a formação ao exercício profissional. Entende-se que um profissional com inúmeras debilidades teórico-metodológicas, técnico-interventivas e ético políticas, “tende a aceitar, sem questionamentos, demandas institucionais de manutenção da lógica desigual presente historicamente em nossa sociedade [...]” (CFESS, 2014, p. 34-35). Isso se expressará em uma prática que retoma e renova o conservadorismo na profissão, incapaz de escapar das artimanhas ideológicas do voluntarismo, tecnicismo, pragmatismo, da prática rotineira e burocratizada, do empirismo. Isso porque as demandas do Serviço Social aparecem na forma individualizada, e a prática irreflexiva nos leva a respostas individualizadas. Mais ainda, todos esses elementos levam ao inegável aumento do conservadorismo, por meio da exacerbação do individualismo, da falta de solidariedade, dos (des) valores o que ameaça diretamente todos os avanços conquistados como fruto da maturidade teórica e política vivida pela profissão no processo de construção de seu projeto profissional crítico.

A realidade é, de fato, assustadora, mas há, entretanto, esperança. Outros elementos dessa mesma realidade – dinâmica e contraditória – nos fazem crer que o projeto profissional crítico do Serviço Social continua permeado por importância e sentido.

Nessa perspectiva, acredita-se, como assinala Barroco (2011, p. 215) que “se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura” e que, o patrimônio teórico, político e ético que dá sustentação ao projeto profissional faz parte de uma herança que “pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto”. Assim sendo, cabe considerar, desta realidade, além dos elementos regressivos, aqueles que assinalam a ‘existência da resistência’, por assim dizer. Os elementos progressivos da luta de classes. Ou seja, as lutas democráticas, em defesa dos direitos sociais e das minorias, que permanecem vivas. E é nelas que o Serviço Social precisa ancorar o sentido de seu projeto profissional.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e serviço social*. Brasília, 2014, v.2.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FORTI, V; GUERRA, Y. “Na prática a teoria é outra?”. In: *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. FORTI e GUERRA (orgs.), Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 35.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sérgio. *A centralidade ontológica do trabalho em Lukács*. Disponível em: www.sergiolessa.com.br. 1996. Acesso em: 10/03/2019.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 18. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 15, n. 44, p.26-42, 1994.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. *Serviço Social e método*. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS35.pdf. 2005. Acesso: 10/03/2019.

PEREIRA, Larissa Dahmer. *Política educacional brasileira e serviço social: do profissionalismo ao empresariamento da formação profissional*. 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SIMIONATO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CAPÍTULO 2

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 03/12/2020

Rafaela Vieira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/0126067421742947>

RESUMO: O artigo busca articular o método marxiano ao processo de trabalho do/a assistente social, realizando apontamentos sobre as possibilidades de aplicação do materialismo histórico à prática profissional, bem como, enfatizando a necessidade de que se faça tal aplicação para uma prática comprometida com a classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Método dialético; Karl Marx; Serviço Social; relação teoria e prática.

MARX'S METHOD AND SOCIAL WORK

ABSTRACT: The paper seeks to articulate the Marxian method to the social worker's work process, making notes on the possibilities of application of historical materialism to professional practice, as well as emphasizing the need to make such an application for a practice committed to the working class.

KEYWORDS: Dialectical method; Karl Marx; Social work; theory and practice.

1 | INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo debater o trabalho do/a Assistente Social à luz da teoria marxista, sobretudo no que diz respeito ao método dialético materialista. Iniciaremos apontando algumas formulações teórico-metodológicas de Marx, em seguida traremos algumas considerações acerca do método do autor para, por fim, abordarmos a relação entre o método e o Serviço Social, buscando demonstrar não só a possibilidade, mas a necessidade da aplicação dessa teoria para a efetivação de uma prática profissional comprometida com a classe trabalhadora.

2 | AS FORMULAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE KARL MARX

Antes de abordarmos o método de Marx, nos deteremos às principais formulações teórico-metodológicas do autor, pois consideramos que isso nos leva a compreender com maior clareza o seu método. Para começar, podemos citar a concepção elaborada a partir da influência recebida do materialismo de Feuerbach: são as condições materiais do ser social que determinam sua consciência. Assim, podemos afirmar que Marx superou o idealismo hegeliano. Para Hegel, considerado o maior filósofo do século XIX, é a consciência que determina o mundo material. Em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução*, de

1844, é possível perceber o fundamento ontológico da obra marxiana.

Já outra formulação essencial do pensamento marxiano provém justamente de Hegel, e diz respeito à historicidade de tudo que pertence ao mundo social. Para Marx, o mundo não é um conjunto de coisas prontas, mas “um conjunto de *processos*” (MARX-ENGELS *apud* NETTO, 2011, p. 31). Isto é, tudo está em permanente transformação; tudo que é social tem uma gênese, um processo de desenvolvimento e consolidação e, posteriormente, chega a momentos de crise e é superado. Essa superação, todavia, ao mesmo tempo que traz o novo, conserva elementos do velho.

Cabe destacar também o papel prioritário atribuído à ação humana. Portanto, se Marx incorporou o materialismo de Feuerbach, superou seu lado contemplativo. Nas *Teses sobre Feuerbach*, de 1845, é possível perceber o fundamento histórico presente nas formulações de Marx. Ele escreve:

A principal insuficiência de todo o materialismo até os nossos dias – o de Feuerbach incluído – é que as coisas [*der Gegenstand*], a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sobre a forma do *objeto (Objekt) ou da contemplação (Anschauung)*; mas não como *atividade sensível humana, práxis*, não subjetivamente. (MARX, 1986, p. 121)

Essa permanente transformação do mundo leva, conseqüentemente, a novas formas de organização social. Para Marx, a maneira como a sociedade se organiza é determinada pela fase do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a cada nova forma que o ser humano desenvolve para a produção da riqueza material necessária para a reprodução da vida social, corresponde uma forma de troca, de consumo, de organização política, de práticas sociais e culturais. Ou seja, cada modo de produção corresponde a determinada sociedade (MARX *apud* NETTO, 2011, p. 33). E cada sociedade traz consigo determinadas relações sociais. Dessa forma, as relações entre os humanos estão diretamente ligadas ao modo de produção de sua época. Como afirma Marx:

[...] Os homens, ao desenvolverem as suas faculdades produtivas, isto é, vivendo, desenvolvem certas relações entre si, e [...] o modo destas relações muda necessariamente com a modificação e o desenvolvimento daquelas faculdades produtivas. (MARX *apud* NETTO, 2011, p. 34)

E se o mundo social está permanentemente em movimento, tudo o que está nele é transitório. Assim são, portanto, as ideias e categorias de pensamento. Estas são produzidas pelos homens e mulheres de acordo com suas relações sociais e, nesse sentido, são tão históricas e transitórias quanto as relações que expressam (MARX *apud* NETTO, 2011, p. 35).

Outra formulação teórico-metodológica fundamental da obra marxiana é a perspectiva de totalidade. Isto é, para Marx a sociedade burguesa consiste em uma totalidade concreta, constituída por organizações econômicas, instituições políticas, sociais e culturais. Da mesma forma, a realidade é constituída por diversas totalidades com variados graus de

complexidade. A sociedade burguesa é a totalidade com o máximo grau de complexidade, enquanto as totalidades que a compõem possuem menores complexidades (NETTO, 2011, p. 56).

Por fim, destacamos a compreensão de Marx segundo a qual o mais desenvolvido explica o menos desenvolvido. Assim sendo, para ele, o presente esclarece o passado, pois somente quando uma forma mais complexa se desenvolve plenamente se pode compreender o menos complexo, isto é, o que estava ainda por se desenvolver (NETTO, 2011, p. 48).

3 | O MÉTODO DE MARX

Ao falarmos do método de Marx devemos ter, antes de mais nada, clareza de que este pensador não desenvolveu um método de pesquisa acreditando poder aplicá-lo, a partir de então, a qualquer objeto, tampouco deixá-lo para as gerações posteriores como um modelo a ser seguido. Marx, para quem um investigador da sociedade deve se reportar, sobretudo, à história, compreendeu que cada momento histórico possui suas próprias leis. Portanto, são as particularidades de cada época, de cada formação social, que devem reger o processo investigativo.

Marx se debruçou sobre o estudo da sociedade burguesa, que era seu objeto de pesquisa. Porém, ao concluir que a sociedade se organiza a partir do seu modo de produzir as condições materiais da vida social, o pensador alemão se voltou para a pesquisa acerca da produção da riqueza social na sociedade burguesa, isto é, o modo de produção capitalista. Nesse sentido, como nos aponta Netto (2011, p. 17), “pode-se circunscrever como o problema central da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”.

Por estas razões, Montañó (2012) afirma que além dos fundamentos histórico e ontológico, é possível acrescentar ao método de Marx o fundamento *a posteriori*, justamente pelo fato de seu método ter sido desenvolvido após a escolha do objeto, a sociedade capitalista. Portanto, podemos considerar que o método de Marx tem um caráter instrumental; isto é, não foi desenvolvido para conhecer, mas para conhecer um objeto específico.

Lênin observou que “a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica: importava-lhe a lógica de um objeto determinado” (LÊNIN *apud* NETTO, 2011, p. 27). Lukács (1981), da mesma forma, afirmou que Marx não nos deixou um método acabado, nos deixou a lógica do capital.

Como sabemos, Hegel foi uma das principais influências de Marx. Para Turin (2012, p. 185), Hegel formulou uma concepção segundo a qual “todo conhecimento é produzido de acordo com circunstâncias históricas, por indivíduos e sociedades específicas”. Além

disso, os homens são, ao mesmo tempo, sujeitos do conhecimento e sujeitos da ação histórica. Dessa forma, há um condicionamento mútuo entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido, o que proporciona ao primeiro “um processo cada vez mais amplo de reconhecimento de si, através do conhecimento do mundo” (TURIN, 2012, p. 188).

Ainda segundo o autor, o pensamento dialético hegeliano pressupõe o movimento contínuo do conhecimento. Explicando resumidamente, esse processo é composto por três etapas: a tese, a antítese e a síntese.

A tese é o momento inicial, de afirmação, quando o mundo é definido por nossas categorias interiorizadas. A antítese é o momento de negação do momento afirmativo anterior, quando nossa situação no mundo, ou nosso confronto com o objeto, revela uma incompatibilidade entre nossas categorias prévias e esse mundo confrontado. Por fim, como resultado desses dois momentos opostos, surge a síntese, que é o momento de conciliação, no qual a positividade e a negatividade dos dois primeiros momentos unem-se em uma nova totalidade. (TURIN, 2012, p. 189)

O momento da síntese, no entanto, não é conclusivo. Ao contrário, essa relação dialética é um processo em aberto levando sempre a novas sequências. Cabe ressaltar também que, como observa Turin, os elementos que fazem parte da oposição não são anulados, mas sintetizados em uma nova unidade, que ao mesmo tempo que supera, conserva os elementos superados no que estes têm de essencial.

De Hegel, portanto, Marx incorporou a compreensão dialética do permanente movimento do conhecimento, que acompanha a realidade que também se movimenta constantemente. Porém, como afirma Marx,

Meu método dialético não apenas difere ao de Hegel, quanto a seus fundamentos, como também é sua antítese direta. Para Hegel, o processo do pensamento (...) é o demiurgo [o criador] do real; o real não é mais do que sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é senão o material transposto e traduzido na mente humana. (MARX *apud* TURIN, 2012, p. 201)

Nesse sentido, para Marx o conhecimento consiste na apreensão da matéria pelo pensamento. É justamente por isso, o ponto de partida do método dialético materialista é o real.

Podemos considerar que o método marxiano possui três momentos e dois caminhos (MONTAÑO, 2012). O momento inicial consiste no concreto sensível, que é a realidade tal qual a percebemos no cotidiano. O sujeito que busca conhecer a essência desta realidade, pois ela não se mostra de imediato – caso contrário, nas palavras de Marx, toda ciência seria supérflua –, deve decompor os elementos que compõem esta realidade e dar a cada um deles um tratamento autônomo. Estes elementos consistem nas categorias de análise, as quais o pesquisador deve estudar a partir da capacidade de abstração. É este, pois, o segundo momento do método de Marx. E o primeiro caminho é justamente o que foi

descrito acima: a decomposição dos elementos do real. Tendo realizado este percurso, o sujeito que investiga parte para o segundo caminho, que é a articulação das categorias (a síntese) para a reconstrução do concreto. Mas agora trata-se do concreto apreendido pelo pensamento, portanto, o concreto pensado, a teoria. E este consiste, finalmente, no terceiro momento do método de Marx.

Hegel parte do que Marx chama de abstrações, para sintetizá-las e chegar à teoria. Ele ignora o concreto sensível como ponto de partida.

Na compreensão de Marx, tendo em vista que a realidade é dinâmica, é necessária uma constante volta ao ponto de partida. A teoria, por sua vez, embora deva ser o mais fiel possível ao real, não pode ser confundida com o real. As razões para tal afirmação são: há mais determinações no real do que o sujeito é capaz de conhecer; o real é dinâmico, e quando o sujeito o compreende, ele já mudou novamente; e justamente por estar na esfera do pensamento. Cabe ressaltar que “em Marx, há uma contínua preocupação em distinguir a esfera do ser da esfera do pensamento” (NETTO, 2011, p. 45). A teoria é produto do pensamento, por isso concreto pensado.

Cabe frisar que em hipótese alguma o método de Marx pode ser confundido com indução e dedução. Indução consiste na formulação de leis a partir da verificação da repetição de determinados fenômenos. Dedução consiste na aplicação de leis supostamente imutáveis a qualquer realidade. Para Marx, toda lei é tendencial, não podendo, portanto, ser aplicada a qualquer realidade. Segundo Netto (2011, p. 24), em Marx uma lei é uma tendência histórica. Assim, cada período histórico tem suas próprias leis.

Convém também salientar que, embora o que percebemos de imediato na realidade não seja sua essência, apenas sua aparência, esta última não deve ser descartada no processo de investigação. Segundo Kosik (1976), a aparência é parte constituinte de uma totalidade social. Coutinho (1972) também afirma que não se pode separar aparência e essência, pois, embora muitas vezes contraditórios, estes dois elementos constituem a realidade.

Já expusemos acima os três momentos do método de Marx, sendo o segundo a análise das categorias, estas tratadas como elementos autônomos e estudadas através da capacidade de abstração. Como afirma Marx (1968, p. 4): “[...] é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios”.

Netto (2011, p. 44) define a abstração da seguinte forma: “é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo”. Este autor explica que a abstração “retira do elemento abstraído as suas determinações, até atingir ‘determinações as mais simples’”. Nessa ação o elemento abstraído, que na totalidade é concreto porque está saturado de determinações, se torna abstrato.

O caminho de volta, que é a síntese dos elementos abstraídos, leva à compreensão do real, pois agora ele pode ser visualizado em suas múltiplas determinações. Segundo o próprio Marx,

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p. 258)

O objeto é, portanto, compreendido a partir de todas as suas determinações, ou seja, em sua totalidade. Cabe ressaltar que totalidade não consiste na junção de todas as partes, mas na relação dialética existente entre todas as determinações do objeto, muitas vezes contraditórias entre si; relação essa que não é direta, mas mediada por diversos elementos.

4 | O MÉTODO E O SERVIÇO SOCIAL

Para Sant'ana e Silva (2013), o aprendizado a respeito do método de Marx não deve se limitar aos bancos acadêmicos e aos livros. Mais do que isso, deve se estender ao fazer prático-profissional, o que diz respeito também à atuação do/a assistente social. Isso inclui a revisão permanente de concepções presentes na sociedade capitalista e a subversão do modo de pensar e agir próprios de tal forma de sociabilidade, pautada por relações sociais fetichizadas. De acordo com os autores, isso significa aderir à visão da classe que vive do trabalho.

Löwy (1988) considera que a visão do operariado é aquela que pode ir mais longe, a que pode chegar mais próximo da verdade, pois, fazendo uma analogia com um mirante, a concepção de mundo da classe trabalhadora estaria no patamar mais alto por ser aquela que não busca a conservação de nenhum elemento da atual ordem social, mas a superação desta. Portanto, o operariado não tem o que temer, ao contrário de outras classes, sobretudo a burguesia, que busca conservar a ordem existente.

Sant'ana e Silva (2013) ponderam que não é possível atravessar os limites institucionais e da própria profissão e promover a emancipação social de si mesmo e da população atendida através da intervenção profissional. Pensar assim seria cair no messianismo. Ao contrário, é necessário apreender, a partir da análise da realidade concreta, as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e a impossibilidade de “consertar” ou melhorar a ordem por ele regida. Portanto, é essencial ao Serviço Social e ao assistente social apreender as contradições da ordem burguesa e as nuances da luta de classes para “dar uma contribuição no âmbito das disputas materiais-ideológicas instauradas no atual contexto” (Sant'ana e Silva, 2013, p. 91-2) e, assim, fortalecer a defesa dos interesses daqueles que vivem do trabalho. Para tanto, a perspectiva de totalidade consiste em elemento de suma importância.

Dessa forma, essa possibilidade de fazer teórico-prático do assistente social não está baseada em apontamentos preestabelecidos, mas depende de uma constante análise da realidade concreta, o que pode se dar na atuação cotidiana e na participação em fóruns. Com isso, os autores chamam a atenção também para o potencial do “cotidiano miúdo”, que aparentemente não tem papel significativo, mas que pode contribuir para solucionar questões amplas e complexas.

Cabe também destacar o papel do trabalho do/a assistente social em sua dimensão socioeducativa. Para Sant’ana e Silva (2013, p. 193-4), quando a intervenção do Serviço Social se dá nessa direção, a tendência é “estimular a organização coletiva, a participação política, a leitura crítica do pensamento e das ações dominantes reforçadoras da sociabilidade do capital”, em vez de perpetuar a meritocracia e a individualização e culpabilização das pessoas pelos seus problemas. Com isso, os indivíduos poderão se ver não como “incapazes”, “fracassados”, mas como pessoas que têm seus direitos violados, pessoas que apesar de contribuir para a produção social da riqueza, não têm acesso a ela; mas também como sujeitos capazes de intervir coletivamente nos rumos da história da sociedade. Segundo os autores, é nesse sentido que está compreendido

o fato da opção ético-política do assistente social estar diretamente vinculada à capacidade dele decifrar os complexos mecanismos ideológicos que são colocados como suportes de uma sociedade que estimula o individualismo, a utilização predatória e inconsequente dos recursos naturais, que faz das políticas públicas instrumentos de manutenção da atual configuração de classes. (SANT’ANA E SILVA, 2013, p. 194)

Porém, é preciso ter em mente os limites da atuação profissional e das políticas sociais para não incorrer em posições messiânicas, que em nada podem contribuir para a emancipação dos sujeitos. Por isso, convém ter ciência da inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e das demandas a ele atribuídas.

Ao abordar a dimensão pedagógica do trabalho do/a assistente social, Abreu (2002) conclui que uma vez que está impregnada na cultura brasileira uma tendência ao assistencialismo e ao filantropismo, a intervenção profissional pode estar voltada tanto para reproduzir essa cultura quanto para contribuir para a emancipação social dos sujeitos das classes subalternas. Se pautada por esta segunda possibilidade, a atuação profissional estará vinculada a uma mudança cultural.

5 | CONCLUSÃO

Podemos afirmar que atualmente o marxismo é a corrente de pensamento hegemônica no Serviço Social brasileiro. Na academia muito se lê Marx e os demais autores vinculados à tradição inaugurada por ele, porém, ainda é recorrente entre a categoria a concepção de que a teoria não se aplica à prática. Ainda hoje, é comum observarmos

o desconhecimento de estudantes e mesmo de profissionais em relação à aplicação da teoria marxista no processo de trabalho do/a assistente social. Dessa forma, procuramos demonstrar, com este trabalho, que a utilização do método dialético materialista é, não apenas possível, mas necessária para a efetivação de uma prática comprometida com a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LENIN. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. *In*. **Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Alfa-ômega, 1986.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1988.

LUKÁCS, Georg. Marxismo e questões de método na ciência social. *In*. NETTO, J. P. (org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1981.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: I – Feuerbach**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MONTAÑO, Carlos. **Aula ministrada na disciplina Tópicos Especiais em Teoria Social**. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2012. (Comunicação oral)

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANT'ANA, R. S.; SILVA J. F. S. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? **Revista Temporalis**, n. 25. Brasília, 2013. p. 181-203.

TURIN, Rodrigo. Método dialético. *In*. TEIXEIRA, Felipe Charbel; et al. **Metodologia da pesquisa histórica**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

CAPÍTULO 3

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Data de aceite: 01/03/2021

Maria Gabrielle Chaves Silva

<http://lattes.cnpq.br/5462229232771583>

Mayra Hellen Vieira de Andrade

<http://lattes.cnpq.br/2399545679135479>

<https://orcid.org/0000-0002-9234-0322>

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

<http://lattes.cnpq.br/0857604023311350>

Carina Felix Bezerra

<http://lattes.cnpq.br/3034709258349821>

Kíssia Wendy Silva de Sousa

<http://lattes.cnpq.br/5615185091948538>

Maria Gabriella Florencio Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/5759333270088565>

Maria de Medeiros Martins

<http://lattes.cnpq.br/7414575900203779>

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento

<http://lattes.cnpq.br/1503796894912268>

Rafaela Leandro Pereira

<http://lattes.cnpq.br/7335615300053865>

Paloma Lima dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/9525492055795883>

RESUMO: Este artigo tem por finalidade abordar os processos históricos do Serviço Social brasileiro, resgatando as suas bases tradicionais, Movimento de Renovação profissional e os

desafios da atualidade, levando em consideração os rebatimentos do neoliberalismo e neoconservadorismo. Para isso, foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, ancorada numa perspectiva teórico-crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. “Questão Social”. Neoliberalismo. Projeto Ético-Político Profissional.

ABSTRACT: This article aims to address the historical processes of the Brazilian Social Service, rescuing its traditional bases, professional renewal movement and current challenges, taking into account the refusals of neoliberalism and neoconservatism. For this, it was developed from a bibliographical research, anchored in a theoretical-critical perspective.

KEYWORDS: Social Service. “Social Issue”. Neoliberalism. Professional Ethical-Political Project.

1 | INTRODUÇÃO

Ao resgatarmos os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil, nos debruçamos acerca de suas construções, fundamentos e direção profissional, perpassando pela gênese, com um viés conservador e moralista, até a atualidade, que em meio a diversos desafios luta pela defesa e efetivação do seu Projeto Ético-Político Profissional.

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e se propõe, num primeiro momento, a discutir a “questão social” e a sua relação com

o Serviço Social no Brasil, bem como a sociedade capitalista. Abordaremos os processos históricos da profissão no país, desde a sua primeira forma de atuação, embebida de um caráter doutrinário, moral e conservador até o processo de sua ruptura, iniciando-se na década de 1960 com um novo processo de revisão acadêmico e profissional através do Movimento de Reconceituação.

Através do Movimento de Reconceituação o tradicionalismo na profissão começa a ser questionado mediante a perspectiva da intenção de ruptura, começando timidamente a se gestar a partir da década de 1960, ganhando densidade no final de 1970. A partir disso, há diversas contribuições para a categoria profissional com o adensamento das pesquisas acadêmicas, sendo um suporte para a sólida consolidação do Serviço Social na academia.

Na segunda parte, iremos discutir os rebatimentos do conservadorismo na formação profissional, levando em consideração o avanço da ofensiva neoliberal. Para isso, iremos analisar a crise de 1970 e as suas consequências para o ciclo do capital, assim como as transformações sofridas na formação acadêmica profissional com as contrarreformas que se intensificaram a partir da década de 1990, apontando fortes consequências na atuação profissional na contemporaneidade.

2 I “QUESTÃO SOCIAL”, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

2.1 Exploração do Trabalho e “Questão Social”

A “questão social” define o processo de consolidação do Serviço Social enquanto profissão. Assim, de acordo com Almeida (2016), para chegar a essa conclusão foi necessário um rigoroso estudo sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, que estão a mercê dos interesses burgueses, e que se agudizam a partir da intensificação do trabalho.

O modo de produção capitalista eleva ao máximo as contradições existentes em todas as formações econômico-sociais estruturadas na apropriação privada dos meios de produção. Dessa forma, o capital expressa-se através de mercadorias e do dinheiro, assim o movimento de produção é criado e recriado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Ao deter o monopólio dos meios de produção, a classe capitalista compra e se apropria da força de trabalho daquelas/es que não têm acesso às condições que materializam a produção mercantil. Destarte, a classe trabalhadora além de produzir o valor que posteriormente lhe será devolvido em forma de salário, entrega um sobrevalor chamado de mais-valia, que é o trabalho excedente não pago, apropriado pela burguesia. Para sobreviver, a classe trabalhadora vende a sua força de trabalho, estando, desta forma, dentro de uma lógica de exploração para que possa ter as condições (mesmo que insuficientes) para a sua sobrevivência. Assim sendo, a produção social está atravessada pelas relações sociais entre pessoas que personificam os conflitos de classes sociais

antagônicas.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, houve um grande crescimento com relação à industrialização e ao número de trabalhadoras/es ocasionado pela crise de 1929. A partir disso, sucedeu a um avanço generalizado do crescimento da pobreza, impulsionando, dessa forma, o processo de tomada de consciência e de organização da classe operária, o que foi visto com muita apreensão por parte da burguesia.

Nessa época havia muitos conflitos entre a classe trabalhadora e a classe dominante. Deste modo, à medida em que os conflitos de classe foram se agravando e a repressão da polícia tornando-se insuficientes para conter a classe operária, fez-se necessário a construção de novas estratégias, a partir do Estado, para lidar com essa problemática chamada de “questão social”.

De acordo com Iamamoto e Carvalho, a “questão social” trata-se da “manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (2014, p. 83-84). A “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista e possui particularidades quanto aos seus determinantes históricos, sociais, econômicos e culturais, tendo como fundamento comum a centralidade do trabalho na constituição da vida social.

No Brasil, a “questão social” começou a ser reconhecida pelos governantes e setores dominantes ao longo das décadas de 1920 e 1930 ao começarem a admitir que a mesma poderia deixar de ser tratada como uma questão de polícia, para ser tratada como uma questão política. O que não quer dizer que tenha deixado de ocorrer repressões contra diferentes manifestações sociais de setores populares no campo e na cidade, mas significou um avanço no tocante a mudanças de atitudes, métodos e interpretações (IANNI, 1989), a partir de medidas estratégicas e paliativas para amenizar os conflitos entre as classes. Entre as medidas tomadas pelo Estado e empresariado no enfrentamento e regulação das expressões da “questão social” está a institucionalização do Serviço Social no país, que abordaremos no item a seguir.

2.2 Serviço Social no Brasil: da constituição ao amadurecimento teórico-metodológico

Em um primeiro momento, o Serviço Social tinha o comprometimento com as classes dominantes. Essas/es profissionais tinham um modelo de atuação essencialmente assistencialista e culpabilizavam a população vulnerável pelo lugar ocupado na sociedade, sem fazer uma análise estrutural da realidade, restringindo-se “ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial” (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

Essa forma de atuação via a “questão social” como um problema moral e religioso, incidindo na integração de suas/seus “clientes” na sociedade, a partir de intervenções nos

valores e comportamentos dessas pessoas, buscando sua integração nas relações sociais vigentes. Esse conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, principalmente a partir dos anos 1940, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas positivistas (YAZBEK, 2009).

A concepção positivista, de acordo com Löwy, “afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo” (1985, p. 39). Deste modo, através dessa teoria social, a prática profissional é feita de modo imediatista e focalizada, sem expectativas de mudanças concretas no que diz respeito às desigualdades sociais, já que percebe a pobreza como algo natural e, portanto, insuperável.

A partir da década de 1960, o Serviço Social brasileiro começa uma ruptura desse projeto profissional que é alicerçado em práticas positivistas, moralizantes e conservadoras. Desencadeia-se, então, um novo processo de revisão acadêmico e profissional, impulsionado pelas lutas sociais na América Latina, expressando-se nas universidades, Ciências Sociais, Igrejas e movimentos estudantis, tendo particularidades em cada país. Esse fenômeno se manifesta através do Movimento de Reconceituação que representa um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica da profissão no continente.

Esse movimento demonstra a preocupação da categoria profissional em repensar o Serviço Social tradicional, assim como a estrutura excludente do capitalismo. Dessa forma, é proposto um novo projeto de formação profissional levando em consideração as contradições e antagonismos da sociedade capitalista, bem como a exploração de classe, em busca de uma nova sociabilidade. De acordo com Yamamoto, as principais preocupações desse movimento, foram:

[...] em primeiro lugar, o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países “cêntricos” [...]. Em segundo lugar, verificam-se os esforços empreendidos para a reconstrução do próprio Serviço Social: da criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo. Em terceiro lugar, uma explícita politização da ação profissional, solidária com a “libertação dos oprimidos” e comprometida com a “transformação social” [...]. Em quarto lugar, a necessidade de se atribuir um “estatuto científico” ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias (2008, p. 209).

Porém, o Movimento de Reconceituação não se tratava de um movimento homogêneo, havia fragmentações da categoria profissional. Nesse processo, entram em disputas diferentes projetos de profissão, cujos são identificados a partir de três direções:

perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura (NETTO, 2017).

Pela primeira vez, no interior da categoria profissional, rebatiam projetos societários distintos daqueles que atendiam aos interesses das classes e camadas dominantes. Não é preciso dizer, também, que este rebatimento não foi idílico; acarretou polêmicas e diferenciações na categoria – o que, aliás, é uma própria e saudável implicação da luta de idéias (NETTO, 1999, p. 20).

O projeto que ganhará densidade a partir do final dos anos 1970 é a intenção de ruptura, cujo “[...] forja coletivamente o Projeto Ético-Político, que tem no Congresso da Virada de 1979, em São Paulo, sua mais emblemática expressão” (BOSCHETTI, 2015, p. 641). A partir da intenção de ruptura inicia-se o processo de distanciamento aos substratos teóricos do positivismo, da prática tecnicista e da reprodução do conservadorismo.

À medida em que esse distanciamento vai acontecendo, o Serviço Social vai se aproximando do método marxista, que contribuiu para produção do conhecimento na área, fornecendo as bases materiais para a construção do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), tendo destaque nessa contribuição por causa do seu pioneirismo da aproximação proficua do Serviço Social sob a interpretação marxista, o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, publicado pela primeira vez em 1982.

Entre as décadas de 1960 a 1980, com a ditadura militar no Brasil e a entrada do Serviço Social no ensino superior, emergem profundas disputas político-ideológicas dentro do Serviço Social, onde teve início “as primeiras manifestações, no meio profissional, de posições que questionem o *status quo* e contestam a prática institucional vigente” (IAMAMOTO, 2013, p. 40). Muitas/os assistentes sociais, docentes e estudantes de Serviço Social juntaram-se aos movimentos sociais a favor da democracia e lutas das classes trabalhadoras.

Foi em meio a esse contexto de organização de assistentes sociais, como trabalhadoras/es e com trabalhadoras/es, que realizou-se o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”, em 1979 na cidade de São Paulo. Esse Congresso transformou-se na referência do processo de intenção de ruptura, cujo ganha força e na década de 1980 encontra possibilidades objetivas de disputar a hegemonia do Serviço Social.

A partir desse momento, o Serviço Social brasileiro passa a ter como uma de suas prioridades a formação profissional, seja na dimensão acadêmica com o crescimento das pós-graduações e das pesquisas científicas, ou nas suas dimensões político organizativas através do debate e ações das entidades organizativas (ABEPSS; CFESS, 2011).

É importante ressaltar que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e a profissão, porém essa determinação não se trata de uma característica exclusiva do Serviço Social, pois refere-se a um “[...] alimento imprescindível da reprodução do capital,

e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

A partir disso, a busca pela ruptura com o conservadorismo irá expressar-se, dentre outras formas, com a inserção do Serviço Social no debate brasileiro no âmbito da tradição marxista, pois entende-se que a partir do marxismo há um compromisso em analisar a realidade, buscando compreender os fenômenos sociais em sua essência e totalidade, atuando de forma crítica na realidade social.

Desse modo, as/os profissionais comprometidas/os com as lutas democráticas e da classe trabalhadora, passam a disputar espaços nas direções das entidades da categoria, para que assim suas pautas pudessem ser elencadas, imprimindo uma nova direção política articulada com os movimentos sociais e os sindicatos.

Com relação à formação acadêmico-profissional, houve articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, culminando em um novo currículo mínimo que dará continuidade à intenção de ruptura, articulando o projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e a opressão, sustentado na teoria social de Marx.

Esse movimento trouxe grandes avanços tanto para a formação acadêmica, como para a prática profissional, possibilitando a construção das bases do PEPP, que se materializa nos anos 1990 a partir de três documentos: Lei de Regulamentação da Profissão (1993), Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), no qual estão relacionados, em larga medida, às lutas sociais.

O PEPP se desenvolve a partir da intenção de ruptura com a origem conservadora da profissão, através do Movimento de Reconceituação, no processo de redemocratização da sociedade brasileira. As/os assistentes sociais envolvidas/os contaram com a reorganização da classe trabalhadora, afirmando o compromisso com a mesma e com os movimentos sociais, expressando-se através do projeto societário defendido pela categoria.

Desse modo, os projetos profissionais “apresentam a auto-imagem de uma profissão” (NETTO, 1999, p. 95) e estão alinhados a um projeto societário, que está presente na dinâmica de qualquer projeto coletivo, podendo partir de uma perspectiva mais conservadora ou transformadora da realidade social. Assim, o PEPP do Serviço Social expressa o reconhecimento da categoria profissional como integrantes da classe trabalhadora, fortalecendo suas bases e tendo como horizonte a superação do atual projeto societário. Entretanto, frente ao avanço do neoliberalismo, esse projeto profissional é tensionado pelas novas roupagens assumidas pelas relações entre capital e trabalho, como discutiremos a seguir.

31 OS REBATIMENTOS DO CONSERVADORISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AO AVANÇO DA OFENSIVA NEOLIBERAL

O neoliberalismo aparece como o novo *modus operandis* dos países de capitalismo

central a partir da década de 1970 com a crise estrutural do capital que incide diretamente nas relações sociais vigentes, expressando-se no esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista e demonstrando sua incapacidade na manutenção do desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva, a década de 1970 é marcada por uma crise de superprodução, de modo que o excesso de produção esbarrou no processo de circulação de mercadorias. Como afirma Antunes (2009), a produção em massa não encontrou escoamento no mercado nacional e internacional, trazendo grandes impactos ao capital ao não conseguir se realizar na esfera da circulação.

Portanto, o capital propõe como resposta à sua própria crise um processo de reorganização de seu sistema ideológico e político de dominação que tem grande expressão com o advento do neoliberalismo. Essa reorganização se expressa, também, por meio da privatização do Estado e da desregulamentação dos direitos do trabalho, além do desmantelamento do setor produtivo e o processo acentuado de reestruturação da produção e do trabalho. Dessa forma, o capital implementou um vasto processo de reestruturação para a recuperação de seu ciclo produtivo (ANTUNES, 2009).

Um novo padrão de acumulação foi necessário para a recuperação do ciclo expansionista do capital, esse novo padrão de acumulação – identificado por muitos autores, como Pinto (2013), Antunes (2009) e Harvey (2011) como acumulação flexível ou Toyotismo – se mostrou não apenas por meio da reestruturação produtiva, mas também por meio da tentativa de construir um projeto de recuperação da hegemonia do capital nas diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, a recuperação da hegemonia capitalista perpassou não apenas o âmbito econômico, mas também na esfera ideológica, com o culto de um subjetivismo e de um individualismo exagerado contra as formas de solidariedade de atuação coletiva.

Em suma, as respostas dadas a crise de 1970, estão inseridas em três eixos, sendo eles, a reestruturação produtiva, que interfere diretamente no processo de produção e reprodução das relações de produção capitalista, sendo caracterizada pela revolução tecnológica e organizacional da produção, tendo como uma importante marca o desemprego estrutural e crônico que impacta incisivamente a classe trabalhadora, visto que promove uma desorganização política dessa classe; a mundialização da economia, que promove uma reformulação das estratégias do mercado mundial, acarretando uma redivisão social e técnica do trabalho em nível internacional e promovendo uma nova relação entre centro e periferia do capital; a terceira e última estratégia proposta pelo capital para saída da crise é a ideologia neoliberal, a qual promove uma nova relação entre Estado e sociedade civil, sendo a racionalidade neoliberal a sustentação para as transformações ocorridas no processo de trabalho que atinge necessariamente a classe trabalhadora, ao promover um novo perfil das políticas econômicas e industriais do Estado (BEHRING; BOCHETTI, 2011).

O neoliberalismo, embora já seja apresentado como uma das estratégias para a saída da crise de superprodução da década de 1970, se fortalece enquanto racionalidade

dominante a partir de 1990 que tem como base a exigência de uma universalização da norma da concorrência, ultrapassando as fronteiras do Estado e atingido os indivíduos em suas relações consigo mesmo, conforme analisa Dardot e Laval (2016).

Na década de 1990, no Brasil, consolidou-se o que Behring (2008) chama de contrarreforma. Este termo é usado pela autora ao referir-se às expressões do projeto neoliberal, pois ela afirma que não se tratam de reformas, visto que as expressões do neoliberalismo estão destituídas do conteúdo progressista que a palavra reforma carrega. De acordo com Behring, “o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contra-reforma do Estado” (2008, p. 129).

Com base nesse breve resgate sócio-histórico da constituição da sociedade neoliberal e seus desdobramentos, o Serviço Social enquanto profissão liberal marcada pela divisão social e técnica do trabalho sofre grandes transformações em seu processo de trabalho e, sobretudo, em sua formação profissional.

Nesse sentido, é necessário destacar que embora a profissão seja dotada de uma relativa autonomia profissional, está tensionada entre o processo de compra e venda de sua força de trabalho, e assim, depende das correlações de forças que a envolvem, isto é, das relações pelas quais a profissão está inserida e estabelece com seu empregador. Nesse sentido é possível perceber que as relações estabelecidas entre capital e trabalho interferem decisivamente na atuação e na formação dessas/es profissionais, estando condicionados a responder às demandas do capital e das classes mais pauperizadas nessa sociedade (IAMAMOTO, 2015).

Ao se constituir como trabalho assalariado, a/o profissional de Serviço Social é segundo Iamamoto (2015), explorado pelo capital, de modo que seu trabalho se torna um trabalho indiferenciável e alienável por meio das relações sociais contraditórias que permeiam essa sociedade. Nesse sentido, as décadas de 1980 e 1990 representam um período de grandes avanços para a profissão mas, concomitantemente, grandes retrocessos.

A partir das consequências do neoliberalismo, o Serviço Social sofre rebatimentos tanto no fazer profissional, tendo em vista que encontra uma conjuntura adversa a partir da década de 1990, de destruição dos direitos sociais historicamente conquistados e com o desmantelamento da legislação trabalhista, quanto na formação profissional ao se defrontar com a privatização e o sucateamento da educação pública (IAMAMOTO, 2017).

No que tange a formação profissional da/o Assistente Social a ofensiva neoliberal propicia um espaço para o avanço do neoconservadorismo¹ não só no interior da profissão,

¹ O neoconservadorismo surge a partir dos anos 1930 nos Estados Unidos, tendo sua maior expressão com Irving Kristol (considerado o pai da ideologia neoconservadora), no entanto ganha maior expressão a partir da década de 1980 junto ao fortalecimento do neoliberalismo. É a partir da crise das políticas de bem-estar social que os defensores do neoconservadorismo passam a criticar o papel do Estado no atendimento às demandas sociais, demonstrando um ceticismo na resolução dos problemas societários, sob a interferência estatal. Isso gerou uma nova forma ideológica de analisar o papel do Estado e a sociedade civil, mesclando o anticomunismo, o individualismo e a economia de mercado

mas em todos os âmbitos sociais (BOSCHETTI, 2015). É possível perceber uma ascensão de valores e medidas conservadoras, como a apologia do livre mercado com a mercantilização dos serviços públicos, o avanço do fundamentalismo religioso, que aprofunda ainda mais a discriminação e a intolerância às diversidades sociais.

O neoconservadorismo se expressa na profissão de forma mais incisiva a partir dos anos 2000 com a contrarreforma do ensino superior, que perpassa não só o Serviço Social, mas todas as áreas do conhecimento, assim o ensino passa a ter ainda mais sujeição ao capital, devendo corresponder aos interesses de vários organismos internacionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. O objetivo desses órgãos, segundo Boschetti (2015), é criar um sistema de ensino superior estandardizado e de caráter global que atenda às exigências da internacionalização da educação para as necessidades do capital.

As consequências dessa contrarreforma do ensino superior refletem na formação profissional que agora tem um ensino padronizado e aligeirado, provocando uma maior competitividade e sujeição do ensino às demandas do mercado, assim como tem um crescimento expressivo da Educação à Distância (EAD) e de instituições privadas voltadas para satisfazerem as necessidades do mercado, sem ter comprometimento com o processo educativo de qualidade.

Boschetti (2015) afirma que o número de profissionais de Serviço Social teve um aumento significativo após a expansão das EAD's, as quais em larga escala não estão comprometidas com a formação profissional crítica, refletindo negativamente e reatualizando os seus traços conservadores profissionais. Com isso, há também a incorporação do pensamento pós-moderno à revelia das diretrizes curriculares, distanciando as/os assistentes sociais do seu compromisso de classe firmado no PEPP e esvaziando o ensino crítico da formação profissional.

Esse retorno do conservadorismo faz com que profissionais sem formação crítica e descomprometida com o nosso PEPP reproduzam ações moralizantes no trato das expressões da “questão social” na sua atuação profissional, apresentando respostas que culpabilizam os indivíduos por sua situação de subalternização (BARROCO, 2015). Essa moralização do trato da “questão social” tem encontrado grande apoio dos meios de comunicação, sobretudo por meio dos programas sensacionalistas, além dos meios virtuais que tem propagado uma visão simplista das relações sociais, divididas simplesmente entre o bem e o mal.

Com relação a profissão, o enfrentamento ao conservadorismo é de caráter político. Desse modo, é preciso que a categoria profissional esteja organizada com uma base social de sustentação juntamente com as entidades de representação, unidades de ensino, estudantes, professores e profissionais para fortalecer o enfrentamento ao conservadorismo (BARROCO, 2011). Essa prática deve ser constante e coletiva na defesa com o conservadorismo tradicional (PEREIRA, 2016).

dos direitos sociais e de apoio às lutas contra todos os tipos de opressão.

Deste modo, percebe-se que a realidade contemporânea aponta para um grande desafio profissional, em meio a conjuntura de destruição das políticas de proteção social, desmobilização da classe trabalhadora, crescente desemprego estrutural, lógica da concorrência exteriorizada aos indivíduos, terceirização, privatização das instituições públicas e da grande moralização da vida social como um todo.

Portanto, diante dessa conjuntura de grandes desafios para a profissão, é necessário que as/os assistentes sociais tenham uma atuação profissional comprometida com o PEPP, reafirmando o seu compromisso com a classe trabalhadora. Um desafio que não é fácil, visto que as/os profissionais também são marcadas/os pela divisão social e técnica do trabalho, portanto também sofrem com os seus rebatimentos. No entanto, a luta para manter a hegemonia da direção social da profissão tem se constituído a melhor alternativa no combate ao avanço do neoconservadorismo no interior da profissão, assim como nos rebatimentos do neoliberalismo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão exposta neste trabalho, foi possível perceber que o Serviço Social vem sofrido profundos impactos com a ofensiva neoliberal tanto no âmbito do trabalho profissional - através da precarização das condições de trabalho da/o Assistente Social e do desmonte das políticas sociais públicas - quanto na sua formação profissional que vem sofrendo os impactos com o retorno do conservadorismo na profissão, sob novas roupagens, agora como neoconservadorismo.

Esse avanço do neoconservadorismo na profissão tem se mostrado uma tentativa de romper com o PEPP sob a hegemonia da teoria social crítica, propondo pautar a prática e a formação profissional sob o viés moralizante, colocando o indivíduo como o responsável pela condição de subalternização social que o sistema capitalista promove. E nesse sentido, as instituições financiadas pelas grandes organizações do capital têm contribuído para uma formação profissional aligeirada pautada no ensino voltado para a lógica do mercado, promovendo uma a-criticidade na análise das relações sociais que voltam a ser vistas sob a moralização dos indivíduos e da sociedade.

Assim sendo, percebe-se que os impactos dessa nova racionalidade do capital têm impactado em todos os âmbitos sociais e práticas profissionais e, no caso do Serviço Social, tem resgatado os aspectos conservadores da gênese da profissão, promovendo uma formação voltada a atender aos interesses do capital. Sendo necessário para o seu rebatimento um caráter teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da categoria profissional que vise combater a incidência dessas expressões dentro da profissão, defendendo uma formação crítica com direção social e política que reafirme o PEPP.

As Instituições de Ensino Superior no Brasil estão em constante processo de

contrarreforma com o sucateamento das universidades públicas, popularização dos EAD's e o caráter expresso na lógica de mercado das instituições privadas. Portanto, a materialização da formação universitária torna-se um desafio e exige um especial empenho coletivo das unidades de ensino e entidades da categoria na defesa da preservação e implementação do projeto original, impulsionando a luta pela hegemonia no nível teórico e acadêmico do Serviço Social.

É necessário, em tempos de ofensiva conservadora, elucidarmos a defesa por uma educação pública de qualidade, bem como discussões profissionais críticas em consonância com o PEPP para que as/os profissionais possam “compreender as implicações de sua prática, reconstruí-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes” (IAMAMOTO, 2013, p. 192).

Diante disso, defendemos como horizonte estratégico a luta pela superação das desigualdades e que a apreensão das discussões (potencializadas no âmbito da formação, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão) se expresse na prática profissional, aliada ao combate de qualquer tipo de opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e o Projeto Ético-Político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Questão social” e Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, nº 124. São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista Ciência & Trópico**, v. 17, n.2, p. 189-202, jul./dez. 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetice**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2013.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, nº 128. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0013.pdf>

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 1985.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Programa de Capacitação Política em Serviço Social e Política Social:** módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço social – Brasília: CEAD, p. 91 – 109, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2017.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo:** crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais.** 1ªed. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009b, v. 1, p. 143-163.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Data de aceite: 01/03/2021

Érica Pollyana Oliveira Nunes

Universidade Católica de Goiás
Universidade Estadual do Tocantins
Palmas-TO, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3938958374016811>
<https://orcid.org/0000-0001-5887-8201>

Lara Iara Gomes Borges

Universidade Católica de Goiás
Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto
<http://lattes.cnpq.br/2817989281930229>
<https://orcid.org/0000-0003-4156-8383>

Eliane Marques de Menezes Amicucci

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, UNESP
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Miracema-TO, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1475557871633648>
<https://orcid.org/0000-0002-2924-731X>

RESUMO: Este artigo traz uma reflexão teórica sobre o processo de formação profissional e a construção da identidade profissional. Essa categoria expressa o modo de ser da profissão em cada momento histórico, conjuntural e configura-se como um dos desdobramentos do processo de formação profissional que ancorada às Diretrizes Curriculares da ABEPSS permite a construção de um perfil profissional crítico. O estudo fez uso da revisão bibliográfica qualitativa, com apropriação ao método dialético, ao priorizar a análise crítica do processo construtivo de formação e paralelamente a identidade

profissional da categoria do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional. Identidade Profissional. Serviço Social

PROFESSIONAL FORMATION IN SOCIAL WORK AND THE CONSTRUCTION OF PROFESSIONAL IDENTITY

ABSTRACT: This article brings a theoretical reflection about the process of professional formation and the construction of professional identity. This category expresses the way of being of the profession in each historical and conjunctural moment and it is configured as one of the unfolding of the process of professional formation that anchored to the ABEPSS Curricular Guidelines that allows the construction of a critical professional profile. The study made use of the qualitative bibliographic review, with appropriation to the dialectical method, when prioritizing the critical analysis of the constructive process of formation and in parallel the professional identity of the category of Social Work.

KEYWORDS: Professional formation. Professional identity. Social Service.

INTRODUÇÃO

A formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórico-metodológica pautada na perspectiva crítica capaz de propiciar a reflexão dialética do modo de pensar e agir profissional, isto é, análise das relações sociais na sua totalidade. Logo, ela “é entendida como processo dialético, portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando

concepções decorrentes da inserção da profissão[...]” (SILVA, 2007, p.73).

Nessa perspectiva, para compreender o processo dinâmico da formação profissional na contemporaneidade, é necessário conceber os fundamentos da profissão de Serviço Social ancorados na perspectiva de totalidade histórica, ou seja, o Serviço Social se explica na história da realidade brasileira e não somente na história da profissão, mas, logicamente, a própria evolução da profissão, suas diferentes fases, momentos, como por exemplo, a aproximação da teoria social marxista por meio do Movimento de Reconceituação. Nesse sentido, a formação profissional, bem como a profissão de Serviço Social só pode ser apreendida a partir de seu processo histórico, pois a história é a mola propulsora para compreensão de como está se legitima na sociedade brasileira hoje, tal como seu significado e direção social.

Por outro lado, é imprescindível o olhar crítico para a realidade que permeia atualmente essa formação profissional, sendo necessária a contextualização dessa realidade social expressa pelos aspectos estruturais e conjunturais e pelo sistema educativo brasileiro.

São aspectos que podem redesenhar o perfil profissional do assistente social, pois, este deve estar articulado àquele disposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, ou seja, um perfil profissional crítico, dotado de competência, capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o conhecimento e transformação da realidade social.

Nessa dimensão, torna-se fundamental a permanente construção da identidade profissional do Assistente Social que, redesenhada cotidianamente, se constitui uma categoria histórica necessária para materializar o compromisso ético-político junto à classe trabalhadora, assim como na luta por outra sociabilidade.

Concorde (MARTINELLI, 2009, p.157) “[...] os modos de produção da identidade, como categoria histórica, social e política, estão relacionados com o movimento da história, pois ela pulsa o tempo e o movimento”. Esse movimento de construção da identidade profissional configura-se como um dos desdobramentos do processo de formação profissional e representa o uso do método do materialismo histórico dialético para compreensão da totalidade pertencente a essa categoria. É nessa direção que propõe-se mesmo que brevemente apresentar esses elementos nesta reflexão teórica.

MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E O SERVIÇO SOCIAL

A premissa dessa discussão da tradição marxista no Serviço Social está no movimento de reconceituação, com relação direta a complexificação histórica da sociedade no Brasil, com condições próprias da ditadura militar e sua crise. É nesta conjuntura que autora Iamamoto explana o surgimento da renovação, “Aí reside o solo histórico, o terreno vivo no qual se tornou possível e se impôs como socialmente necessária uma renovação do Serviço Social, abrangente e plural, expressa tanto nos

campos da pesquisa e do ensino”. (2005, p. 202).

Essa reflexão incide, portanto, sobre uma parcela de produção acadêmica-profissional que, inspirada na tradição marxista, vem contribuindo para imprimir uma feição essencialmente crítica ao Serviço Social, tanto na conformação da explicação histórica da profissão quanto na interlocução com a herança intelectual incorporada em sua trajetória. Desdobra-se em uma crítica marxista ao próprio marxismo tal como esse foi incorporado pela literatura especializada, notadamente pelo movimento de reconceituação latino-americano da década de 1970, transformando-se em autocrítica da história das formulações teóricas oriundas das primeiras aproximações do Serviço Social ao marxismo. (IAMAMOTO, 2005, p.203).

Essa questão ventila o movimento de reconceituação, na perspectiva do desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social. “O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano a tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo” (IAMAMOTO, 2005, p.203).

O autor Netto (2011, p.134) corrobora referente a relevância do movimento de reconceituação para inserção da teórica Marxista no Serviço Social, no entanto atenta para o Serviço Social no sincretismo “científico”, “é mais correto, nesta linha de considerações, abandonar a tradição marxista que caracterizar a obra marxiana como ciência social-tradição ela mesma fortemente contaminada pelos padrões positivistas e suas derivações”.

A estrutura sincrética do Serviço Social encontra-se, como não poderia deixar de ser, no sistema de saber que ancora, embasando, enformando e legitimando as suas práticas e, igualmente, as suas representações. Análise do sincretismo teórico ou, como quer a tradição, científico, que articula o sistema de saber em que gravita o Serviço Social é uma operação. (NETTO, 2011, p.132)

Os pressupostos subjacentes desse sincretismo científico da profissão está interligado e assola a inserção do materialismo histórico dialético na profissão, ao adentrar no movimento de reconceituação é visualizado que se molda como uma unidade repleta de diversidade conceitual, e permeada de traços ecléticos, como afirma Iamamoto “que moldaram o acercamento da Reconceituação aos múltiplos marxismo, constata-se que o personagem mais ausente é o próprio Marx. Em outras palavras, foi a aproximação a um sem Marx” (2005, p. 211).

No bojo da contradição da profissão, é evidenciado a supressão e segregação do materialismo histórico dialético no Serviço Social, “trato do materialismo histórico e dialético, verificando-se uma suspensão da dialética do conhecimento, desconectada da história”. (IAMAMOTO, 2005, p. 214)

A ausência da unidade entre as categorias, polariza na profissão o sincretismo científico e teórico, advindo do processo histórico gerando perfil identificáveis na profissão contemporâneas como herança das suas protoformas.

Considerando ainda o processo das protoformas da profissão, a categoria do trabalho, que é ontologicamente determinante na obra de Marx, e seguida e explanada pela corrente marxista, é apresentada pela autora Iamamoto como sua inexorável ausência nas análises da prática social e da relação teoria e prática, que estavam tão em voga naquele momento de reconceituação.

Neste sentido, reconhecendo a necessidade de compreender a formação profissional em Serviço Social com recorte do estudo para a realidade brasileira e seu papel social no processo de produção e reprodução da vida social. Imbricado ainda nos possíveis desdobramentos na identidade profissional construída e atribuída ao Serviço Social.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Formação profissional entende-se como um processo pelo qual o sujeito irá agregando conhecimentos teóricos, saberes e vivências do cotidiano em um movimento permanente do conhecimento de relação entre teoria e realidade. Magalhaes (2011, p.47) afirma que “não é possível esquecer que o eixo técnico operativo das profissões deve estar relacionado ao seu norte ético-político, pois mesmo no uso de um instrumento de apoio há uma intencionalidade.”

Partindo deste pressuposto o Serviço Social brasileiro enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho teve seu desenvolvimento a partir da década de 1930 conforme discutem Carvalho e Iamamoto (2014, p.126) “Ao Assistente Social era solicitado a organização das atividades filantrópicas de modo racional como uma extensão da imagem que o Estado quer apresentar a sociedade”. Em 1936 é fundada a primeira escola de Serviço Social no BRASIL na cidade de São Paulo localizada na Pontifícia Universidade Católica- PUC-SP.

Com o desenvolvimento da profissão houve a constituição dos currículos de Serviço Social. Assim de acordo com Oliveira (2011) é pertinente retomar alguns marcos da trajetória da profissão. Desta forma, abordaremos os principais apontamentos realizados pela autora entre as décadas de 1930 a 1990 por meio de uma síntese conforme o quadro a seguir:

Trajetórias dos Currículos Serviço Social					
Década de 30	Década de 40 e 50	Década de 60	Década de 70	Década de 80	Década de 90
Currículo fragmentado, com foco no disciplinamento da força de trabalho através dos valores cristãos e controle paramédico, parajurídico.	Currículo centrado na integração com o meio, com ênfase na família e nas instituições para adaptação social por meio da visão funcionalista	Currículo voltado para a solução de problemas individuais, no desenvolvimento e no planejamento social, com ênfase na comunidade	Currículo com destaque no planejamento social, já inicia-se a discussão da luta de classes.	Reforma curricular centrada na crítica ao sistema capitalista; nas políticas sociais e nos movimentos sociais. Teoria dialética.	Reforma curricular Centrada na Análise da questão social e nos fundamentos teóricos e históricos da profissão enquanto processo de trabalho.

Quadro 1 Trajetória dos Currículos de Serviço Social

Fonte: adaptado de Oliveira (2011)

A autora Oliveira (2011) sinaliza na sua análise que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 foram construídas por meio de mobilização da categoria profissional do Serviço Social.

É neste cenário, e com o compromisso de qualificar o projeto formativo do assistente social, atribuindo à formação profissional densidade teórico-metodológica e imprimindo maior concretude à direção social da profissão, na busca da construção de uma nova cidadania, que as diretrizes curriculares foram tecidas num amplo movimento da categoria profissional. (OLIVEIRA, 2011, p. 14).

É possível compreender os diferentes posicionamentos que contemplaram o Serviço Social em sua trajetória histórica até a contemporaneidade. Ainda enquanto processo histórico uma década após a fundação da primeira escola de Serviço Social em 1946 foi criada a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A ABEPSS se configura como um imprescindível espaço de articulação de pesquisas acadêmicas onde professores, pesquisadores, estudantes de Serviço Social da graduação e pós-graduação e assistentes sociais têm como espaço de fortalecimento do conhecimento, adensamento teórico e defesa do ensino superior público, laico e de qualidade. A entidade apresenta em sua bandeira de lutas o Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior. (ABEPSS, GT Trabalho e Formação Profissional 2009,)

Nesse contexto de imensos retrocessos em relação a educação pública superior brasileira como o expressivo corte de gastos do atual (des) governo analisar o ensino superior implica em refletir acerca do papel do Estado e da reforma do Estado considerando a lógica

mercantil de desmonte do ensino gratuito o que impõe alterações na educação brasileira, movimento que vem se configurando há décadas por meio de políticas neoliberais.

O ensino superior brasileiro apresenta, desde os anos 1990, expressiva expansão, caracterizada pelo seguinte perfil: privado, de caráter mercantil e não universitário. Tal expansão encontra-se inserida em uma determinada lógica de ação estatal analisada por diversos autores como um processo de contrarreforma do Estado brasileiro. Ouseja, o Estado brasileiro vem, especialmente desde a década de 1990 desencadeando políticas de caráter econômico e social pautadas no ideário neoliberal, que propugna a ação do Estado limitada a de um agente regulador, liberando para o mercado espaços até então limitadamente explorados pelo capital, como áreas de saúde, previdência e educação. (PEREIRA, FERREIRA e SOUZA 2014, p.182-183).

Esta conjuntura é verificada em relação ao Serviço Social no avanço dos cursos a distância. Este processo de desqualificação da formação universitária, que afeta a formação em Serviço Social, “ameaça frontalmente o projeto previsto nas Diretrizes Curriculares”. (CHAGAS 2016, p.45).

Desde o surgimento dos primeiros cursos de Serviço Social na referida modalidade, a categoria profissional, por meio de suas entidades representativas, vem se manifestando publicamente contrária à inserção de EaD na graduação em Serviço Social. (PEREIRA, FERREIRA e SOUZA 2014, p.30)

As autoras Pereira, Ferreira e Souza (2014) argumentam ainda sobre a sua radical incompatibilidade com uma formação que garanta um perfil de assistente social crítico e qualificado nas três dimensões do exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Nesta mesma perspectiva o Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO lançaram em 2011 a campanha "Educação não é fast-food" com o objetivo de suscitar o debate acerca da precarização do ensino superior no Brasil como também denunciava irregularidades em diversos cursos de graduação à distância em Serviço Social e atualmente integra a campanha: “Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética”. A referida campanha é uma iniciativa do Fórum Nacional, para alertar quem pretende cursar e quem já cursa a graduação em Serviço Social.

A inserção da educação a distância no Serviço Social provoca uma imensa mudança na identidade profissional e rebatimentos no atendimento da população, daí a importância do fortalecimento da formação continuada e fundamentada nas Diretrizes Curriculares. É imperioso a consciência da complexidade da realidade social segundo Iamamoto (2015, p.20), “Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes do cotidiano”.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A categoria do Serviço Social tem a construção da sua identidade atrelada a gênese da profissão, profissão essa oriunda do sistema capitalista e consequentemente engendrada aos interesses da classe burguesa, “Mais do que consumida, sua identidade estava sendo, na verdade, plasmada artificialmente pela burguesia para servir-lhe como estratégia de consolidação do seu domínio da classe” (MARTINELLI, 2009, p. 16).

Nessa perspectiva, Martinelli (2009, p. 17) evidencia a amplitude da identidade, nomeando como “categoria identidade”, e assim pontua suas principais definições para não gerar confusões da sua relevância profissional, “a identidade profissional não podia se confundir com o idêntico, nem tampouco com a igualdade e muito menos com a uniformidade – um vazio insípido e desprovido de relações [...]”

Gentilli corrobora com a definição da categoria identidade, na perspectiva de um conjunto de sentido etimológico a aquilo que é idêntico, semelhante e análogo, complementa que consiste numa categoria que “possibilita analisar as contiguidade, as semelhanças, as diferenças e as contradições que se estabelecem entre indivíduos e sociedade, tanto na perspectiva dos sujeitos singulares quanto coletivo” (1997, p.128)

Martinelli reforça as relações da origem da profissão, marcada pela conjuntura do sistema operante, o capitalismo, e afirma o papel do profissional de Serviço Social como reprodutor do sistema econômico. Logo, tem suas implicações no processo de formação, com pontuações das variáveis inerentes a esse estágio “alienação, contradição e antagonismo” (MARTINELLI, 2009, p. 156). É imperioso salientar ainda o “vasto caudal” do cenário político social e econômico que a profissão é engendrada e desenvolvida,

É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês como uma importante estratégia de controle social, como uma ilusão de servir, para, juntamente com muitas outras ilusões criadas pelo capitalismo, garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica[...] (MARTINELLI, 2009, p. 156).

Socialmente determinada na conjuntura política, social e econômica, é sedimentado na profissão uma identidade atribuída, por interesses do projeto hegemônico com tolhimento a qualquer surgimento de projetos de transformação social. Martinelli (2009, p. 157) explana o surgimento a identidade atribuída a profissão, “É uma profissão que já surge no cenário histórico com uma identidade atribuída pelo capitalismo. Em vez de ser produzida historicamente, decorre do poder hegemônico da classe dominante, que roubou dos agentes as possibilidades [...]”.

Neste sentido, compreendendo o processo histórico da categoria da identidade como dialética, não pode ser caracterizada como acabada e fixa, está em constante construção e modificações, pois o serviço social atua na reprodução das relações sociais, com conjuntura complexa e mutáveis, “assim como não podia ser pensada como algo

fixo, imóvel, estagnado e petrificado” (MARTINELLI, 2000, p. 18). Martinelli fundamenta a necessidade em compreender as modificações inerentes a essa categoria.

Era preciso visualizá-la sempre como uma categoria essencialmente dinâmica, construindo-se permanentemente no confronto com as contradições do real e em meio as determinações sociais. Tempo e movimento configuravam, então, variáveis intrinsecamente relacionadas com a construção da identidade, o que tornava impossível aprisioná-la em esquemas rígidos e imutáveis, ou mesmo apreendê-las apenas a partir de sua representação aparente (MARTINELLI, 2000, p. 18).

Advinda da identidade atribuída a profissão, é gerado no interim da profissão a ausência de identidade profissional, sem condições de promover o fortalecimento da categoria, Martinelli (2000, p. 18) explana os agravamentos, “acaba por configurar um problema de graves consequências, pois fragiliza a consciência social da categoria profissional, impedindo-a de ingressar no universo da “classe em si” e da “classe para si” do movimento operário”.

No interior da profissão era notório o convívio a alienação e o surgimento da crítica, existindo a contradição que vai se expressando por meio do Movimento de Reconceituação. Martinelli pontua a nova formação da identidade profissional (2000, p. 145) “Assim, ao mesmo tempo que desenvolvia o Movimento de Reconceituação, como projeto social mais amplo, desenvolvia-se também o processo organizativo da categoria profissional”.

Sorratamente a identidade profissional potencializa uma problematização, no formato de entender e se reconhecer em relação os elementos de habilidades, sociopolíticos e a subjetividade da profissão “consideram tanto as exigências e as habilidades pessoais requeridas para o exercício profissional (o que fazem), quanto aos elementos sociopolíticos estruturantes dos significados sociais (o que são); assim como os sentidos subjetivos mobilizados pela profissão (como se sentem). (1997, p. 129)

Nesta conjuntura a profissão está envolta no processo de reflexão crítica a identidade atribuída e o surgimento da consciência social, no exercício de pensar a totalidade social de forma dialeticamente, com reconhecimento da historicidade e do movimento presente no processo de construção da profissão, a autora Martinelli evidencia esse movimento de negação da identidade atribuída e de, “superação da alienação como uma possível via de ruptura do Serviço Social com suas próprias origens burguesas e o seu passo inaugural para a construção coletiva de uma dinâmica identidade profissional”. (2000, p. 18).

Tornava-se cada vez mais claro que era preciso desalojar do interior da categoria profissional a reificada identidade atribuída, lutando coletivamente pela construção de uma nova identidade, plena de historicidade e capaz de se articular com as forças revolucionárias que buscam a construção de uma nova sociedade (MARTINELLI, 2000, p. 18).

O processo sócio-histórico da profissão é permeado pela categoria da dialética por permitir penetrar na história e compreender a conjuntura e trajetória traçada e o

novo momento de modificações pertinentes, para autora falar sobre identidade “significa perguntar por sua participação na trama de relações sociais, por sua legitimação como prática social de caráter popular, por seu vínculo com a formulação e execução de políticas sociais autênticas” (MARTINELLI, 2000, p. 159)

Há que se registrar ainda as considerações da autora Gentilli sobre a identidade na contemporaneidade nas suas múltiplas atuações que gera a desarticulação, fragmentação de forma imediata no cerne da profissão na questão focal Estado verso cidadão.

Os assistentes sociais hoje, de forma desarticulada, fragmentária e imediata, como sempre o fizeram, grandes problemas que ocorrem na relação Estado e cidadão, na qual estão inseridos como agentes. Problematizam acessos e exclusões institucionais, contradições das sociedades democráticas, fragilidades de contrato social, entre tantas outras questões que contam, e muito, na execução prática de programas de qualquer agenda política (1997, p. 143).

Trata-se para autora, a profissão ter no discurso contemporâneo a dispersão da identidade, por não polarizar novos elementos mais substantivo, (GENTILLI, 1997, p. 142) “Nele estão presentes indicadores de finalidades, atividades, objetivos, funções, intencionalidades e produtos profissionais”.

Esse movimento de construção da identidade profissional configura-se como um dos desdobramentos do processo de formação profissional, pois a formação é indissociável da discussão do trabalho profissional, do modo de ser da profissão, bem como do perfil profissional. Sendo assim, retomamos a discussão das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 que tem se configurado pelo processo histórico e de amadurecimento intelectual da categoria profissional, reconhecendo a categoria trabalho e a questão social como centralidade da formação profissional. O projeto de formação profissional em Serviço Social encontra-se estruturado em pressupostos, princípios e diretrizes, construídas em conjunto de conhecimentos indissociáveis.

Iamamoto (2005, p.164) afirma que a formação profissional “deve contribuir para recriar o perfil profissional do assistente social, indicando e antecipando perspectivas no âmbito da elaboração científica e da intervenção profissional, de acordo com um dever profissional”.

Além disso, indica que diante das necessidades postas hoje à profissão é preciso estar atento ao reordenamento do padrão de acumulação capitalista, bem como de regulação da vida social, exigindo do profissional o redimensionamento na sua forma de pensar e agir.

O projeto de formação profissional também pressupõe que a inserção dos profissionais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais deve ser compreendida com olhar crítico e investigativo, pautado em referencial teórico-metodológico, que embasa a sua postura ético-política ao mesmo tempo em que ofereça condições para que ele lance mão

de um arsenal técnico-operativo que ultrapasse o campo da imediatividade, e lhe permita construir ações que promovam a emancipação dos sujeitos usuários dos serviços (ABESS, 1997).

Nesse sentido, o projeto de formação profissional possui uma direção social pautada na perspectiva crítica que fornece respaldo para o futuro assistente social construir mediações através da singularidade, particularidade e universalidade analisando a totalidade social possibilitando sua intervenção.

Diante dessa contextualização compreende-se que esse perfil profissional parametrado pelas Diretrizes Curriculares vigentes vislumbra o processo de construção da identidade profissional em consonância ao processo investigativo/interventivo respaldado na perspectiva crítica, assim como no projeto ético-político profissional amplamente debatido e construído pela categoria profissional quando se processa a identidade da profissão atrelada aos interesses da classe trabalhadora, bem como quando se reconhece enquanto tal.

Vale ressaltar que os aspectos conjunturais, envoltos por determinações políticas, sociais, econômicas, históricas, que envolvem a formação profissional também do Serviço Social pelo viés mercadológico da educação por meio dos cursos na modalidade à distância e/ou cursos ilegais fragiliza a construção do perfil proposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 dadas as particularidades dessa modalidade de ensino e, conseqüentemente, a identidade profissional possivelmente estará na contramão do Serviço Social crítico, quiçá atribuída pela onda (neo) conservadora que se faz presente entre a categoria profissional.

Este é um terreno de contradições, e, considerando que a formação profissional possibilita a construção da identidade profissional, se faz mister advertir que ela é uma categoria ético-política que por meio da consciência é possível fazer a leitura crítica da realidade social a partir de suas múltiplas determinações, desvendar as correlações de forças em presença e efetivar ações que dão materialidade às formas de ser do Serviço Social, isto é, permite dar respostas concretas às demandas postas no cotidiano profissional.

Dessa maneira, a formação profissional permite a construção da identidade profissional numa perspectiva crítica vislumbrando um perfil profissional capaz de intervir eticamente, consciente, superando a formação profissional que meramente prepara para se obter competências e habilidades para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social é expressão do debate social e cultural do seu tempo, resultado de luta dos seus agentes profissionais e está inserida na divisão social e técnica do trabalho.

A formação profissional também acompanha esse processo e permite compreender as relações antagônicas entre as classes sociais e o Estado, logo, formação profissional

é um processo contínuo e inacabado de auto-qualificação, de educação permanente, de construção e reconstrução de saberes mediatizados pela prática social e profissional de sujeitos, por isso permite a construção da identidade profissional, pois esta é construída processualmente e pulsa o tempo e movimento da profissão em cada momento histórico.

Compreendemos que a formação profissional do assistente social está no âmbito da educação. Educação é um processo mais amplo, [...] é uma prática humana direcionada por uma determinada concepção teórica. A educação é um típico 'que fazer' humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida (LUCKESI, 1993, p 21).

É nesse sentido que reafirmamos a necessidade de apreender o projeto de formação profissional construído coletivamente para que se tenha direção para processos emancipatórios, permitindo fazer a crítica da realidade social, pois a emancipação é condição humana e política para outra sociabilidade, bem como a construção da identidade profissional comprometida com as demandas e interesses da classe trabalhadora e comprometida com o projeto ético político da categoria.

Desse modo, a luta contra a precarização do trabalho e formação profissional constantemente [...] “requer a apropriação das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos e legais da categoria” (GUERRA; BRAGA, 2009, p.549), e são essas prerrogativas que norteiam todo o trabalho desenvolvido no âmbito da formação profissional do perfilamento crítico com desdobramento colossal na identidade construída para os assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

ABESS. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. **Formação profissional: trajetórias e desafios**. CADERNOS ABESS, São Paulo, n. 7, 1997.

_____. **Plano de lutas em Defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/plano-de-lutas-em-defesa-do-trabalho-e-da-formacao-e-contra-a-precariacao-do-ensino-superior-36>. Acesso em: 29 Maio. 2019.

CFESS. Campanha **Educação não é fast-food**. CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_campanhaEAD_CENSURADO.pdfAcesso em: 29 de Maio. 2019.

CFESS. **Campanha Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética**. CFESS, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1568> Acesso em: 29 de Maio. 2019.

CHAGAS, Bárbara.R.F. **Ensino a distância e Serviço Social: Desqualificação profissional e ameaças contemporâneas**. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, V.15,2016.

GENTILLI, R. de M. L. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 126-144, mar. 1997

_____. Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2009. 215 p.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. **Supervisão em Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo, Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez 2005.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1993

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. São Paulo: Veras Editora, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Cirlene.A.H.S.Marcos. **Históricos da Formação Profissional em Serviço Social**. Parte do CAp. Ida teses de livre docência da autora Estágio Supervisionado em Serviço Social: Atualidades e Perspectivas: Adaptado para fins didáticos da Disciplina formação Profissional em Serviço Social: Elementos Constitutivos. Franca, 2011.

PEREIRA, Larissa.D; FERREIRA, Andreza.T.S; SOUZA, Andreia.C.V. **Análise Comparativa entre Expansão dos Cursos de Serviço Social EAD e presenciais**. Revista Temporalis, Brasília, nº27, 2014.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CAPÍTULO 5

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 18/12/2020

Evelyn Secco Faquin

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/2362008116017333>
<http://orcid.org/0000-0003-3322-8741>

Líria Maria Bettiol Lanza

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6542625429665383>
<http://orcid.org/0000-0003-4583-3762>

RESUMO: O presente capítulo tem como objetivo problematizar a docência enquanto atribuição privativa do(a) assistente social, sendo, portanto, temática a ser contemplada pela formação profissional graduada e pós-graduada. Para sua construção nos valem da abordagem qualitativa, partindo da análise documental. Consideramos que persiste a lacuna deste debate no interior da categoria, sendo urgente introduzi-lo em nossas pautas.

PALAVRAS-CHAVE: Docência em Serviço Social; Atribuição Privativa; Formação Profissional.

TEACHING IN SOCIAL WORK: PROBLEMATIZATIONS NEEDED TO VOCATIONAL TRAINING

ABSTRACT: The present chapter aims to

problematize teaching as a private assignment of the social worker, being, therefore, thematic to be contemplated by graduate and postgraduate vocational training. For its construction we use the qualitative approach, starting from the documentary analysis. We believe that the gap in this debate persists within the category, and it is urgent to introduce it in our agendas.

KEYWORDS: Teaching in Social Work; Private Assignment; Vocational Training.

1 | INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da docência em Serviço Social é urgente e impacta diretamente a qualidade da formação profissional. Para além das ofensivas restritivas, que diuturnamente tem atingido o trabalho docente e política educacional na conjuntura brasileira, causando precarização dos contratos de trabalhos, diminuição de investimentos na área e sucateamento das instituições de ensino superior, para o Serviço Social, se faz necessário indagar a qualificação para o exercício dessa atribuição privativa.

Assim, a presente exposição objetiva problematizar a docência enquanto atribuição privativa do(a) assistente social, sendo portanto, temática a ser contemplada pela formação profissional graduada e pós-graduada. Enquanto procedimentos metodológicos nos valem da abordagem qualitativa, partindo da análise documental da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993), Diretrizes

Curriculares para os Cursos de Serviço Social elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) e o documento “Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil” (ABEPSS, 2015).

21 DOCÊNCIA ENQUANTO ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: DEMANDA PARA A FORMAÇÃO OU PERCURSO INDIVIDUAL?

O ato de ensinar sempre esteve presente desde os tempos mais remotos da humanidade, sendo essencial para a reprodução e manutenção da vida e construção de sociedades. Assim, o ensino está presente em todas as esferas da vida (privada e pública), no entanto com metodologias e interesses diversos.

Dessa maneira, quando pensamos no ensino de uma profissão, há questões que merecem reflexão, pois este é o mecanismo utilizado para a reprodução dessa categoria profissional, ou seja, na sua ausência, uma profissão pode caminhar para a extinção.

Quando passamos a refletir sobre o Serviço Social enquanto profissão, verificamos a existência de algumas especificidades no que tange à docência, já que os vários documentos legais que dão sustentação à profissão de assistente social compreendem essa tarefa como uma das atribuições privativas da categoria.

De acordo com Barroco e Terra (2012) atribuições privativas dos assistentes sociais, são aquelas que necessariamente requisitam um conhecimento técnico e saber específico, que por sua vez, somente podem ser apreendidos por meio do cursar graduação em Serviço Social.

O processo de ensino-aprendizagem de uma profissão, no entanto, está intimamente relacionado com a concepção de formação profissional que a categoria assume. É a partir desse entendimento que a docência se desenvolve e sob esses pressupostos que a profissão se reproduzirá.

Iamamoto (2011) apresenta a seguinte reflexão sobre a concepção de formação profissional que devemos almejar:

A formação profissional aqui referida não se reduz à oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao Assistente Social para responder a uma condição para sua inserção no mercado de trabalho. Se este é um elemento presente no processo de formação, ele o extrapola: trata-se de preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado (p. 162-163).

A partir dos apontamentos de Iamamoto (2011), podemos ter em mente em que terreno deve-se construir a docência em Serviço Social, terreno este que não deve somente ter como meta a preparação de um corpo profissional que atenda às necessidades do mercado, mas que tenha potencial para criar e recriar demandas, as atendendo com qualidade e compromisso com o projeto profissional da categoria.

O Serviço Social enquanto profissão regulamentada, conta com a previsão em sua Lei de Regulamentação (Lei nº 8662/1993) do estabelecimento de competências e atribuições privativas. Iamamoto (2012, p. 37) apresenta:

[...] atribuições referentes às funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas, enquanto as competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais.

Nessa direção, se exige que a formação profissional, sobretudo graduada, uma vez que a mesma legislação reforça que é prerrogativa dos graduados em Serviço Social o exercício dessas competências e atribuições, fornecer subsídios para mobilização destas.

Ao refletirmos acerca da docência em Serviço Social, parametrados pela referida lei, verificaremos que esta é contemplada enquanto atribuição privativa, assim, exclusiva do(a) assistente social, sobretudo nos incisos:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; (BRASIL, 2012).

Trindade (2009) afirma que para a efetivação de ações profissionais vinculadas a formação profissional¹, sobretudo à docência, são necessários instrumentos de caráter pedagógico acrescidos do uso de tecnologias da informática. Mas afinal quais instrumentos de caráter pedagógico são esses?

Apoiados nas reflexões de Libâneo (2001) verificamos que a ação pedagógica é a responsável por atribuir direcionamento às práticas educativas, mediante intencionalidades previamente definidas. Assevera o autor que o processo educativo se viabiliza, como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente.

Libâneo (2001) reitera que é o caráter pedagógico que instaura o diferencial nos processos educativos que se expressam em situações históricas e sociais concretas.

1 "Hoje existem assistentes sociais em várias funções docentes: professor efetivo e professor substituto nas universidades públicas, professores contratados pelos cursos privados (presenciais e a distância), tutor nos cursos a distância, tanto a tutoria a distância quanto a tutoria presencial" (TRINDADE, 2012, p. 96).

Precisamente pelo fato de a prática educativa se desenvolver no seio de relações entre grupos e classes sociais é que é ressaltada a mediação pedagógica² para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo (LIBÂNEO, 2001, p. 9).

Neste mesmo contexto, Beillerot (1985) disserta que a ação pedagógica se apresenta também por meio de um conjunto de comportamentos e ações conscientes e voluntárias de transmissão de saberes, por explicações que apelam à razão de uma ou mais pessoas, com a finalidade de: a) modificar os comportamentos, os afetos, as representações dos ensinados; b) fazer e adquirir métodos e regras fixas que permitam fazer face a situações conhecidas que se reproduzem com regularidade; c) fazer agir.

Assim Libâneo (2001) aponta que todo ensino supõe uma “pedagogização”³, isto é, supõe uma direção pedagógica (intencional, consciente, organizada), com vistas a converter os fundamentos da ciência em matéria de ensino.

Masetto (2012) amplia a reflexão afirmando que a docência em nível superior exige um professor com domínio na área pedagógica. Indicando que esta área se constitui, portanto, é requisitado ao docente do Ensino Superior o domínio de conhecimentos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem; concepção e gestão de currículo; integração das disciplinas como componentes curriculares; compreensão da relação professor-aluno e aluno-aluno; teoria e prática da tecnologia educacional; concepção do processo avaliativo e suas técnicas para feedback e planejamento como atividade educacional e política.

Por termos enquanto estruturação a formação em nível de bacharelado, não há enquanto pré-requisito a presença de conteúdos vinculados à ação pedagógica. Mesmo havendo a previsão na Lei de Regulamentação da Profissão, da docência enquanto atribuição privativa, as Diretrizes Curriculares elaboradas coletivamente pela categoria profissional sob a coordenação da ABEPSS (ABEPSS, 1996), não estabelecem essa exigência.

2 “Por mediação pedagógica entendemos a atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador e incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem. [...] São características da mediação pedagógica: dialogar permanentemente de acordo com o que acontece no momento; trocar experiências; debater dúvidas, questões ou problemas; apresentar perguntas orientadoras; auxiliar nas carências e dificuldades técnicas ou de conhecimento quando o aprendiz não consegue se conduzir sozinho; garantir a dinâmica do processo de aprendizagem; propor situações-problemas e desafios; desencadear e incentivar reflexões; criar intercâmbio entre a aprendizagem e a sociedade real em que nos encontramos, nos mais diferentes aspectos; colaborar para estabelecer conexões entre o conhecimento adquirido e os novos conceitos, fazendo a ponte com outras situações análogas; colocar o aprendiz frente a frente com questões éticas, sociais, profissionais, conflituosas; por vezes, colaborar para desenvolver crítica com relação à quantidade e validade das informações obtidas; cooperar para que o aprendiz use e comande as novas tecnologias para aprendizagem e não seja comandado por elas ou por quem as tenha programado; colaborar para que se aprenda a comunicar conhecimentos, seja por intermédio de meios convencionais, seja mediante novas tecnologias” (MASETTO, 2010, p. 175-176).

3 ““Pedagogizar” a ciência a ser ensinada significa submeter os conteúdos científicos a objetivos explícitos de cunho ético, filosófico, político, que darão uma determinada direção (intencionalidade) ao trabalho com a disciplina e a formas organizadas do ensino. Nesse sentido, converter a ciência em matéria de ensino, é colocar parâmetros pedagógico-didáticos na docência da disciplina, ou seja, juntar os elementos lógico-científicos da disciplina com os político-ideológicos, éticos, psicopedagógicos e os propriamente didáticos” (LIBÂNEO, 2001, p. 10).

Em documento publicado pela ABEPSS em 2015 (ABEPSS, 2015) com orientações para a qualificação dos Programas de Pós-Graduação, a temática é mencionada apenas nos indicativos para o estabelecimento de articulação entre graduação e pós-graduação. Há maior ênfase no estágio em docência, embora reconheça que os Programas de Pós-Graduação deverão ter como objetivo a formação de docentes.

Uma vez que a capacitação para docência não se apresenta contemplada pelos documentos balizadores da formação (graduada e pós-graduada), esta passa a depender de um percurso individual dos(as) assistentes sociais que passam a exercê-la, podendo gerar episódios de reproduções de experiências, tentativas e erros, coadunando em prejuízo a formação de novos assistentes sociais.

Profissionais passam assim a ocupar o espaço da docência, sem capacitação específica para este, o que leva muitas vezes à desistência e frustração. Atitudes estas que poderiam ser evitadas caso houvesse um maior preparo e informação em relação às grandes possibilidades e importância desse lócus profissional.

Embora em recente publicação do Conjunto CFESS/CRESS (CFESS, 2020) tenha se avançado na delimitação do campo da docência enquanto atribuição privativa, a formação seu exercício continua sendo uma lacuna.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do nosso objetivo de problematizar a docência enquanto atribuição privativa do(a) assistente social, reforçamos a necessidade de que a formação profissional graduada e pós-graduada a priorize enquanto debate, uma vez que há necessidade de preparar a categoria profissional para ocupar este espaço sócio-ocupacional.

Acreditamos que a capacitação para docência é essencial para a qualificação do processo de formação profissional em Serviço Social e defendemos a introdução desse debate no interior dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**. Rio de Janeiro, novembro de 2015.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEILLEROT, Jacky. **A sociedade pedagógica**. Porto: Rés, 1985.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** Vol. 2. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020.

FAQUIN, Evelyn Secco. **A formação profissional em Serviço Social:** um estudo da dimensão político-pedagógica dos cursos de graduação públicos estaduais do Paraná. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** Brasília: CFESS, 2012. p. 33-74.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

MASETTO, Marcos T. **O professor na hora da verdade:** a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercamp, 2010.

MASETTO, Marcos T. **Competência pedagógica do professor universitário.** 2 ed. São Paulo: Summus, 2012.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 69-102.

CAPÍTULO 6

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Vanessa Bezerra de Souza

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Marco Antonio da Silva Santos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Luana Fernandes Pereira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Angela Carvalho de Almeida Coelho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: O projeto ético-político e a formação profissional em Serviço Social vincula-se a um projeto societário privilegiando a centralidade das determinações de classe, gênero e raça/etnia, propondo construir uma nova ordem social, em favor da equidade. Este trabalho expõe a importância da presença do debate de gênero e do racismo, nas graduações em Serviço Social das Universidades públicas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto ético-político; Formação profissional; Serviço Social; Gênero; Racismo.

“ETHICAL-POLITICAL PROJECT AND VOCATIONAL TRAINING: THE INDISSOCIABILITY BETWEEN RACIAL, PATRIARCHAL AND CLASSIST DETERMINATIONS AS FUNDAMENTALS OF SOCIAL WORK”

ABSTRACT: The ethical-political project and professional training in Social Work is linked to

a societal project that privileges the centrality of class determinants, gender and race / ethnicity, the propensity for a new social order, in favor of equity. This paper exposes the importance of the presence of the gender debate and of racism in the graduations in Social Service of Brazilian public universities.

KEYWORDS: Ethical-political design; Professional qualification; Social Work; Gender; Racism.

A discussão sobre a formação profissional em Serviço Social se pauta na “questão social” enquanto eixo fundamental para a compreensão da profissão, questão essa que se revela por meio de suas “refrações”, sobre as quais o assistente social, a partir de uma prática pensada e refletida, realiza intervenções apoiadas em políticas sociais, cuja finalidade é oferecer respostas às expressões multifacetadas e complexas da “questão social” no capitalismo.

Quando se fala em “questão social” não se está falando apenas em suas determinações econômicas, pois as mudanças na esfera da produção operam refrações nos mecanismos de reprodução social, âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social.

Produção e reprodução constituem faces de um mesmo sistema produtivo, uma vez que todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de subsistência nem da reprodução de seres humanos. Os processos de produção e reprodução imbricam-se mutuamente

e são definidos com base no caráter contraditório das relações de gênero, de “raça” e entre as classes sociais.

Esse caráter contraditório é encontrado tanto na produção quanto na reprodução da vida social, de modo que as relações de gênero, de “raça” e de classe se permeiam, dando forma a uma divisão do trabalho, social, racial e sexualmente determinada, tanto no âmbito da produção quanto no da reprodução. A subordinação das mulheres aos homens é um dos elementos fundantes dessa divisão social e sexual do trabalho, já que elas, em sua grande maioria, têm sido preferencialmente designadas à esfera da reprodução, enquanto os homens, na maioria dos casos, à esfera da produção. Isso não significa, no entanto, que homens e mulheres sejam exclusivos de uma ou de outra esfera, mas sim que existe uma tendência a se alocar os homens no âmbito produtivo e as mulheres, no reprodutivo, operando-se, assim, uma “hierarquização” desses espaços. Sendo o fenômeno da reprodução, de modo geral, uma esfera socialmente designada à mulher — cabendo ao homem a esfera da produção —, pode-se constatar uma tendência a subordinar-se à reprodução à produção.

No que se refere às profissões, tal lógica é amplamente presente. Há, portanto, profissões ditas masculinas e femininas, que se sustentam na divisão social e sexual do trabalho, assim como há profissões que têm mais ou menos visibilidade social, que também se assentam nessas mesmas divisões. Profissões “masculinas e femininas” concorrem entre si, reproduzindo as desigualdades sociais, dado que a tendência de subordinação da mulher ao homem leva à tendência correspondente de se subordinar as profissões “femininas às masculinas”.

O conceito de gênero, segundo Araújo:

surgiu da necessidade de compreender como a subordinação é reproduzida, e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas. (Araújo, 2000, p.68)

Almeida (1997), por sua vez, sustenta a importância de não considerar o gênero como um campo específico de estudos e sim como uma categoria que potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais, isso porque a autora considera que as relações de gênero, apresentam-se como um dos fundamentos da organização da vida social.

Sendo assim, sua utilização torna-se imprescindível e apenas possível, através da análise de determinados processos políticos, econômicos e culturais, não sendo, portanto, utilizável em análises abstratas das relações entre os sujeitos sociais. A importância para a compreensão das relações sociais de gênero reside, principalmente, na sua abordagem a respeito da política, conclui-se que a violência de gênero tem por objetivo preservar a organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalterniza o gênero feminino.

Ao reconhecermos que as desigualdades de gênero são milenares e que o espaço mais resistente às mudanças destas relações é o espaço da política, podemos concluir que a estratégia de transformação de tais relações deve ser, como nos aponta Gramsci, o investimento na organização e desenvolvimento da consciência política de mulheres e homens, em torno desta questão.

O Serviço Social está inserido em um quadro social e sexualmente determinado, sua institucionalização acontecendo no interior dessa lógica, que rege a sociedade e que define a sua natureza no que se refere à profissão. Atuando no campo da reprodução das relações sociais, o Serviço Social é considerado uma profissão subalterna — uma profissão feminina —, e, com isso, não se está dizendo que a subalternização da profissão tenha como determinantes apenas as relações de gênero¹. No entanto, não se pode negar que o gênero e a divisão sexual do trabalho tenham uma contribuição essencial na definição dessa característica.

O fato de estar presente na reprodução e de demandar atributos femininos imprime ao Serviço Social seu caráter feminino e subalterno, já que ele apresenta traços que, sob uma determinada ótica, podem ser considerados femininos, haja vista a característica peculiar de as mulheres procurarem cuidar dos agentes sociais com os quais interagem.

O que se deve ressaltar é que os resultados da ação do assistente social, enquanto sujeito de determinados processos de trabalho, passam necessariamente pelo universo de valores incorporados à trajetória da sua socialização, o que significa que o seu trabalho tem implicações subjetivas e que essa subjetividade tem implicações sobre o seu trabalho. Ou seja, a intervenção profissional está permeada pelos valores dos sujeitos individuais que se encontram na condição de profissionais e isso exige da formação profissional não apenas uma dimensão informativa, mas também uma dimensão efetivamente “formativa”, que consiga sucesso na difícil tarefa de fazer com que tais valores passem por um processo de transformação².

No que tange à questão do racismo, Munanga (2003) sustenta que este seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns,

1 De acordo com Iamamoto (1983), “a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção [...]. A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social [...]”. A reprodução das relações sociais, portanto, “é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 72).

2 Não é possível, por exemplo, que o profissional que vá atuar junto a mulheres vítimas de violência doméstica entenda que “se a mulher apanhou é porque alguma coisa ela fez para merecer”. Seria impraticável uma boa intervenção profissional junto à população de rua por parte de um profissional que acredita que “os moradores de rua estão nas ruas porque querem”. O trabalho profissional junto a portadores de HIV seria completamente ineficaz se o profissional acreditasse que “a Aids se pega com um aperto de mãos”. Como poderia um assistente social trabalhar em comunidades carentes se possuísse “aversão à miséria”? Estas situações, que infelizmente não são tão fictícias como gostaríamos que fossem, só podem ser evitadas com um processo de formação que contemple uma mudança nos valores que nossa sociedade ainda preconhece, injusta e desigual veicula maciçamente.

sendo essas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

O racismo seria a crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas; (...) é a tendência que consiste em considerar que características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Contudo, de acordo com o autor, desde o início do século XX, graças aos progressos das pesquisas em genética humana, a raça não é uma realidade biológica, sendo um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana, ou dito de outro modo, biológica e cientificamente, a raça entre os humanos não existe. Diante disso, Munanga (2003) afirma que raça, para classificar os seres humanos, seria um termo étnicosemântico, político-ideológico e não biológico. Raça seria, portanto, uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e exploração.

Considerando a formação social e histórica do Brasil, sobretudo a partir da utilização do trabalho escravo e da exploração de suas riquezas em sua fase de colonização, é inegável a presença de práticas racistas, presentes até os dias atuais. Santos (2015) afirma que duas estratégias foram utilizadas pela elite brasileira e que tornou a questão do racismo algo estruturante em nossa sociedade: a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial.

A primeira foi concretizada no pós-abolição, com o investimento na imigração de trabalhadores europeus, em detrimento da utilização da mão de obra negra recém liberta. A partir dos anos de 1930, passamos a ser considerados uma nação divinamente mestiça, o que deu origem ao chamado mito da democracia racial³. Mito posto que se constituiu enquanto representação retórica, já que a população negra continuou à margem de qualquer iniciativa estatal no sentido de lhes garantir acesso ao trabalho ao lazer, à educação e à infraestrutura básica.

Segundo Santos (2015), respaldada por uma visão eurocêntrica e monoculturalista, baseada numa suposta democracia racial e alicerçada numa aparente competição democrática, a reprodução da ideologia dominante no Brasil tem como consequência o impedimento da formação da identidade coletiva e da mobilização do segmento negro, o que resultou em barreiras para a organização e luta contra as condições de desigualdade racial.

Se considerarmos a definição de Questão Social de Netto (1989) como o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca o surgimento da classe trabalhadora como sujeito sócio-político no marco da sociedade capitalista, e se considerarmos a particularidade histórica do Brasil enquanto país que foi colonizado e é

3 Schwarcz (2007) destaca que a obra fundamental que inaugura e dissemina a ideia da suposta democracia racial é o livro de Gilberto Freyre intitulado: Casa-grande & senzala cuja primeira edição data de 1933. No livro, Freyre oferecia um novo modelo para a sociedade multirracial brasileira fazendo da mestiçagem uma questão de ordem geral. Sendo assim, era o cruzamento das raças que passava a singularizar a nação, levando a entender que essa miscigenação seria sinônimo de tolerância.

periférico na cena do capitalismo internacional, a importância do debate do racismo para a compreensão de nossa história se faz indispensável.

A Questão Social, sendo base de fundamentação e justificativa da existência do Serviço Social, deve, portanto, ter como horizonte, sobretudo no âmbito da formação profissional, o investimento em pesquisa acerca da questão racial e do gênero no Brasil no sentido de contribuir para a superação do racismo e do machismo.

O oitavo princípio do código de ética do assistente social afirma a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, o que demonstra o reconhecimento da importância do debate para a formação profissional.

Contudo, o debate étnico-racial e de gênero ainda não estão sendo considerados como obrigatórios para a grande maioria das Unidades Acadêmicas de Serviço Social em nível nacional. Consideramos que tais debates na formação profissional de Serviço Social se fazem imprescindíveis no sentido de contribuir para a qualidade da formação profissional, consoante com o projeto ético político profissional comprometido com a emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Questão Social é a base de fundamentação e justificativa da existência do Serviço Social e Netto (1989) a define como o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca o surgimento da classe trabalhadora como sujeito sóciopolítico no marco da sociedade capitalista. A estrutura básica do projeto ético-político do Serviço Social tem o reconhecimento da “liberdade” — concebida historicamente como a possibilidade de escolher entre alternativas concretas — como valor central, o que o leva a assumir comprometer-se com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Fica nítida a vinculação do projeto ético-político do Serviço Social a um determinado projeto societário que privilegia a incidência e a centralidade das determinações de classe, de gênero e raça/etnia, que se propõe à construção de uma nova ordem social, à defesa intransigente dos direitos humanos e à recusa do arbítrio e dos preconceitos.

Tais propostas imprimem a esse projeto uma clara dimensão política, que se concretiza no posicionamento em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos projetos, programas e políticas sociais, na ampliação e na consolidação da cidadania, e na defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Compõe ainda esse projeto o compromisso com a “competência” profissional, que deve ter como base o aprimoramento intelectual, isso demandando uma formação

acadêmica qualificada, que tenha por base concepções teórico-metodológicas sólidas e críticas que viabilizem uma análise concreta da realidade social.

Compreendemos o gênero como uma categoria que designa o conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e homens e homens. Racismo, por sua vez, seria, de acordo com Munanga (2003) uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo essas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Tanto gênero quanto a questão racial são, portanto, dimensões constituintes da realidade social, ou, mais precisamente, da Questão Social. Compreender tais dimensões da realidade é indispensável para uma formação profissional competente. Se considerarmos a particularidade histórica do Brasil enquanto país que foi colonizado e é periférico na cena do capitalismo internacional, a importância do debate do racismo para a compreensão de nossa história se faz indispensável.

Deve-se, portanto, ter como horizonte, sobretudo no âmbito da formação profissional, o investimento em pesquisa acerca da questão racial no Brasil no sentido de contribuir para a superação do racismo. O presente trabalho objetivou, portanto, destacar a importância do debate das relações patriarcais de gênero e do racismo, o que do nosso ponto de vista representa questão *sine qua non* para uma formação crítica, competente e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS)/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL (CEDEPSS). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional: documento ABESS/CEDEPSS. In: Serviço Social e sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996 a.

ALMEIDA, Sueli Souza de. Violência de gênero: público X privado. (Cap.5). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: Revista Crítica Marxista, n. 10, São Paulo: Boitempo, 2000.

BEZERRA, V. E VELOSO, R. GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS A UMA ABORDAGEM CRÍTICA. SÃO PAULO: SARAIVA, 2015

CASTRO, M. G. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. In: Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional do Assistente Social. In: BONETTI et al. Serviço Social e ética. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

FERNANDES, F. O Negro no mundo dos Brancos. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1979.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. São Paulo: 2003. (Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB)

SANTOS, R.E. O Marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. São Luiz do Maranhão: EDUFMA, 2015

VELOSO, R. Serviço Social: profissão feminina? — A condição masculina na formação profissional. Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. Notas introdutórias sobre o debate das relações de gênero. In: Revista Universidade e Sociedade. São Paulo: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2003.

_____. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.

CAPÍTULO 7

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Data de aceite: 01/03/2021

Diego Augusto Rivas dos Santos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)

Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO
Coordenador de Curso de Pós Graduação
Lato Sensu em Políticas Públicas, Diversidade Sexual e de Gênero (Ensin-e/Inove Saber)
Professor em Curso de Pós Graduação, Atualização e Preparatório do NEZO e Inove Saber
<http://lattes.cnpq.br/3067772786480197>
Rio de Janeiro – RJ

Vaniele Soares da Cunha Copello

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Coordenadora do Curso de Serviço Social da Unigranrio e professora
<http://lattes.cnpq.br/6128969307356937>
São João de Meriti – RJ

RESUMO: Este artigo tem por objetivo propiciar uma discussão sobre a ética na contemporaneidade no âmbito do Serviço Social frente a onda conservadora que se infiltrou no Brasil. Sabemos, que o conhecimento acerca da ética é imprescindível na formação profissional das(os) Assistentes Sociais, pois cabe a este profissional, lutar para que as liberdades de ação e pensamento sejam asseguradas.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Moral; Assistente Social; Código de Ética.

ETHICS IN TIMES OF RESISTANCE TO CONSERVATISM: A REFLECTION ON THE ELEVEN (11) FUNDAMENTAL PRINCIPLES OF THE SOCIAL WORKER'S CODE OF ETHICS OF 1993

ABSTRACT: This article aims to provide a discussion about the ethics of contemporary social service in the face of the conservative wave that infiltrated Brazil. We know that knowledge about ethics is essential in the professional training of Social Workers, because it is up to this professional to strive for the freedoms of action and thought to be assured.

KEYWORDS: Ethics; Moral; Social Worker; Code of ethics.

1 | INTRODUÇÃO

Esse estudo preliminar sobre Ética e Serviço Social na contemporaneidade surge a partir da necessidade de produzir conhecimento acerca do atual momento econômico, político, social e cultural vivenciado pela maioria dos brasileiros. Nosso objetivo é reforçar que a(o) Assistente Social é porta-voz de uma sociedade, sendo assim, deve lutar constantemente pelo aprofundamento da democracia e contra todo e qualquer tipo de violência, preconceito ou demais violações de direitos, conforme preconizado nos componentes legislativos da profissão. Nesta produção teórica, teremos como base para as reflexões os onze (11) Princípios Fundamentais do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993.

SOCIAL SERVICE AND PROFESSIONAL

A produção teórica abaixo, é fruto de muitas inquietudes e indagações, resultantes do momento acalorado, onde algumas pessoas afirmam que vivenciamos uma verdadeira crise moral e ética. Tal pesquisa, visa estimular uma reflexão mais aprofundada sobre o real papel da(o) Assistente Social no cenário atual, de acordo com os princípios ético políticos preconizados em seu Código de Ética. Para atingir tais objetivos, utilizamos como metodologia, uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfica, fruto de leituras e anotações, oriundas da vivência e experiência docente de ambos os autores deste estudo, durante algum tempo, lecionando a disciplina de Serviço Social e Ética Profissional, além de experiências empíricas e cotidianas, cujas situações contemporâneas nos colocam a refletir sobre ética a todo momento em diversas situações. As reflexões aqui propostas, encontram-se pautadas na teoria social crítica de Marx, contemplando as categorias: totalidade; historicidade e contradição.

2 | ÉTICA E MORAL

Ética é o conjunto de valores e princípios que usamos para responder a três grandes questões da vida: **(1) quero? (2) devo?; (3) posso? Nem tudo que eu quero eu posso; nem tudo que eu posso eu devo; e nem tudo que eu devo eu quero.** Você tem paz de espírito quando aquilo que você quer é ao mesmo tempo o que você pode e o que você deve. (CORTELLA, Mario Sérgio¹. Grifo nosso. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTI0ODIxMA/>. Acesso em: 26/02/19).

A palavra ética é utilizada cotidianamente pelos indivíduos, porém nem todos sabem explicar facilmente o seu significado. Para início de conversa, ética não se resume a ética profissional, pelo contrário, envolve uma discussão de base filosófica. Para abordarmos, o conceito de ética é imprescindível definir inicialmente o significado de valor e moral.

Pautadas no senso comum e de forma superficial surgem alguns significados para moral, como por exemplo, a moral geralmente atrelada a uma obrigação formal, onde, proibisse um comportamento contrário ao estipulado pelas normas dominantes. Caso, um indivíduo, comporte-se de forma diferente do padrão imposto pela sociedade, ele é visto como imoral.

A moral muita das vezes está associada a um conjunto de valores legitimados pela tradição e pelos costumes classificados como “corretos”, “justos” e “bons”. Podemos exemplificar, esse conceito de moral, quando algumas pessoas se mostram contrárias a adoção de crianças por casais homoafetivos. Isto ocorre, devido nas sociedades historicamente ter prevalecido um padrão heterossexual, onde somente casais formados

¹ Mario Sergio Cortella (1954) é um filósofo, escritor e professor paranaense. É graduado em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora de Medianeira, mestre e doutor em Educação pela PUC-SP. Foi professor titular do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e de pós-graduação em Educação da PUC-São Paulo, onde trabalhou de 1977 a 2012. Mario Sergio Cortella foi secretário Municipal de Educação de São Paulo, entre 1991 e 1992. Desde 1997 é professor convidado da Fundação Dom Cabral. Mario Sergio Cortella é autor de diversas obras no campo da Filosofia e da Educação. Disponível em: https://www.pensador.com/autor/mario_serjio_cortella/biografia/. Acesso em: 26/02/19.

por pessoas do sexo masculino unidas a uma outra do sexo feminino seriam “capazes” ou teriam o “direito” de adotar crianças, pois o padrão de família nuclear/conjugal era o único reconhecido até pouco tempo como “aceitável” e “normal” pela sociedade.

Sendo assim, parece correto apontar que o modelo de família nuclear/conjugal se caracteriza como o “certo” e capaz de adotar crianças. Deste modo, as famílias que não se enquadram nos moldes tradicionais da família nuclear/conjugal são consideradas como famílias “desorganizadas” e ou “desestruturadas”², de acordo com o pensamento conservador. Quando existem ideias que se contrapõem a tradição cultural, até então predominante, e busca-se romper com essa idealização de modelo padrão, instaura-se um conflito moral.

Atualmente e de forma intensificada, o discurso sobre o resgate e a reatualização da moral e dos bons costumes volta à tona, cuja a moral assume uma função de normatizar, não possibilitando questionamentos as regras e hábitos vigentes, por meio de uma absolutização de valores.

De acordo com o pensamento crítico, presente na referência de Vasquez (2004), a moral representa um sistema de normas, princípios e valores que regulamenta as relações mútuas entre os indivíduos ou entre eles e a comunidade. Por este viés, a moral apresenta-se como uma dimensão da vida social prática construída historicamente, expressa de diversas formas e em diversos espaços. (escolha de valor).

O conceito de valor frequentemente está vinculado à noção de preferência ou de seleção. Os valores podem expressar sentimentos e o propósito de nossas vidas, tornando-se muitas das vezes a base de nossas lutas e compromissos. Temos como exemplo os valores: culturais; individuais e universais.

Segundo Vázquez (2004) a moral sempre existiu, pois todo ser humano possui a consciência moral, que o leva a distinguir o bem do mal no contexto em que vive, surgindo realmente quando o homem passou a fazer parte de agrupamentos, isto é, surgiu nas sociedades primitivas, nas primeiras tribos, ou seja, a moral atinge a grupos específicos e é dotada de um caráter histórico social.

Ainda sobre a moral, e debruçado nos estudos de Vázquez (2004) existem três aspectos fundamentais:

- a) Os princípios, valores ou normas validados por uma comunidade e/ou sociedade e adotados como modelos de comportamento não são eternos;
- b) O comportamento moral trata-se de uma conduta que tem consequências, tornando-se objeto de aprovação ou reprovação ou classificado como: bom ou ruim; certo ou errado.
- c) As ideias, normas e relações sociais nascem e se desenvolvem em

² Ressaltamos que o Assistente Social não se refere a uma família como “desorganizada” ou “desestruturada” apenas utilizamos essas terminologias para compreensão do conceito de moral pautado no pensamento conservador. O Assistente Social trabalha com o conceito de família no sentido plural, reconhecendo todos os arranjos familiares, as diversas tipologias e configurações.

correspondência com uma necessidade social.

Para Vázquez (2004), a moral também apresenta uma função social, ou seja, cabe a ela regulamentar as relações entre os seres sociais, contribuindo assim para manter e garantir uma determinada ordem social. O indivíduo se comporta moralmente no quadro de certas relações e condições sociais determinadas que ele não escolheu, e dentro de um sistema de princípio, valores e normas morais que não inventou, mas que recebe socialmente segundo o qual regula suas relações com os demais ou com a comunidade inteira.

Percebemos então, que formam-se aos poucos as ideias morais e os modelos de comportamento moral dos seres sociais. Os indivíduos agem de acordo com as normas aceitas por um grupo social ou por toda a sociedade/comunidade, sancionadas pela opinião e sustentadas pela fiscalização dos demais.

No nosso dia-a-dia, acabamos não fazendo uma distinção entre ética e moral, e até mesmo, de forma equivocada ou seguindo a lógica do senso comum, tratamos essas duas palavras como sinônimas. Mas, os pensadores e estudiosos fazem questão de apresentar e comprovar a distinção entre essas duas palavras.

Podemos dizer, a partir dos textos de Platão e Aristóteles, que a ética teria surgido com Sócrates, no Ocidente, denominada de ética ou filosofia moral. Para Sócrates, o conceito de ética iria além do senso comum da sua época, o corpo seria a prisão da alma, que é imutável e eterna. Existiria um “bem em si” próprios da sabedoria da alma e que podem ser rememorados pelo aprendizado. Segundo Sócrates, a ética investiga e explica as normas morais, pois leva o homem a agir não só por tradição, educação ou hábito, mas principalmente por convicção e inteligência. Vázquez (1998) aponta que a ética é teórica e reflexiva, enquanto a moral é eminentemente prática. Uma completa a outra, havendo um inter-relacionamento entre ambas, pois na ação humana, o conhecer e o agir são indissociáveis. Em síntese:

- a. a moral é definida como o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social, sendo a moral normativa;
- b. enquanto a ética é definida como a teoria, o conhecimento ou a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade, sendo a ética filosófica e científica.
- c. Portanto, ética e moral, pela própria etimologia, diz respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem. (VÁZQUEZ, 1998).

Sabemos que nenhum indivíduo vive isolado, ou seja, para o ser humano: viver é conviver. É justamente na convivência, na vida social e comunitária, que o ser humano se

descobre e se realiza enquanto um ser moral e ético. No pensamento de Vázquez (1998), é nas relações cotidianas dos indivíduos entre si que surgem problemas de ordem prática, envolvendo decisões e ações, com isso temos a gênese dos problemas e das indagações morais que nos leva as seguintes perguntas: O que devo fazer? Como agir em determinada situação? Como me comportar perante o outro? Diante da corrupção e das injustiças, o que fazer?

Os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que julgam mais apropriadas ou mais dignas de serem cumpridas, sendo assim, não costumamos refletir e buscar os “porquês” de nossas escolhas e decisões. Acabamos agindo pela força do hábito, dos costumes e da tradição, tendendo a naturalizar a realidade social, política, econômica e cultural. Com isto, perdemos nossa capacidade crítica diante da realidade posta. Em outras palavras, não costumamos fazer ética, pois não fazemos uma análise crítica e reflexiva das situações que vivemos e dos fenômenos que nos rodeiam.

3 | SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS

Neste item, iremos tratar das bases sócio históricas da constituição da ética, para isso, abordaremos os fundamentos ontológicos³ do ser social.

A relação estabelecida entre homem e natureza é fundamental para a perpetuação da espécie humana. No plano ontológico, o ser humano produz e reproduz em relação a outras dimensões da vida humana como: comer, beber, ter onde morar, ter como se aquecer, dentre outras necessidades, na qual ele precisa realizar a atividade denominada como trabalho⁴ para conseguir sobreviver. Isso significa que, sem a satisfação das necessidades humanas pelo processo denominado como trabalho, nenhuma outra atividade poderá ser realizada, por isso, compreendemos o trabalho como o eixo fundante do ser social.

Segundo Barroco (2008), os fundamentos ontológicos do ser social são a base de constituição das capacidades humanas que permitem ao homem se comportar eticamente. É no processo histórico de construção do ser social que são tecidas as possibilidades do homem se comportar como um ser ético: enquanto o animal se relaciona com a natureza a partir do instinto, o ser social passa a construir mediações, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo. Ainda pautado na obra de Barroco (2008), a ética tem sua gênese na autoconstrução do ser social, ou seja, as capacidades essenciais do ser social são construídas por ele no seu processo de humanização.

Existem várias formas e tipos de condutas éticas, como, por exemplo, na política, na

3 Ontologia é a ciência que estuda a natureza, a realidade e a existência do ser social, ou falarmos em fundamentos ontológicos, estamos nos referindo as bases e os princípios que possibilitam a existência do ser social.

4 O conceito de trabalho é muito mais amplo do que a mera associação a venda da força de trabalho em troca de um salário, conforme ocorre no modo de produção capitalista. O trabalho compreende qualquer atividade realizada pelo ser social, cujo objetivo é a satisfação das suas necessidades básicas para garantir a sua sobrevivência, por meio de uma relação homem/natureza.

religião e na profissão, sendo esta última conduzida pelo código regulador das ações que determinam os modelos de condutas para seus membros. A ética profissional vem fornecer e esclarecer princípios, normas e diretrizes de comportamento moral específicos que devem ser ressaltados para melhor conduta da atuação profissional. A ética profissional representa a forma de mostrar a conduta adequada, como o profissional deve agir, respeitando a si mesmo e as outros.

Quando nos referimos a um Código de Ética, estamos tratando de uma dimensão da ética profissional que remete o caráter normativo e jurídico que regulamenta uma profissão, no que concerne às implicações éticas de sua ação. E que não deve ser visto somente pelo seu caráter punitivo, mas como um instrumento privilegiado que permite à profissão expressar sua identidade ético – política a sociedade.

No que tange, a trajetória ética política do Serviço Social, observamos nas protoformas da profissão no Brasil, uma ética tradicional. A ética tradicional predominou no Serviço Social nas décadas de 1930, 1940 e 1950, expressam uma das perspectivas morais da sociedade burguesa: a moral conservadora em sua articulação com a cristã neotomista⁵ e positivista⁶. O primeiro Código de Ética das (os) Assistentes Sociais foi aprovado em 1947 e apresentava uma base filosófica direcionada à ação para a manutenção da estrutura social do Estado, permeado por valores abstratos, idealistas e universais, baseado no neotomismo, com os princípios da dignidade da pessoa humana e do bem comum. Este código apresentava como características: a negação da historicidade e a separação entre teoria e prática e ideologia e ciência. (BARROCO, 2001).

Na década de 1960, presenciamos um momento de ruptura com os costumes e valores de ordem moral, até então vigentes, possibilitando novas alternativas e escolhas, tanto que Barroco (2001) aponta que vivenciamos neste período novos rumos direcionados para a construção de uma nova moralidade. Porém, o que se viu nos Códigos de Ética do Serviço Social de 1965 e 1975, foi a Reatualização da ética profissional tradicional conservadora, radicalmente contrário a qualquer transformação e defensor da ordem, hierarquia e disciplina, reforçando a integração harmônica ao desenvolvimento pela correção de desníveis e desajustes sociais.

Na década de 1980, presenciamos um processo de ruptura com a ética tradicional no âmbito do Serviço Social, conforme discorre Barroco (2001) permeada no âmbito político pelo conjunto de movimentos vinculados à luta pela democratização da sociedade

5 Neotomismo é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver e atualizar a filosofia e a teologia de São Tomás de Aquino, o tomismo, a fim de atender aos problemas contemporâneos. O neotomismo afirma que a filosofia é a base da fé cristã. O neotomismo trazia para muitos intelectuais a possibilidade de conjugar fé e razão, tradição e modernidade, o que condizia com as expectativas de futuro da classe dominante. (SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Positivismo X Neotomismo: Reflexões sobre práticas historiográficas no Brasil e na Argentina (1870-1940). Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0317.pdf>. Acesso em: 28/02/19.

6 O positivismo é uma das doutrinas filosóficas derivadas do iluminismo. Foi com Augusto Comte (1798-1857) que o positivismo se tornou uma escola filosófica. O positivismo apagava a fé em prol da razão e do empirismo. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0317.pdf>. Acesso em: 28/02/19.

que se expressaram na mobilização dos trabalhadores, no renascimento combativo das organizações sindicais, na revitalização de entidades representativas e dos movimentos de cunho popular, todos no embate pela incorporação, ampliação e garantia de direitos e consubstanciados nas discussões éticas contemporâneas. A liberdade, democracia, igualdade, justiça social, solidariedade e cidadania foram eleitos como valores, colocando na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais.

Barroco (2001) afirma que é nos marcos da busca da materialidade do compromisso ético-político profissional, ancorado em valores éticos progressistas e pressupostos teóricos fundados na teoria social-crítica e tradição marxista que se dá a aprovação Código de Ética de 1986, considerado por muitos *“divisor de águas”*, na ruptura ética e ideopolítica com o conservadorismo e com concepções éticas imutáveis e abstratas, idealistas e metafísicas de “bem comum” e “pessoa humana”, onde os valores eram tidos como universais e acima dos interesses de classe, superando, assim, a perspectiva a-histórica e acrítica presente no interior da profissão.

Porém, apesar dos avanços possibilitados pelo Código de Ética do Serviço Social de 1986, era notório a percepção de resquícios de uma visão estática e unilateral do ponto de vista teórico-filosófico que apresentava uma leitura idealista e voluntarista, no que tange ao potencial político da profissão se colocavam como alvo de críticas, principalmente por nele se explicitar uma vinculação profissional a uma determinada classe social – a classe trabalhadora e pela negação do pluralismo e, portanto, impondo uma urgente revisão. (BARROCO, 2001).

Para Barroco (2001), na década de 1990, o debate entre Ética e Serviço Social, se fortalece e se ressignifica, pautado sobre uma reflexão ético-crítica, que assume valores libertários e democráticos com potencial de fortalecer uma Identidade Profissional articulada a um projeto societário democrático que coadunava com a construção de uma nova ordem societária, tendo por pilar a defesa intransigente de direitos e promoção do homem na sua condição humano-genérica.

Com isso, temos em 1993, a aprovação de um novo Código de Ética Profissional, que prevalece vigente até os dias atuais, expressando a maturidade teórica e intelectual adquirida pela profissão a partir das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas assumidas pela categoria profissional frente às questões sociais e demandas impostas pela realidade brasileira. No próximo item, discutiremos acerca dos onze (11) Princípios Fundamentais do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 e os desafios para a sua materialização na contemporaneidade frente a onda ultraconservadora que atinge a sociedade brasileira.

41 OS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 NA CONTEMPORANEIDADE: CONSERVADORISMO X RESISTÊNCIA

Em linhas gerais, Código de Ética da (o) Assistente Social de 1993, visou superar a excessiva ideologização do Código de 1986 e reflete a maturidade teórica da profissão, reafirmando os valores fundamentados pautados na liberdade e justiça social, consolidado a partir da democracia; normatizou o exercício profissional, valorizando a dimensão técnico-operativa; ampliou a visão de compromisso dos profissionais com o usuário; empenhou-se na eliminação das formas de preconceito; desencadeou uma luta pela ampliação e consolidação da cidadania e pela garantia do acesso universal e igualitário dos serviços; e apresentou a defesa da participação popular.

A estrutura do Código de Ética de 1993 trata dos direitos; deveres; vedações das (os) Assistentes Sociais e dos onze (11) Princípios Fundamentais, que representam o arcabouço ideológico sobre o qual se elaborou o código e serão fruto das nossas próximas reflexões:

I – Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais → Ao reconhecer a liberdade como valor ético central, estamos reafirmando que os indivíduos devem ser livres na tomada das decisões. A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que se deseja, desde que não prejudique outra pessoa, conforme expresso na Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadão de 1789, documento culminante da Revolução Francesa.

Segundo Barroco e Terra (2012) a(o) Assistente Social na sua prática profissional, na relação que estabelece com os usuários atendidos pelo Serviço Social, com outros profissionais e com qualquer pessoa, deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, eis que esse é o valor ético central. Aqui cabe um parêntese, pois a dita “liberdade” não se concretiza efetivamente em uma sociedade formada por duas classes antagônicas, como no caso do modo de produção capitalista, na medida que as escolhas são relativas, individualistas e alienadas. Além disso, a autonomia plena e a emancipação humana não são possíveis dentro do nosso atual sistema vigente, tendo em vista que emancipação política não é sinônimo de emancipação humana.

II – Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo → Cabe inicialmente, desconstruirmos a visão deturpada sobre direitos humanos, propagada para uma parcela da população e reproduzida por alguns veículos midiáticos. Direitos Humanos, corresponde ao direito de qualquer cidadão, independente de classe social, sexo, raça, ou qualquer outra diferença. Todos os indivíduos devem ter seus direitos respeitados, esta defesa deve ser feita pelas (os) Assistentes Sociais de todas as formas e em todas as circunstâncias. As condutas arbitrarias revelam-se na decisão individual e no abuso de poder e tais práticas devem ser condenadas, denunciadas e

jamais praticadas pelo profissional de Serviço Social.

III – Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras → Exercer a sua cidadania, ser cidadão, constitui em pertencer a uma sociedade na qual exista o direito de expressão, participação e de ser compreendido. Ser cidadão, é poder gozar de direitos políticos, civis e sociais. Atualmente, não se pode entender e falar sobre cidadania sem mencionar anos de lutas para conquistar do que se denominou direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988. Esses direitos, são as bases para conquistar da cidadania política em um Estado Democrático de Direito, cabe a este Estado proteger juridicamente todos os direitos inerentes aos cidadãos. Sendo assim, os espaços de inserção dos Assistentes Sociais são propícios à realização de estratégias viabilizadoras de direitos e de acesso às políticas sociais. A atuação dos profissionais de Serviço Social, podem evitar que a cidadania fique restrita, a partir de ações que contribuam para a promoção do acesso integral aos direitos sociais.

IV – Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida → É imprescindível, compreendermos, que a chamada “democracia” sob a regência do capital é meramente formal, ou seja, não possibilita e não efetiva a participação de todas e todos na vida política, nem materializa a liberdade de expressão. Na ordem capitalista, igualdade de oportunidades para todos sem qualquer distinção, é uma falácia. Diante disto, cabe a(o) Assistente Social lutar cotidianamente por essa participação política, visando a socialização de toda a riqueza produzida, buscando amenizar e romper com a desigualdade social.

V – Posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática → A(O) Assistente Social não pode se comportar de forma “neutra”, pelo contrário, o profissional desta área deve apresentar um posicionamento político a favor dos interesses históricos da classe trabalhadora e dos grupos sub representados, sempre buscando atenuar as desigualdades existentes, no que tange o acesso aos direitos sociais.

Para exemplificar essa situação, podemos citar o debate acerca da democratização do acesso ao ensino superior, no âmbito das universidades públicas e privadas, por intermédios das cotas raciais e sociais. Essas cotas, compreendidas como ações afirmativas têm por objetivo corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como educação e emprego. Segundo Santos (2015), preciso resgatar a concepção de igualdade não como aplicação de regras de direitos iguais para todos, mas considerar que medidas específicas necessitam ser implementadas em função de situações diferenciadas de desenvolvimento de grupos historicamente discriminados, como os negros e pobres no Brasil, devemos falar em igualdade pensando nas especificidades.

Logo, existe na luta pelo reconhecimento da diferença, a luta pela igualdade, pela implementação de políticas universais, mas que caminhem lado a lado com políticas de ações afirmativas para a população negra e pobre. Nesse sentido, as políticas públicas e privadas deveriam sempre trabalhar no âmbito de garantir o acesso universal à educação e também respeitar as diferenças.

VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças → Este princípio, rejeita qualquer conduta e atitude preconceituosa e discriminatória manifestada pela (o) Assistente Social em sua dimensão profissional. O respeito a diversidade e o incentivo às diferenças são componentes constitutivos na atuação profissional da (o) Assistente Social. O preconceito social, racial, sexual, dentre outros, vistos erroneamente por alguns indivíduos como “mimimi” ou vitimização devem ser combatidos. Qualquer manifestação pejorativa a alguém ou algum grupo social, seja fisicamente ou no âmbito digital deve ser rechaçada.

VII – Garantia do pluralismo através do respeito às correntes democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual → Neste item, temos o respeito que deve ser praticado a outras correntes profissionais existentes, no sentido de reconhecimento do contraste dentro de um ambiente democrático, que deve zelar pelo diálogo e não pela imposição. Além disso, temos um compromisso firmado da(o) Assistente Social com o aprimoramento intelectual contínuo, visando acompanhar as reformulações e atualizações para que possa prestar um serviço de qualidade a sua população usuária.

VIII – Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e identidade de gênero → Neste princípio, constatamos que o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, consolidado no Projeto Ético Político, imprimi uma direção para atuação profissional diferente da proposta do atual projeto societário, que é capitalista. Por ser oposto ao atual projeto societário, o nosso projeto profissional propõe a construção de uma nova ordem societária, onde a emancipação humana não seja mais utópica e se torne real. Essa nova proposta societária supõe a erradicação de todos os processos de exploração, dominação, opressão e alienação.

IX – Articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores → Neste momento, evidenciamos a importância do Serviço Social se articular com outras categorias profissionais que partilhem dos mesmos ideais, valores e princípios que os presentes no Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, tendo um compromisso com a luta da classe trabalhadora.

X – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional → Este

ponto aborda a responsabilidade das (os) Assistentes Sociais com os serviços prestados aos usuários, por intermédio de ações, orientações, encaminhamentos e dentre outras atividades. Trata-se de um compromisso ético e o aperfeiçoamento intelectual possibilita o conhecimento dos mecanismos e instrumentos necessários para atuar diante das expressões da questão social, buscando a efetivação do acesso e ampliação de direitos.

XI Exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar, por questões de classe social, identidade de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física → Por fim, temos o princípio décimo primeiro que dialoga diretamente com o sexto, mas acrescenta que devemos respeitar e ser respeitado, no que tange a diversidade humana. Aqui, está visível que a(o) Assistente Social não pode atuar nem compactuar com práticas racistas; homofóbicas; misóginas; xenofóbicas; discriminatórias contra pessoas com deficiência; ou que sejamos, intolerantes a outros tipos de religião ou hábitos culturais. Em resumo, o respeito a todas as classes sociais e a pluralidade deve predominar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela, apresenta um esforço preliminar, no sentido de articular o atual cenário político, econômico, social e cultural brasileiro, com os princípios e valores defendidos pela profissão de Serviço Social. Inicialmente, partimos de uma discussão teórica sobre a conceituação de moral e ética, para que a partir das diferenças existentes no significado dessas duas palavras, seja possível compreender, a partir do conhecimento científico, o que ocorre hoje no Brasil, através de uma perspectiva crítica de análise e de um olhar pautado na historicidade e na totalidade.

Nossa atual conjuntura, apresenta abertamente que vivemos em uma ameaça constante, fruto de uma ultra onda conservadora, de retrocessos, de utilização do ódio como instrumento político para obter hegemonia. É importante salientar, que nossa luta é coletiva, que nossa resistência é contra a instauração de um projeto fascista que deve ser combatido, através das lutas democráticas pela dignidade e em defesa dos direitos humanos.

Medidas extremistas e autoritárias, enfraquecem e inviabilizam as instituições democráticas; renunciam as liberdades individuais e impõem padrões normativos conservadores; que são antagônicos às conquistas da classe trabalhadora; disseminam ódio e desrespeito aos grupos sub representados e historicamente excluídos da sociedade.

Por isso, é nosso dever enquanto categoria profissional, lutar cotidianamente pela defesa intransigente dos direitos humanos, fortalecendo as lutas coletivas contra qualquer projeto de ordem racista, machista, LGBTfóbica, xenofóbica ou de qualquer direção que viole o direito de algum cidadão.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. Ética Fundamentos sócio- históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social).

_____. Ética e Serviço social – Fundamentos Ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BARROCO, M. L & TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In CRESS 7a. Região. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7a. Região, 2005.

CFAS. Códigos de Ética Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: CFAS, 1947, 1965, 1975, 1986.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS/ABEPSS, Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, 2009

CORTELLA, Mario Sérgio. Grifo nosso. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTI0ODIxMA/>. Acesso em: 26/02/19).

SANTOS, Diego A. Rivas. A questão da permanência de estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI: um estudo do curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. Orientadora: Andreia Clapp Salvador, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo S. Ética. 2ª. d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 e 2004.

CAPÍTULO 8

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 28/11/2020

Ellen Soares Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro
PPGSS/UFRJ
Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/2103443711725259>

RESUMO: O objetivo deste artigo é aproximar o debate da acessibilidade cultural (política social) a formação profissional de assistentes sociais, tendo como base a pesquisa *Acessibilidade Cultural em tempos de resistência: acesso, acessibilidade e cultura expressões da “questão social” contemporânea*, realizada em nível de pós-graduação para obtenção do título de Especialista em Acessibilidade Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade Cultural. Desafios. Fundamentos. Política Social. Serviço Social.

ABSTRACT: The aim of this article is to bring the debate on cultural accessibility (social policy) to the professional training of social workers, based on the research *Cultural Accessibility in times of resistance: access, accessibility and culture expressions of the contemporary social question* to obtain the title of Specialist in Cultural Accessibility.

KEYWORDS: Cultural Accessibility. Challenges. Fundamentals. Social Policy. Social work.

INTRODUÇÃO

Adentrar a ceara da acessibilidade é uma opção, da qual o/a assistente social não pode se furtar. Pois, a temática lhe será apresentada seja através da política da Assistência Social, seja através da política Cultural, recorte que este artigo privilegia. Um argumento que tem se consolidado no âmbito das Ciências Sociais e Humanas é que as diversas esferas da vida participam na constituição do ser, sendo elas a classe social, a região, a religião, a sexualidade, a idade, a raça, o gênero.

Neste sentido, estudos feministas¹ sinalizam a importância de se constituir um olhar sensível às interseções das relações sociais que perpassam a vida das pessoas com deficiência. E, no âmbito específico da Acessibilidade Cultural, além da dimensão visível das opressões manifestadas nos espaços ante as diversas barreiras² limitadoras do acesso e da fruição de bens culturais por pessoas com deficiência, verifica-se, também, um acentuado corte de classe.

Segundo Tiburi (2018), o nascimento condena os indivíduos a pertencerem a uma

1 Léa Carla Oliveira Belo e Pedro de Oliveira Filho no artigo “Maternidade marcada: o estigma de ser mãe com deficiência visual” (2018), manifestam parte das contribuições dos estudos femininos na temática da acessibilidade.

2 A regulamentação da Lei nº 10.098/2000 da Acessibilidade, definiu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, mediante a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas e comunicacionais.

determinada classe social, uma raça e outros marcadores sociais. Assim, o legado de classe, atrelado a limitações de determinados indivíduos dentro de um pretensão padrão de corpos perfeitos, revela um acentuado quadro de opressão.

De acordo com dados do Censo, 2010³, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 45.606,048 pessoas apresentam algum tipo de deficiência, equivalendo a 23,9% do total da população brasileira de 190 milhões de habitantes. Segundo a pesquisa de Neri⁴ (2003), 29,05% desse total estão em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Acredita-se, que as normativas legais têm ampliado o acesso aos direitos e a participação social das pessoas com deficiência. Assim como, contribuem para o reconhecimento das lutas históricas das pessoas com deficiência em prol da acessibilidade e do respeito as diversidades culturais e humanas, compreendendo o reconhecimento de uma identidade cultural da pessoa com deficiência. E, ainda para ampliação da cidadania através da participação social no campo das políticas públicas.

Segundo Coutinho (2000), a cidadania se relaciona com ampliação dos direitos civis, considerando o processo de luta pela efetivação de direitos sociais, econômicos e culturais. A partir desta conceituação, considera-se cidadania como capacidade conquistada pelos indivíduos de atualizarem suas potencialidades humanas e participarem da apropriação dos bens (materiais e imateriais) socialmente produzido em cada contexto histórico determinado.

Porém, uma importante questão vem se colocando na atualidade, grande parte da sociedade tem se mostrado pouco afeta a compreensão da diversidade, sob justificativas de fidelidade a valores morais tradicionais. Nesta direção, a opinião pública tem respaldado verdadeiros ataques aos valores democráticos, pondo em xeque garantias fundamentais à dignidade humana.

De acordo com o antropólogo Roberto da Matta (1981), é possível reconhecer que, culturalmente, nos afastamos do que é diferente e diverso, “O problema é que sempre que nos aproximamos de alguma forma de comportamento e de pensamento diferente, tendemos a classificar a diferença hierarquicamente” (MATTÁ, 1981, p.2).

Nesta direção, a sociedade brasileira tem demonstrado níveis altos de intolerância, muitas vezes justificada com base em um dogmatismo religioso raso e incoerente. Em relação a pessoa com deficiências por vezes é possível identificar uma atribuição ao sobrenatural, como se o indivíduo necessitasse de uma punição divina, para uma pretensa purificação espiritual.

3 Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência, 2012. Elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD. Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.pessoa-comdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso: 21 abr. 2019.

4 A composição do cenário da pobreza, relacionada as pessoas com deficiência, foi descrito na pesquisa “Retratos da Deficiência no Brasil” de Marcelo Neri em 2003.

A temática da acessibilidade e/ou do reconhecimento de identidades culturais das pessoas com deficiência, pode comparecer relegada à solidariedade, ficando a cargo de projetos sociais filantrópicos e religiosos e menos como pauta para formulação de políticas públicas. Em um movimento de retrocesso e retomada ao conservadorismo político que insiste em comparecer no cenário brasileiro.

DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE: UM LONGO CAMINHO

As lutas e reivindicações do movimento social das pessoas com deficiência se inscreveram no texto constitucional de 1988, passando a integrar direitos e garantias a este segmento da sociedade, abrindo um leque de instrumentos normativos e legais, conforme destacado por Cabral Filho; Ferreira (2013). Acredita-se, que o movimento da sociedade brasileira, considerando os processos de transformações, desde a década de 1960, atravessou o contexto da redemocratização, chegando na década de 1990 com uma sólida reivindicação por acessibilidade e inclusão, revela um arcabouço de lutas históricas por direitos da pessoa com deficiência.

A partir da década 1970 movimentos sociais protagonizados e liderados por pessoas com deficiência ganharam corpo. Sob a influência do “Movimento Vida Independente”, iniciado nos Estados Unidos e que se espalhou pelo mundo, acirraram-se as lutas por autonomia e cidadania daquelas pessoas, que já não mais queriam permanecer à margem da sociedade (JÚNIOR; MARTINS, 2010). No Brasil, o movimento social da pessoa com deficiência se fortaleceu no contexto da redemocratização, quando do enfraquecimento da ditadura militar. De certa forma, este movimento contribuiu para constituição de uma identidade cultural para as pessoas com deficiência, confirmando sua efetiva participação política e social.

Segundo o Ministério da Saúde, o “Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência”, fixou o ano de 1981 como “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”. Elaborado por um grupo de especialistas e aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1982, permitiu dar visibilidade a temática. Sobretudo, permitiu evidenciar países com índices altos de pobreza e injustiça social, fatores que agravam a questão da deficiência (BRASIL, 2008, p.7). De acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, normatizada em 2008 pelo Ministério da Saúde, as formulações do conceito relativo à deficiência têm evoluído. A deficiência passou então a ser refletida a partir da “estreita relação existente entre as limitações que experimentam as pessoas portadoras de deficiências, a concepção e a estrutura do meio ambiente e a atitude da população em geral com relação à questão” (BRASIL, 2008, p.6).

Em perspectiva semelhante, a Convenção⁵ Internacional Sobre os Direitos das

5 BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 05 dez. 2018.

Pessoas com Deficiência (2007), dispõe que deficiência é “um conceito em evolução que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2007, p.14). Assim, atentar para acessibilidade, no solo das políticas públicas sociais, exige inserir o debate na temática da inclusão.

Infere-se das contribuições de Omote (2006), que a inclusão pode ser lida como ações que concorram para possibilitar oportunidades e participação das pessoas com deficiência - PcDs, em suas mais variadas diferenças, à vida social, cultural e política. Na mesma direção Romeu Kazumi Sassaki, referência em pesquisa sobre acessibilidade e deficiência, explicita que inclusão social diz respeito a um processo bilateral entre as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade que buscam, em parceria, soluções para equacionar problemas e equiparar oportunidades (SASSAKI, 2003).

Nesta perspectiva, a inclusão social se revela um processo, no qual a sociedade se adapta para incluir as diferenças interindividuais abarcadas pelo conceito de deficiência. Entretanto, na celeuma que figura o termo inclusão, sobretudo para o Serviço Social, destacam-se profundas tensões teóricas, remetendo por vezes aos ajustamentos e disciplinamentos do indivíduo a uma pretensa sociedade “normal”.

Considera-se, oportuno argumentar que não estamos aqui, negando o caráter limitado da inclusividade na ordem burguesa, nem conceitos conflitantes que tocam a temática da inclusão x exclusão, na qual cabem intensos e duradouros questionamentos. Ao contrário, buscamos refletir, com base na teoria social crítica, sobre as bases políticas, normativas e legais que sustentam a política social de Acessibilidade Cultural.

Abordar um tema tão caro a sociedade, a participação social e cultural das pessoas com deficiência, não pode ocorrer se não, através de um olhar crítico que busca além da superfície aparente apreender a realidade. Destaca-se, portanto, que as bases de sustentação da Acessibilidade Cultural postas como estão, aliadas ao cenário político e social de intolerância e desrespeito à diversidade, sem que se realize sobre elas análises críticas, contribuem e reforçam a valorização de padrões meritocráticos da sociedade de classes.

Evidencia-se, então, a escolha teórico-metodológica para abordagem do tema da inclusão, a partir da compreensão do projeto Ético-Político do Serviço Social e seus postulados em busca da construção de um projeto societário livre de exploração e dominação (CRESS, 2013).

Segundo Sarrafi (2018), o conceito de acessibilidade está atrelado às concepções de ambientes, serviços e produtos disponíveis a todos os indivíduos, quaisquer que sejam suas limitações - físicas, sensoriais, intelectuais. A definição consentida pela Norma Brasileira de Acessibilidade – ABNT NBR-9050 dispõe a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, NBR 9050, 2015, p. 2).

Porém, se apresenta a necessidade de pensar acessibilidade para além de disponibilizar acesso para as pessoas com deficiência, mas como um conceito amplo relacionado a práticas inclusivas e de participação social. Para Dischinger e Bins Ely, a acessibilidade também envolve aspectos políticos, sociais e culturais. A acessibilidade está relacionada com a prática da inclusão, que se refere à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação (DISCHINGER e BINS ELY, 2005 apud SILVA; CARDOSO, 2012, p.2).

De acordo com Sarrafi (2018), a acessibilidade simboliza um conjunto de direitos, extrapolando a dimensão técnica e mais relacionada com a qualidade de vida essencial ao desenvolvimento da pessoa com deficiência. Nesta direção, o artigo 53 da Lei Brasileira da Inclusão de 2015 apresenta o conceito: “Acessibilidade é o direito que garante à pessoa com deficiência viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (LBI, 2015, artigo 53).

A Acessibilidade Cultural é normatizada pelo decreto nº 6.949/02⁶, onde aduz no artigo 30, que a pessoa com deficiência deve “Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional” (BRASIL, 2002). É nesse sentido que Viviane Sarrafi indica ser possível afirmar a existência do conceito de Acessibilidade Cultural atrelado condições de acolhimento e acesso a fruição cultural, para pessoas com deficiência nos diversos espaços públicos e privados de produção cultural.

Assim, no marco dos avanços das lutas dos movimentos sociais na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, com destaque encontra-se, também, o direito da pessoa com deficiência à participação na vida cultural.

ACESSIBILIDADE CULTURAL ENTRE AS REFRAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”

Assim como o conceito de deficiência tem sido alterado acompanhando contextos históricos, sociais e políticos, estando diretamente relacionado ao movimento da construção de direitos de cidadania, sobretudo, a partir do século XX. É possível, também, identificar

6 BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 05 dez. 2018.

algumas costuras sociais alinhavadas nas sociedades ocidentais, neste período que buscavam implementar alterações nos usos e costumes, portanto, culturais.

Tais costuras esbarram no objeto de intervenção do Serviço Social, a “*questão social*”, que, sobretudo, a partir da segunda metade do século passado, passou apresentar expressões cada vez mais múltiplas e diversificadas. É nesta interação com universo das relações sociais contemporâneas que a Acessibilidade Cultural aparece no campo das políticas sociais, objeto de estudo, formulação e execução do Serviço Social.

Para investigar o cenário da acessibilidade, acredita-se que um esforço nos é essencial: apreender as transformações societárias, influenciadoras do pensamento e dos usos e costumes de um povo, por isso mesmo culturais, que contribuem para o entendimento dos diferentes tratamentos dado a questão da deficiência nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Acredita-se, que apesar de contar com uma sólida normativa, a promoção da Acessibilidade Cultural esbarra em interesses⁷ políticos e econômicos que tem privilegiado uma política cultural efêmera, afinada ao consumo do produto cultural comercial. O que nos permite atentar para as relações sociais e de trabalho postas na atualidade.

De acordo com Netto (2015), a política cultural gestada no Brasil, sobretudo, a partir dos governos militares faz parte de um conjunto de estratégia do capital, com vistas a romper com a “tara elitista” a fim de produzir uma “massa cultural”. Nestes moldes, a política cultural tende a favorecer ao mercado, tanto na comercialização do produto cultural, como no compromisso em fabricar uma “massa cultural” consumidora. O autor também sugere que a política cultural se desenvolve dentro das funções repressoras do Estado, como propulsora da ideologia dominante. Sob a ótica do grande capital nacional e internacional, o produto cultural tende a ser difundido e comercializado. E, assim, como política pública social, fica submetida a dotações orçamentárias, limitadas pelo desenvolvimento econômico.

A partir das contribuições de David Harvey e Marilda Villela Iamamoto, é possível identificar como o mote de mudanças culturais nas sociedades ocidentais contemporâneas, as transformações sociais influenciadas pelos fenômenos da globalização, flexibilização do trabalho e expansão do ideário neoliberal. Na mesma direção Patrícia Dorneles argumenta, “Os impactos do mercado flexível, que busca as qualidades das localidades, provoca intervenções culturais, em escalas diferenciadas de poder, e assim, estas “intervenções culturais” vão se ajustando as transformações societárias, acompanhando o movimento da realidade (DORENELES, 2011, p.150).

Atualmente, verificam-se o acirramento dos receituários de cortes fiscais e o enxugamento de gastos públicos, em prol do suposto crescimento econômico. Iamamoto (2015), nos permite compreender como o padrão de acumulação flexível, que substituiu o modelo de produção rígido, deu relevo ao capital financeiro, reacendendo o desenvolvimento

⁷ Os diversos interesses que atravessam o “mundo da cultura” e a arena da política cultural, estão presentes nas análises de Dorneles (2011); Harvey (1992); Iamamoto (2015); Netto (2015).

capitalista em uma estratégia para sua recuperação como modo de produção dominante. E, como esses fenômenos se entrelaçam no solo da realidade formando uma ardilosa teia social, que captura e prende as diversas relações sociais.

De acordo com Harvey (1992), tempo e espaço na sociedade capitalista se configuram fontes de poder social, e o encontro destes com o dinheiro forma um nexos substancial para compreensão da realidade, “quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social” (HARVEY, 1992, p. 207).

Há então de se questionar, no jogo das relações sociais onde há projetos societários em disputa, na cena da acessibilidade – para além de disponibilizar acesso para as pessoas com deficiência, mas como um conceito amplo relacionado a práticas inclusivas e de participação social - qual é o papel do Estado? E, sendo o Serviço Social, um projeto profissional hegemonicamente político, poderia ele furta o debate da Acessibilidade Cultural da sua formação profissional?

Admite-se, que estas não são questões simples, da dimensão de respostas da ordem prática. Mas, justamente, por ser o Serviço Social um projeto profissional portador de uma práxis⁸ reflexiva “cuja a pertinência é exclusiva aos indivíduos do gênero humano” (NETTO, 1994, p.34), que se coloca a necessidade de reconhecer e situar a Acessibilidade Cultural entre as refrações da “questão social” na atualidade.

DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA ACESSIBILIDADE CULTURAL

Sem a pretensão de dar conta da totalidade dos desafios que se apresentam na realidade social, mas com intuito de dar visibilidade às expressões da “questão social” na cena da Acessibilidade Cultural, que três desafios serão apresentados nas a linhas a seguir. E, como primeiro desafio se coloca a busca pela superação da prática imediatista e superficial, descolada das mediações com a totalidade social.

Na tentativa de superar a imediatidade⁹ do cotidiano em busca de direções emancipatórias do ser, que as lentes da interseccionalidade, Crenshaw (2002), nos ajudam a enxergar o processo de discriminação imposto as pessoas com deficiência. E, visualizar expressões de heranças culturais de subordinação que perpetuam as desigualdades sociais, indo “além do que se vê” no oceano turbulento do cotidiano.

Ademais, acredita-se que “invisibilidade interseccional”, nos termos de Crenshaw (2002), dialoga simbioticamente com as pessoas com deficiência e, portanto, está adequada ao debate da Acessibilidade Cultural. Ainda que a especificidade de Crenshaw, a invisibilidade das questões de gênero e raça, não se relacione as demandas diretas da pessoa com deficiência, importa o fato de suas contribuições atentarem para formas

8 Razão, ontologia e práxis. José Paulo Netto. Revista: Serviço Social & Sociedade. Ano XV, nº 44.

9 (NETTO, 2006, p.14).

de subordinação que potencializam e perpetuam desigualdades. E, neste sentido, o Projeto Ético-Político do Serviço Social é categórico ao afirmar como quinto princípio “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais” (CFESS, [2012], p. 23).

Assim, selecionar prioridades sobre as quais se deseja atuar, não implica, de forma alguma, hierarquizar as variadas desigualdades sociais que se apresentam no solo da realidade concreta. Ao contrário, reforça a necessidade de reconhecer as múltiplas formas de desigualdade.

Como segundo desafio, reconhecer as diversas desigualdades sociais, buscando combater a hierarquização das prioridades de atenção, segundo orientações partidárias, dogmas ateístas ou religiosos, que em nada contribuem para construção de uma sociedade justa e inclusiva. Nesta direção, novamente recorre-se aos princípios do Código de Ética do Serviço Social, que postula pelo “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, [2012], p. 24).

Considera-se, a necessidade de fortalecer o debate acerca da desigualdade e suas diversificadas formas de apresentação na realidade social. Comumente, atribui-se a desigualdade a prioridade material com ênfase na pobreza, isso tem sido potencializado tanto pelo discurso do senso comum, muito apoiado na atualidade, pelas mídias de massa. Mas, nos parece tanto superficial a redução do conceito de desigualdade a pobreza.

Cabe, então, explicitar qual a lupa que se põe ao exame da desigualdade. Segundo Therborn (2010), se faz necessário distinguir desigualdade de diferenças e, para tanto ele destaca três formas principais de fazê-la. A primeira distinção é “uma diferença pode ser horizontal, sem que nada ou ninguém esteja a cima ou abaixo, seja melhor ou pior, enquanto uma desigualdade é sempre vertical, ou envolve um ranking” (THERBORN, 2010, p. 145).

A desigualdade revela traços de subordinação, os quais o Serviço Social, como projeto profissional, se compromete através do “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, [2012], p.23).

A segunda distinção sinalizada por Therborn (2010) demonstra que diferenças tem a ver com preferências e gostos, enquanto desigualdades violam direitos humanos. E, quanto a isto também a ética do Serviço Social é contundente, destacando o compromisso com “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, [2012], p. 23).

Acerca da terceira distinção Therborn explicita “para uma diferença tornar-se uma desigualdade ela deve também ser extingüível” (THERBORN, 2010, p.145). Nesta direção o autor sintetiza “desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente

injustificadas” (THERBORN, 2010, p.146).

Cabe-nos, então, atentar para a armadilha da representação de sujeitos ideais e padronizados, nada afeta às diferenças e às diversidades. Segundo Hall (2006), a “Identidade cultural na pós-modernidade”, atenta para a “cultura nacional como uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representação” (HALL, 2006, p.57-58). Como caudatários do imperialismo da cultura ocidental, a formação das identidades nacionais reforça hierarquias de poder e discriminação.

Essa herança cultural atravessou séculos, e chegou aos nossos dias de forma estrutural no Brasil. Assim, atentar para a desigualdade sem o cuidado de distinguir suas diferenças pode contribuir para o reforçar um ciclo de violência, que perpetua intolerância, discriminação e, nos termos de Lamamoto (2015), a “descartabilidade do humano”.

Por fim, mas não necessariamente em último lugar o terceiro desafio, o da resistência, na defesa do projeto profissional contra hegemônico que constitui o Projeto Ético Político do Serviço Social. Consciente de que nem toda resistência se configura contra hegemônica, incide, portanto, a essencialidade de apreender o movimento cultural gestado pela ordem dominante. Sobretudo, nestes tempos de crise econômica e política em que os valores democráticos estão ameaçados, sob o discurso da defesa de valores tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, admite-se que o Serviço Social, sendo um projeto profissional hegemonicamente político, não deve e não pode se furtar ao debate da Acessibilidade Cultural em sua formação. Acredita-se que uma disciplina relativa à Acessibilidade Cultural, discutindo a sua presença não evidente entres as expressões da “questão social” na atualidade pode contribuir proficuamente com a formação do/a assistente social.

Vista a multiplicidade de expressões da desigualdade, inevitável é pensar no desafio que se coloca ao Serviço Social, não só do ponto de vista da atuação profissional, mas sobretudo, para a formação dos/as assistentes sociais comprometida com a “emancipação humana”, conforme postulados do conjunto CFESS/CRESS [2012]. Assim, destaca-se a necessidade da compreensão da desigualdade a partir de três tipos apresentados por Göran Theborn. Para o autor são tipos de desigualdades distintas, porém igualmente destrutivas tanto às vidas humanas, quanto para a sociedade.

A primeira delas, a “desigualdade vital”, que diz respeito a vulnerabilidade física e finitude da vida humana. A segunda “desigualdade existencial”, que se relaciona com a negação de reconhecimento e respeito. E, a terceira “desigualdade material ou de recurso”, que significa que os atores humanos contam com recursos muito distintos (THERBORN, 2010).

Tangenciando a terceira desigualdade Theborn ressalta que existem ainda dois desdobramentos: a “desigualdade de oportunidades”, entendida como acesso, como por

exemplo acesso à educação e a “desigualdade de recompensa”, sendo esta a “medida de desigualdade mais freqüentemente utilizada — a distribuição da renda e, às vezes, também da riqueza”. Cabe ainda destacar que a “desigualdade existencial” assume não “apenas a forma de discriminação ostensiva, mas também opera de modo eficaz através de hierarquias de status mais sutis” (THERBORN, 2010, p. 146).

De certo que esta discussão, no curso de graduação do Serviço Social, está afinada ao posicionamento histórico da categoria, face as reivindicações por direitos sociais e luta pela cidadania. Ademais, a Acessibilidade Cultural como disciplina, está em consonância com os princípios éticos que norteiam o exercício profissional do/a assistente social. Assim, considera-se que a temática apresenta um debate, perfeitamente, adequado para compor tanto o quadro de Disciplinas Eletivas e Optativas, quanto o de Núcleo Temático na graduação em Serviço Social.

E, assim, considerando as transformações das sociedades ocidentais, o aprofundamento do sistema capitalista e os postulados neoliberais, resultando em uma complexificação da estrutura social nos propomos a pensar os desafios para a formação dos/as assistente sociais na contemporaneidade frente “à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, que se encontram na raiz das novas configurações da questão social” (IAMAMOTO, 2015, p. 125).

É então, que se lançam, para os/as assistentes sociais na atualidade desafios de decifrar a realidade e desenvolver, no solo do cotidiano, estratégias de resistência para defesa da Acessibilidade Cultural, como política social, bem como manter, na agenda pública brasileira, pautas para sua ampliação. Acredita-se haver na arena política sobre a Acessibilidade Cultural, uma potente dificuldade em sensibilizar a sociedade sobre as responsabilidades do Estado. Por vezes, a temática da acessibilidade e/ou do reconhecimento de identidades culturais das pessoas com deficiência, pode comparecer relegada à solidariedade e menos como pauta para na agenda pública para formulação de políticas inclusivas.

Das linhas precedentes incidem as preocupações com horizonte da Acessibilidade Cultural e, portanto, com a consolidação de políticas públicas inclusivas. A Acessibilidade Cultural, em seu potencial emancipatório, articulada às lutas históricas por acesso aos direitos no sentido do aprofundamento da cidadania, se traduz como compromisso ético de toda a sociedade.

Para assistentes sociais na atualidade, estão postos os desafios de decifrar a realidade e desenvolver, no solo do cotidiano, estratégias de resistência para defesa da Acessibilidade Cultural, como política pública social, bem como manter, na agenda pública brasileira, pautas para sua ampliação. É, portanto, como compromisso ético com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, postulado como décimo princípio ético profissional (CFESS, [2012], que uma disciplina relacionada a política social de Acessibilidade Cultural, corrobora com as lutas da categoria ao lado da

classe trabalhadora e dos diversos movimentos sociais na defesa de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Norma Brasileira 9050-Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2-015.pdf>. Acesso 30 mai.2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 24 mai. 2019.

_____. Decreto nº 3. 956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso: 24 mai. 2019.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência, 2012. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD. Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso: 21 de abr. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Série E. Legislação em Saúde. Brasília, DF, 2008. 1ª ed. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 07 mar.2019.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas.

BRASIL, LBI <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusao-entra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em 15 jan. 2019.

CABRAL FILHO, A. V.; FERREIRA, G. Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência. SER SOCIAL. Brasília. v. 15, n.32, p. 93-116, 2013. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036/11391. Acesso em 21 mai. 2019.

CRESS, Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013. 134P.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. Contra a corrente : ensaios sobre democracia e socialismo / Carlos Nelson Coutinho. – São Paulo : Cortez, 2000. p. 49-69.

DORNELES, P. Identidades inventivas : territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul. Patrícia Dorneles. – Porto Alegre : UFRGS/POSGea, 2011. [376 f.] il.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade / Stuart Hall: tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992, cap. 9 a 14 (pp. 135-207)

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social / Marilda Vilela Iamamoto*. – 9. ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2015.

JÚNIOR, Lanna; MARTINS, Mário Cléber (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

MATTA, Roberto da. *Você tem cultura*. Artigo publicado no *Jornal da Embratel*, Rio de Janeiro, RJ, 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/877886/mod_resource/content/1/2_MATTA_Você%20tem%20cultura.pdf. Acesso em: 03 jan. 2019.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social : uma análise do serviço social no Brasil pós-64 / José Paulo Netto*. – 17. ed. – São Paulo : Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. *Razão, ontologia e práxis*. *Serviço Social & Sociedade*. Ano XV, nº 44. São Paulo : Cortez, 1994.

Neri MC. *Retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV; 2003. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/22039/Slides-Diversidade-Retratos-da-Deficiencia-no-Brasil.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso 30 mai. 2019.

Quadro de Disciplinas Optativas Serviço Social – ESS/UFRH. Disponível em: http://ess.ufrj.br/images/graduacao_ess/Disciplinas-Optativas-2018_2.pdf . Acesso: dez. 2018

Quadro de Núcleos Temáticos Serviço Social – ESS/UFRH. Disponível em: http://ess.ufrj.br/images/graduacao_ess/Ncleos-Temticos-2018_2.pdf . Acesso: dez. 2018.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SARRAFI, V. P., *Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos*. REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO / Nº 6, junho 2018

SILVA, Tânia Luísa Koltermann; CARDOSO, Eduardo. *Preceitos Ergonômicos Aplicados ao Desenvolvimento de um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade*. 10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, São Luís (MA), 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107177/000944265.pdf?sequence=1>. Acesso 30 mai. 2019.

THERBORN, Göran. *Os campos de extermínio da desigualdade*. *Novos Estudos.CEBRAP*.87, julho 2010. pp. 145-156.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rosa dos tempos. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2018.

UNESCO, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*. [BRASIL]: UNESCO, 2007. Disponível em <http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CAPÍTULO 9

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/12/2020

André Monteiro Moraes

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/9610990840761763>

Adaires Eliane Dantas dos Santos

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/2485244057791561>

Ana Carolina Gaia de Sousa

CESMAC – Palmeira dos Índios – AL
<http://lattes.cnpq.br/7349753674237733>

Jéssica Rafaela Maciel Gomes

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/1257733666488556>

Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/4053050908808116>

Tatiany Fernandes Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/0605094015789332>

RESUMO: O tema Direitos Humanos tem ganhado centralidade na conjuntura política e nas lutas sociais. O presente artigo decorre de uma revisão bibliográfica que surgiu da necessidade

de aprofundar o conhecimento do Serviço Social e sua relação com os Direitos Humanos. Debateremos a influência que os direitos humanos sofrem, no sistema vigente, e sua reverberação no Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Serviço Social. Capitalismo.

HUMAN RIGHTS AND SOCIAL SERVICE: GUARANTEEING RIGHTS IN THE LIGHT OF CAPITAL

ABSTRACT: The theme Human Rights has gained centrality in the political conjuncture and social struggles. This article stems from a bibliographical review that arose from the need to deepen the knowledge of Social Service and its relation with Human Rights. We discuss the influence that human rights suffer under the current system and its reverberation in Social Work.

KEYWORDS: Human Rights. Social Work. Capitalism.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (s.d.), o Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos agirem de determinadas maneiras ou se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos.

Dessa forma, os direitos humanos são garantidos legalmente, protegendo qualquer indivíduo ou grupos de ações que firam, além

das liberdades individuais, a dignidade da pessoa humana. No Brasil a defesa dos direitos humanos está assinada pela Lei nº 12.986, de 02 de Junho de 2014¹:

Art. 2º O CNDH tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos. § 1º Constituem direitos humanos sob a proteção do CNDH os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal ou nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil. § 2º A defesa dos direitos humanos pelo CNDH independe de provocação das pessoas ou das coletividades ofendidas (BRASIL, 2014).

A partir da proteção dos direitos humanos e de suas características pautadas no respeito da dignidade, na sua universalidade ou indivisibilidade (devido à sua importância), que nos propomos a discutir os direitos humanos na contemporaneidade, a sua percepção para além do âmbito jurídico, sua relação com o Serviço Social na sociedade do modo de produção capitalista e seus impactos na concretude legal.

Traçamos o texto seguindo a lógica da discussão dos direitos humanos e o capitalismo com intuito de debater, a partir da literatura, o porquê de haver variações políticas e semânticas sobre a temática, o processo de conquistas dos direitos humanos e as principais falhas de sua promoção. Além de debatermos, a influência que os direitos humanos sofrem, via sistema vigente, reverberados na profissão do Serviço Social. Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica que surgiu das discussões necessárias sobre aprofundar o conhecimento do Serviço Social e sua relação com os Direitos Humanos a partir da formação de cada profissional do âmbito de sua categoria. É um trabalho que tem como metodologia o materialismo crítico dialético, pois é o que acreditamos, neste caso, ser o mais viável para a apreensão da sociedade atual e o modelo que a rege.

2 | OS DIREITOS HUMANOS E O CAPITALISMO

Discutir Direitos Humanos na contemporaneidade é atentar-se para as diversas nuances que o seu debate pode chegar, pois há uma vasta gama de significados políticos e, até mesmo, semânticos capazes de atribuir situações implicantés à sociedade por causa de suas múltiplas facetas, significativamente produzidas, principalmente, concernente ao senso comum.

Para além da imediaticidade, partimos do pressuposto de que os direitos humanos não podem ser limitados à área jurídica, apenas, nem tampouco, apartados de áreas que fazem interlocução nesse campo (principalmente nas Ciências Sociais e suas respectivas aplicações). Além de reforçar que a consolidação de direitos não se dá como entidades naturais, mas como reações antagônicas a um conjunto de relações sociais inseridas ao sistema vigente (FLORES, 2009). Logo, acreditamos não haver possibilidade de avanço

¹ Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.

dos direitos humanos sem recuo do sistema capitalista, que tem como sustentabilidade as desigualdades sociais.

Portanto, a luta pelos direitos humanos não deve ser entendida, apenas, pelo respeito aos direitos já consagrados, mas pelo seu desenvolvimento para obtenção de novos direitos (por meio das lutas políticas e sociais). É, também, por isso que eles existem para a humanidade com o intuito de normatizar a conduta do indivíduo, postos de forma jurídica na consciência de grande parte das pessoas.

Entretanto, as transformações sociais na atualidade atingem dimensões inimagináveis no que concerne aos direitos humanos, infringindo diretamente a sociedade. Para tal,

O processo de reestruturação econômica trouxe graves consequências com a flexibilização da soberania dos Estados Nacionais, com a abertura dos mercados, com a elevadíssima concentração do capital, com intensa utilização de novas tecnologias, com a debilitação dos direitos econômicos, sociais e culturais (DESCs), com o aumento das práticas predatórias no âmbito ambiental, a precarização das relações de trabalho, a marginalização e “exclusão social” ampliada, a dissolução das identidades pessoais, com a mercantilização e financeirização da vida. O modelo social implantado utiliza novos mecanismos de controle social e manutenção da ordem neoliberal, resultando em um modelo desintegrador que produz insegurança e medo. (DORNELLES, 2013, p. 135).

Na medida em que essas mudanças societárias ocorrem, o número de violência e/ou de sua banalização, passa a aumentar de forma gradativa, em todas as dimensões (objetiva e subjetiva)². Seu tratamento, apesar de cuidadoso, representa um desafio para a consolidação de direitos humanos no seu aspecto econômico, social e cultural. Além de afetar diretamente a atuação dos profissionais que estão inseridos no campo das políticas públicas.

O termo violência passa a ser tratado como uma linguagem de significado expresso em detrimento a um ambiente de caos e flexibilização das formas de vida. A violência se expande a partir desses novos processos econômicos que direta ou indiretamente acabam por alimentar as desigualdades expandindo a marginalização de determinados grupos sociais, a precarização da vida humana e o crescimento da miséria, resguardadas na abstenção do Estado na responsabilidade pública para com o social, própria do processo de globalização neoliberal.

O quadro da globalização neoliberal – e sua ideologia – favorece o estabelecimento de conceitos que fundamentam as desigualdades com base na diferença entre os seres humanos, não identificando o “outro”, o diferente, como igual, como ser humano. Essas mudanças possibilitaram o surgimento de diferentes tipos de violência (DORNELLES, 2013, p. 139).

² Para Dornelles (2013) a violência em sua dimensão objetiva é representada pelas realidades históricas, enquanto na subjetividade é representada no campo das representações.

Toda e qualquer atitude tomada contra a dignidade da pessoa humana reforça o ato, indiscriminado, da violência, condicionado à fraqueza social ferindo, diretamente, aos preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em uma das considerações do seu preâmbulo diz que “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajam a consciência da Humanidade [...]”(ONU, 2009, p. 2).

Assim, tomando como base a conjuntura atual e os enunciados da Declaração dos Direitos Humanos não temos concretude de sua consolidação, pois as graves repetições da violação dos direitos (seja nos massacres e genocídios aos índios das Américas, nos novos casos de trabalho escravo, na exploração do trabalho infantil, na violência sexual, dentre tantos outros episódios de tormento no mundo) acabam sendo incontáveis, colocando em descrença a sua credibilidade.

É notório que temos um histórico de defesa e promoção dos direitos humanos, entre pactos, convenções, regulamentos, declarações, etc.³ que acabavam tendo como destaque, dessas normas, uma autodefesa das pessoas, passando a ganhar mais respeito e confiança no Estado, mas que antes mesmo do século XX já mostrava sinais de fracasso.

Os sinais mais relevantes dessa suscetível onda de insucessos dos direitos humanos na contemporaneidade estão na superposição de crises desses direitos que convergem em uma direção unilateral: o capitalismo; sistema que obtém o modo de produção social e de organização da sociedade, gerador de intensas contradições a partir das relações de trabalho, condições de vida e violações de direitos civis em prol da mais-valia.

Os direitos civis, além de desejáveis, são essenciais para o desenvolvimento e reprodução das relações capitalistas. Logo, acabam se confrontando com a desigualdade e disparidades entre capitalista e trabalhador. A distribuição de riqueza, desse sistema, reforça a tese de acumulação para a rede privada e de financiamento de políticas sociais para a esfera pública. Eis o porquê de o capitalismo exigir direitos civis, conviver com direitos políticos e se contrapor aos direitos sociais (TRINDADE, 2013).

Neste caso, os direitos civis, na relação do modo de produção capitalista, podem ser considerados como as traduções da correlação de forças existentes que acolhem as contradições da sociedade causadas pelo próprio sistema. É o mesmo que afirmar que o direito percebe as necessidades postas pelo sistema vigente e internaliza em sua estrutura jurídica (por meio das normas) garantindo a ordem capitalista.

É por isso que o Estado burguês utiliza do Estado de Direito para empregar sua violência, pois as políticas sociais são as maneiras de intervenção estatal para apoiar o ciclo de acumulação do capital. Sendo assim, é dentro das contradições do sistema vigente que o Serviço Social, entendendo que a garantia dos direitos humanos é inerente à sobrevivência dos indivíduos, busca superar esse modelo de desigualdade ancorado no seu Código de Ética profissional no respeito a estes direitos.

³ A esse respeito, é importante consultar o prefácio de José Damião de Lima Trindade. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

3 I A RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E O SERVIÇO SOCIAL

A dinâmica pela luta por direitos está situada no cenário da ordem burguesa. Portanto, o direito é burguês. Logo, todas as suas ações estão voltadas para superação revolucionária anticapitalista, a favor da burguesia. Sendo assim, percebemos que o direito sofre influências bastante significativas para manter a regulação das relações sociais na sociedade do capital, mediante aspecto de reivindicação da igualdade política, liberdade de pensamento e tudo que fomente a disputa do governo e as decisões do Estado (IASI, 2013).

Sabemos que os direitos civis não são apenas “desejáveis”, mas são essenciais ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção (idem). E, claro, ainda que o estabelecimento da superação de uma sociedade para outra⁴ mereça reconhecimento à emancipação, via garantia de direitos é, ainda, desviada.

E é nesse processo de idealização de direitos e rupturas dos mesmos que merece questionamentos acerca de sua efetividade. Para Ruiz (2013) a evolução sobre o debate, a respeito dos Direitos Humanos durante o século XX, tem uma contribuição significativa dos países de bloco socialista e suas revoluções.

É em meio a essas contradições e antagonismos que o Código de Ética do Serviço Social tem como defesa a garantia de que os direitos humanos são essenciais para sobrevivência de uma parcela significativa da população. E, que visam trabalhar sob a perspectiva da garantia de que os direitos sejam respeitados.

A atuação do profissional do Serviço Social se dá de maneira descentralizada, trabalhando nos diversos segmentos na busca da consolidação dos diversos direitos que compõe os direitos humanos. Entretanto, esse trabalho necessita ser articulado em quatro etapas: pelos instrumentos políticos, administrativos e legais, por mecanismos de proteção social que tem como finalidade viabilizar o acesso aos resultados desses instrumentos, pelos órgãos que são os espaços utilizados pelos defensores de direitos, e pelas ações que são as práticas sociais implementadas pelos defensores (MAGRI et al., 2013, p. 4).

Haja vista, também, que o Código de Ética Profissional do Serviço Social sinaliza em um dos seus princípios (o de número II) a “defesa, intransigente, dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 2012, p. 22), reafirmando os princípios e valores do Projeto Ético-Político da profissão e a sua ligação direta com um projeto social democrático comprometido com a classe trabalhadora, que possibilita aos assistentes sociais uma atuação direta por ser uma categoria em constante ligação com a realidade social da população.

Sabe-se que o tema acerca dos Direitos Humanos tem ganhado destaque na atualidade, pois tem centralidade na conjuntura política e nas lutas sociais, mediante transformações societárias, permitindo uma profunda consonância com as modificações

4 Entende-se, neste caso, a superação do sistema do feudalismo para o capitalismo.

em curso do próprio Serviço Social. É nítido, então, que esta ligação está na reverberação de que os direitos sociais - marca indelével das lutas da profissão - são direitos humanos, intrínsecos (obviamente) aos seres humanos.

Não devemos descartar essa hipótese, pois um direito não é conquistado, em sua plenitude, se todas as esferas de condições de vida não forem oferecidas. Há relações interligadas entre essa área e a categoria profissional. Não é a toa que a viabilização de um direito humano ao acesso à educação ou saúde, por exemplos, sem as condições dignas de moradia, trabalho, renda, etc. de qualquer usuário, acaba fadando-se ao fracasso com uma atuação profissional, meramente, pontual.

Portanto, observe-se que o Serviço Social (brasileiro), uma profissão que durante longo tempo manteve-se funcional aos interesses burgueses, tem na direção social defendida pelo seu atual Projeto Profissional a defesa dos direitos humanos como premissa. Todavia, isso supõe reconhecer teórica, metodológica, política e eticamente as possibilidades e os limites de sua ação profissional e as do campo dos direitos humanos no mundo capitalista. A partir disso, o profissional poderá buscar materializar essa premissa do Código de Ética Profissional sem cair na armadilha do discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas não elucida as bases concretas de sua objetivação histórica, tampouco caminha rumo à efetivação de direitos – o que pode ser bastante funcional à ordem econômica atual (FORTI, MARCONSI & FORTI, 2013).

É no âmbito das contradições que o Serviço Social atua. Para tanto, é imprescindível que o profissional busque construir mecanismos de atuação, junto às demandas emergentes, que possibilitem romper com a dinâmica social do senso comum acerca da objetivação dos direitos humanos. Para Jefferson Lee⁵ (2012)

é preciso saber precisamente como atuamos com os direitos humanos da população usuária, principalmente na lógica capitalista, que é incompatível com a materialização dos direitos em sua plenitude. *Sendo assim*, pensar direitos humanos é revisitar o exercício profissional do assistente social (LEE, 2012, on-line).

É importante elencar que, revitalizar o legado teórico-político do Serviço Social e insistir numa postura crítica da categoria são formas de enfrentamento dessa sociabilidade, uma vez que os afetados pela violação dos direitos humanos são vítimas, também, de acidentes e desregulamentação do trabalho, do desemprego, baixos salários, crimes financeiros, ação repressiva do Estado, sistemas penitenciários, de saúde e educação, em sua maioria precários e insuficientes (FORTI, 2012).

Logo, é imprescindível ações competentes pautadas no compromisso com o Código de Ética, que aponta para a perspectiva da totalidade em contraposição ao sistema vigente, principalmente com o neoliberalismo que intensifica a violência no país. Neste caso, pautase não apenas na “aversão” à ideologia neoliberal, mas a compreensão crítica que desvele

⁵ Em debate no Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos realizado nos dias 4, 5 e 6 de Setembro de 2012, em Palmas – TO.

a impossibilidade da objetivação dos direitos, em sua concretude, para todos os indivíduos sociais.

4 | CONCLUSÃO

É preciso estabelecer um diálogo entre “os atores vinculados às diferentes áreas de conhecimento que se debruçam sobre os direitos humanos, muito especialmente o Direito, as Ciências Sociais, o Serviço Social e as Relações Internacionais” (MARQUES, 2013, p. 195). No entanto, ainda há que recorrer aos direitos humanos para obtenção de realização de liberdade, igualdade e fraternidade enquanto potencialidades da comunidade humana.

Comungamos da crítica aos Direitos Humanos, feita por Marques (2013), quando diz que há: a) falta de legitimidade dos Direitos Humanos – pela falta de unanimidade dos Estados na Declaração Universal de 1948; b) utilização dos direitos humanos como legitimação da intervenção dos Estados e interesses econômicos nas regiões periféricas – violação como instrumento de deslegitimação; c) desproteção da “reserva” privada – enquanto oposição à ordem estabelecida – não há um direito humano à propriedade dos meios de produção, mas uma interdição arbitrária e discriminatória da propriedade.

Acreditamos, também, que, de fato, a evolução nos patamares do direito é o resultado de uma espécie de auto aperfeiçoamento do próprio Estado para o desenvolvimento de futuras legislações sociais e instituições de acesso a bens e serviços às camadas mais pobres, o desenvolvimento de políticas públicas e legislações protetivas em relação ao trabalho suficientes para o florescimento dos direitos sociais (IASI, 2013).

Nesse contexto, temos o Estado como intermediário entre o homem e a liberdade humana, o segundo confiando toda a sua liberdade ao primeiro. A emancipação humana só poderá ser plena quando o homem, enquanto indivíduo, tiver em si o homem político, enquanto cidadão, além de reconhecido e organizado suas próprias forças como sociais (MARX, 2010).

Pensar a emancipação humana é pensar na restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem, mas para isso é fundamental superar a cisão (que leva à emancipação desviada) entre o ser social como indivíduo membro da sociedade civil-burguesa e o cidadão como membro do Estado (IASI, 2013).

Portanto, a efetividade dos direitos humanos parte da crítica à materialidade dos acontecimentos históricos para apontar a necessidade de construção de um novo modelo de sociabilidade para além do capitalismo. Neste caso, é impossível imaginar que o profissional do Serviço Social não atue com os direitos humanos, mesmo mediante contradições e limitações institucionais e conjunturais postas pelo sistema vigente.

É interessante frisar que as distintas concepções sobre os direitos humanos não são próprias do Serviço Social, apesar de determinadas críticas a respeito, os desafios postos vão além do âmbito profissional. Para Ruiz (2013) alguns desses desafios estão na

superação das duas visões combatidas: associação dos direitos humanos a concepções liberais e o esvaziamento do conteúdo de classe; na tentativa de superar a concepção reacionária de direitos humanos, enquanto “defesa de bandidos”, por exemplo, por meio da contribuição do (a) assistente social em contato com a população nos seus mais diversificados espaços sócio-ocupacionais; e superar a visão dicotômica de direitos sociais a plataformas anticapitalistas e/ou socialistas.

Torna-se necessário, neste caso, uma formação profissional qualificada e contínua, tendo em vista de não depender apenas da vontade dos sujeitos, para tais necessidades. E, claro, fomentar que essa formação deve possibilitar a competência no exercício profissional (FORTI, MARCONSIN & FORTI, 2013).

Uma das grandes dificuldades para objetivação dos Direitos Humanos, considerado por Barroco (2017), está na realização dos direitos sociais, econômicos e culturais, justamente pelas contradições entre os direitos e a realidade burguesa. E a defesa desses direitos, é colocada por ela também, enquanto necessária tendo em vista o conceito de desumanização em curso.

Para o Serviço Social, essa concretude pode ser viável a partir da adoção da liberdade e democracia como instrumentos importantes de um projeto profissional em defesa dos direitos humanos. Além de intensificar a defesa de MAGRI et al. (2013) em que a efetivação dos princípios propostos no atual Código de Ética possibilita uma ação crítica, reflexiva e investigativa capaz de romper com os ranços do conservadorismo na profissão, haja vista a necessidade de uma formação crítica em que possa ser percebida a presença do senso comum a fim de desmistificá-la.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. O significado sócio-histórico dos direitos humanos e o serviço social. In: **Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalho**. Salvador – BA, 2017. p. 1-14. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/maria_lucia_barroco.pdf>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2017.

BRASIL. **Constituição Federativa Brasileira**. Brasília - DF: SENADO, 2014.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do (a) Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2012.

DORNELLES, J. R. W. Globalização neoliberal, direitos humanos e a violência na realidade contemporânea. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 135 – 150.

FLORES, H. J. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: direitos humanos como produtos culturais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FORTI, V.; MARCONSIN, C.; FORTI, L. Direitos humanos e serviço social: debater é preciso. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 29-52.

_____. **Direitos Humanos e Serviço Social**: notas para o debate. O Social em Questão - Ano XV - nº 28, 2012, p. 265 – 280.

IASI, M. L. O direito e a luta pela emancipação humana. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 171-193.

LEE, J. **Direitos Humanos em Debate**. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/846>>. Acesso em: 04 de Dezembro de 2017.

MARQUES, E. A. B. Direitos Humanos: para um esboço de uma rota de colisão com a ordem da barbárie. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 195-209.

MAGRI, E. et al. Direitos Humanos e Serviço Social. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis – SC, 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Direitos-Humanos-e-o-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC/Rio, 2009.

_____. **O que São os Direitos Humanos**. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em: mar. 2018.

RUIZ, J. L. de S. Direitos humanos: argumentos para o debate no Serviço Social. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p.71-91.

TRINDADE, J. D. de L. Os direitos humanos: para além do capital. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 02/12/2020

Maria Aparecida do Nascimento Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRN
Natal- Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/2490448502239574>

RESUMO: O presente trabalho trata do fazer profissional dos assistentes sociais que atuam na assistência estudantil no âmbito da UFRN. Analisamos as demandas, limites e estratégias dos assistentes sociais frente à efetivação de direitos dos usuários da assistência estudantil da UFRN. Utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Fazer Profissional. Assistência Estudantil.

STUDENT ASSISTANCE IN TIME OF CAPITAL CRISIS: THE REALITY OF UFRN

ABSTRACT: The present work deals with the professional rendering of social workers who

1 Em 2016 o Congresso Nacional aprovou a proposta de emenda a Constituição nº 241, do então governo de Michel Temer que possui como principal proposta o congelamento em vinte anos os gastos obrigatórios em saúde e educação. Essa mudança na lei trouxe agravos a situações das instituições públicas de ensino, que veio em se complexificar ainda mais no presente ano no então governo Bolsonaro.

2 A classe-que-vive-do-trabalho diz respeito à totalidade de homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção e que são constrangidos a vender sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de salário; ou seja: o proletariado industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, além dos desempregados. O autor ressalta que o proletariado industrial é o seu núcleo principal, porque produz diretamente mais-valia. No entanto, estão excluídos gestores do capital e os que vivem de juros e da especulação, os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária, ainda que possam se constituir importantes aliados da classe trabalhadora no campo político. (ANTUNES, 2013, p. 132)

work in student assistance within UFRN. We analyze the demands, limits and strategies of social workers regarding the effectiveness of UFRN student assistance users' rights. Using as methodology the bibliographical and field research .

KEYWORDS: Social Work. Professional Practicess. Studentt assistance.

1 | INTRODUÇÃO

Analisar o fazer profissional dos assistentes sociais na educação pressupõe pensar as modificações ocorridas no mundo do trabalho e na sociabilidade que se tornam mais evidentes a partir da década de 1970, uma onda de mudanças estruturantes na morfologia do trabalho ocorridas inicialmente nos países mais desenvolvidos do globo, através da chamada reestruturação produtiva¹, mas que chega ao Brasil nos anos de 1990 em conjunto com a ideia de contrarreforma do Estado caracterizada pelo modelo neoliberal¹. Os assistentes sociais como integrantes também da classe que vive do trabalho² sofrem como os demais trabalhadores esses mesmos rebatimentos dessas mudanças

contemporâneas na realidade brasileira. Neste viés de reflexão esse contexto

altera as demandas de trabalho dos assistentes sociais, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser regulamentadas, flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos rateios a acessá-los.

(CFESS, 2011, p.39)

Nessa linha o Serviço Social tem sido chamado a intervir nas tensões entre as classes, dentro do entendimento de que precisamos compreender a dimensão contraditória existente nas relações entre as classes sociais, e que por isso a intervenção profissional é também marcada pela polarização dos interesses entre elas. Essa relação contraditória, ao mesmo tempo em que permite a continuidade da sociedade de classes também permite a sua transformação.

Para tanto, foram trabalhados os seguintes objetivos: analisar o fazer profissional dos assistentes sociais na assistência estudantil da UFRN no contexto de desmonte do Estado e expansão do ensino superior brasileiro, identificando as demandas colocadas pelos usuários da assistência estudantil da instituição e os desafios encontrados por esses profissionais em resposta a essas demandas, bem como também, identificar e analisar as estratégias criadas enquanto respostas pelos assistentes sociais na perspectiva de efetivação de direitos.

2 | A CRISE DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Refletir sobre a lógica da mercantilização da educação superior na atual sociabilidade capitalista brasileira, exige compreendê-la no contexto da crise contemporânea, conectada aos seus tensionamentos, que articulam: reestruturação produtiva, a reconfiguração do papel do estado e da instituição educação em face do novo projeto burguês de sociabilidade, sob a égide do neoliberalismo e do capital financeiro.

Transitando por esse caminho de análise, não seria um exagero afirmar que na atualidade o mundo inteiro está em crise. Tenhamos presente segundo Netto (1999) que desde os anos de 1990 registram-se crises em todos os continentes, expressões típicas em todos eles e localizadas da dinâmica contraditória do sistema capitalista. Não somente as crises financeiras fazem parte dessa dinâmica capitalista, mas para Harvey (2012, p.18), a crise que se inicia em 2008, assim como as demais ao longo dos últimos anos trata-se de uma crise estrutural, intrínseca ao modo de produção capitalista. Ora, “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo.” Na sua visão, a taxa mínima, afirmada pelos economistas neoliberais para um crescimento ‘aceitável’ de uma economia capitalista saudável, é de 3% ao ano, visando à obtenção de lucros para o capital.

Todavia, fica cada vez mais difícil manter tais taxas de crescimento, principalmente

no apogeu no mundo inteiro do capitalismo fictício. Com o aprofundamento da crise, a “questão social” é agravada e suas manifestações de pauperização, desemprego, violência são tratadas pelo Estado como se pudessem ser resolvidas na esfera do mercado. Segundo Mézaros (2015), as diversas tentativas de responder a crise pelo Estado têm sido motivadores da própria crise, sejam nas operações de resgate do capitalismo privado, sejam em intervenções militares ao longo da história.

A realidade da “globalização”, muito idealizada em nosso tempo, é obrigada a permanecer como uma tendência perigosamente unilateral, carregada de antagonismos materiais explosivos, enquanto as células constitutivas, os microcosmos de nosso lar planetário, são internamente dilaceradas pelas contradições, em última instância, irreconciliáveis em sua *centrifugalidade* vigente. Pois a característica centrífuga das determinações mais profundas do sistema do capital como tal acarreta os imperativos estruturalmente arraigados da expansão antagonônica do capital e sua defesa legitimadora do Estado. Separada/alienada. (MÉSZÁROS, 2015, p.17)

Logo, as economias globais, ao começar pelos países centrais dão o ritmo das economias periféricas como é o caso do Brasil com protocolos de organismos internacionais à exemplo do FMI e do Banco Mundial. Essa ótica do capital que ignora limites de expansão e de dominação intensifica cada vez mais o antagonismo entre as principais classes sociais como podemos constatar nas palavras de Carvalho (2010, p.239) “desmontes e tensões que atingem o mundo do trabalho. Implica configurar o *neointervencionismo do Estado* na contemporaneidade, delineando as expressões históricas do que vem, sendo proclamando como ‘regresso do Estado’ no ocidente”.

A crise estrutural do capital acaba por agravar os problemas conjunturais dos países periféricos, como é o caso do Brasil, lugares onde a pobreza e a miséria são evidenciadas nas mais diversas formas e as instituições de ensino não estão de forma alguma fora dessa realidade. Essas instituições como é o caso da UFRN, funcionam muitas vezes como espaços contraditórios, mas que poderiam funcionar como instrumento emancipatório, dentro da sociabilidade capitalista, acabam funcionando como espaços de concretização dos problemas sociais. Afinal, a educação pode operar tanto na perspectiva da exploração do homem pelo homem quanto contribuir na superação dessa ordem social.

Como, porém, esta crise rebate na educação? Das mais variadas formas, mas, sinteticamente, em primeiro lugar, revelando a inadequação da forma anterior da educação frente às exigências do novo padrão de produção e das novas relações sociais; constatando que as teorias, os métodos, as formas, os conteúdos, as técnicas, as políticas educacionais anteriores já não permitem preparar os indivíduos para a nova realidade. Em segundo lugar, levando à busca, em todos os aspectos, de alternativas para esta situação. Em terceiro lugar, imprimindo a esta atividade, de modo cada vez mais forte, um caráter mercantil. Isto acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas. Daí a intensificação do processo de

privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria. Não é preciso referir as consequências danosas que este processo traz para o conjunto da atividade educativa. (TONET, 2012, p. 32)

É de fato possível perceber, que diante dessa lógica, a formação se constitui como um espaço de empreendimento e reprodução do capital (funcionando como mercadoria), afinal os maiores investimentos privados estão sendo em cursos universitários de baixo custo. Sendo notável, portanto, que diante desse cenário, de condições cada vez mais precárias de minimização dos investimentos sociais e maximização dos lucros do capital, formem-se consequências advindas da crise e da necessidade da expansão do capital, que impõe mudanças difíceis para o trabalhador assalariado. Logo, a educação se torna um campo propício para investimento e expansão do capital, uma vez que ele necessita de modo intenso, investir em novas áreas e uma delas é a educação que tem sofrido drasticamente os efeitos dessa lógica capitalista (TONET, 2012).

Transitar pela assistência estudantil na educação superior na atual sociabilidade capitalista torna-se fundamental para responder dentro desse espaço de inserção dos profissionais do Serviço Social, o que demanda seu fazer profissional com ações voltadas para a identificação e viabilização de recurso na defesa dos direitos dos discentes, instituídos a partir da Constituição Federal nos anos 80, do século XX.

A constituição Federal de 1988 é um marco na luta por direitos no Brasil, apesar da tarefa de elaborar a Constituição ter ficado para um Congresso Constituinte e não para uma Assembleia livre e soberana, como era da preferência dos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora, o que nos confirma a ideia de conflito entre as classes sociais na disputa pelo poder. Conforme Behring e Boschetti:

Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos de 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo de: reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 141)

Como um direito social afirmado enquanto “vontade nacional e soberana”, apesar de todas as nuances e contradições desse processo, a educação teve aprovado na Constituição Cidadã, artigos que a colocam como bem público e dever do Estado; garantindo o direito à educação especializada a uma maior parcela da sociedade, que historicamente foi deixada de fora, como é o caso dos deficientes e das crianças menores de seis anos de idade na obrigatoriedade de ensino voltado às necessidades específicas desse alunado e construção de creches e/ ou pré-escolas.

Diante da constituição desses direitos, a UFRN através da política de Assistência Estudantil concede aos estudantes dos cursos de graduação presenciais que apresentam

situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Resolução nº 026/2009 – CONSAD, e que necessitem de subsídio para custear despesas referentes à manutenção da creche e/ou similar para seus filhos, ou menores, de 0 a 6 anos incompletos que estejam legalmente sob sua guarda, através da disponibilização de recurso financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Já no caso dos discentes deficientes da UFRN, encontramos ações “inclusivas” através da CAENE (Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais), que através da sua equipe de profissionais analisa cada caso, realizando junto ao aluno o levantamento das suas necessidades educacionais e de possíveis formas de intervenção sobre o processo de ensino-aprendizagem, realizando encaminhamentos para outros profissionais de fora da equipe, quando se faz necessário. Na UFRN também são concedidos auxílios financeiros que vão desde o auxílio óculos, auxílio moradia, auxílio refeição ao auxílio transporte, entre outros.³

Já quando tratamos das atribuições dos assistentes sociais, de maneira mais geral, obtemos, por exemplo: a elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indiretamente, empresas, entidades e organizações populares; elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos; encaminhamento de providências e prestação de orientação social a indivíduos, grupos e à população mais subalternizada; prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais comprometidos com as camadas mais populares da sociedade; planejamento, organização e administração de serviços sociais e de Unidade de Serviço Social; realização de estudos sócio econômicos com os usuários para fins de benefícios sociais junto a órgão da administração pública, empresas privadas e outras entidades; orientação a indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais. (CFESS,2010, p. 29-31)

Contudo, há atribuições específicas dos assistentes sociais que trabalham na educação, e por isso o conjunto CFESS/CRESS lançou uma brochura no ano de 2012 para subsidiar o fazer profissional dos profissionais do Serviço Social nesse campo sócio ocupacional, como destacado no quadro abaixo:

1- As abordagens individuais e a atuação junto às famílias são bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional.

2-A dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional não deve estar desvinculada das demais dimensões do trabalho profissional. Ela contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência previamente pensada.

3 A resolução 169/2008-CONSEPE, de 02 de dezembro de 2008 estabelece no seu artigo 7º que o as bolsas de assistência estudantil podem ser concedidas de acordo com as seguintes modalidades: I - auxílio alimentação; II – auxílio transporte; III - bolsa de apoio administrativo e apoio técnico; IV – bolsa de monitoria; V – bolsa de pesquisa; VI - bolsa de extensão; VII – bolsa de assistência ao ensino. VIII - bolsa de apoio à pós-graduação; IX- auxílio moradia; X – auxílio de apoio à mobilidade estudantil. XI- auxílio creche; XII- auxílio de incentivo às atividades esportivas.

3- -A dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social reveste-se de um significado importante no campo da educação, pois representa um dos elementos que Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.
4- Outra dimensão importante é a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora.
5-A dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras adquire uma particularidade
6-A dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, por assistentes sociais tem sido atravessada tanto pela compreensão equivocada de sua relação com a política de assistência social, quanto pela institucionalização dos programas governamentais e dos projetos sociais que particularizam a atuação de assistentes sociais no campo privado.

QUADRO 01- Dimensões do Fazer Profissional dos Assistentes Sociais na Educação

FONTE: Quadro 01 de elaboração própria com base na brochura produzida pelo conjunto CEFSS/CRESS no ano de 2012 para subsidiar o trabalho dos assistentes sociais na educação, 2019.

Portanto, é de fundamental importância que os assistentes sociais possuam conhecimento de quem são os usuários da sua política, que no caso da educação superior é especificada através da assistência estudantil, para que seu trabalho de fato reafirme o seu compromisso com uma educação que vá além das fronteiras reducionistas que enxergam a superação dessa sociabilidade que vivenciamos longe das relações entre as classes sociais.

3 | LIMITES E ESTRATÉGIAS PROFISSIONAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A grande preocupação nossa é de tentar compreender os desafios colocados aos assistentes sociais da assistência estudantil da UFRN e quais as estratégias estão sendo utilizadas para o enfrentamento desses desafios.

Na assistência estudantil da UFRN não é respeitada a jornada prevista em lei, de trinta horas semanais para o Serviço Social. Isso nos mostra que apesar de todas as vantagens que o trabalho no serviço público possa refletir, ele também pode ser fonte de precarização. Outras manifestações da precarização no cotidiano profissional dos assistentes sociais são: o número crescente de demandas e no congelamento em anos do número de profissionais, seja nas horas de trabalho que muitas vezes não são suficientes (muito do trabalho é levado para casa), seja na ausência de condições adequadas no ambiente de trabalho que acaba, por exemplo, comprometendo o sigilo profissional (as salas mesmo reformadas possuem uma acústica que favorece a propagação de todas as conversas realizadas nas salas ao lado). Diante disso, Ricardo Antunes faz referência que as mudanças no mundo

do trabalho a partir da reestruturação produtiva dão origem a *qualificação desqualificadora* da classe trabalhadora. Logo, os desafios postos cotidianamente ao fazer profissional das assistentes sociais da PROAE são potencializados sem dúvida pela heterogeneidade das demandas trazidas pelos usuários, bem como de limites e entraves institucionais. Apesar disso, é indispensável que sejam criadas estratégias que contornem tais obstáculos, sem dispensar ou menosprezar as habilidades técnicas que podem orientar a utilização do instrumental. Sendo importantíssimo que o debate entre estratégias profissionais e táticas técnico-operacionais esteja fortemente presente na formação profissional dos profissionais do Serviço Social. Em nossa pesquisa de campos, pudemos contatar as estratégias explicitadas no quadro 02.

LIMITES DO FAZER PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PROAE	ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELAS PROFISSIONAIS EM SEU COTIDIANO PROFISSIONAL
Ausência de autonomia profissional;	Lutas internas na tentativa de garantia de maior espaço nas decisões e no reconhecimento do papel dos assistentes sociais na assistência estudantil da UFRN;
Aumento das demandas a cada semestre;	Planejamentos em conjunto com toda a equipe, buscando prevê e planejar-se para o aumento gradativo de cada semestre.
Limitação de recursos para atender as demandas dos estudantes;	Lutas internas na tentativa de demonstrar a necessidade de aumento de recursos e elaboração de pesquisas que comprovam essa necessidade.
Não entendimento por parte da gestão das funções privativas do Serviço Social;	Esclarecimento à gestão da PROAE das funções privativas dos assistentes sociais;
Não cumprimento das 30 horas semanais garantidas em lei;	Apesar da insatisfação não demonstraram possuir uma estratégia frente a essa problemática dentro da instituição. Mas trata-se de uma luta de toda categoria profissional, pois muitas são as instituições que não respeitam a lei das 30 horas semanais.
Número inadequado de profissionais em comparação ao número de usuários;	A luta pelo aumento do número de postos de trabalho faz referência a uma luta de toda a categoria, não apenas funcionando como estratégia profissional. É uma bandeira de luta presente na agenda das entidades representativas dos assistentes sociais.
Burocracia Institucional.	Tentativa de desburocratizar o atendimento na elaboração dos editais e exigindo na entrevista apenas a documentação mais indispensável para a obtenção dos auxílios.

Fonte: Quadro 02 de autoria própria com base em pesquisa de campo em 2017.

Em meio às limitações impostas pelas instituições o assistente social se vê na necessidade de resgate do precioso conteúdo acumulado ao longo do seu contato com os usuários, como resultado de informações e situações diversas da vida social. Afinal

as demandas reprimidas precisam ser retiradas da superficialidade, trazidas a público, problematizadas, denunciadas em benefício das classes subalternizadas, através de um olhar revelador desses profissionais mediante os fundamentos teórico-metodológicos que ajudam na interpretação da realidade social em que a profissão transita e se exerce. (IAMAMOTO, 2015).

Afinal, a inserção do Serviço Social na Política de Educação como foi discutido no início desse trabalho, se constitui como uma forte e indispensável estratégia dentro das perspectivas de valorização democrática, de liberdade e pluralidade na busca incessante pela construção emancipatória de uma sociabilidade para além das fronteiras do capital.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho investigativo traçado até aqui nesse trabalho elucida questões importantes acerca do fazer profissional dos assistentes sociais na assistência estudantil da UFRN. Demonstra assim, a importância da dimensão investigativa como reveladora da essência dos processos sociais, que, sem desvendar a realidade a luz de um conhecimento teórico, torna-se impossível compreender as necessidades das classes mais subalternizadas e os entraves que impedem a efetivação de direitos e, sobretudo o significado e as implicações das respostas a essas necessidades que chegam demandas e requisições ao exercício profissional. Nesse sentido, só se pode de fato assumir os compromissos com a classe trabalhadora que estão revelados no código de ética profissional de (1993) e no projeto ético político da profissão (na defesa da cidadania e emancipação social) se essa realidade for analisada e questionada criticamente.

As demandas da assistência estudantil na atual sociabilidade acabam por tornar-se reconfiguradas com a entrada de novos discentes no ensino superior trazendo novas dificuldades de permanência na universidade. Portanto, se faz necessário a luta em favor da possibilidade do exercício profissional para além dos programas de assistência estudantil, afinal como demonstrou esse trabalho, o fazer profissional dos assistentes sociais não se resume de forma alguma às ações relativas a esses programas, mas pode e deve contribuir com os processos de emancipação, autonomia e expansão plena dos direitos desses usuários. Afinal, a defesa intransigente dos direitos humanos e liberdade como valor ético, e a busca incessante pela democracia e cidadania nos permite caminhar tendo como norteador um projeto de educação emancipadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 de Maio de 2017.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, e legislação correlatada.

_____. **Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro** de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, de Alba Pinho. **Sociedade, Estado e Políticas Públicas na civilização do Capital: um olhar sobre o presente.** Somanlu, ano 10, nº 1, jan/jun. 2010.

CFESS. Código de ética do Assistente Social. In: Código de Ética do Assistente social. São Paulo. Cortez, 2006.

_____. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2010.

_____. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Ney Luiz Teixeira de Almeida (Org.). Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2011.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CEFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. 1999.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. In: **Educação contra o capital.** 2 ed. São Paulo. Instituto Lukács, 2012. 2 ed.

CAPÍTULO 11

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 18/12/2020

Rita Wigna de Souza Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró-Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/2733830613474340>

Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Centro Universitário INTA - UNINTA
Sobral-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/1157484068325604>

Leidiana do Nascimento Pinto

Centro Universitário INTA - UNINTA
Sobral-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/9412227225244499>

Margarida Emília Albano

Universidade do Estado do Ceará - UECE
Fortaleza-Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-9094-4130>

Carlos Silva Barbosa

Universidade Anhanguera
Sobral-Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-8557-6855>

Francisco Natanel Lopes Ribeiro

Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia
Sobral-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/5660197173483158>

Jani Mesquita Rodrigues

Universidade do Estado do Ceará - UECE
Fortaleza-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/7743262683724353>

Fernanda Maria Magalhães Silveira

Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX
Teresina-Piauí
<http://lattes.cnpq.br/1489270067021632>

Iara Leite de Sousa

Centro Universitário INTA - UNINTA
Sobral-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/6234380198287511>

Raquel Leite Vasconcelos

Instituto Lato Sensu
Sobral-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/8439987981546748>

RESUMO: O presente relato de experiência apresenta os desafios ético-políticos da atuação do Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social da 3ª região na Região Norte do Ceará, relatando atuação dos profissionais nesse espaço. No Ceará, compreendendo a importância da interiorização como instrumento de luta política da categoria com o Conselho.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Organização Política; Descentralização; Interiorização.

THE ETHICAL-POLITICAL CHALLENGES IN THE INTERIORIZATION OF CRESS 3RD REGION IN THE NORTHERN STATE OF CEARÁ

ABSTRACT: The present experience report presents the ethical-political challenges of the work of the Regional Council of Social Service of the 3rd Region in the Northern Region of Ceará,

reporting the professionals' work in this area. In Ceará, understanding the importance of internalization as an instrument of political struggle of the category with the Council.

KEYWORDS: Social service; Political Organization; Decentralization; Interiorization.

1 | INTRODUÇÃO

O Serviço Social nasceu no Brasil na década de 1930, com forte influência da Igreja Católica. A profissão tem caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental para análise e intervenção nas diversas refrações da questão social. Considerada uma das poucas profissões que possui um projeto profissional coletivo e hegemônico, denominado projeto ético-político, construído e consolidado pela categoria a partir de 1970, expressando o compromisso da profissão com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e garantidora dos direitos universais.

Tem suas garantias presentes na Lei 8.662/93, no Código de Ética profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares. Com a Lei 8.662/93 o Serviço Social é regulamentado como profissão e o Conselho Federal; os Conselhos Regionais são legitimados.

Ressalta-se que foi na década de 1960, que diante da necessidade de normatização e fiscalização do exercício profissional, foi decretada a Lei nº 994 de 15/05/1962 que instituiu o Conselho Federal de Assistentes Sociais, na época chamado CFAS e os Conselhos Estaduais de Assistentes Sociais, chamado CRAS.

Durante os primeiros vinte anos de existência os Conselhos se caracterizavam pela visão conservadora, corporativa, fiscalizadora e burocrática, o que refletia muito bem o modelo tradicional da profissão de ajustamento dos indivíduos para a manutenção da ordem capitalista. Somente em 1970 com a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Social, em titulado como o “Congresso da Virada” é que veio à tona o desejo de mudança ou mesma ruptura com o conservadorismo. O Congresso da Virada expressou o caráter contestador e o desejo de transformação da práxis políticas profissionais. Era preciso posicionar-se criticamente em relação aos problemas vivenciados na sociedade, defendendo a classe trabalhadora e lutando por uma verdadeira transformação societária.

Na atualidade, o Conselho Federal representa a instância máxima de deliberação das/os assistentes sociais e os Conselhos Regionais, instâncias de deliberações por Região. Existem vinte e seis (26) Conselhos Regionais, que representam as/os assistentes sociais em todos os Estados do Brasil.

Compreendendo a importância da nucleação/interiorização como instrumento de luta política da categoria, visando fortalecer a mobilização, a organização e a aproximação da categoria com o CRESS foram criados os Núcleos do CRESS – CE.

Os Núcleos Descentralizados de Assistentes Sociais, vinculados ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do Ceará 3ª Região, conforme dispõe na Resolução Nº 001, de 15 de março de 2019. A presidenta do Conselho Regional de Serviço Social

do Ceará, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando o previsto no parágrafo 1º do art. 6º da Resolução CFESS nº 470, de 13 de maio de 2005, que faculta aos CRESS a constituição, em seu âmbito de jurisdição, de comissões, grupos de trabalho e de apoio e Núcleos; e a deliberação do XXXII Encontro Nacional CFESS/CRESS que prioriza a criação e o fortalecimento de Núcleos de Interiorização das ações dos Conselhos Regionais, resolve:

Artigo 1º - Instituir e regulamentar os Núcleos Descentralizados de Assistentes Sociais vinculados ao Conselho Regional de Serviço Social do Ceará. Artigo 2º - Os Núcleos Descentralizados de Assistentes Sociais são espaços de articulação e organização dos/as profissionais e visam promover a interiorização, descentralização e democratização da gestão política do CRESS. Artigo 3º - Os Núcleos Descentralizados de Assistentes Sociais comporão a Comissão de Interiorização do CRESS/CE (RESOLUÇÃO, 2019).

Os NUCRESS são caracterizados como espaços de fortalecimento do exercício profissional; educação permanente dos/as Assistentes Sociais; a defesa do projeto ético-político da profissão; a articulação e organização política da categoria; e a defesa das prerrogativas do exercício profissional na região (RESOLUÇÃO, 2019). E tem como objetivos: Ampliar o vínculo do CRESS 3ª Região com a categoria que se encontra nas diversas regiões do Estado. Possibilitar um espaço reflexivo propositivo e de troca de experiências sobre os processos de trabalhos em que participam os assistentes sociais. Contribuir com a valorização profissional. Fomentar a capacitação continuada na região.

Pensar os desafios da organização política dos assistentes sociais perpassa a compreensão da diversidade sociocultural e espacial na qual os profissionais estão inseridos. Isso implica nos seguintes questionamentos: como as entidades representativas da categoria conseguem acessar, interagir e contribuir com os profissionais que estão fora dos capitais e grandes centros? Quais as representações sociais que esses assistentes sociais têm sobre as entidades? Como a imagem social da profissão está implicada nesses espaços? Nesse sentido, a descentralização da organização política da categoria é um indicativo para a efetividade do projeto ético-político no contexto de expansão da profissão.

2 | DESENVOLVIMENTO

Os órgãos colegiados da categoria de Serviço Social (CFESS, CRESS, ABEPSS). Segundo Netto (1999), os projetos profissionais são coletivos; apresentam a autoimagem de uma profissão; elegem os valores que a legitimam; delimitam e priorizam seus objetivos e funções; formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício; prescrevem normas para o comportamento dos profissionais; estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas; são construídos por um sujeito coletivo – a categoria profissional; e através da sua organização (que envolve os profissionais em

atividades, as instituições formadoras, os pesquisadores, os docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais) que a categoria elabora o seu projeto profissional.

O Projeto ético-político foi construído num contexto de luta pela democratização da sociedade brasileira e apresenta os seguintes componentes que o materializam: a) Dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social: é a esfera da sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional; b) Dimensão jurídico-política da profissão: aparato político-jurídico estritamente profissional (Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8.662/93 e as novas Diretrizes Curriculares do MEC); aparato jurídico-político de caráter mais abrangente (conjunto das leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988) e c) Dimensão político organizativa da profissão: fóruns de deliberação e as entidades representativas (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e as demais associações político profissionais, movimento estudantil representado pelo conjunto dos CA's e DA's e pela ENESSO).

No Ceará, devido às distâncias regionais (o estado tem 184 municípios), há necessidade de propiciar um espaço mais próximo da categoria, facilitando o acesso às informações relativas à nossa profissão, bem como, as atividades, que em sua maioria, são realizadas na capital de Fortaleza.

Uma das estratégias dos CRESS/CE é a nucleação que vem se constituindo em uma das estratégias para estimular a organização de base, estando fundamentada na Política Nacional de Fiscalização, que visa à descentralização das demandas da categoria e a interiorização das ações do Conselho Regional de Serviço Social.

Os Núcleos Descentralizados do CRESS 3ª Região/CE deverá se reunir a cada dois meses, tomando como indicativo a seguinte organização: sua coordenação será colegiada formada por 4 (quatro) membros: Um coordenador, um vice coordenador, 1º e 2º secretários, com mandato de um ano, prorrogável por mais 1 (um) mediante votação. As reuniões do NUCRESS deverão contar sempre com a presença de um conselheiro do CRESS 3ª Região/CE membro da Comissão NUCRESS, e/ou um Agente Fiscal. Para isso, as Coordenações dos Núcleos e a Comissão NUCRESS (local) deverão trocar informações via e-mail/telefone previamente às reuniões descentralizadas com o objetivo de organizá-las, elaborar pautas, mobilizar e convidar a categoria, avaliar os encontros anteriores e realizar os encaminhamentos deliberados (RESOLUÇÃO, 2019).

Poderão participar das atividades do NUCRESS os/as Assistentes Sociais devidamente registrados no CRESS 3ª Região/CE, estando aberto também aos estudantes de Serviço Social da Região, em momentos específicos determinados em pauta.

Com base na Resolução Nº 001, seu artigo 5º dispõe que os Núcleos Descentralizados de Assistentes Sociais vinculados ao CRESS/CE denominar-se-ão Núcleos Regionais de Serviço Social (NUCRESS) e serão criados mediante a convocação da categoria para

assembleia de constituição com a participação de profissionais regularmente inscritas/os no Conselho, e uma/um conselheira/o do CRESS/CE¹.

No artigo 8º da Resolução Nº 001, de 15 de março de 2019 dispõe o seguinte que os NUCRESS terão os municípios de atuação organizados considerando a proximidade entre eles e a atual divisão geográfica utilizada pela administração pública estadual.

É a partir da organização em sua base que uma categoria elabora seu projeto profissional, se concretizando na sociedade, ganha solidez e respeito frente as outras profissões.

O NUCRESS Região Norte – CRESS 3ª Região /CE será composto por uma mesa diretora onde cada membro terá as suas competências para desenvolver as atividades do mesmo. As competências comuns a todos os membros: Apoiar o funcionamento dos Núcleos; Divulgar as ações realizadas pelo CRESS para os profissionais do interior do estado; Contribuir para a definição das pautas das reuniões; Promover debates de temas pertinentes à categoria no interior do estado; Divulgar as ações realizadas pelos Núcleos; Convidar os Assistentes Sociais para as reuniões; Contribuir para a realização dos encaminhamentos definidos nas reuniões; Custear as passagens e outras despesas para que um membro da Coordenação Regional possa participar das reuniões da Comissão uma vez por semestre.

De acordo com a Resolução (2019) as competências do CRESS/CE na sua relação com os NUCRESS são as seguintes: I – Orientar, apoiar e subsidiar os NUCRESS; II – Fornecer apoio material e financeiro aos NUCRESS para o desenvolvimento de atividades, conforme previsão orçamentária aprovada em Assembleia Geral da Categoria e planejamento anual das atividades; Fornecer listagem das/os Assistentes Sociais da Região organizada por Município; IV – Garantir divulgação das atividades dos NUCRESS nos meios eletrônicos e impressos utilizados pelo CRESS/CE; V – Garantir financeiramente a participação de uma/um representante de cada NUCRESS nas reuniões da Comissão de Interiorização é realizada mensalmente na sede do CRESS/CE; VI – Manter contato permanente com as/os coordenadoras/es dos NUCRESS; VII – Criar ferramenta de socialização de informação (mala direta, boletins) sobre assuntos de interesse da categoria para atualização permanente dos NUCRESS.

Com relação aos NUCRESS eles são responsáveis para desenvolver as seguintes competências: I – Divulgar e zelar pela observância do Código de ética Profissional e da Lei que Regulamenta a Profissão; II – Fomentar a política de Educação Permanente junto as/os profissionais da área em consonância às diretrizes do Conjunto CFESS/CRESS, a partir de atividades como; debates, seminários, encontros, rodas de conversas, cine debates, dentre outras; III – Defender o exercício profissional e a qualidade do serviço prestado as/

¹ Parágrafo único: Deverá ser encaminhada ao CRESS/CE pela coordenação colegiada a ata e lista de presença das/os Assistentes Sociais participantes da constituição e/ou reativação do Núcleo (RESOLUÇÃO, 2019).

aos usuários/os; IV – Divulgar a profissão e as bandeiras de lutas através dos diferentes meios de comunicação na região de atuação do Núcleo; V – Informar ao as irregularidades referentes ao exercício profissional, constatadas na região e outras demandas locais discutidas; VI – Divulgar a agenda de reuniões e pautas via e-mail, correspondência e outros meios junto as/aos profissionais do NUCRESS e CRESS; VII – Estimular a participação das/os profissionais junto aos Conselhos, Fóruns, Frentes, e outros espaços visando o fortalecimento do Controle Social; VIII – Elaborar plano de trabalho anual com previsão orçamentária e encaminhar ao CRESS para aprovação no mês que antecede o planejamento anual do Conselho; IX – Enviar relatório anual de atividades desenvolvidas pelo NUCRESS para apreciação e registro pelo CRESS (RESOLUÇÃO, 2019).

Nesse contexto descrevemos a história de interiorização do CRESS na Região Norte em Sobral que se deu por volta de 1990 com a iniciativa da Assistente Social Maria de Lourdes Gomes Alves que se interessou em manter a categoria dos Assistentes Sociais reunida. As precursoras do Serviço Social foram Iana Sólton, Maria de Lourdes, Ana Lysia, Elianice Viana, Isabel Linhares, Cláudia Cavalcante, Marfisa Aguiar, Ondina Canuto. Ocorreram então através de reuniões mensais com as outras Assistentes Sociais das áreas da iniciativa privada e serviço público, família, trabalho com adolescentes com o objetivo de troca de experiências, debate de ideias, fortalecimento profissional e para estudar temáticas relacionadas à profissão e cursos para assistentes sociais que eram realizados pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA.

Os profissionais participavam de treinamentos, reuniões com grupos e datas comemorativas. Como desdobramento das ações do grupo, Maria de Lourdes manteve contato com o CRESS 3ª região e contribuiu com a gestão como suplente.

A presidente era Hermengarda Santana. Neste período os profissionais procuravam cursos de aperfeiçoamento que eram proporcionados pelo CRESS. “Temos que nos aprofundar muito nos nossos conhecimentos para dar uma resposta favorável aos nossos usuários” Maria de Lourdes. Neste momento o processo de interiorização do Sistema Único de Saúde - SUS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS aumentou consideravelmente a demanda por Assistentes Sociais no interior do Estado e conseqüentemente ocorreu o concurso de Sobral no ano 1998 para o preenchimento de quatro vagas.

Esta expansão da profissão proporcionou um trabalho de desmistificação da prática do assistencialismo e da compreensão do papel do Assistente Social. Este processo tornou a fiscalização pelo CRESS mais frequente observando os princípios de legalização e normatização da profissão. Os profissionais tornaram-se mais proativos participando de congressos, fóruns, semana do Assistente Social. A profissão se expandiu com o surgimento de novos cursos além do único existente pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, inclusive Educação à Distância - EAD.

Destacamos que as/os profissionais devem estar atentos aos princípios técnico operativo, teórico-metodológico e ético-político, para dar uma resposta qualificada aos

usuários, bem como se capacitando com formação continuada e seminários. Desta forma torna-se apto para desenvolver a atuação em novos espaços da profissão por exemplo: consultorias, serviço público, unidade de reclusão. Com isso a focalização do Assistente Social na luta pela valorização da categoria através do piso salarial do projeto de Lei nº 1827/2019 da autoria do Deputado Federal Célio Studart do Partido Verde - Ceará.

Na segunda etapa de reativação do NUCRESS no início dos anos 2000 teve a atuação determinante da Assistente Social Ana Lysia Dias Mont'Alverne, que organizava as reuniões. Dando continuidade com novos membros Francimar Sampaio, Jani Mesquita, Francisca Lopes, Luizyland Pereira. Com o movimento de reativação do núcleo, Francimar Sampaio foi convidado para compor a chapa do CRESS, como suplente, na gestão da Presidente Lúcia Mônica Meneses e começou a rearticular as demandas da região norte. O profissional Francimar Sampaio acrescenta que a ideia de interiorização do CRESS como NUCRESS iniciou-se na gestão da Socorro Pinto no ano de 2000. Vale ressaltar que nesse período o principal objetivo era garantir algum profissional de sobral na composição da chapa do CRESS/CE com intuito de manter o NUCRESS Região Norte ativo.

De acordo com a profissional Jani Mesquita concursada da Prefeitura Municipal de Sobral desde 1998 que atuava na Fundação de Ação Social “devido a demanda excessiva de trabalho dos profissionais o núcleo teve pouca duração e participação dos membros tornou-se empecilho na frequência nas reuniões e a efetividade do mesmo”. Tornando inviável a continuidade do NUCRESS².

Nesse contexto o NUCRESS Região Norte ficou alguns anos sem atividades devido à falta de mobilização, articulação das/os profissionais da região.

Mas, em 2015 a Conselheira Wanessa Beleza ficou à frente do NUCRESS, resgatando as atividades iniciada em outras gestões, no mesmo ano com a ajuda das/os profissionais da Residência Multiprofissional em Saúde da Família foi realizado o I Encontro em comemoração ao dia da/o assistente social da Região Norte.

Em 2016 foi realizado o II encontro com ampla participação da categoria. E no ano seguinte, depois de uma votação no NUCRESS, Leidiana do Pinto foi escolhida para representar a Região Norte na chapa atual do CRESS “Nossa voz na rua vem para lutar” que tinha como uma das propostas a Interiorização do CRESS e a reativação, fortalecimento dos NUCRESS existentes, bem como a criação de novos núcleos. Desde então, as ações de interiorização vem acontecendo a cada ano.

Com isso, o NUCRESS Região Norte foi reativado e está inserido na região Metropolitana de Sobral que é composta pelos municípios de Massapê, Senador Sá, Pires Ferreira, Santana do Acaraú, Forquilha, Coreaú, Moraújo, Groaíras, Reriutaba, Varjota, Cariré, Pacujá, Graça, Frecheirinha, Mucambo, Meruoca e Alcântara.

As reuniões dos NUCRESS deverão ser, preferencialmente, mensais, e realizadas

² Neste período não houve relatos escritos, portanto, as ideias aqui relatadas foram registradas de forma oral. Importante destacar que foram utilizadas para coletas de informações visitas domiciliares com gravador de voz.

em estabelecimentos públicos em acordo com as diretrizes dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS e com ampla divulgação para a categoria (RESOLUÇÃO, 2019).

É aqui que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios para a categoria.

Os NUCRESS são espaços de articulação e organização dos/as Assistentes Sociais que cumprem o papel de interiorização e democratização da gestão técnico política do CRESS/CE (DIRETRIZES, 2017).

No Estado do Ceará atualmente tem cinco NUCRESS: Sobral, Crateús, Iguatu, Quixadá e Juazeiro do Norte.

O NUCRESS Região Norte com suas reuniões na cidade de Sobral atualmente está funcionando com um número variado de profissionais que atuam em diversas áreas, tais como, Saúde, Assistência Social, Jurídico, Educação, Sindicatos e outras.

A gestão do NUCRESS Região Norte segue o direcionamento do Conjunto CFESS/CRESS que é formada por uma gestão democrática que engloba para além dos membros eleitos para ocupar os cargos, os demais profissionais participantes, na construção das atividades planejadas e nas representações enquanto base do CRESS.

Segue as ações realizadas pelo NUCRESS Região Norte no período de 2017 a 2019:

No início do ano as/os profissionais que integram o NUCRESS Região Norte se reúnem para fazer o planejamento anual para ser aprovado na Reunião do Pleno na sede do CRESS/CE.

Os participantes do NUCRESS Região Norte organizaram o III Seminário Comemorativo do dia do/a Assistente Social da Região Norte, promovido pelo Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social 3ª Região/CE - NUCRESS Região Norte. Tema: Na luta de Classe não há empate, realizado nos dias 24 e 25 de maio de 2017, em Sobral/CE.

No mês de junho realizamos uma convivência “Arraiá do Nucess” para as/os profissionais que compõem NUCRESS Região Norte.

O NUCRESS Região Norte realizou o I Fórum de Estágio em Serviço Social da Região Norte, promovido pelo Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social 3ª Região/CE-NUCRESS Região Norte, no dia 1º de setembro de 2017, em Sobral/CE.

No final do ano realizamos a confraternização para as/os profissionais da Região Norte.

Em janeiro de 2018 as/os profissionais que integram o NUCRESS Região Norte se reúnem para fazer o planejamento anual para ser aprovado na Reunião do Pleno na sede do CRESS/CE.

Nesse mês foi realizada a Incidência política na cidade de Massapé, em virtude do baixo salário para a categoria no Edital de Seleção Pública. Nessa reunião foi possível dialogar com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Assessor Jurídico do Município. No momento não foi possível uma correção no Edital, mas ficou acordado de

uma gratificação para as/os profissionais que passassem na seleção.

Realizamos o Cine Debate com a temática Gênero, em decorrência de estar sendo discutida no município pela Câmara dos Vereadores uma Lei sobre Ideologia de Gênero. Esse momento foi de suma importância para discutirmos sobre a temática e esclarecer sobre o assunto. O evento foi realizado na casa da cultural de Sobral, com a participação de 50 pessoas.

Em abril foi realizada uma reunião com os técnicos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) de Sobral para apresentar o NUCRESS e as ações que são desenvolvidas ao longo do ano. Nesse momento foram apresentadas as diretrizes e objetivos do NUCRESS Região Norte como forma de aproximação das/os profissionais da rede socioassistencial e outras políticas.

No mês de maio foi realizada reunião com liderança política sobre a solicitação da correção do Edital para concurso Público de Sobral. Essa articulação foi com intuito de abrir a discussão e reflexão para generalidades nas especificidades do fazer profissional da/o assistente social presente nesse edital.

O NUCRESS foi convidado para participar da homenagem as/os Assistentes Sociais de Sobral numa seção especial na Câmara Municipal. Nesse evento a Conselheira representante do CRESS/CE teve uma oportunidade para falar sobre a atual situação das/os trabalhadores da Assistência Social no município. A seção foi importante para a valorização da categoria onde profissionais foram homenageadas as assistentes sociais que se destacaram pelo seu fazer profissional em Sobral.

Os integrantes do NUCRESS contribuíram na realização da Semana da/o Assistente Social em Fortaleza.

O NUCRESS também apoiou e participou do dia da/o Assistente Social realizado pelo Hospital Regional Norte e do Centro Universitário INTA -UNINTA.

No mês de junho foi realizado o IV Encontro de Assistentes Sociais da Região Norte/CE com o tema: Nossa Escolha é a resistência somos classe trabalhadora, em Sobral/CE; o II Fórum de Estágio da Região Norte; e a entrega das carteiras profissionais para mais de 100 profissionais.

O NUCRESS também realiza momentos de convivência e lazer nesse mês foi realizado o Arraiá do NUCRESS para os profissionais com intuito de unir a categoria. E no final do ano realizamos a confraternização para os profissionais da Região Norte.

Em janeiro de 2019 as/os profissionais que integram o NUCRESS Região Norte se reúnem para fazer o planejamento anual para ser aprovado na Reunião do Pleno na sede do CRESS/CE.

Em fevereiro de 2019 foi realizada a Incidência política na cidade de Massapé, em virtude do baixo salário para a categoria no Edital de Concurso Público. Nessa reunião foi possível dialogar com os Vereadores do município.

Em abril foi realizado o curso Ética em Movimento aqui em Sobral onde 30

profissionais tiveram a oportunidade de se atualizar.

As/os integrantes do NUCRESS contribuíram na realização da Semana da/o Assistente Social em Fortaleza no mês de maio.

Realizamos o Seminário do dia da/o Assistente Social da região norte em Sobral. O evento abordou a temática “Se cortam Direitos, Quem é Preta e Pobre sente primeiro. O racismo precisa ser enfrentado no cotidiano. Assistentes Sociais no combate ao racismo”. A programação do encontro contará com palestras e exibição de vídeos. As mesas temáticas “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro”, teve como facilitadora a presidenta Josiane Soares do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); e mediadora a presidenta Leriane Araújo do Conselho Regional de Serviço Social. No evento contamos com a participação de 100 profissionais da região norte do Ceará.

De acordo com o planejamento anual do NUCRESS Região Norte nesse ano ainda teremos Encontro com os profissionais da Serra da Ibiapaba em julho de 2019. Ainda vamos realizar os momentos de convivência e lazer nesse mês que será o Arraiá do NUCRESS para os profissionais da categoria. E no final do ano a confraternização com as/os profissionais da Região Norte que compõem o NUCRESS.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relato de experiência nos permite conhecer o NUCRESS como espaço de fortalecimento do exercício profissional; educação permanente dos/as Assistentes Sociais; a defesa do projeto ético-político da profissão; a articulação e organização política da categoria; e a defesa das prerrogativas do exercício profissional na região.

O apoio do CFESS-CRESS é fundamental para garantir maior unidade nas ações políticas descentralizadas na Região Norte. E tem como objetivos: Ampliar o vínculo do CRESS 3ª Região com a categoria que se encontra nas diversas regiões do Estado. O NUCRESS Região Norte possibilitar um ambiente reflexivo propositivo e de troca de experiências sobre os processos de trabalhos em que participam os assistentes sociais. Contribuir com a valorização profissional. Fomentar a capacitação continuada na região.

A estratégia de nucleação se apresenta com o objetivo de assegurar uma gestão pública e democrática, como condição para materialização do projeto ético-político profissional.

Acreditamos que essas estratégias de interiorização podem contribuir para promover uma interlocução pública, sistemática e constante entre as entidades e as/os profissionais inscritas/os da Região Norte. Essas ações que colaboram para o movimento de interiorização do trabalho político e educativo das Comissões de Ética e Fiscalização Profissional, de acordo com o documento Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do Assistente Social, do Conjunto CFESS-CRESS; mobilização e organização política das/os assistentes sociais na luta contra a precarização das condições de trabalho

e das políticas sociais; debate e formação sobre as possibilidades e limites do exercício profissional (DIRETRIZES, 2017).

Certo de que pode ser instrumento de luta política da categoria, fortalecendo a formação e o exercício profissional, e contribuindo para consolidar os valores e conteúdo que expressam a direção social estratégica da profissão. Esperamos que esse relato de experiência possa fortalecer a mobilização, a organização e a aproximação do Conjunto CFESS- CRESS com a categoria profissional.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Nacionais Acerca da Interiorização das Ações Políticas dos CRESS**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/DiretrizesInteriorizacao2017.pdf>>. Acesso em: 19 de jun. 2019 as 15:00:00.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Lei Nº 8.662, de 7 de Junho de 1993. **Regulamentação da Profissão**. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 19 de jun. 2019, 20:00:00.

LEI Nº 994, de 15 de Maio de 1962. **Instituiu o Conselho Federal de Assistentes Sociais, na época chamado CFAS e os Conselhos Estaduais de Assistentes Sociais, chamado CRAS**. Brasília, 1962. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 21 de jun. 2019 as 20:16:00.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2019 as 18:00:00.

RESOLUÇÃO, 001 de 15 de março de 2019. **Regulamentação dos Núcleos Descentralizados de Assistentes Sociais, vinculados ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do Ceará 3ª Região**. Disponível em: <[file:///C:/Users/winusuario/Desktop/CBAS%202019/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NUCRESS%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/winusuario/Desktop/CBAS%202019/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NUCRESS%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 de jun. 2019 as 14:00:00.

RESOLUÇÃO Nº 470, de 13 de maio de 2005. **Faculta aos CRESS a constituição, em seu âmbito de jurisdição, de comissões, grupos de trabalho e de apoio e Núcleos; e a deliberação do XXXII Encontro Nacional CFESS/CRESS que prioriza a criação e o fortalecimento de Núcleos de Interiorização das ações dos Conselhos Regionais**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_470_05.pdf>. Acesso em: 18 de jun. 2019 as 14:00:00.

Data de aceite: 01/03/2021

Albany Mendonça Silva

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4198535318645664>

RESUMO: Este artigo discute a relação entre Estado e Sindicato, no contexto de crise do capital, na perspectiva de problematizar o processo de lutas de classes e os rumos do sindicalismo no campo da resistência dos trabalhadores. Tal perspectiva se fundamenta na Teoria Crítica, pois esta possibilita estabelecer as mediações necessárias para analisar as questões centrais que têm impulsionado tal dinâmica.

PALAVRAS – CHAVE: Crise do Capital- Estado- Sindicalismo.

REFLECTIONS ON STATE AND TRADE UNION IN BRAZIL

ABSTRACT: This article discusses the relationship between State and Union in the context of capital crisis, with a view to problematizing the process of class struggle and the direction of trade unionism in the field of workers' resistance. This perspective is based on the Critical Theory, since it makes it possible to establish the necessary mediations to analyze the central issues that have driven such dynamics.

KEYWORDS: Crisis of Capital- State- Syndicalism.

1 | INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo, marcado por transformações societárias que alteram significativamente o processo de produção e organização da classe trabalhadora, impactou diretamente o processo de organização sindical de duas formas: a) determinou o refluxo do movimento sindical; e b) pôs em aceno uma contrarreforma sindical legitimadora do sindicalismo de Estado.

Com a crise do capital e os seus reais impactos no trabalho e processo de organização da classe trabalhadora na atualidade, propõe-se a discutir a relação entre Estado e Sindicato, fazendo uma análise da crise e do debate da luta de classes e dos seus rebatimentos nos sindicatos no contexto latino-americano, especialmente no Brasil. É importante salientar que no cenário de crise registram-se impactos significativos para o sindicalismo. Contraditoriamente, com governos democráticos, os sindicatos passam a negociar perdas de direitos para garantir a empregabilidade.

É nesse quadro que se observam novas e velhas formas de exploração do capitalismo que alteram significativamente o movimento sindical nas circunstâncias de lutas de classes. A esse respeito, advertem Cardoso e Gindin (2008, p.25).

[...] as reformas econômicas foram negociadas com o sindicalismo em troca de manutenção da legislação trabalhista, da estrutura sindical e do controle do CT sobre ela mesmo que o custo das perdas econômicas importantes para os trabalhadores, como, o aumento da informalidade, da queda dos salários reais e a desindustrialização de parte idéias do país.

Daí, a necessidade de analisar criticamente a dinâmica do movimento ampliado do capital, na contemporaneidade, no sentido de compreender o real processo de reestruturação do capital, e suas mudanças, tanto no sistema produtivo, quanto na regulação do Estado, que tem impactado diretamente no mundo do trabalho, com o exponencial desemprego e precarização das novas formas de ocupação, queda dos salários, mercantilização dos direitos sociais, o que tem alterado significativamente o perfil da força de trabalho.

É nesse cenário que são gestadas as correlações de forças para que se expresse um processo de desconstrução do mundo do trabalho, assim como, são construídas as novas formas de resistência e negociação da organização sindical. Para tanto, além da introdução e das considerações finais, o texto está estruturado em duas partes. Na primeira parte, recupera-se o debate sobre do Estado no Capitalismo Monopolista, e, a segunda parte dedica-se ao debate do sindicalismo na contemporaneidade.

2 | O ESTADO NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Para adentrar na discussão do sindicalismo na contemporaneidade, torna-se necessário problematizar o debate sobre Estado no capitalismo Monopolista¹, no sentido de analisar as determinações que o Estado assume no cenário capitalista pós-1970, marcado por transformações societárias recentes, na direção de demarcar o enquadramento que se constituiu a crise do movimento sindical, e, conseqüentemente, as novas estratégias que são gestadas pela classe trabalhadora, entendendo, assim, as contradições que permeiam o cenário da classe trabalhadora, com a crise do novo sindicalismo.

No campo político, cabe considerar que o Estado “[...] não é um fenômeno unívoco, isto é, igual ou idêntico em todos os momentos históricos e todos os contextos socioculturais” (PEREIRA; BRAVO, 2002, p. 26). Parte-se do entendimento do Estado, na condição de um ordenamento político complexo, instituído no contexto moderno². Segundo

1 Termo utilizado por Mandel para designar o período conhecido como o período do estágio imperialista, que teve um papel decisivo com a intervenção do Estado, alterando significativamente o padrão de sociabilidade na sociedade. Nesse estágio do Capitalismo, “[...] as funções do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas.” (NETTO, 2001, p. 25). Isto é, o Estado passa a assumir um papel central de regulador, no sentido de garantir os superlucros e favorecer o processo de consumo. Nessa direção, “[...] o Estado Burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da questão social, de forma atender as demandas da ordem monopólica [...]”, o que assegura uma estratégia para atenuar as correlações e as lutas de classes, bem como, as contradições postas. Tal cenário tende a ter uma aparência de minimização das desigualdades, e as reformas inseridas no contexto monopolista foram essenciais para assegurar acumulação capitalista e administrar as suas crises, por meio do estímulo do “[...] arsenal de políticas governamentais anticíclicas” (MANDEL, 1985, p. 340).

2 Esta reflexão demarca o entendimento que existiam formas de organização política, mas, o entendimento do ESTADO, como ordenamento político, tem um marco histórico a idade moderna. Isto é uma força exterior, como enunciava HEGEL.

Engels, o Estado nasce da dissolução da sociedade gentílica, mas, especificamente, com a instituição da propriedade privada, divisão do trabalho e da sociedade em classes. Portanto, há concepções e configurações divergentes sobre Estado, a saber: Estado de Direito³ e Estado Social⁴. É especialmente, na dinâmica do capitalismo monopolista que o Estado exerce um papel central no processo de desenvolvimento capitalista, e a organização sindical um papel importante na luta pela ampliação dos direitos trabalhistas.

Os estudos marxistas foram importantes para desconstruir a visão jusnaturalista⁵ do Estado ao demarcar que o mesmo não é concebido como algo natural, mas, que tem uma força exterior⁶, marcada por relações de poder, gestando, assim, o Estado como “[...] um modelo Estado Burguês, no marco do desenvolvimento histórico real e desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista”. Essa dimensão da exteriorização do Estado constitui uma marca importante para o desenvolvimento do pensamento marxista, o qual foi desenvolvido nos estudos de Marx.

Se observarmos o pensamento dos jusnaturalistas, e fizermos um contraponto com as sociedades atuais, observamos que, em nome de uma suposta democracia representativa, delega-se total poder ao Estado, mas o fundamento central é a legitimação do poder do capital. É importante considerar que a natureza democrática do Estado exerce um papel imprescindível na legitimação da ordem capitalista, e, conseqüentemente, consegue - não por meio da força - mas, por meio do consenso, a incorporação de valores burgueses no processo de sociabilidade, reforçando o caráter ideológico do Estado, defendido por Gramsci⁷.

Com isso, podemos elucidar que, ao longo da história, o alargamento do estilo democrático do Estado permitiu a ampliação do seu poder de forma mais branda e mais dilatada, desenvolvida pela via do processo ideológico, nos marcos do Estado Social.

3 Conhecido como um ordenamento jurídico, regido pelas leis, que instituiu o princípio da legalidade como atributo e requisito essencial para o cumprimento do poder. Sendo regido pela ideologia do liberalismo. “[...] o Estado de Direito caracteriza-se por uma constituição meramente formal, rígida, restrita à organização e funcionamento do Estado, instituída fundamentalmente por oposição ao poder absoluto, de antagonismo da sociedade civil com o poder do Estado. (SIMÕES, 2013, p.283). Cabe sinalizar, entretanto, que a lei vai no sentido de afirmar os interesses da classe dominante.

4 Concebido como uma complexa organização social. É no contexto histórico do século XX, especialmente com a intensificação do processo de pauperização e da Revolução Industrial, que se modifica o papel do Estado, o qual passou a assumir um caráter regulador e intervencionista, com o rótulo do Estado de Bem-Estar Social, conhecido como *Welfare State*. “O Estado Capitalista regulador ou claramente intervencionista que, no século XX, receberia o rótulo de Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) ou Estado Social, o qual viu-se [sic] cada vez mais envolvido com a garantia, a administração e o financiamento do seguro social e de atividades afins [...] (PEREIRA, 2002, p. 31).

5 É importante frisar que os pensadores contratualistas-jusnaturalistas constroem a base do pensamento liberal, ao defenderem o direito natural da propriedade privada, concebida como um direito inalienável, o qual será mantido por meio do Estado Soberano. Dentre os contratualistas, Hobbes (apud WEFFORTI, 2006) adquire uma expressividade na sociedade moderna, na defesa do Estado Absoluto, ao reafirmar que por meio do contrato a multidão conferia o consentimento para representá-los e tomar as decisões.

6 Essa visão de exteriorização será melhor desenvolvida nas análises de Marx, ao conceber que a força exterior tem um recorte determinado de poder. Nessa direção, Hegel (apud WEFFORTI, 2006) concebe o Estado como sujeito real que ordena, funda e materializa a universalização dos interesses jusnaturalistas e particularistas da sociedade civil.

7 Gramsci (apud WEFFORTI, 2006) amplia o conceito de Estado, destacando a análise sobre hegemonia e a influência que a mesma exerce no processo de controle do Estado na manutenção da ordem burguesa, com os aparelhos privados de hegemonia que garantem o consenso entre as classes, não por meio da violência, mas, pelo caráter ideológico.

O Estado Social teve um papel central no processo de desenvolvimento capitalista, ao garantir mecanismos para a regulação do capital, por um lado, e a proteção ao trabalho, por outro lado.

A conclusão é de que o Estado, considerado como um fenômeno histórico, construído e reconstruído nos processos de luta de classes, representa uma arena de poderes, tendo como marco o cenário do capitalismo, atuando politicamente para atender interesses contraditórios, numa lógica de assegurar a ordem vigente. Nesse sentido, trazer à tona as reflexões marxistas sobre Estado torna-se essencial para elucidar as contradições e as configurações que ele adquire no processo de desenvolvimento capitalista e no processo de organização e luta de classes.

Com as reflexões do pensamento marxista sobre a questão do papel histórico e significado do Estado, elucida-se que “[...] o Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe”. (LENIN, 1980, p 226). Com isso, compreende-se o peso que as lutas de classes ocupam no processo de reconfiguração do Estado, e conseqüentemente, a dinâmica das guerras que impulsiona a constituição do Capitalismo Monopolista de Estado.

Desse modo, Marx defendia a extinção do Estado Burguês e de uma sociedade sem classes, conquistada via revolução⁸. Apesar de Marx considerar expressivo o processo de luta na direção da legislação fabril, em que se constituiu num passo significativo na ação de reconhecimento dos trabalhadores nesse processo, como um método consciente de luta pelas melhorias das condições de vida e de trabalho e, conseqüentemente, a reafirmação das reformas sociais no capitalismo, enfatizando que esse seria o estágio inicial, significativo, para se construir a luta das classes trabalhadoras na direção da destruição do Estado.

Nessa direção, Marx (2008) defende a luta de classes, no *Manifesto Comunista*, como central para explicar a dinâmica da sociedade capitalista, perspectiva da luta de classes, ao afirmar que “[...] a história de todas as sociedades, até hoje, tem sido a história da luta de classes” (p. 8). Para Marx, o proletariado é uma classe revolucionária. Isto é,

[...] de todas as classes que se contrapõem à burguesia, só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária. Todas as demais se arruinam e desaparecem com a grande indústria, o proletariado, ao contrário, é seu produto mais autêntico. (MARX, 2008 p. 25).

Na condição classe revolucionária, o proletariado deve tomar o poder e abolir o antagonismo de classes e sua própria dominação, por meio do poder organizado de classe na dinâmica da luta de classes.

Assim, avaliando o princípio da luta de classes na defesa da revolução, considerado

⁸ É importante sinalizar que a ideia da revolução presente na obra de Marx expressa o processo de luta para a conquista do poder pela classe operária, reforçando, assim, o princípio da luta de classes, a defesa da ditadura do proletariado. Entendida como uma construção histórica, a revolução requer um processo amplo de organização das massas trabalhadoras e, conseqüentemente, o processo de consciência.

como um processo histórico que se desenvolve de forma dialética e permeado de contradições. Defende, portanto, a tomada da consciência como uma questão importante para mobilizar o proletariado, imerso no processo de alienação do sistema produtivo, ao rever as contradições e as causas que determinem a exploração e expropriação capitalista.

Nessa direção, a questão da consciência de classe constitui uma das grandes preocupações do processo revolucionário, nas reflexões de Marx, numa perspectiva de fortalecer a organização política da classe trabalhadora, afinal, exige-se investir esforços no processo de conscientização de classe, por meio da organização política. Isto é, “[...] somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo” (LUKÁCS, 2003, p. 183).

Para tanto, deve-se entender a consciência de classe como ação histórica no processo de luta de classes, haja vista que a

[...] consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensa, sente etc. [...] não consiste numa ação do pensamento, mas, em uma [...] ação historicamente decisiva da classe como totalidade. (LUKÁCS, 2003, p. 142).

Com isso, percebe-se peso político atribuído à consciência, no cenário de luta de classes, afinal, as classes disputam ideologicamente a consciência de classe. Daí a importância de se entender o Estado como um órgão de dominação de classe, a serviço da burguesia, e do papel ideológico que tem na personificação das classes, tornando impossível a emancipação da classe oprimida, e, por conseguinte, defendendo a revolução e a extinção. No contexto de crise, crescem as investidas do poder ideológico de referência de classe e reforço do individualismo, que demanda uma atuação intensiva do proletariado no campo da luta social, para desvendar ou disseminar o caráter contraditório da consciência de classe.

Os determinantes históricos do capitalismo, especialmente do capitalismo monopolista, com a institucionalização do Estado Social, contribuíram para o alargamento do debate das lutas de classe, e também da visão ampliada do Estado na visão marxista, conhecida como o movimento de difusão do conceito de Estado Ampliado, passando a colocar em debate a “autonomia relativa do Estado” e as suas contradições, o que nos remete a pensar que o Estado, mesmo com corte de classe definido, possibilita, contraditoriamente, a abertura e a implantação de medidas que possam beneficiar a classe proletária, a exemplo do Estado Social, sem que as mesmas interfiram na sua ordem estabelecida, o que tem tensionado o processo de lutas de classes e de reconfiguração do capitalismo monopolista. Coloca-se em pauta o debate sobre a perspectiva da defesa das reformas no próprio capitalismo, numa direção para construir a revolução.

Tais acontecimentos históricos podem contribuir para entender, no cenário atual de crise do capital, a crise do sindicalismo, e, conseqüentemente, a sua defesa por um

sindicalismo propositivo, mais próximo da tendência da perspectiva da social democracia⁹, na defesa das reformas na lógica capitalista, modificando o seu campo de atuação de uma perspectiva combativa, isto é, coloca-se em defesa a luta pela melhoria das condições de exploração, pautadas num processo de negociação, perdendo-se o horizonte da luta pela revolução, especialmente, no palco dos sindicatos.

Ante o que foi exposto, não se pode desconsiderar a importância do capitalismo monopolista no estágio de acumulação capitalista, bem como, pensar que o seu cenário de crise tem provocado uma tensão no Capitalismo Monopolista de Estado, o que tem redefinido suas perspectivas de ação e enfretamento. Daí pode-se elucidar que “[...] crise contemporânea do Estado Nacional Burguês não pode ser separada da crise da relação de produção capitalista” (MANDEL, 1985, p. 410). Isto explica a intrínseca relação entre Estado e Capitalismo, com a utilização da força estatal num processo de intenso mecanismo de regressão dos direitos e conquistas trabalhistas em resposta ao capital. Tal questão tem sido atenuada no contexto contemporâneo do capitalismo brasileiro, sendo reatualizada por um processo de militarização e assistencialização da pobreza. (NETTO, 2013)

No contexto de crise do capital, aumento do desemprego e precarização das condições de vida e de trabalho, e enfraquecimento do Estado Social, acentuam-se as medidas regressivas e repressivas: o Estado Penal, por meio do crescimento dos investimentos nas medidas violentas e repressivas aos sujeitos que estão marginalizados no sistema.

Dessa forma, coloca-se em cena um período de ofensiva do capital, marcado pelo processo extremo de destruição da ordem do trabalho e fragmentação das organizações trabalhistas. Tal cenário tem favorecido a ascensão da tendência reformista no movimento sindical.

Contraditoriamente, apesar de em alguns momentos os sindicatos defenderem bandeiras mais gerais que englobem a esfera social, os mesmos acabam reforçando a luta pelas melhorias nas condições de exploração. A esse respeito, Rosa Luxemburgo adverte sobre as limitações da atividade sindical na luta mais ampla na sociedade e, conseqüentemente, na construção da emancipação humana, ao defender que “[...] a atividade dos sindicatos reduz-se, essencialmente, à luta para aumento dos salários e para a redução do tempo de trabalho, procura unicamente ter uma influência reguladora sobre a exploração capitalista” (1990, p. 48). Essa premissa leva a uma perspectiva da luta pela defesa das reformas sociais, perdendo de vista a compreensão da construção da ditadura do proletariado em direção da percepção da emancipação humana.¹⁰ Podemos elucidar

9 Para Rosa Luxemburgo (1990), a socialdemocracia atuou numa perspectiva de refutar a luta de classes, isto é, “negou a base de sua própria existência”. A perspectiva desses partidos defenderem a reforma e conseqüentemente, a ordem vigente, que tem sido reforçado hoje, uma democracia mais formal do que realmente assegure um processo de interferência e luta da classe trabalhadora no poder.

10 A discussão sobre emancipação humana é uma temática complexa e central, que requer um maior aprofundamento, que não daremos conta nos limites deste trabalho. Sinalizar essa discussão, torna-se essencial, no sentido de compreender que a emancipação humana, na perspectiva marxista, vai além do horizonte da emancipação política,

que tal influência perpassa os movimentos sociais, especialmente na contemporaneidade, com o incentivo ao particularismo e das lutas setoriais, em detrimento do fortalecimento das lutas coletivas.

Com isso, a história tem mostrado que no Brasil, como no restante da América Latina, apesar das resistências, tem caminhado para uma perspectiva da reforma dentro da ordem do capital, o que podemos elucidar que, em um período histórico, as reformas foram implementadas tendo como horizonte um cenário menos perverso para a classe trabalhadora, haja vista que a contemporaneidade vai numa direção contrária de “desordem do mundo do trabalho” que impacta negativamente nas condições de reprodução da classe trabalhadora e do movimento sindical.

Apesar desse cenário, acredita-se, como afirma Mauro Iasi (2011, p,8), que “[...] é na dinâmica da luta entre as classes que se combinam elementos objetivos e subjetivos que podem levar a formação do proletariado [...]” na perspectiva da construção de sociabilidade humana emancipada. Tendo esse horizonte, torna-se fundamental problematizar sobre os rumos do sindicalismo na contemporaneidade.

3 | SINDICALISMO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O debate do movimento sindical na contemporaneidade é indissociável da análise dos impactos do mundo do trabalho no cenário neoliberal, tendo em vista que as alterações no sistema produtivo e na forma de regulação do Estado favorecem o contexto que se constituiu a crise do movimento sindical e, conseqüentemente, as novas estratégias que são gestadas pela classe trabalhadora, entendendo, assim, as contradições que permeiam o cenário da classe trabalhadora com a crise do novo sindicalismo¹¹.

Assim, a crise do sindicalismo associa-se à crise capitalista pós 1970¹², que traduz um intenso processo de alterações no modo de produção (fordista-taylorista) e no modo de regulação de Estado, e que são inseridas mudanças significativas no mundo do trabalho, que impactam diretamente na perda de poder aquisitivo da classe trabalhadora e da perspectiva intervencionista do Estado.

Como resposta à crise estrutural do capital, coloca-se em cena um processo de conquistada pela burguesia, no processo de luta, na formação do Estado, requer a superação da ordem burguesa.

11 Novo sindicalismo significou um movimento político do movimento sindical, que teve a liderança política do então metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, na defesa das condições de trabalho e lutas salariais. Tal movimento teve um papel fundamental na construção do Partido dos Trabalhadores (PT) (1980) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1983), cuja proposta era a extinção dos sindicatos por classe para fortalecer a perspectiva dos sindicatos por ramo de profissão.

12 Especialmente, considerando que a crise capitalista pós 1970 colocou em xeque “os anos dourados do capitalismo”, isto é, a fase áurea de crescimento do capitalismo e de redistribuição significativa de parte dos ganhos para a classe trabalhadora. Momento áureo também para a organização desta classe. Dentre os traços mais evidentes para o quadro de crise destacam: queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais associado às fusões dos capitalistas monopolistas e oligopolistas; incremento acentuado de privatizações, desregulamentações das relações e dos vínculos trabalhistas. Tais questões provocaram um declínio do movimento operário e uma ofensiva política e econômica do capital no processo de desmonte do Estado Social.

reestruturação produtiva do capital, tendo como emergência o modo de produção neoliberal, que consiste na defesa da economia internacional seja autorregulável, e, portanto, não deve prescindir da intervenção do Estado.

O processo de acumulação capitalista tem impulsionado um amplo reordenamento do capital, ocasionando uma desregulamentação do Estado e destruição do trabalho, resultando em consequências drásticas para a classe trabalhadora: privatização, redução do capital produtivo, desregulamentação das condições de trabalho e flexibilização dos direitos sociais, enfraquecimento e comprometimento do movimento sindical.

Segundo Netto

[...] as exigências imediatas do grande capital, o projeto restaurador, viu-se resumido no tríptico mote da flexibilização (da produção das relações de trabalho) desregulação (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da privatização (do patrimônio estatal) (1999, p.6).

Com isso, coloca-se em cena uma nova funcionalidade do Estado no processo de reprodução capitalista, que, a partir de um conjunto de reformas tem a missão de liberar para o capital todas as reais condições para sua exploração, o que implica um total desmonte dos direitos e do patrimônio público, entrando uma era do capital financeiro

Segundo Mattoso (1996), há inversão nas relações e na contratação da força de trabalho, através da redução dos níveis de segurança do trabalho, da relação salarial, do padrão de consumo e da desestruturação do movimento sindical, além do desemprego estrutural.

Nesse cenário, as conquistas históricas dos trabalhadores são revertidas, fragilizadas, diante dos baixos salários, bem como nas duras condições de trabalho, aliadas à perda do poder político dos sindicatos. Para Braga (2012, p. 187), “[...] o aumento do desemprego e a repressão aos sindicatos fragilizam ainda mais a capacidade de defesa dos trabalhadores brasileiros, bloqueando severamente a mobilidade econômica”. Com isso, presenciamos a tendência da eliminação dos postos de trabalho, da desfiliação sindical, precarização e terceirização ¹³.

A esse respeito, podemos ilustrar que o capitalismo tem intensificado significativamente o processo de economia, provocando alterações significativas no mercado de trabalho marcadas por acentuados processos de precarização da vida e das condições do trabalhador. Corroborando Netto (2013, p. 8), pode-se elucidar que, “[...] a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da informalidade”. Para tanto, as novas e as velhas contradições da crise capitalista, nos marcos neoliberais, têm intensificado o movimento de desconstrução e desestruturação do mundo do trabalho e da organização sindical.

13 É importante sinalizar que, neste momento histórico, tramita no Congresso Nacional a aprovação da emenda parlamentar 4.330, que coloca a regulamentação da terceirização, isto é, sua expansão e ampliação em todas as esferas, desregulamentando ainda mais o cenário do trabalho.

Em relação à questão da organização sindical, ressalta-se a sua crise marcada pelo processo de tensionamento dos sindicatos como representação da classe trabalhadora e pela burocratização e crise sindical ¹⁴. Aliado a ameaça do desemprego e das perdas de conquistas trabalhistas.

A esse respeito, Netto (1996, p. 99) chama a atenção para o processo de “[...] dessindicalização e os impasses dos partidos políticos populares, e ao mesmo tempo em que emergem no seu espaço ‘novos sujeitos coletivos’ , de que, os novos movimentos sociais são o sinal mais significativo [...]”, ou seja, da interferência política nos sindicatos, especialmente, nos governos democráticos, em que o poder da interferência e controle dos sindicatos por parte do Estado intensifica-se, levando para distanciar da perspectiva mais crítica e aproxima-se de uma perspectiva mais reformista.

Com a construção histórica de luta do movimento sindical, na perspectiva do novo sindicalismo, coloca-se em derrocada com a ascensão do projeto neoliberal e com as propostas reformistas do sindicato ¹⁵, cujo auge foi a materialização da reforma sindical ¹⁶, ao propor um novo reordenamento jurídico-institucional no campo do trabalho (direito sindical, legislação do trabalho e direito processual do trabalho) na direção de flexibilização ainda mais nas relações de trabalho e da sua organização.

O sindicato muda consideravelmente sua perspectiva, e passa de combativo a cidadão–negocial, com a participação direta dos seus representantes na gestão dos fundos de pensão.

Tais questões têm afetado diretamente o processo de sociabilidade da classe trabalhadora, ocasionando impactos efetivos no seu processo de constituição, desviando-se da perspectiva de classe trabalhadora e fortalecido as lutas particulares, perdendo de vista o seu caráter de luta pela emancipação e assumindo um caráter mais conservador/reformista, especialmente com o contexto de crise na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e crise do novo sindicalismo. É nesse cenário que a CUT, que teve um protagonismo histórico na construção do sindicalismo no Brasil, perde o horizonte de uma perspectiva crítica construída na fase da ditadura.

Aliado a esse cenário, podemos destacar os rebatimentos das medidas adotadas pelo governo Lula, com a reforma sindical, e com a entrega da previdência pública ao sistema financeiro. Tais estratégias têm levado a um processo intenso de “[...] rebaixar ao máximo patamar de sobrevivência dos trabalhadores e seqüestrar sua subjetividade “(DIAS,

14 É importante destacar segundo Alves (2016, p. 467), “[...] as centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) passam a apropriar-se dos recursos do fundo público–estatais, como o Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio da elaboração de projetos de qualificação profissional de acordo com a lógica do toyotismo sistêmico”. Isso reforça a lógica simplista que o problema da empregabilidade reside na qualificação.

15 Os sindicatos passam a defender a perspectiva da negociação como direção para o enfrentamento da relação capital e trabalho.

16 Regulamentada no governo Lula, a reforma sindical deve ser entendida não apenas como uma alteração na legislação, mas, como um conjunto de medidas adotadas no campo do trabalho que provocam um reordenamento jurídico, favorecendo a livre negociação, o incentivo às federações e sustentação das entidades por meio da contribuição associativa.

2006, p.184).

Apesar das contradições postas, pode-se afirmar que a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) não modificou o quadro esperado, e, nem de longe, se propagou uma transformação na perspectiva diferente do capital. Apesar de um governo de esquerda, a agenda política manteve as diretrizes liberais, o que leva a questionar se a chegada do PT ao poder não permitiu uma mudança na sua direção política.

Com isso, pode-se afirmar que no âmbito das “[...] personificações do capital podem trocar a pele, mas, não poderiam eliminar os antagonismos do sistema do capital, nem remover os dilemas que confrontam o trabalho” (MESZÁROS, 2011, p. 764).

Colocam-se em debate novas questões reivindicatórias para o cenário de lutas, tais como, as de gênero, racial, ambiental e geracional, que tendem a reforçar a perspectiva das lutas setoriais, em detrimento das lutas mais amplas.

O que está posto é a perda da defesa da categoria de classe social, como referência para entender as lutas no campo da relação capital *versus* trabalho, para defesa dos novos movimentos sociais. Perdendo de vista o seu caráter de luta pela emancipação, e assumindo um caráter mais conservador/reformista, especialmente com o contexto de crise na CUT e crise do novo sindicalismo, o que presenciamos é uma mudança drástica do sindicalismo combativo dos anos 1980 para um sindicalismo defensivo de conciliação nos anos de 1990. Com isso, testemunhamos uma mudança significativa no perfil dos trabalhadores. E, como diz Antunes (1998), na formação de uma classe trabalhadora heterógena, fragmentada e complexificada.

Tudo isso nos leva a constatar que, na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, tem-se intensificado um processo de desenvolvimento do capitalismo, marcado, por um lado, pela superexploração do trabalho e, por outro lado, pela passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob o controle do Estado e das classes dominantes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, as reflexões apontam para um cenário totalmente desfavorável para a organização política, colocando em cena o debate do fim da luta de classes e o fim da organização sindical com o fortalecimento das lutas particulares dos segmentos dos trabalhadores (mulheres, negros, índios e outros). Todas as mudanças apontadas têm impactado diretamente no processo de organização, resistência e luta dos trabalhadores. Como afirma Mandel “[...] o esmagamento dos sindicatos e de todas as outras organizações operárias e a resultante atomização, intimidação e desmoralização condenaram toda uma geração de trabalhadores a uma perda de sua capacidade de autodefesa [...]” (1985, p. 113), marcada pela expansão da fragmentação e refluxo do movimento sindical.

Portanto, esse campo, amplamente contraditório, em que grandes representações sindicais, tendem mais para o campo das reformas, enquanto segmentos progressistas,

minoritários, buscam alianças para consolidar um horizonte de mudanças na construção do caminho da revolução, nos tem mostrado a necessidade de problematizar essas questões, com vistas a possibilidade de construção de novas estratégias de enfrentamento, afinal, espera-se que o cotidiano da luta de classes possa apresentar alternativas nos próximos tempos.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo.2000.

ALVES, G. Notas sobre o golpe de 2016 no Brasil - Neodesenvolvimentismo ou crônica de uma morte anunciada. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. (Org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia (MG): Navegando Publicações, 2017, p. 129-148. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_final> Acesso em: 18 out. 2020.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo; USP, 2012. (Mundo o trabalho).

CARDOSO, A. M.; GINDIN, J. **Relações de trabalho, sindicalismo e coesão social na América Latina**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso; Santiago do Chile: Corporación de Estudios para Latinoamérica (Cieplan), 2008. 78p. Contribuição ao projeto: “Coesão social em democracia na América Latina”. Disponível em: <[HTTP://www.ifhc.org.br/](http://www.ifhc.org.br/)>.

COUTINHO, C.N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1996.

DIAS, E. F. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. (Parte II).

IASI, M.L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

LENIN, V. L. U. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega. 1980, v. 2.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento. Revisão da tradução: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução**. 2 ed. São Paulo: Global. 1990

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo. 2010a.

MARX, K. (1843). **Sobre a questão judaica**. Apresentação e posfácio: Daniel Bensaïd. Tradução de Karl Marx: Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo. 2011

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 50, p.87-132, abr.1996.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J.P. **Uma face contemporânea da barbárie. Novos Rumos**. v. 50 n. 1 (2013). DOI: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2013.v50n1.3436>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PETRAS, J. **América Latina: imperialismo, recolonización y resistência**. Uito: Ediciones Abya-Yala, 2004.

PEREIRA, P. A. P; BRAVO, M. I. S. Política social e democracia. 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

SIMÕES, C. **Teoria e crítica do direito: o estado social e o estado democrático de direito**. São Paulo: Cortez. 2013.

WEFFORT, F. Os clássicos da Política. V. 1 e 2. 11 ed. São Paulo: Atica, 2006.

CAPÍTULO 13

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Data de aceite: 01/03/2021

Aldení Gomes de Araújo Júnior

<http://lattes.cnpq.br/3137075552601023>

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

<http://lattes.cnpq.br/6226268253175915>

RESUMO: O Presente estudo traz uma análise acerca da instituição Cáritas Diocesana de Caicó e o fortalecimento do Terceiro Setor no Estado Neoliberal, através das desigualdades existentes no Sistema Capitalista e o seu antagonismo das classes. Como, também, a importância da Instituição na cidade de Caicó/RN e região.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor; Capitalismo; Neoliberalismo, Cáritas; Estado.

ABSTRACT: This study brings an analysis about the institution Caritas Diocese of Caicó and the strengthening of the third sector in the Neoliberal State, through the existing inequality in the Capitalist System and the antagonism of your classes. Also, the importance of the institution in the city of Caicó/RN and region.

KEYWORDS: Third Sector; Capitalism; Neoliberalism, Caritas; State.

1 | INTRODUÇÃO

Para atendermos ao objetivo de expor a urgência e as implicações do terceiro setor para a sociedade civil, bem como a relevância da instituição Cáritas Diocesana de Caicó

para o desenvolvimento comunitário do Seridó potiguar, é necessário definirmos o conceito de capitalismo e o seu efeito generalizado sobre as relações sociais e culturais de um povo. Sendo assim, primeiramente compreenderemos este sistema sócio econômico, analisando o modo de produção que o norteia, com suas tecnologias produtivas e métodos de relações sociais de trabalho.

No modelo capitalista de produção, o conjunto das forças produtivas se dá a partir de uma lógica de alta exploração de mão de obra humana e de recursos naturais, uma vez que as técnicas de organização da força de trabalho são guiadas por estratégias abusivas que intencionam extrair o máximo da mais valia possível, para obtenção do acúmulo de capital (meta primordial do referido sistema). Dessa forma, de acordo com o economista Hunt (2013), o capitalismo se caracteriza sobre quatro aspectos básicos.

O primeiro são os métodos de produção, venda e consumo da mercadoria, que são mediados por critérios de valor de uso e valor de troca, no mercado. A linha de produção é arquitetada para que possa haver uma fabricação contínua e em massa, a partir da divisão do trabalho, utilizando-se de um método organizativo que provoca a alienação do mesmo.

A segunda característica citada por Hunt é a da propriedade privada dos meios de produção, na qual a sociedade é obrigada a

ceder sua riqueza a uma pequena parte da população, que irá apenas comandar os meios de produção e apropriar-se do excedente produzido.

A terceira característica está na necessidade de haver uma grande massa de trabalhadores assalariados, para que possa criar um senso de competição e manipulação das condições de trabalho, garantindo aos capitalistas o controle da exploração da mais-valia e apropriação do capital excedente.

A quarta e última característica proposta por Hunt é a de que, para o bom funcionamento do sistema capitalista, é necessário haver uma influência ideológica socialmente construída para condicionar a população a comportamentos individualistas e materialistas.

2 | ANTAGONISMO DAS CLASSES

Socialmente, temos o trabalho como o fator primordial na geração de lucro, uma vez que não basta somente que os proprietários dos meios de produção tenham acesso aos recursos da natureza, pois sem a mão de obra, a matéria prima não é transformada. Logo, buscaremos abordar a relação entre os papéis da classe trabalhadora e da burguesia, no contexto do sistema capitalista.

Por proletariado, entendemos a classe trabalhadora que, sem meios de produção e por necessidade de sobrevivência, vende (barato) a única riqueza que dispõe: a sua força de trabalho. Já os capitalistas são aqueles que detêm os meios de produção e são empregadores do trabalho assalariado. O sistema capitalista requer a existência das classes antagônicas, proletariado x burguesia, e a exploração da primeira pela segunda. De modo que uma trabalha e a outra acumula.

Sendo assim, é necessário entendermos que a base do sistema capitalista, a característica que o norteia é a exploração cada vez maior do trabalho humano, impondo jornadas exaustivas e mínima distribuição de renda. Essa peculiaridade configura e legitima o interesse do capital. Para sobreviverem nesta sociedade é necessário que os sujeitos tenham como as condições básicas para continuar a vender a sua força de trabalho. Força esta criadora e transformadora da natureza. Para isso, o sistema preocupa-se em elaborar políticas sociais que realizam a manutenção mínima de saúde, alimentação, moradia, educação etc., da classe trabalhadora, unicamente para estabilizar a força da mão de obra geradora de capital.

Pensar na classe trabalhadora hoje, porém, exige ir e além do proletariado e operariado, ou trabalhador fabril. O trabalhador [...] pode ser 'produtivo' (participa na elaboração de mais-valia) ou 'improdutivo' (sem produzir mais-valia). Pode participar da indústria, do comércio ou da empresa financeira (estes últimos, embora não produzam mais-valia, desenvolvendo trabalho não pago, e participando na valorização do capital, mediante a apropriação da mais-valia já produzida). A classe envolve trabalhadores de setores

administrativos e de serviços no setor industrial. Podem apresentar uma força de trabalho desqualificada ou altamente qualificada. (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p. 94).

Com o desenvolvimento e industrialização das forças produtivas, ocorre a abundância de recursos e alimentos, superior às necessidades da população. Porém, enquanto a riqueza é gerada em escala substancial, a apropriação da mercadoria coletivamente produzida é garantida pelos mecanismos do sistema. Dessa forma, ao passo que é produzida riqueza, proporcionalmente se desenvolve a pobreza. E “O trabalhador coloca a sua alma, a sua identidade e intelecto no produto e este é assim apropriado pela burguesia” Marx (2004).

Tal apropriação legítima as condições capitalistas, em que o trabalhador, que participa de todo o processo de criação do produto, produzindo exaustivamente em condições de trabalho degradantes, é privado do direito de usufruir do fruto de seu trabalho. Essa situação caracteriza a alienação e fetichização do trabalho no sistema capitalista, que se sustenta através da manipulação ideológica das massas através da mídia; levando a população a naturalizar as condições de desigualdade e exploração nas quais estão inseridas.

Portanto, o trabalhador adentra nesta esfera de desigualdade eminente e norteadora da base capitalista, necessitando do trabalho para sobreviver nesta sociedade, ele se coloca, assim, em uma condição não mais de um sujeito à parte, uma pessoa detentora de conhecimento, vida, intelecto, subjetividade e características que possam expressar a sua condição enquanto pessoa. Pois a classe trabalhadora é transformada em mercadoria tal qual aquela que ela mesma produz, pois o pagamento de salários remete à compra e venda de produtos, seguindo os interesses do grande capital. Assim confirma Marx:

O trabalhador abaixa à condição de mercadoria [...] e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio. (MARX, 2004, p. 79).

É necessário ao capital que todas as características de subjetividade dos sujeitos trabalhadores sejam reprimidas e descartadas, pois não seria interessante que a classe trabalhadora dispusesse de pensamento crítico, intelectualidade, autonomia ou acúmulo de riquezas, uma vez que, na premissa do sistema, a relação de dependência entre as classes caracteriza a exploração do processo de apropriação do trabalho e geração de lucro.

O trabalhador adentra, então, no processo de coisificação do sujeito, em que ele não é mais alguém detentor de características próprias, mas também um produto do capital que pode ser apropriado, vendido e descartado a qualquer momento quando não mais atende ao interesse maior do lucro.

Mesmo com as novas formas de trabalho e a modernização do maquinário, este advento do trabalho morto não substitui a necessidade do trabalho vivo, como fator

primordial das atividades laborativas. Como o capitalismo não consegue eliminar por completo a participação da classe trabalhadora no trabalho, ele cria, assim, novas formas de exploração da mão-de-obra, desde a precarização do trabalho, a terceirização das atividades e as mais diversas formas de sucateamento sofrido pela classe trabalhadora.

Portanto, entendemos que a classe trabalhadora foi subjugada como sujeitos descartáveis e menos valiosos que os produtos por eles criados. Descartáveis, pois o número de trabalhadoras e trabalhadores a procura de emprego (o chamado exército industrial de reserva) é bem maior do que o número de vagas e locais de trabalho existentes. Esta conjuntura se impõe, devido à necessidade do sistema capitalista de manter o controle do operariado, a partir da flexibilização das condições de trabalho, em razão da larga concorrência de mão de obra e ameaças de desemprego.

3 I NEOLIBERALISMO: A AUSÊNCIA DO ESTADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado tem como dever garantir serviços de saúde, educação, moradia, desenvolver a dignidade humana, segurança, o direito ao trabalho, entre outros, como forma de desenvolvimento da sociedade e proteção de todas as pessoas. Para atender a tais demandas populacionais, é garantido de forma gratuita boa parte destes serviços, como visto pela criação do SUS (Sistema Único de Saúde), educação pública gratuita do ensino básico e as universidades acadêmicas. Serviços de caráter público por se tratar de retorno dos impostos da população e gerenciado pelo Estado.

O neoliberalismo tem em sua gênese a figura do Estado Mínimo, onde a participação do governo se torna cada vez menor nos espaços antes tidos como primordiais e básicos, para promover uma total liberdade de comércio. A sua ausência é porta de entrada para as grandes empresas e instituições não governamentais atuarem, no cenário em que a responsabilidade do Estado é transferida para tais segmentos, através da precarização dos serviços públicos e a privatização de empresas estatais.

A sociedade civil também participa deste processo, através do fortalecimento da filantropia, onde o Estado apela para a demanda populacional de forma a fazer parte do financiamento das ONGs e afins. Sendo assim, o Estado manifesta a sua figura cada vez mais ausente. “A opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas [...] seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado”. (YAZBEK, 2009, p. 15).

O bem-estar social deixa de ser de total obrigação do Estado, assim sendo, “pertence ao foro privado dos indivíduos, família e comunidade. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferindo ao mercado, [...] como alternativas aos direitos sociais”. (IAMAMOTO, 2004, p. 03).

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório

substituem o permanente. As microssituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado do minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2003:12)

Na condição de privatização, torna-se ainda mais inviável para a sociedade civil reivindicar por melhores condições de assistências e garantir seus direitos sociais, pois, não se tratando da máquina pública, fica a critério do terceiro setor impor seus limites de atendimento, uma vez que não tem o dever legal de corresponder às demandas sociais.

Em suma, o contexto de filantropia social exclui o Estado de ser o responsável pela garantia do bem-estar da população e, conseqüentemente, metamorfoseia as diversas expressões da questão social em pontos paliativos a serem trabalhados e “combatidos”, através de uma lógica descentralizada e apoiada no voluntarismo e na benevolência social.

4 | QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Tendo em vista a ordem política econômica que se reproduz a sociedade capitalista neoliberal, cujos princípios estão firmados sobre a geração simultânea de riqueza seletiva e pobreza generalizada, podemos analisar claramente as conseqüências sociais refletidas sobre a classe trabalhadora, que partem da pauperização socialmente construída e dela se ramificam em diversas expressões da questão social.

Devemos salientar que a gênese e a reprodução da pobreza e seus agravantes estão associadas aos resultados dos métodos estabelecidos pelo capitalismo para tratar das relações sociais de produção e exploração do trabalho, uma vez que o capital, além de não promover distribuição de renda, ainda negligencia políticas sociais indispensáveis para a manutenção da vida.

Por esta razão, emerge na sociedade diversos sintomas de desigualdade social, que se expressam na precarização da vida social, nas formas de: violência, tráfico de drogas, vícios, prostituição, criminalidade, trabalho infantil, fome, analfabetismo, doenças infecciosas, doenças neurológicas ou psicológicas, entre outras conseqüências da negação dos direitos da população marginalizada.

Dentro do ciclo de exploração e opressão social que assombra a classe trabalhadora ao longo de gerações, tornou-se insustentável para muitos indivíduos manterem suas condutas dentro da legalidade imposta pelo sistema que lhes rouba os direitos. O indivíduo, privado de condições básicas de vida humana, de sua liberdade, individualidade e muitas vezes do seu direito de trabalhar, opta por deturpar seus princípios a fim de obter meios de garantir sua sobrevivência a qualquer custo. Meios estes que adentram o ramo da criminalidade. Formam-se, então, variados quadros de calamidades sociais provenientes especificamente do modo de produção capitalista.

Para enfrentar a conseqüente violência produzida, o Estado trata de defender a sociedade e sua propriedade privada, através da coerção policial, além de se ver obrigado a estabelecer outras estratégias para amenizar tais turbulências sociais e apaziguar as massas: através das políticas sociais (paliativas) que, ainda que viabilizem direitos mínimos, não prometem combater a questão social, uma vez que esta é inerente à conjuntura sistemática do modelo capitalista de acumulação de riquezas.

Para tanto, é solicitada a intervenção do assistente social para realizar mediações que atendam às necessidades da classe trabalhadora, em concordância com os interesses do Estado. Logo, o assistente social interage com o seu objeto de intervenção - a questão social - através da articulação da rede de instituições competentes em atender ao cumprimento das políticas sociais para a população fragilizada.

Contudo, o Serviço Social passou por um processo histórico de ruptura com o conservadorismo e, conseqüentemente, com o conformismo de servir cegamente aos interesses do capital. Uma vez que adquiriu consciência de classe e se reconheceu como classe trabalhadora, a categoria de assistentes sociais optou por lutar na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, buscando articular-se, mesmo que dentro de suas limitações, pela conquista da emancipação política da classe trabalhadora.

Além de realizarem acolhimentos e encaminhamentos da população, dando acesso e viabilização de seus direitos, os assistentes sociais possuem a missão de sensibilizar os trabalhadores de maneira a instruí-los sobre seus direitos e deveres (enquanto cidadãos) e estratégias de fortalecimento (enquanto classe), mediante a necessidade de reivindicar por melhores condições de vida e trabalho.

Nesse sentido, os projetos de intervenção, realizados pelo Serviço Social, que promovem educação social representam fortes aliados do operariado, pois o convida a se organizar, a entender a conjuntura política que o envolve, bem como as variadas maneiras de enfrentar as injustiças sociais (por meio de debates, publicização de problemáticas, reivindicações, revoluções, etc). Dessa forma, é possível transformar as demandas sociais em demandas políticas e construir os alicerces para estruturar uma futura nova ordem societária.

5 | DIVISÃO SETORIAL E SUAS RESPONSABILIDADES

A princípio, temos o Estado enquanto garantidor de direitos e serviços para a sociedade, independente de gênero, raça, crença, orientação sexual, entre outro. O Estado, então, é conhecido como o primeiro setor, representado pelas prefeituras, governos estaduais e federais, ministérios, entre outros órgãos ligados a essas esferas. Sendo assim, o primeiro setor é caracterizado por ser um setor público. Em outras palavras, o Estado aplica o dinheiro público em bens e serviços voltado para toda a sociedade.

Mas, como visto anteriormente, o processo neoliberal abre caminhos para a abertura

de outros setores que garantem serviços que o Estado já não supre mais, ocorrendo a transferência de parte da responsabilidade pública sobre a garantia do bem estar social para os setores privados. Dado que, bem sabemos, os serviços prestados pelo Estado muitas vezes não são acessados por toda a população, restando, assim, para o segundo e terceiro setor “preencherem” esta lacuna deixada pela inaplicabilidade das políticas de ordem pública.

As empresas privadas desenvolvem as suas ações e vendem os seus serviços para a população, se caracterizando, assim, como o segundo setor. Visando o lucro, o mercado articula e financia tais serviços falhos pelo Estado (primeiro setor), de modo a gerar benefício próprio para a empresa e seus associados.

Já o terceiro setor é constituído por Instituições e ONGs sem fins lucrativos, atuando nos serviços omissos pelo primeiro setor. De acordo com Paes (2003), o terceiro setor é constituído como um conjunto de organizações, dotadas de autonomia, que têm por objetivo desempenhar voluntariamente funções que contribuam para o aperfeiçoamento da sociedade.

Podemos observar que o terceiro setor cresce cada vez mais e isso reflete diretamente na falha do Estado em dispor de políticas públicas para toda a população, surgindo, assim, como forma de sancionar as falhas e lacunas deixadas pelo primeiro setor, ao invés de buscar promover o enfrentamento das incompetências do Estado, através de movimentos reivindicatórios.

A omissão do primeiro setor, ou a sua não garantia de direitos e serviços, gera assim, uma figura de Estado falho, no que diz respeito a atendimento da demanda populacional. Resta para o segundo e terceiro setor desenvolverem atividades de caráter paliativo e, por vezes, filantrópico, a fim de sancionar a demanda apresentada.

Sendo assim, segundo YAZBEK (2019), o chamado Terceiro Setor tende a crescer sem clara definição propriamente dita e, permanece em sua atuação através do voluntarismo e desenvolvem as suas atividades em grande campo de expressões da questão social.

Portanto, o Terceiro Setor se fortalece no estado neoliberal, onde através da intervenção mínima do Estado, as ONG's tendem a ganhar mais força e espaço, acabando por fazer o trabalho antes associado ao Primeiro Setor e, por esse motivo, podem ser consideradas instituições domesticadas pelo sistema, por contribuírem para a continuidade do conformismo social perante os descasos do Estado Mínimo.

6 | CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ

Fundada em vinte e cinco de fevereiro, do ano de 1950, a Cáritas Diocesana de Caicó tem a sua sede localizada na referida cidade, no bairro Paraíba. Sendo uma instituição civil de direito privado e sem fins lucrativos, a Cáritas Diocesana de Caicó corresponde à delimitação eclesiástica da Diocese de Caicó, podendo atuar, em casos específicos, nas

demais regiões do Rio Grande do Norte.

Segundo o Art.2º do Estatuto Social, a Cáritas é uma entidade de Assistência Social que trabalha na defesa dos direitos, da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é direcionada para pessoas expostas a algum tipo de vulnerabilidade social, a fim de promover a defesa de seus direitos e dignidade, construindo, assim, uma sociedade plural e igualitária. Dessa forma, auxiliam na organização e consolidação de grupos de crianças, jovens, mulheres, idosos e catadores de material reciclável, para proporcionar-lhes uma participação mais consciente no exercício da cidadania.

A Cáritas Diocesana de Caicó conta com parceiros de ordem nacional e internacional, privada e governamental. As instituições apoiadoras, atualmente, são: Misereor Ihr Hilfswerk, Município de Caicó, Paróquias da Diocese de Caicó, Die Sternsinger Kindermissionswerk, Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Direitos do Idoso, Fundação Voluntariado Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Fundação Itaú Social e Supermercado São Francisco, Fundo Nacional de Fraternidade (FNS).

As fontes de recursos financeiros que sustentam o trabalho da Cáritas Diocesana de Caicó são de instituições nacionais não governamentais (em especial os bancos), da instituição cristã e filantrópica da Alemanha, chamada Misereor Ihr Hilfswerk e de doações de civis. Por conseguinte, são formuladas prestação de contas e avaliações dos serviços conferidos para o pleno desenvolvimento dos processos sociais, da cidade de Caicó e região.

A equipe técnica da Cáritas Diocesana de Caicó está composta por Coordenador, Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Gestor Ambiental, que atuam, por vezes em conjunto, na articulação de movimentos de mulheres, juventudes, trabalhadores rurais, catadores de material reciclado, entre outras atividades que conta com a participação de tais profissionais. A Cáritas Diocesana de Caicó atende à demanda de sua respectiva cidade, mas não a priva de participar do desenvolvimento de atividades em outras regiões, como é o caso de atender outras cidades que também fazem parte do Seridó, em determinadas situações e demandas acordadas entre os profissionais da instituição.

7 | PROJETOS SOCIAIS REALIZADOS PELA CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ E SEUS EFEITOS NAS COMUNIDADES DA REGIÃO

De acordo com o Relatório de Impactos de 2016, a gestão da Cáritas Diocesana de Caicó direciona-se sob os seguintes valores:

Defender a vida em todas as suas dimensões, humana e socioambiental; vivenciar a cultura da solidariedade e da ternura; vivenciar a ética nas relações humanas; respeitar e dialogar com os sujeitos na sua diversidade,

na pluralidade e nas diferenças de pensamento e cultura; e valorizar a relação entre saberes populares e acadêmicos. (CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, 2016, p. 5).

Para isso, a Cáritas Diocesana de Caicó dividiu-se em oito diferentes linhas de atuação, que são elas:

a) Organização das Mulheres Para o Enfrentamento da Violência e Efetivação de Direitos. Este projeto visa fortalecer a autonomia, a defesa e a prevenção da violência, uma vez que empodera mulheres, levando a elas cursos e oficinas de aperfeiçoamento, interações educativas, acesso à informação de direitos e participação política. Além de realizar o acolhimento, acompanhamento e condução das vítimas de violência, para órgãos competentes. O projeto contempla cento e cinquenta mulheres de três municípios da região.

b) Protagonismo Infantojuvenil para o Exercício da Cidadania. Promove ações socioeducativas para cem crianças e adolescentes de quatro comunidades de Caicó (João Paulo II, Nova Caicó, Frei Damião e João XXIII), articulando atividades culturais de formação cidadã, com foco na prevenção ao uso de drogas. São realizadas oficinas de teatro, pintura, música, entre outras dinâmicas, estimulando mudanças na autoestima dos assistidos. O projeto também executa o diagnóstico da referente situação social e familiar das crianças assistidas, através de visitas domiciliares, a fim de dar apoio e, se necessário, encaminhar para a rede de órgãos competentes.

c) Projeto Juventudes. Busca formar lideranças de jovens seridoenses, criando conselhos municipais de juventudes, para discussão política e defesa dos interesses dos jovens, fortalecendo sua organização e participação no controle social e na luta pelas políticas públicas. Participam do projeto de capacitação, cem jovens de quinze organizações, em quatro municípios do Seridó.

d) Organização e Inclusão Social e Produtiva dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. A Cáritas Diocesana de Caicó presta assessoria técnica e acompanhamento das organizações de catadores de Caicó (ASCAMARCA) e Parelhas (ASCAMARPA). O intuito de levar aos catadores inclusão social e informação (campanhas de educação socioambiental) alcança um impacto positivo na vida dos mesmos, pois trabalha sua consciência política e autoestima, ao incentivar a participação das associações nos conselhos municipais de políticas públicas, valorizando, com isso, os interesses da categoria. O projeto acompanha trinta famílias de dois municípios atendidos.

e) Defesa e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa. A Cáritas Diocesana de Caicó busca formar conselheiros municipais pela defesa dos direitos do idoso, a fim de fortalecer o controle da população sobre a discussão e implementação de políticas públicas nesse contexto. A equipe da Cáritas também acompanha casos de violação de direitos da pessoa idosa, encaminhando-as para órgãos competentes. Duzentos e vinte idosos já foram beneficiados pelo projeto da instituição.

f) Fortalecimento de Redes, Fóruns, Conselhos e Plataformas Relevantes. Nesse

conjunto, a Escola Diocesana de Fé e Política, como um dos cursos de formação de atores sociais e conselheiros municipais, realiza a capacitação de cidadãos para uma maior participação civil na tomada de decisões políticas e na defesa dos direitos sociais. Com participação ativa e qualificada nos conselhos municipais de Assistência Social, Direitos das Mulheres, Desenvolvimento Sustentável e Solidário, Direitos da Criança e do Adolescente.

g) Integração com as Políticas Públicas de Assistência Social. A Cáritas Diocesana de Caicó realiza suas ações em conformidade com Lei Orgânica de Assistência Social, articulando o atendimento de pessoas em vulnerabilidade social ou com identidades estigmatizadas para que alcancem o desenvolvimento de suas potencialidades, prevenindo situações de risco. Os atendimentos são realizados a partir do apoio da rede de instituições: Centro de Referência da Assistência Social, Ministério Público Estadual, Centro de Referência Especializada da Assistência Social, Defensoria Pública Estadual, Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, Centro de Regulação (SUS), Secretaria Municipal de Saúde e Centro de Neuroreabilitação.

h) Fortalecimento Institucional. A instituição realiza reuniões organizativas e de capacitação multidisciplinar da sua equipe técnica, bem como a manutenção e ampliação das parcerias com órgãos públicos e privados, através de periódicas elaborações de documentos avaliativos e divulgação da instituição.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Neoliberalismo o Estado tende a se ausentar de seu dever enquanto garantidor de direitos, abrindo, assim, espaço para o Terceiro Setor desenvolver as suas atividades de forma mais abrangente. Sendo assim, a Cáritas Diocesana de Caicó encontra um grande número de usuários carentes da efetivação das políticas públicas e, toma para a instituição a responsabilidade de desenvolver projetos que possam sanar a demanda populacional apresentada.

A discussão acerca do papel do terceiro setor na sociedade civil tende a ser repleta de polêmicas e contradições, visto que nela se expressam a aliança do Estado com as grandes empresas e a colaboração da sociedade acontece através do mecanismo de arrecadação de doações de civis e investimento do grande capital, como forma do Estado se ausentar do seu papel de garantidor das políticas públicas e as empresas lucrarem ao receberem redução de sua carga de impostos.

Apesar disso, compreendemos que as expressões da questão social refletem situações que pedem pela urgente implementação de políticas, a fim de suprir às necessidades básicas da classe trabalhadora. Nesse sentido, podemos analisar que a Cáritas Diocesana de Caicó realiza os seus objetivos de executar projetos que promovem transformações na vida de seus beneficiários, pois traz para estes uma série de mudanças enriquecedoras e significativas nas vidas dos mais diversos grupos sociais.

No entanto, apontamos na possibilidade de encontrar o terceiro setor um ponto de apoio além da gestão de políticas de minimização de carências; e ver nele uma possível base institucional para a organização popular, que vise, de fato, a emancipação política do operariado. Isso pode ser realizado a partir da mobilização de uma equipe técnica comprometida com a educação social revolucionária e engajada na luta dos movimentos sociais.

Utilizar o espaço do terceiro setor para instruir os trabalhadores a adquirirem uma visão de coletividade, consciência de classe e compreensão dos fatores históricos e políticos que os envolvem, contribui como base para a formação de grupos políticos engajados, capaz de enfrentar o avanço neoliberal através dele mesmo e, com isso, alcançar novos patamares de ordem social, contrárias ao modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**. São Paulo, Boitempo, 2005.

CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ. **Relatório de Impactos 2016**: Solidariedade que transforma vidas. Ed. Referência Comunicação. 2016.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 24. ed. 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo, Edipro, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

NUNES, Andrea. **Terceiro Setor**: controle e fiscalização. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. 1ªed. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009, v. v. 1, p. 143-163.

SOARES, L.T. **O Desastre Social**, Rio de Janeiro: Record, 2003.

CAPÍTULO 14

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA EM MANAUS

Data de aceite: 01/03/2021

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Universidade Veiga de Almeida
Manaus-AM

Janaina Zildeia da Silva Paiva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia
PPGSCA/UFAM
Manaus-AM

Apresentado e publicado em sua primeira versão nos Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistência Social – CBAS realizado no período de 30/10 a 03/11/2019 em Brasília -DF.

RESUMO: Este artigo busca demonstrar a atuação da sociedade civil para diminuir a ampliação da questão social brasileira, a partir da expansão migratória venezuelana em Manaus. E como a crise migratória tem repercutido nas políticas públicas nas áreas da saúde, educação, assistência social e trabalho. E como a redução orçamentária adotada pelo Estado tem impactos significativos nessa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Migração. Políticas Públicas. Sociedade Civil.

CIVIL SOCIETY RESPONSE TO THE VENEZUELAN MIGRATION SITUATION IN MANAUS

ABSTRACT: This article seeks to demonstrate

the role of civil society in reducing the expansion of the Brazilian social issue, as a result of the Venezuelan migratory expansion in Manaus. And how the migratory crisis has impacted on public policies in the areas of health, education, social assistance and work. And since the budget reduction adopted by the State has significant impacts on this reality.

KEYWORDS: Social Issues. Migration. Public Policy. Civil Society.

INTRODUÇÃO

O presente artigo evidencia como a questão social no Brasil tem se agravado ainda mais, em virtude da redução dos recursos nas principais políticas públicas, como saúde, assistência social, educação e trabalho. Bem como, com a intensificação da migração venezuelana no País, precisamente na Região Norte, mais especificamente na cidade de Manaus tem alterado o contexto social e econômico dessa capital.

No modo de produção capitalista, as inúmeras expressões da questão social, decorrem da relação direta entre capital e trabalho, o que tem ocasionado um grande impacto no contexto mundial, principalmente em virtude da globalização, contribuindo para as desigualdades sociais. E para reduzir os danos causados pelo capitalismo, o Estado faz uso das políticas públicas como forma de minimizar os efeitos decorrentes da questão social. E

diante dessa realidade brasileira, nos deparamos com a migração venezuelana, a qual tem impactado ainda mais as nossas políticas públicas, pois,

A Venezuela está passando por uma grave crise econômica e política que tem sido reconhecida internacionalmente como uma crise humanitária. De acordo com a Resolução 2/18 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a situação é nitidamente grave (CIDH, 2018). Os venezuelanos vêm experimentando uma generalizada ausência de proteção do Estado e violação dos seus direitos fundamentais. Faltam alimentos, remédios e atendimento de saúde. A hiperinflação diminui drasticamente o poder de compra da população (MILESI, 2018, p.61).

Para fugir dessa crise essa população vem ao Brasil em busca de uma melhor qualidade de vida, porém com a demanda crescente da migração o País vem demonstrando que não tem estrutura suficiente e mecanismo para acolher os imigrantes e os refugiados, os quais ficam, na maioria das vezes, a cargo da sociedade civil e dos organismos internacionais.

Todavia o Brasil é membro participativo de vários tratados, como os documentos nacionais e internacionais relativos ao tema dos refugiados e dos apátridas¹: a Lei nº 9.474/97, as Resoluções do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), a Convenção de Genebra de 1951 e seu Protocolo de 1967, as Declarações de Cartagena de 1984 e de São José 1994, a Declaração e o Plano de Ação do México para fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, a Convenção de 1954 relativo ao estatuto dos apátridas e a Convenção para a Redução dos Casos de Apátridas de 1961, que são instrumentos valiosos e sólidos, voltados a oferecer soluções concretas em favor daqueles/as que se veem forçados a abandonar os seus lares, sua pátria, para reconstruir sua vida em outros espaços, em terra estrangeira.

O Estado brasileiro ao adotar as políticas neoliberais do Estado Mínimo, com a redução de recursos financeiros para o setor social, isso tem refletido diretamente na qualidade e quantidade dos serviços públicos ofertados pelas políticas públicas no país, o que tem causado um grande impacto no cotidiano do povo brasileiro, os quais necessitam desses serviços para sua sobrevivência. Logo, esse contexto causa um impacto relevante na atuação desses profissionais que atuam diretamente com as políticas sociais, como,

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. (IAMAMOTO, 2006 p. 28).

Frente a ineficiência do estado brasileiro em suprir as necessidades da demanda venezuelana por meio das políticas públicas, tem potencializado os rebatimentos da

¹ Apátridas são todos os homens e mulheres (incluindo idosos, jovens e crianças) que não possuem vínculo de nacionalidade com qualquer Estado, seja porque a legislação interna não os reconhece como nacional, seja porque não há um consenso sobre qual Estado deve reconhecer a cidadania dessas pessoas. Estima-se que em todo o mundo existam 12 milhões de apátridas.

expressão da questão social, como mendicância, exploração do trabalho e sexual, tráfico de pessoas para trabalho escravo, exploração do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, uso de álcool e outras drogas, violência de gênero, população da LGBTI² em risco, praticando prostituição para se manter o que o torna mais vulnerável para a violência que acomete esse público, bem como o envolvimento com o tráfico de drogas.

A população venezuelana não tem conseguido facilmente a inserção ao mercado de trabalho, mesmo para aqueles que possuem titulação de nível superior, e os de menor grau de instrução encontram ainda mais dificuldades. Eles têm trabalhado vendendo água, lanche, brinquedos, nas ruas da capital Manaus, todavia o que ganha só é suficiente para pagar um aluguel em condições insalubres, sacrificando assim a alimentação, a qual é suprida por meio de doação de sopa das instituições religiosas, ou buscam nos lixos no entorno das feiras populares da cidade.

Desse modo, a Cáritas Arquidiocesana de Manaus, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e ligada à Cáritas Brasileira, é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha com povos e comunidades tradicionais; mulheres e equidade de gênero; infância, adolescência e juventude; migração e refúgio; mudanças climáticas e gestão de riscos; convivência com os Biomas; economia popular solidária; segurança alimentar; mundo urbano; gestão de resíduos sólidos, com ênfase em catadores/as; voluntariado e formação. E tem como Diretrizes gerais a construção solidária, sustentável e territorial de um projeto popular de sociedade democrática e de direitos.

O trabalho realizado pela Cáritas de Manaus em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com os solicitantes de refúgio e refugiados, é intitulado, Projeto Resposta a Emergência – atendimento dos solicitantes de Refúgio e Refugiados, é amparado pela legislação de acordo com a Lei nº. 9.474 de 1997, de 22 de Julho de 1997, a Cáritas de Manaus, realiza esse trabalho com a migração venezuelana desde 2018.

Em relação ao procedimento da condição de refugiado no artigo 1º da Lei Nº 9.474/97, descreve os critérios de elegibilidade³ para uma pessoa ser reconhecido como refugiado no Brasil todo indivíduo que:

- I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar

² Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, as pessoas intersexuais.

³ Elegibilidade: São os critérios para uma pessoa ser conhecida como refugiada no Brasil.

seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Já no Art. 2º da referida lei, ela nos traz que, os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.

Assim, vale destacar que toda a questão relativa aos refugiados é baseada a partir de vários documentos nacionais e internacionais. Cabendo então, ao Brasil suprir minimamente com dignidade a estadia dessa demanda no país. E será por meio do acesso as políticas públicas que esses refugiados podem acessar alguns serviços, todavia em virtude da realidade socioeconômica pela qual o Brasil enfrenta atualmente, tem havido grande dificuldade para ofertar esses serviços com eficiência, o que evidencia as inúmeras expressões da questão social brasileira e agora venezuelana em nosso território.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil tem presenciado um aumento dramático no total de pedidos de refúgio nos últimos anos e, ainda assim, estrangeiros figuram apenas como 0,8% da população total, que é acima de 200 milhões de pessoas. Até o final de 2016, o Brasil reconheceu um total de 9.552 refugiados de 82 nacionalidades. Nos últimos anos, existe um aumento na chegada de solicitantes de refúgio na cidade de Manaus. Dentre as novas chegadas, observa-se um aumento de refugiados nacionais da Síria, Cuba, e alguns países da África que solicitam a condição de refugiado, mas principalmente, um aumento expressivo na chegada de nacionais da Venezuela, segundo dados da Polícia Federal.

Os (as) refugiados (as) que chegam a esta cidade geralmente perderam tudo no seu país de origem ou durante o trajeto até ao Brasil, sendo que grande parte precisa de apoio para suprir suas necessidades básicas e ainda encontra diversos obstáculos no processo de integração local. Um dos principais problemas que dificultam a integração dos (as) refugiados (as) em áreas urbanas é a falta de acesso ao primeiro albergamento e habitação segura, bem como a oportunidade de emprego e de geração de renda.

Uma grande parte dos solicitantes de refúgios venezuelanos encontram-se no centro da cidade, em lugares insalubres e onde o manauara não quer mais habitar, por ser locais perigosos e tomados pelo tráfico de drogas e prostituição. No centro de Manaus na Avenida Joaquim Nabuco, existe um prédio em que a maioria dos moradores são venezuelanos. Esse prédio já foi fechado várias vezes por não apresentar segurança aos moradores, mas logo o proprietário volta a alugar novamente.

As barreiras linguísticas tornam ainda mais difíceis a entrada no mercado de trabalho e o acesso aos serviços públicos. A maioria desta população de venezuelanos que chegaram a Manaus buscam oportunidades de trabalho, contudo muitos não conseguem de imediato se inserir no mercado formal. As famílias monoparental sofrem dificuldades

maiores neste sentido, pois não existem vagas nas creches municipais, devido ao pouco investimento por parte do governo municipal nesse seguimento. Cada vez mais percebe-se um grande número de mulheres venezuelanas desacompanhadas com crianças, por isso é imprescindível o investimento na educação na primeira infância, e também imigrantes e refugiados sem trabalho, o que os coloca em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Os solicitantes de refúgio que buscam atendimento na Cáritas, terão acesso por meio do projeto da instituição em parceria com o ACNUR, um apoio que é fundamental para auxiliar esta população na primeira acolhida, recepção na chegada, que são as informações básicas sobre todos os serviços disponibilizados pela instituição, como o acesso ao abrigo temporário nas casas de passagens que são parceiras da Cáritas, oferta do ensino da Língua Portuguesa, orientações e encaminhamento para a regularização dos documentos, oportunizar a qualificação e ingresso no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação e apoio na integração na comunidade local. Bem como, informação, orientação e encaminhamentos para os serviços públicos que compõem a rede pública por meio das políticas públicas.

A população beneficiária do projeto é composta por nacionais da Venezuela, recém-chegados à cidade de Manaus. Desde o início do ano de 2017 observa-se um aumento no número de chegadas e um aumento na demanda, os quais buscam por assistência para a moradia, alimentação e também recebem informação de como acessar as políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Os casos que relatam serem soropositivos são orientados a buscar atendimento, e de forma célere para que possam receber os retrovirais nos hospitais de referência que atende essa população. Pois, existem relatos de vários solicitantes de refúgio venezuelano que deixaram o País de origem por não conseguirem os retrovirais, e se não tivessem saído em busca de auxílio provavelmente já teriam morrido. Os solicitantes de refúgio e refugiados que vivem com Vírus da imunodeficiência humana (HIV) é o vírus responsável por causar a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), após orientações e encaminhamentos, regressam à Cáritas para contar a sua experiência, e relatam estarem contentes por receberem o atendimento médico no SUS, e principalmente por não pagarem nada pela medicação. O que para alguns é a esperança de não virem a óbito como os seus pais, que infelizmente não tiveram a oportunidade de acesso na Venezuela.

Os solicitantes de refúgio que buscam atendimento na Cáritas de Manaus recebem também orientações das assistentes sociais, principalmente no que diz respeito ao acesso da política pública da assistência social. Esclarecendo como fazer o Cadastro Único – CadÚnico no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), quais os documentos que são necessários para se inscrever nesta política, assim como o endereço e o ônibus que passam próximo ao local.

Alguns solicitantes de refúgio relatam que já recebiam o benefício do Programa

Bolsa Família (PBF), mas que o auxílio foi desligado. Em busca de informações, eles retornaram ao CRAS para saber o que tinha acontecido e foram informados que o governo federal cortou a verba para o programa, e que esses cortes foram para brasileiros e chegou também aos estrangeiros. A informação dada no CRAS sobre o motivo do desligamento é que muitos brasileiros tiveram os seus benefícios cortados em decorrência da crise econômica da qual o País está passando, e que se cortaram os benefícios dos brasileiros, os estrangeiros também sofrerão com os cortes.

Percebe-se que o corte de recurso na assistência social atingiu essa população que vive em situação de vulnerabilidade social, dentre os quais se encontram famílias monoparentais, os desempregados, os idosos, as pessoas com deficiência, mulheres grávidas e sem rede familiar de apoio e que já recebiam o bolsa família e que foram desligados do programa.

DIREITOS ASSEGURADOS POR LEI AOS REFUGIADOS

A Lei Nº 9.474 de 22 de julho de 1997 traz em seus artigos, o que podem os refugiados acessarem em nosso país:

Art. 43. No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares;

Art. 44. O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados.

Segundo o § 1º do artigo 21 o solicitante de refúgio com o protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País, no entanto existe a dificuldade de acessar a carteira de trabalho, pois em Manaus tem levado em média 2 meses para o solicitante de refúgio conseguir tirar o documento, em decorrência das poucas vagas disponíveis diariamente no site do antigo Ministério do Trabalho.

Com o protocolo de solicitação de refúgio este tem o direito de tirar o Cadastro de Pessoa Física – CPF e ter acesso a Carteira de Nacional de Habilitação – CNH e as políticas públicas de saúde, educação, trabalho, assistência social e a partir do momento em que conseguem emprego com a carteira assinada tem os mesmos direitos e deveres iguais aos nacionais.

Todavia, não tem sido tão fácil o acesso das crianças na escola sem a documentação exigida pelas instituições escolares, nem há uma facilidade na revalidação dos diplomas de nível superior e da CNH, pois se exigem documentações juramentadas (traduzidas) e o pagamento de inúmeras taxas, vale ressaltar que essa demanda mal consegue suprir

a alimentação e moradia, como irá dispor de recursos financeiros para o pagamento das taxas exigidas para tal aquisição.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO MIGRAÇÃO DA CÁRITAS DE MANAUS

O Serviço Social tem como norte a socialização da informação para os solicitantes de refúgio que buscam atendimento na Cáritas Arquidiocesana de Manaus, pois em sua maioria, estes, não tem conhecimento de como funciona a política pública brasileira de educação, saúde, assistência social e trabalho.

Eles também não sabem como podem fazer para ter acesso a essas políticas e diante desta realidade são realizadas rodas de conversas com diversas temáticas, dentre elas Legislação Trabalhista, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que tem como finalidade aborda os Direitos da Criança e do Adolescente, Palestra sobre prevenção a exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Palestra sobre a prevenção ao trabalho análogo a escravidão, Política de Assistência Social abordando o Benefício de Prestação Continuada – BPC, que no Estatuto do Idoso - Lei 10741/2003, de 1º de outubro de 2003, em seu Art. 34, que aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos e a pessoa com deficiência de qualquer idade que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Além desses direitos são abordados temas nas palestras como os Direitos e Deveres dos Solicitantes de Refúgio e Refugiados no Brasil, Saúde da Mulher e do homem, do idoso e da criança e do adolescente, (Diabetes e Hipertensão Arterial, Planejamento Familiar, Prevenção ao uso de álcool e outras Drogas, Saúde psicológica, Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTI/AIDS, importância da vacinação na Criança e teste rápido, Educação alimentar infantil, métodos contraceptivos), Violência Doméstica, Empreendedorismo, Educação pública no Brasil e prevenção contra quedas para a população idosa, dentre outros.

Para realizar essas atividades o Serviço Social conta com o apoio de vários parceiros, como a Rede Um Grito pela Vida, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Unidades Básicas de Saúde – UBS, Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Universidade Nilton Lins, UNINORTE - Laureate International Universities (LIU), Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Conselheiros Tutelares, dentre outros parceiros.

O Serviço Social realiza atendimentos, os quais possibilitam identificar as situações vivenciadas pelos solicitantes de refúgio que buscam atendimento na Cáritas. Todos os casos atendidos passam por entrevista social, orientações e encaminhamentos à rede de serviços públicos para acesso as políticas públicas. E há também a elaboração de Parecer Social para os casos que podem receber um auxílio subsistência ou transferência de renda.

São elaboradas fichas de acompanhamento de cada caso atendido, as assistentes sociais do projeto realizam visitas domiciliares e institucionais, além de encaminhamento ao setor de Proteção Legal da Cáritas para que os casos de violação de direitos sejam direcionamentos pela advogada do projeto.

Há o referenciamento aos serviços socioassistenciais da cidade e as políticas públicas, bem como o acompanhamento dos casos vulneráveis, além de encaminhamentos para os CRAS; UBS, instituições que realizam atendimento as crianças autistas, Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED, abrigo público quando existe vaga e para as escolas públicas. E existe a possibilidade da concessão de alguns auxílios financeiros pelo projeto de forma pontual e, em casos específicos.

Na cidade de Manaus a temática do refúgio ainda é pouco conhecida e dessa maneira as assistentes sociais e a coordenadora do projeto, são convidadas para debater o tema nas faculdades para uma melhor divulgação aos alunos e a sociedade em geral, procurara-se abordar essa temática para diminuir a xenofobia, pois a falta de conhecimento da Lei da Migração Nº 13.445 de 24 de maio de 2017 e da temática do refúgio a Lei Nº 9.474 de 22 de julho de 1997, traz ideias equivocadas.

E por desconhecimento acreditam que os solicitantes de refúgio não têm direito de acessar as políticas públicas, porém o Brasil ao ter assinado tratados internacionais assegura direitos aos migrantes e refugiados em territorial nacional, mas em decorrência do aumento da demanda ficou evidente o pouco investimento desta área e as falhas para o acesso nessas políticas públicas do Brasil são evidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abordadas buscam evidenciar os desafios enfrentados pelos solicitantes de refúgio e refugiados que vem ao Brasil em busca de proteção.

As dificuldades são evidenciadas logo na chegada como a falta de abrigo público, a dificuldade em dominar o idioma, exploração do trabalho, exploração sexual, dificuldade em conseguir os documentos juntos aos órgãos públicos, como a carteira de trabalho que não é disponibilizada em número suficiente para cobrir a demanda, que busca esse documento e a xenofobia que cresce assim como vem crescendo o número de solicitantes de refúgio que ingressam no território brasileiro.

A grande parte da demanda trazida por solicitantes de refúgio deve ser respondida pelo estado brasileiro na perspectiva de direitos e de cidadania orientada pela Lei nº. 9.474/97, ressaltando sua contribuição ao desenvolvimento progressivo do direito internacional de refugiados na América Latina.

O acolhimento realizado pelo estado brasileiro precisa melhorar consideravelmente e responder as demandas dessa população, respeitando os direitos humanos. E não deixar para a sociedade civil toda a responsabilidade no atendimento a essa população que vem

aumentando nos últimos tempos, em virtude dos conflitos que vem se intensificando nos últimos anos.

Os solicitantes de refúgio e refugiados diferem do migrante comum, pois o refugiado pode ter passado por violência em seu País de origem e não veio ao Brasil por escolha e sim por necessidade e para que continuasse vivo.

Desse modo, o governo brasileiro deve buscar mecanismos de participação política dos refugiados e esforçar-se para conseguir instrumentos e soluções duradouras para diminuir a disparidade entre direito e a realidade vivida diariamente por essa população. E pelo fato de que eles não são eleitores em potencial, muitas vezes não são vistos como pessoas que merecem uma atenção maior do Estado, o qual deve oportunizar soluções duradouras e seus direitos devem ser assegurados pelo Direito Internacional no qual essas pessoas são protegidas e o Brasil é signatário.

Dessa forma, a Cáritas de Manaus, enquanto organização da sociedade civil, tem realizado o seu papel de atenuar e auxiliar as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em virtude de sua missão e seus princípios de instituição de cunho religioso. Tem realizado um trabalho de excelência diante desse contexto tão desafiador que é a migração venezuelana, principalmente diante desse quantitativo tão expressivo, e que o país não está preparado para tal contexto. E o Serviço Social, que teve sua origem no contexto católico, não teria como ficar a parte dessa realidade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**, 1. ed. – Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BRASIL. Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 14/03/2019.

_____. Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 10/02/2019.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Júlia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 13, n. 13 (2018). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

Direitos Humanos – Periódicos 2. Migrações – Periódicos 3. Refugiados – Periódicos.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011

CAPÍTULO 15

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE CAMPINA GRANDE-PB

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/9171858273761964>

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Universidade Norte do Pará
Campina Grande – Paraíba

Cristiane Tavares de Aguiar

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/1504741189901129>

RESUMO: O presente artigo consiste num relato da experiência relacionada ao projeto de extensão realizado junto à Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande-PB, que teve por objetivo contribuir para o fortalecimento da organização política e articulação das lutas sociais desta entidade. O artigo discute o desenvolvimento do projeto, desafios enfrentados e os principais resultados alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; Serviço Social; Movimentos Sociais.

UNIVERSITY EXTENSION WITH SOCIAL MOVEMENTS: AN EXPERIENCE OF ADVICE TO THE COORDINATION OF THE CLUBS OF MOTHERS FROM CAMPINA GRANDE-PB

ABSTRACT: This article is an account of the experience related to the extension project carried out with the Campina Grande-PB Mothers Club Coordination, whose objective was to contribute to the strengthening of the political organization and articulation of the social struggles of this entity. The article discusses the development of the project, the challenges faced and the main results achieved.

KEYWORDS: University Extension; Social Service; Social Movements.

1 | INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui-se como uma importante forma de interação entre universidade e sociedade, possibilitando não apenas a troca de saberes acadêmico e popular, mas também o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto no Artigo 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988).

Assim, partimos da definição de extensão proposta pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras em que “A Extensão Universitária [...] é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre

universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012). Como tal, consideramos que no contexto atual de contrarreformas, em que a universidade vem sendo cada vez mais orientada por uma razão instrumental que enfatiza o tecnicismo, o pragmatismo, o ensino aligeirado e precarizado, onde a pesquisa e extensão são praticamente inexistentes, é necessário destacar a importância da extensão para uma formação profissional de qualidade e socialmente referenciada.

O cenário posto para a educação impõe, portanto, um enorme desafio para a efetivação do princípio constitucional anteriormente mencionado, reafirmado nas diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, estabelecidas pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que regulamenta as determinações acerca da extensão universitária previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a exemplo da institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular ao estabelecer, em seu Art. 4º, que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. A resolução determina ainda que as instituições de ensino superior terão o prazo de até 3 (três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes (BRASIL, 2019).

Desenvolver a extensão universitária, como instrumento de troca dialógica e crítica de saberes com a sociedade, é inclusive uma estratégia de resistência aos desmontes de direitos que o país vem atravessando. A extensão, especialmente quando realizada junto a movimentos sociais que vem se organizando em torno da afirmação e conquista de direitos sociais, propicia o cumprimento do papel social da universidade de formar estudantes críticos e responsáveis que possam, em conjunto com os demais sujeitos da comunidade acadêmica envolvidos neste processo, contribuir para o enfrentamento das desigualdades da sociedade brasileira. (BRASIL, 2019). Esta perspectiva coaduna-se com o projeto ético-político do Serviço Social que tem uma direção social fundamentada em valores pautados em processos emancipatórios.

Com esse direcionamento a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais através de ações extensionistas, tem o potencial de contribuir para formar profissionais com um perfil diferenciado, atento às demandas emancipatórias dos grupos subalternos, que incorpora novas temáticas e recria suas funções (MARRO, 2011), com competência para atuar numa frente em potencial para a profissão mas, “[...] pouco explorada pelos assistentes sociais, que é a assessoria a organização política dos usuários. [...]” (MATOS, 2009, p. 522).

Assim, a experiência de extensão universitária relatada neste artigo foi realizada junto a Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande (CCMCG), que conta com 61 Clubes de Mães (CM’s) afiliados e está completando, no ano em curso, 50 anos de existência. A ação extensionista com esta entidade dá continuidade a um processo de aproximação com alguns CM’s e com a CCMCG ao longo dos anos 2000, através da

realização de projetos extensionistas anteriores que constituíram a base para o projeto desenvolvido no período de 2017 a 2018.

A experiência foi motivada pela identificação da necessidade de contribuir para o fortalecimento da organização política da CCMCG, tendo em vista que a continuidade da assessoria realizada foi solicitada expressamente pela presidente da entidade e reforçada nas atividades desenvolvidas com as representantes dos CM's afiliados, quando as mesmas avaliaram que o apoio da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) era fundamental para as suas lutas.

No presente artigo apresentamos inicialmente alguns elementos da trajetória de constituição dos CM'S e da CCMCG, para em seguida nos determos na experiência de extensão sinalizando, ao longo da discussão, alguns desafios enfrentados e resultados obtidos, bem como as possíveis contribuições para a formação profissional de discentes do curso de Serviço Social e para as entidades dos movimentos sociais diretamente envolvidas na realização do referido projeto de extensão.

2 | A COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE CAMPINA GRANDE: BREVE REGISTRO DA SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Os Clubes de Mães (CM's) surgem em Campina Grande a partir de 1963 e tinham inicialmente um caráter de reunir as mulheres para compartilhar experiências cotidianas, desenvolver atividades ocupacionais e ajudarem-se mutuamente. Aos poucos foram se tornando espaço de organização, mobilização popular e participação política das mulheres, ao se voltarem para a busca por direitos e melhores condições de vida expressas, por exemplo, na luta pela conquista de equipamentos coletivos como creche, escola, posto de saúde, moradia, etc. (OLIVEIRA, 2014).

O cenário de crise econômica, política e social dos anos de 1960 fomentou diversas formas de luta e resistência da classe trabalhadora, propiciando a emergência do movimento popular tanto no âmbito local quanto nacional. Porém, segundo estudos de autores como Sader (1988), Viezzer (1989) e Oliveira (2008) a criação dos primeiros Clubes de Mães no Brasil ocorreram na década de 1950, contando com o estímulo de agentes externos como a Igreja Católica, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), prefeituras municipais, e até por intermédio de entidades como o Lions Club.

O processo histórico de constituição dos Clubes de Mães e outras formas de organização do movimento popular de bairro, como Sociedades Amigos de Bairros (SABs), Associações de Moradores, etc, criados no contexto contraditório das décadas de 1950 e 1960, tem forte influência da ideologia desenvolvimentista que propalava o discurso de participação popular, como forma de assegurar o controle sobre a classe trabalhadora e a sua adesão ao modelo de desenvolvimento em curso no período. Desta forma, era frequente que estas entidades tivessem uma atuação marcada pelo assistencialismo e clientelismo,

decorrente da estreita vinculação com o poder público local. (OLIVEIRA, 2014).

No contexto de Campina Grande a estruturação do movimento popular de bairro também contou com a participação decisiva de agentes externos, especialmente da Faculdade de Serviço Social que contribuiu não apenas para a fundação dos Clubes de Mães¹ e da Coordenação dos Clubes de Mães, mas também das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) e da União Campinense de Equipes Sociais (UCES).² O protagonismo da Faculdade de Serviço Social neste processo, expressa a ênfase no desenvolvimento de comunidade, impulsionado nesse momento histórico pela aproximação da profissão com a ideologia desenvolvimentista, e também a necessidade concreta de abertura de campos de estágio para o corpo discente do curso de Serviço Social junto a estas entidades.

Apesar da presença marcante da Faculdade de Serviço Social na criação dos Clubes de Mães (CMs) e da Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande (CCMCG), tais entidades surgem a partir de necessidades concretas vivenciadas pelas participantes destas entidades. Vale salientar que o movimento social:

[...] é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/ pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões - o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão [...]. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Assim, embora inicialmente tenha havido uma forte influência de entidades externas, como a Faculdade de Serviço Social, que enfatizavam uma atuação voltada ao “[...] repasse de informações sobre organização familiar, higiene e trabalhos manuais [...]” (OLIVEIRA, 2014, p.124), direcionamento também evidenciado através da assessoria dada aos CM’s na década de 1970 pela Secretaria de Bem-estar Social de Campina Grande (SETRABES), a necessidade de enfrentar as precárias condições de vida está presente desde o surgimento dos CM’s, ganhando força e criticidade política a partir dos anos de 1980 com a aproximação a outros movimentos sociais e a partidos políticos de esquerda, redimensionando as lutas por acesso a direitos e aos chamados bens de consumo coletivo, e a afirmação dos direitos das mulheres e do seu papel político e social na sociedade, com uma abordagem de gênero. (Ibid, 2014).

A necessidade de articular e coordenar a organização dos 15 Clubes de Mães que foram criados na década de 1960 em Campina Grande, motivou o surgimento da CCMCG, fundada em 01 de junho de 1969, sendo denominada, conforme o seu Estatuto:

[...] uma sociedade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que congrega os Clubes de Mães da cidade de Campina Grande e

1 Os primeiros CM’s que surgiram foram: Clube de Mães Anita Cabral, situado na localidade denominada Tambor, fundado em 1963; Clube de Mães Iza Leal, situado no bairro Santa Rosa, fundado em 1964; Clube de Mães Maria Arruda da Silva, no bairro José Pinheiro, fundado em 1965. (OLIVEIRA, 2014).

2 A UCES foi fundada em 1964 e congrega diversas entidades do movimento popular, como as SABs, os CMs, a Coordenação dos Clubes de Mães e Associações de Moradores.

do estado da Paraíba, com caráter educativo, social, assistencial, beneficente e reivindicatório [...] (CCMCG, 2009).

Com a criação da CCMCG, os CM's passaram a ter um direcionamento comum, adotando a prática de realizar assembléias mensais que possibilitam uma avaliação das ações e discussões de estratégias de luta conjunta. Esse papel articulador de aglutinar os clubes e orientar seu funcionamento, possibilitou uma maior visibilidade dessas organizações, bem como a sistematização das atividades e uma certa unidade de ação, a partir da discussão conjunta acerca das necessidades concretas das comunidades. Nesta perspectiva:

Os movimentos populares elaboram os seus próprios projetos na prática cotidiana, no desenrolar das lutas, [...]. Durante esse processo, os participantes dos movimentos descobrem seus direitos sociais, se conscientizam das causas da segregação sócioespacial, identificam os espaços socialmente diferenciados [...].(SANTOS, 2008, p.16).

A CCMCG é mantida financeiramente com a mensalidade dos CM's filiados e a sua direção é formada por presidentes dos clubes, escolhidas através de processo eleitoral para cumprir um mandato de quatro anos. A quantidade de CM's filiados varia a cada ano, pois ocorre um processo dinâmico tanto de criação de clubes quanto de desfiliação. Tendo como instância máxima de deliberação a assembleia geral, realizada ordinariamente na primeira segunda-feira de cada mês em sua sede, a entidade atua no sentido de aglutinar os referidos clubes e mediar, sempre que possível, as relações entre estes e os poderes constituídos em nível local, estadual e federal. Assume, portanto, um papel de articulação, coordenação e representação do coletivo junto aos poderes constituídos, sendo reconhecida como entidade representativa dos CM's junto a vários conselhos de direitos no município.

Os CM's e a CCMCG se constituem, portanto, importantes componentes do movimento popular de Campina Grande, com uma trajetória de avanços e recuos políticos e sociais desde a década de 1960 até os dias atuais, sendo espaço de aprendizado e de troca de experiências para as participantes do movimento. A CCMCG contava, até o ano de 2018, com 61 clubes de mães afiliados, situados na zona urbana e rural do município, que totalizam aproximadamente 3 mil sócias.

No atual contexto de retrocessos e desmonte de direitos sociais e das liberdades democráticas, entendemos que é fundamental fortalecer os movimentos sociais e as organizações representativas das classes subalternas, para articular e dar visibilidade as suas lutas. É neste sentido que foi realizado o projeto de extensão, cuja experiência será relatada a seguir.

3 | A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO JUNTO À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE CAMPINA GRANDE

O projeto de extensão desenvolvido teve por objetivo geral contribuir para o fortalecimento da organização política e articulação das lutas sociais através da assessoria à CCMCG e como objetivos específicos contribuir com o fortalecimento e articulação das práticas associativas locais; propiciar momentos de discussão acerca da conjuntura nacional, dos direitos sociais e da estruturação de estratégias coletivas de afirmação da cidadania; e sistematizar a trajetória de lutas da CCMCG, no intuito de dar visibilidade para as conquistas e desafios enfrentados por esta entidade.

A realização do projeto pautou-se numa metodologia participativa, tendo por referência a Educação Popular Freiriana (VASCONCELOS; CRUZ, 2013), na qual a presença constante do diálogo com as participantes das entidades que constituíram o público-alvo em torno das demandas emergentes no cotidiano da CCMCG e dos CM's afiliados, nortearam a (re)definição e condução das ações realizadas.

A assessoria a CCMCG foi uma das estratégias utilizadas para contribuir com o fortalecimento da organização política e articulação das lutas sociais travadas pela entidade. Neste sentido, consideramos necessário fazer algumas ponderações acerca do seu significado, tendo em conta a sua importância para o Serviço Social como profissão e também na interação com os movimentos sociais, especialmente numa experiência extensionista.

A partir da década de 1990 a assessoria é inserida na Lei 8662/93, como competência do assistente social, especificada no artigo 4º, incisos VIII e IX. Também é considerada atribuição privativa na Lei 8662/93, artigo 5º, inciso III, quando estiver relacionada a matéria própria do Serviço Social. A assessoria ocorre através “[...] da disponibilização de conhecimentos e informações para subsidiar a ação de outros profissionais, de entidades, de organizações populares, entre outros, na busca de reconhecimento de direitos e/ou qualificação de serviços e políticas sociais.” (ROMA et al, 2016, p.4).

A assessoria à CCMCG se deu através do acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas por esta entidade, a exemplo das assembleias gerais onde participávamos tanto prestando orientações, quanto levantando questionamentos e reflexões em torno das pautas definidas pela diretoria, na tentativa de fomentar um debate crítico em torno de questões muitas vezes tratadas de forma naturalizada e/ou espiritualizada, já que há uma forte perspectiva religiosa na condução das ações da entidade. Neste processo, levamos em conta as ponderações de que “[...] o assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional e à equipe que assessora e estes têm autonomia de acatar ou não as suas proposições.” (MATOS, 2006, p.32).

A assessoria também ocorreu por ocasião de algumas reuniões da diretoria, contribuindo para identificar demandas e discutir possíveis encaminhamentos junto com

as diretoras, e ainda através da presença semanal das estudantes extensionistas na entidade, prestando orientação acerca da elaboração de documentos e encaminhamentos de demandas emergentes, tanto da CCMCG quanto dos CM's.

Além da assessoria, outras atividades também foram realizadas visando contribuir para o aprofundamento das discussões em torno dos direitos sociais e para fomentar a busca de estratégias coletivas de luta, tais como rodas de conversa na CCMCG e palestras nos CM's filiados, acerca de temas definidos pelas respectivas diretorias.

Foram realizadas quatro rodas de conversa: a primeira teve como tema a conjuntura nacional e o processo de desmonte de direitos; as demais voltaram-se para a discussão das políticas sociais na mediação dos direitos sociais, com ênfase nas políticas que compõem a seguridade social: assistência social, saúde e previdência social, que foram discutidas em rodas de conversa específicas para cada uma delas. As diversas rodas de conversa contaram com a contribuição de profissionais convidadas, professoras da UEPB, tanto do próprio departamento de Serviço Social quanto de Sociologia, e também de uma assistente social do INSS, favorecendo um diálogo interdisciplinar, que teve como contrapartida uma significativa participação (qualitativa e quantitativa) das integrantes dos CM's e das dirigentes da CCMCG.

As rodas de conversa resultaram em momentos de rica discussão sobre as contrarreformas e sobre a importância da organização de lutas coletivas para a defesa dos direitos sociais e das liberdades democráticas, contribuindo para a formação política das participantes frente ao atual cenário. A dinâmica participativa e dialógica utilizada nas rodas de conversa incentivou as participantes a levantarem questões e fazerem as suas reflexões sobre os temas em tela, inclusive com alguns tensionamentos, especialmente no segundo semestre de 2019, período da campanha eleitoral, em virtude do atrelamento político partidário de algumas lideranças do movimento com candidatos que se posicionavam numa perspectiva neoliberal.

O material utilizado nas rodas de conversa foi socializado para que cada participante levasse o debate para seus respectivos clubes de mães, de modo a promover um efeito multiplicador destas discussões, com possíveis desdobramentos na organização das lutas junto às comunidades em que cada CM está inserido.

A realização das rodas de conversa foi estratégica para o cumprimento dos objetivos que nortearam o projeto de extensão, anteriormente mencionados. Além disto, tiveram um caráter pedagógico no que tange a formação das estudantes envolvidas, possibilitando vislumbrar possibilidades de construir mediações para a materialização do projeto ético-político profissional que adota uma direção social:

[...] a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. [...] (NETTO, 1999, p. 16).

As palestras realizadas junto aos CM's foi outra estratégia pedagógica utilizada no projeto, nas quais buscamos estimular a participação das pessoas na discussão, construindo a exposição dos temas a partir das vivências e saberes da própria comunidade, bem como estimulando o desenvolvimento de atividades que dêem visibilidade às ações realizadas pelos CM's nos bairros, visando motivar a adesão de novas integrantes e favorecer o fortalecimento das lutas coletivas através da articulação de forças com outras entidades existentes, como SAB, associação de moradores, pastorais sociais, etc.

No que tange especificamente ao objetivo de sistematizar a trajetória de lutas da CCMCG, recorreremos à pesquisa documental junto aos livros de ata da entidade, álbuns de fotografias, entrevistas com sócias e diretoras da entidade e a realização de um grupo focal com diretoras que participaram de diferentes gestões. Por ocasião da presença sistemática semanal das estudantes na CCMCG, foi possível levantar os documentos disponíveis para sistematizar essa trajetória. Nesta ocasião identificamos que não há uma adequada conservação dos registros históricos, como os livros de ata, pois boa parte estava em condições precárias para o manuseio e outros não foram localizados.

Diante disso, nos deparamos com o desafio de obter as informações necessárias para a sistematização, o que motivou a realização do grupo focal para levantar informações acerca da história da coordenação. O grupo focal e as entrevistas individuais foram registradas em vídeo e constituíram-se em material para o documentário sobre a CCMCG, que além de registrar a história de luta da entidade contribuirá para difundir e dar visibilidade a mesma, especialmente por ocasião das comemorações dos 50 anos da CCMCG.

Durante a pesquisa documental as estudantes envolvidas na extensão digitalizaram parte dos documentos encontrados e tentaram sensibilizar a diretoria da CCMCG para a importância da conservação desta memória, como patrimônio da entidade e também da história dos movimentos sociais em Campina Grande.

A pesquisa realizada para subsidiar a sistematização teve como resultado a elaboração de um documento, por parte das estudantes extensionistas, intitulado *Uma breve cronologia da trajetória da Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande*, e a produção de um documentário (vídeo) que contou com a colaboração de duas discentes do Curso de Comunicação Social da UEPB, que contribuíram para dar visibilidade às lutas da entidade e aos sujeitos históricos desta trajetória de 50 anos de existência.

A elaboração da sistematização da trajetória histórica do CCMCG possibilitou às estudantes que participaram do projeto, uma experiência de articulação entre pesquisa e extensão. Além disto, o envolvimento das discentes de comunicação social possibilitou o que no início deste artigo foi sinalizado na definição de extensão como “um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação [...] entre universidade e outros setores da sociedade”. (FORPROEX, 2012).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada possibilitou dimensionar a importância da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão na formação superior, na medida em que viabilizou uma clara articulação desse tripé, quando as discentes puderam vivenciar a aproximação com a dinâmica organizativa destas entidades populares, vislumbrando a relação teoria-prática de conteúdos teóricos discutido na graduação, por exemplo, em componente curricular como Classes e Movimentos Sociais; ao desenvolverem a pesquisa da trajetória da CCMCG e identificar, entre outros aspectos, a sua vinculação histórica com o Curso de Serviço Social da UEPB; e também ao vivenciarem a troca de saberes que a extensão permite, através não apenas da assessoria, mas das várias atividades desenvolvidas. Neste sentido, consideramos a extensão como uma atividade que:

[...] nos aproxima das condições de vida e formas de resistência dos sujeitos com os quais trabalhamos e, ainda, nos possibilita uma aproximação da realidade brasileira, especialmente das velhas e novas expressões da chamada “questão social”, elemento central da formação profissional dos assistentes sociais brasileiros. (GUERRA, p. 250, 2013)

A extensão junto à CCMCG trouxe uma efetiva contribuição para o fortalecimento e articulação das práticas associativas locais, bem como para a organização política e a formação dos sujeitos sociais envolvidos, em um contexto no qual se torna cada vez mais necessário e urgente empreender lutas sociais em torno da manutenção e afirmação de direitos sociais, frente ao aprofundamento das contrarreformas neoliberais ocorridas atualmente, as quais têm ocasionado um desmonte sem precedentes dos direitos até então conquistados em nosso país.

O fortalecimento dos vínculos com os movimentos sociais, através do tripé da formação universitária: ensino, pesquisa e extensão, é fundamental para a afirmação do papel social da universidade na construção de uma sociedade mais justa, contrapondo-se a orientação neoliberal, com influência marcante do Banco Mundial, para a educação superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 20/06/2019.

_____. **Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão do Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Senado, 1993. Disponível no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em 20/06/2019.

_____. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01/06/2019.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE CAMPINA GRANDE. **Estatuto**. Campina Grande, 2009.

FORPROEXT. **Política Nacional de Extensão Universitária do Fórum de Pró-reitores de Extensão**. Brasília: FORPROEXT, 2012.

GUERRA, Y. Formação Profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios. In.: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MARRO, K. I. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências em extensão universitária. In.: **Revista Temporalis**. n. 22. Brasília: ABEPSS, 2011.

MATOS, M. C. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In.: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (Orgs). **Assessoria, consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In.: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classes e movimento social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

OLIVEIRA, M. T. **Democracia primária e experiência associativa - os clubes de mães em campina grande**. 2008.196f. Tese de doutorado-UFPE, Recife, 2008.

_____. A contribuição do Serviço Social para o surgimento dos Clubes de mães em Campina Grande. In: FERRIZ, A.F.P.; PATRIOTA, L.M.; SILVEIRA, S.A.S. (Orgs) **O curso de Serviço Social da UEPB: Elementos para uma análise histórica e teórico - metodológica**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

ROMA, C. C. L.; MOREIRA, E. M.; GALIZIA, S.; SANTO, J. E.; CAMILO, J. **ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL: A Experiência do Projeto "Assessoria Via Extensão Universitária ESS-UFRJ".II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2016.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: exigências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, R. B. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

SOUZA, F. F. **Conjuntura política e econômica no Brasil (1950-1964): Terreno fértil para o Golpe de 1964**. 2013. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/799>. Acesso em: 03/06/2018.

VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Organizadores). **Educação Popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo, Hucitec; João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

CAPÍTULO 16

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO HOMOAFETIVA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 10/12/2020

Arlete Lima Cândido

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/7310001259997427>

Rosimeri Limeira Ramos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/6596664128199882>

RESUMO: Este artigo trata de questões relacionadas às dificuldades enfrentadas por um casal homoafetivo diante do desejo da maternidade através da adoção sendo esta uma das demandas relacionadas as novas configurações familiares na sociedade brasileira. Este caso se passou durante a internação de uma criança em unidade de saúde no Rio de Janeiro, onde a atuação do serviço social foi essencial, observando os princípios fundamentais do código de ética profissional que prevê o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito. Após avaliação criteriosa do núcleo familiar foram realizados os devidos encaminhamentos. O vínculo entre as usuárias e os profissionais favoreceu grandemente para o bom desfecho do caso.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção, proteção, família.

SON OF AFFECTION: PROFESSIONAL EXPERIENCE REPORT IN ADOPTION HOMOAFETIVA

ABSTRACT: This article deals with issues related to the difficulties faced by a homosexual couple facing the desire for motherhood through adoption, which is one of the demands related to the new family configurations in Brazilian society. This case took place during the hospitalization of a child in a health unit in Rio de Janeiro, where the performance of social work was essential, observing the fundamental principles of the professional code of ethics, which foresees the commitment to eliminate all forms of prejudice. After careful evaluation of the family nucleus, appropriate referrals were made. The bond between users and professionals greatly favored the good outcome of the case.

KEYWORDS: Adoption, protection, Family.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira passa por várias mudanças entre elas estão novas configurações familiares. Destacam-se novas demandas, entre elas a busca pela autorização legal para o direito à adoção de crianças por casais homoafetivos. O desejo pela realização da maternidade e paternidade conta como a adoção legal como uma das estratégias.

A discussão dos direitos dos homossexuais não é um campo pacífico na sociedade, mas houve avanços, como o reconhecimento da união civil e a proibição dos

cartórios de se recusarem a realizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

A Constituição Federal no artigo 5º assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Portanto, de acordo com a lei é inconstitucional discriminar qualquer pessoa baseada em sua orientação sexual. O direito à adoção entra nesta discussão, pois negar este direito a um casal ou um cidadão homossexual baseada neste critério é ir contra o direito da igualdade.

O Código de Ética profissional dos assistentes sociais tem entre seus princípios fundamentais o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças. Entre os deveres no exercício profissional está o de abster-se de práticas que caracterizam a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

Portanto aos profissionais do Serviço Social, não cabe promover julgamentos de valor a respeito da orientação sexual ou mesmo da possibilidade ou não da adoção por casais homoafetivos. É necessária uma avaliação que identifique possíveis benefícios ou prejuízos à criança adotada, conforme os critérios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e demais legislações pertinentes.

2 | DESENVOLVIMENTO

O presente relato apresenta o acompanhamento do Serviço social à criança internada na Enfermaria de Pediatria no Hospital da rede federal do Rio de Janeiro.

Criança de quatro meses deu entrada neste hospital, trazida por duas mulheres, Sra. J e Sra. R, com febre alta para investigar infecção que foi negatizada com tratamento medicamentoso. Verificamos que houve atendimento anterior em hospital da rede privada onde foram orientadas a buscar serviço público de saúde devido ao alto custo do tratamento proposto.

De acordo com o art. 12º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990) “Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsáveis, nos casos de internação de criança ou adolescente”. (BRASIL, 1990).

O Serviço Social recebeu a Sra. R que compareceu para solicitar emissão de cartão de acompanhante para a criança JJ. Neste período o cartão era emitido no plantão do Serviço Social. Verificou-se que não se tratava de responsável legal e que não havia documento de guarda, mas sim um documento com o título de TERMO DE ANUÊNCIA assinado pela mãe biológica, entregando seu filho aos cuidados do casal. Tratava-se de união homoafetiva com convivência acerca de 16 anos, com registro de união estável em período mais recente, conforme documento apresentado. Verificou-se na certidão de

nascimento da criança que não havia reconhecimento da paternidade. Conforme Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, no Brasil havia mais de 5,5 milhões de crianças sem reconhecimento da paternidade na Certidão de Nascimento.

Visando melhor apreensão da dinâmica familiar foi realizada entrevista social com J. e R. que de início mostraram-se apreensivas e contrariadas quanto ao encaminhamento do caso para apreciação e decisão da Vara da Infância. O casal acreditava que o documento que portavam, cuja orientação e formulação teve assessoria de profissional com quem mantinham relação de cliente, seria o suficiente para a obtenção da guarda definitiva da criança a qual já tratavam como filho. Durante a entrevista, cogitaram da intervenção do Serviço Social estar sendo influenciada pela orientação sexual do casal. Foram esclarecidos princípios fundamentais defendidos pela categoria profissional, conforme acima descritos, bem como a responsabilidade institucional, diante do conhecimento de uma criança em situação de vulnerabilidade.

O casal esclareceu que tinham convívio com a mãe biológica da criança quando ainda residiam na Paraíba. Após tomarem conhecimento por familiares da gestação e das tentativas de interrupção da mesma, se prontificaram a auxiliar nos cuidados durante a gestação e após o parto. A genitora desistiu da interrupção da gestação, mas permaneceu com o desejo de abrir mão do exercício da maternidade.

Conforme o Artigo 13 no inciso primeiro do ECA é um direito legal da mulher entregar o filho em adoção, não constituindo isso um crime. A gestante que assim decide não deve ser alvo de pré-julgamentos ou exposta à constrangimentos.

Após contato entre elas e a manutenção da decisão da grávida, ficou acordado que após o parto o casal se responsabilizaria pelos cuidados da criança. Assim, o casal buscou orientações sobre como proceder para conseguirem oficialmente a guarda.

Após determinado período a genitora veio para o Rio de Janeiro onde concluiu o pré-natal e deu à luz recebendo deste casal todo o suporte material e emocional em todos os momentos.

Destacamos a configuração do núcleo familiar atendido. J. 44 anos, comerciante autônoma; R., 41 anos, saiu do mercado formal de trabalho para cuidar da criança, permanece no regime geral de previdência social como contribuinte individual. Ambas tem plano de saúde individual que pretendiam transformar em plano familiar. Informaram que estavam construindo um imóvel para ficarem mais próximas dos familiares que compõem sua rede de apoio.

Durante o acompanhamento do Serviço Social, percebemos que o casal contava com rede de suporte familiar, com a participação de membros da família que buscavam informações através de visitas e contatos telefônicos.

Foi observado também que o casal demonstrava afeto pela criança, referindo-se de forma carinhosa e preocupando-se com o seu quadro de saúde. Expressavam receio quanto

ao afastamento da criança. Informaram que acreditavam que o processo de regularização da guarda estaria em curso, conforme informações recebidas pelos profissionais que as assistiam antes da internação.

Durante todo o período do acompanhamento, o núcleo familiar foi informado sobre a dinâmica do processo (envio de documentação, decisão judicial e convocação para a audiência).

Com o objetivo de garantir à proteção a criança, realizamos articulação com a equipe médica para que a alta hospitalar estivesse vinculada a orientação e decisão do órgão de proteção competente.

Foi realizado contato com a genitora da criança que demonstrou disponibilidade para vir ao Rio de Janeiro e ser atendida pelos profissionais do Serviço Social e confirmou seu desejo em abrir mão da guarda do filho em favor do casal.

Sendo assim, foi solicitada urgência à Vara da Infância, Juventude e do Idoso para orientações quanto às providências a serem tomadas, considerando que a criança encontrava-se em condição clínica de alta hospitalar, aguardando a decisão deste Juízo para regularização de sua situação.

3 I RESULTADOS

Na dinâmica institucional da Justiça foi realizada audiência na II Vara da Infância Juventude e Idoso, onde compareceu a mãe biológica, o casal que pretendia a guarda e Assistente Social da unidade de saúde.

Nesta audiência os atores envolvidos foram ouvidos pela equipe multiprofissional da VIJL e após apreciação do juiz responsável foi deferida a guarda provisória da criança em nome do casal R e J.

Diante da decisão judicial, não houve impedimento quanto à alta da criança. Esta foi encaminhada para acompanhamento ambulatorial na unidade, o que permaneceu ocorrendo.

Posteriormente o casal procurou os profissionais de referência do Serviço Social trazendo informações sobre o processo de guarda. Houve um período de acompanhamento por profissionais da Vara da Infância, com realização de visitas domiciliares regulares até a concessão da guarda definitiva.

Inclusive nos apresentaram o documento de registro da criança onde seus nomes foram incluídos como mães.

3.1 CONCLUSÃO

Este relato de experiência nos faz refletir o quanto os profissionais do Serviço Social precisam, em sua atuação, estar em consonância com os princípios defendidos pela categoria profissional, em tempo do recrudescimento do conservadorismo no

contexto social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF BRASIL.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Censo da educação básica: 2011 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF. CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e int.

CAPÍTULO 17

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDADANIZAÇÃO

Data de aceite: 01/03/2021

Reinaldo da Silva Guimarães

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio
Professor da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro
Professor Adjunto no Centro Universitário Anhanguera de Niterói (UNIAN)
<http://lattes.cnpq.br/0847213852963062>

Luciene Gustavo Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio
<http://lattes.cnpq.br/3074567202026864>

RESUMO: Este artigo, propõe realçar a importância das ações dos movimentos sociais pelas demandas coletivas dos indivíduos da população negra por políticas públicas e sociais. Desse modo, nosso foco está na importância das ações do movimento social negro no campo da educação como estratégia para inclusão social dos jovens negros nas universidades brasileiras, com específicas ações afirmativas, tendo em vista que, nestes espaços se configuram as diferentes relações sociais do poder, do ser e do saber. Nesta reflexão, destacamos o Movimento Social Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), considerado um movimento social contemporâneo, dado que em sua específica atividade aglutina grupos ambivalentes como raça e gênero e que procura, através de sua conduta, produzir um tipo de ação social transformadora que requer uma mudança na estrutura da

sociedade tanto em sua dimensão econômica como na cultural valorativa, para uma concepção ampla de cidadania. Isto significa que, a política social viabilizaria a democratização da educação como um direito social disponível na sociedade brasileira para a população negra, como processo de fomento da Afrocidadanização.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais; PVNC; Ações Afirmativas; Afrocidadanização.

THE AFFIRMATIVE DIMENSION OF ACTIONS: SOCIAL MOVEMENTS AND AFRO-BRAZILIANIZATION

ABSTRACT: This article proposes to highlight the importance of the actions of social movements for the collective demands of individuals of the black population for public and social policies. Thus, our focus is on the importance of the actions of the black social movement in the field of education as a strategy for the social inclusion of young blacks in Brazilian universities, with specific affirmative actions, considering that, in these spaces, the different social relations of power are configured, of being and knowing. In this reflection, we highlight the Pre-Vestibular Social Movement for Blacks and the Needy (PVNC), considered a contemporary social movement, given that in its specific activity it brings together ambivalent groups such as race and gender and that seeks, through its conduct, to produce a type of transformative social action that requires a change in the structure of society in both its economic and cultural dimension, for a broad conception of citizenship. This means that, social policy would make the democratization of education viable as a social right available in

Brazilian society to the black population, as a process of promoting Afrocidadanização.

KEYWORDS: Social Movements; PVNC; Affirmative Actions; Africanization.

INTRODUÇÃO

A década de 90 imprimiu no contexto sociocultural brasileiro importante inflexão ao debate sobre as formas de combate às desigualdades raciais como ao próprio questionamento do mito da democracia racial. A busca de soluções para essas questões mobilizou movimentos sociais e entidades civis, com a finalidade de se implementar políticas públicas e sociais que viessem tornar realidade a igualdade de condições. Este debate foi inspirado, sobretudo, pelo princípio de que a negação de oportunidades para os indivíduos que historicamente sofreram com a desigualdade social e racial deveria enfaticamente ser combatida.

A emergência de novas formas de identificação individual e especificamente as formações coletivas que se manifestam na modernidade como negros, mulheres, povos indígenas, ecologia, movimentos religiosos, atribuem importante inflexão aos movimentos sociais e intelectuais de contestação política e cultural, como também, determina a afirmação da pluralidade de esferas públicas e dos direitos dos grupos historicamente excluídos social e culturalmente.

O reconhecimento efetivo de identidades historicamente excluídas e a consequente busca por políticas públicas não-universalistas, que procuram beneficiar esses segmentos sociais, revela que o critério de justiça a ser alcançado - no sentido de atribuir oportunidades iguais de ponto de partida à todos indivíduos e grupos - é aquele em que as diferenças deixem de ser impedimento para a distribuição dos bens socialmente escassos. Em função deste fato, surgiram diferentes movimentos sociais, como por exemplo, os Movimentos de Consciência Negra, os Movimentos Feministas, o Movimento dos “Sem Terra” entre outros, que privilegiam tanto o reconhecimento como a valorização mais efetivas das respectivas identidades culturais, e de suas particularidades e contribuições específicas à construção social.

Desse modo, nosso foco está na importância das ações do movimento social negro no campo da educação como estratégia para inclusão social dos jovens negros nas universidades brasileiras, com específicas ações afirmativas, tendo em vista que, nestes espaços se configuram as diferentes relações sociais do poder, do ser e do saber. Neste processo, destacamos a atuação do Movimento Social Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), como um importante movimento que articula as demandas por educação entre a Sociedade Civil e o Estado.

O PVNC é, em caráter geral, um movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, de questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa do ensino público e de

qualidade em seus níveis fundamental, médio e superior nos âmbitos municipal, estadual e federal.¹

Dessa forma, com este trabalho, pretendemos realçar a importância que este movimento social possui para a subjetividade do seu público alvo na realização de sua demanda coletiva, como também, realçar a dimensão afirmativa de suas ações na construção da cidadania. Nesse caso, as demandas coletivas são associadas às demandas por identidades que são construídas em uma relação intersubjetiva, presumindo abrir novos espaços de intercâmbio e diálogo, onde o sujeito forma sua vontade discursivamente. Esta supõe a relação entre identidade e diferença. Esta reflexão tem em conta considerar o Pré-Vestibular para Negros e Carentes como um movimento social contemporâneo, dado que em sua específica atividade aglutina grupos ambivalentes como raça e gênero e que procura, através de sua conduta, produzir um tipo de ação social transformadora que, como veremos no decorrer do trabalho, requer uma mudança na estrutura da sociedade tanto em sua dimensão econômica como na cultural valorativa.

PVNC: AÇÃO COMUNITÁRIA SOCIETÁRIA E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

A atuação do movimento social negro no contexto sociocultural brasileiro se configura como importante ação no processo de pressão social junto ao Estado para a democratização e ampliação no campo da educação como direito social e como espaço passível de promover a emancipação social.

Em busca de romper com analfabetismo o movimento negro teve o auxílio do Movimento Frente Negra – compunham a imprensa negra, juntos articulavam a emancipação da população negra e tinham como proposta integrar os negros na vida social, cultural e política, assim, seria possível romper com inferioridade intelectual. Cabe ressaltar que, na Constituição de 1824 a 1891, não possibilitava o acesso dos negros africanos nas escolas, apenas os nascidos livres no Brasil, porém, ditava a educação como um direito de todos os cidadãos que tivessem posses e rendimentos com uma soma de “oitocentos mil réis”.

¹ PVNC, 1999.



Figura 1 – Analfabetismo por cor ou raça.

Fonte: IBGE² – PNAD³ Contínua Educação 2017.

Nota-se que o percentual observado sobre analfabetismo, busca refletir a necessidade de inserção dos jovens em outros níveis da educação. Desta forma a desigualdade e a exclusão educacional resultaram na falta da democratização na educação. Ao longo da história a escola foi considerada como um espaço pertencente a uma determinada classe social, onde os saberes culturais e a linguagem eram repassados para classe dominante, com condições econômicas favorecidas e conseqüentemente seriam os detentores do capital cultural.

Mesmo de maneira não exaustiva, podemos apontar que em seu processo histórico na busca de romper com o analfabetismo, a inclusão da população negra na escola pública como direito de todos, foi tema de discussão fomentado pelo movimento negro nos debates educacionais ao longo do século XX. Em 1961 foi legislada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 4.024/61, que constava argumentos sobre raça. Tendo em vista que, naquela época a classe social e a raça tinham a mesma dimensão, entretanto, não deixava claro se a escola pública gratuita seria destinada a população negra. Conforme Gomes (2017), no período da ditadura militar, em 1964, o tema racial deixou de ser um dos princípios na educação brasileira em conformidade com a promulgação da LDB nº 5.692/71.

Esta temática retornou à centralidade no diálogo da educação em 1996, sendo a ênfase do movimento negro com a LDB nº 9.394/96 – que estabelece as diretrizes bases da educação. Em 2003, essa lei foi alterada para a Lei nº 10.639/03 – que estabelece as diretrizes e bases da educação para incluir no currículo oficial na rede de ensino a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira com a inclusão de dois artigos. O artigo

2 Documento disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22842-acesso-a-educacao-ainda-e-desigual> > (Acessado em 06 de maio de 2019 às 09h47min).

3 Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD).

26-A, o ensino obrigatório da história e da cultura afro-brasileira, nos ensinos fundamental e médio nas escolas públicas e particulares; e o artigo 79-B, que incluiu no calendário escolar a data 20 de novembro o dia Nacional da Consciência Negra.

Em 10 de março 2008 a Lei 10.639/03 foi alterada para a Lei 11.645 – que estabelece à obrigatoriedade da inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino público e privado na educação básica, que visa combater ao preconceito e discriminação racial, mesmo com os avanços por meio do reconhecimento da história e a cultura mediante a inclusão do ensino afro e afro-brasileiro na LDB, a juventude negra perdura encontrando-se estigmatizada⁴ na sociedade e nos espaços sócio educacionais, acrescida do preconceito e discriminação racial. Referente ao preconceito que pode ser identificado por meio de omissões, em atitudes e comportamento ou por meio de um julgamento antecipado e a partir de estereótipos⁵ de uma raça, de um grupo, de uma etnia ou de uma religião, e assim,

Munanga (2005) nos chama a atenção para não incorremos no equívoco de acreditar que o preconceito é apenas decorrente da ignorância das pessoas. E neste caso, o preconceito estaria circunscrito no campo das relações individuais, particularizado, produto da falta de informação, educação e conhecimento sobre outras culturas. Para o autor, essa maneira de relacionar o preconceito com a ignorância das pessoas “põe o peso mais nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade” (apud CFESS, 2016, p. 12).

Ainda durante a década de 1990, a discussão sobre o acesso de negros nas universidades foi intensificada, em virtude da ampliação do debate em torno da possibilidade efetiva da implementação das políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira. Esta política é considerada um instrumento específico, capaz de efetivar a inédita presença nas universidades brasileiras de segmentos sociais até então ausentes desse espaço de construção da cidadania. Na virada do século, estas estratégias ganharam destaque e visibilidade em todo o país, tornando-se uma referência nacional nas lutas pela democratização da educação e pela redução das desigualdades étnicas e raciais, como expressão ampla da luta pela transformação dos privilégios da cidadania e para o fomento da Afrocidadanização.

Para Guimarães (2013) Afrocidadanização representa maneiras de transformar as condições históricas vividas pelos indivíduos da população negra na sociedade brasileira, como alternativa ao que tem sido entendido até hoje a democracia racial brasileira. Ele pretende dar concretude, incorporar empiricamente, as conquistas de todos os direitos significativos e pertinentes aos indivíduos em uma sociedade democrática e justa. Ou seja, é concebido aqui como a realização efetiva da cidadania plena para os indivíduos da população negra, historicamente subalternizados em nossa sociedade. A concretude

4 Estigma – a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena (GOFFMAN, 1988, p.4).

5 São construções sociais de valorização e julgamentos que reduz o reconhecimento dos papéis sociais (CIZOTO; DIÉGUEZ; PINTO, 2016, p. 212).

da Afrocidadanização representa e abarca diversos referenciais: o reconhecimento da identidade racial como positiva; o reconhecimento do protagonismo da população negra como fundadora e construtora da sociedade brasileira; o direito a igualdade e a liberdade; o direito a diferença; o direito a disputar os benefícios sociais em igualdade de oportunidades e de condições, ou seja, a “afrocidadanização” seria a realização de uma verdadeira “democracia racial”, uma equidade social na qual todos os indivíduos da população negra, sejam contemplados e plenamente estabelecidos na sociedade brasileira.

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO PVNC

O Movimento Social Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC), começa sua história no salão Quilombo da Igreja Matriz de São João de Meriti, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, em julho de 1993. A ideia de organização de um Curso Pré-Vestibular para estudantes negros nasceu a partir das reflexões da pastoral do negro, em São Paulo, entre 1989 e 1992. Nesse período e com o resultado concreto dessas reflexões, a PUC-SP, através do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, concedeu 200 bolsas de estudos para estudantes participantes de Movimentos Negros Populares. O PVNC teve também como modelo três experiências similares de pré-vestibular: a Cooperativa Educacional Steve Biko, em Salvador, Bahia; o SINTUFRJ (Sindicato dos Funcionários da UFRJ) e o Mangueira Vestibulares, ambos no Rio.

As discussões e articulações para a organização do primeiro núcleo de Pré-Vestibular para Negros, na baixada fluminense, iniciaram-se no final de 1992, tendo como primeiro objetivo a capacitação para o exame vestibular da PUC-SP e das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Este núcleo foi concebido e organizado por David Raimundo dos Santos, Alexandre do Nascimento, Antônio Dourado e Luciano Santana Dias, eles contataram os professores e conseguiram duas salas de aula no Colégio Fluminense, realizando o trabalho de divulgação e reuniões com os primeiros alunos interessados. Com isso, possibilitaram, em cinco de julho de 1993, a fundação do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Igreja Matriz de São João de Meriti, com uma aula inaugural.

O nome, Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC), foi escolhido em função da necessidade de ratificação da questão racial no Brasil e, sobretudo, na Baixada Fluminense, onde a qualidade do ensino médio é ínfima e, de acordo com o senso do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1991, a população afrodescendente no Brasil é de 44%, porém, na pesquisa do IBGE verificou-se que o perfil dos estudantes universitários englobava apenas 1,7% dos negros e negras.

Na versão de sua carta de princípios de 1999, o ano de 1994 é destacado como o ano mais importante para o PVNC em termos de sua estrutura de rede de solidariedade, nesse ano o PVNC começou a se constituir como um Movimento Social de Educação Popular que, dessa forma, passou a ser reconhecido em âmbito nacional. Uma das

principais ações práticas do PVNC foi o estabelecimento de importante parceria com a PUC-Rio, através da Pastoral do Negro, com os cursos de pré-vestibulares comunitários e populares em rede, especialmente com o Movimento Social Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), concedendo-lhes bolsa de estudos —integrais e não-reembolsáveis— para os alunos aprovados regularmente em seu vestibular, por intermédio do seu Programa de Bolsa de Ação Social.

Esta parceria transformou significativamente a vida dos indivíduos da população negra, demonstrando a importância das ações afirmativas. Desse modo, a revolução silenciosa que as ações afirmativas puseram em marcha na última década do século XX no Brasil, possibilitaram vislumbrar um processo de transformação das desiguais relações sociais e raciais brasileiras. De fato, olhando para as atuais⁶ condições materiais de existência dos indivíduos beneficiários dessas ações, podemos vislumbrar a possibilidade de termos uma sociedade racialmente mais justa. A partir deste olhar constatamos como a agência e atuação do PVNC foram significativas para garantir a presença da população negra no ensino superior e como esta mesma agência foi importante para que a PUC-Rio iniciasse o seu pioneiro programa de ações afirmativas no Brasil. Para o primeiro curso foram feitas cerca de 200 inscrições. Dos inscritos, 100 alunos começaram a estudar em duas turmas. Com o tempo, alguns saíram, e outros entraram durante o período de realização do curso (de julho a novembro). A entidade encerrou suas atividades em novembro, com 50 alunos. Desses alunos 34% foram aprovados (uma aluna para a UFF-Niterói, um aluno para a UFF-Baixada, uma aluna para a UERJ e quatro alunos para a PUC-Rio).

Dessa forma, o PVNC se apresenta como um movimento de educação popular, laico e apartidário, destinado às pessoas de camadas populares e, em geral, negros(as), com a intenção de capacitá-los para o vestibular. Com o ensino do Pré-Vestibular e outras ações, o PVNC se define em caráter geral como um movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, que seja também pluriétnico e multicultural em seus níveis fundamental, médio e superior, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Assim, o movimento criou as condições necessárias para que os estudantes discriminados, por etnia, gênero ou situação socioeconômica, concorressem nos vestibulares das universidades públicas, em condições concretas de aprovação e inclusão no ensino superior. O movimento é regido por uma Carta de Princípios, que sistematiza as deliberações aprovadas no conjunto do movimento e orienta suas atividades, princípios filosóficos, pedagógicos, perfis de alunos, de professores e coordenadores, além de normatizar o funcionamento dos núcleos. Por núcleos entende-se a denominação utilizada pelo PVNC para identificar os grupos que se reúnem para ministrar os cursos.

Segue alguns pontos significativos da proposta de atuação do PVNC, contidos em

6 (Guimarães, 2013, 240 p).

sua Carta de Princípios:

- Um conceito de democracia como forma de relacionamento social que incorpore igualdade de oportunidades, garantia de vida digna (trabalho com salário justo, cuidados com a saúde, educação, previdência, moradia, terra, acesso à produção cultural), participação popular nas deliberações políticas, liberdade de expressão e respeito as diferenças e diversidades étnico-culturais. Vale ressaltar que para o PVNC, a democracia, para ser plena, deve ser também uma democracia étnica;
- Um conceito Ação Afirmativa como ação coletiva de afirmação de identidades e como luta por relações econômicas, políticas sociais e culturais democráticas. Trata-se de uma concepção de ação afirmativa que vai além da instituição de políticas públicas direcionadas a um determinado grupo social;
- Um conceito de educação como processo de formação de competência técnica e competência política, no sentido da autonomia e da emancipação humana.
- Uma crença de que a Educação, como prática de formação emancipação humana, tem um papel importante na superação do racismo, da discriminação de gênero, da discriminação cultural e, de forma geral, das desigualdades sociais, ou seja, atribuir às questões da diferença cultural e da desigualdade social um papel central na prática pedagógica;

PVNC E A DISCIPLINA CULTURA E CIDADANIA

Além de sua atribuição educacional específica, a de criar as necessárias condições para o acesso ao ensino superior dos estudantes economicamente desfavorecidos, ministrando as diversas matérias propedêuticas exigidas no vestibular, o Pré-vestibular para Negros e Carentes oferece uma outra disciplina que de certa forma lhe concede um caráter diferenciador em relação aos demais pré-vestibulares, a saber, a Disciplina Cultura e Cidadania.

A Disciplina Cultura e Cidadania desde o primeiro momento em que foi ministrada tem se revelado condição basilar para própria continuidade do PVNC como movimento social. Sua presença na grade curricular determina a condição *sui generis* do movimento. Por conta desse fato, a disciplina se mostra como elemento definidor da condição de ser de um curso pré-vestibular, ou seja, a presença desta disciplina na grade curricular determina se um curso preparatório para universidade é ou não um tipo de curso voltado para as camadas populares, o que, de certa forma, lhe garante alguns benefícios, como a automática isenção na inscrição para o vestibular das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro para os alunos que lhe são oriundos.

No âmbito da disciplina, a categoria “Cidadania” é entendida em seu sentido amplo e atual, como vimos acima, como englobando além dos direitos civis e políticos, também

o direito a educação e a própria existência. Por sua vez, “Cultura” é entendida em sentido cujo significado expressa o estabelecimento de uma cultura democrática que relaciona interesse e ação coletiva configurando-se como virtude cívica.

Por este ângulo podemos entender, segundo a teoria pedagógica de Paulo Freire (1982), a qual nos servirá de arcabouço teórico para que possamos pensar qual a finalidade da inclusão desta disciplina em um curso pré-vestibular, que em uma relação educacional a prática da liberdade só encontra adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Nesse sentido, ele entende que o diálogo leva o indivíduo a aprofundar-se na tomada de consciência da realidade através de um processo reflexivo. Portanto, a reflexividade torna-se a raiz da objetivação. Em sua específica definição,

As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo. O monólogo, enquanto isolamento, é a negação do homem; é fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura. O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem e opõem-se. O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (FREIRE, 1982, p11)

Assim, a conscientização ao se expressar na forma de aprofundamento da tomada de consciência determina por seus objetivos, que o indivíduo ao aprofundar-se na realidade, conhecendo-a criticamente, assuma uma consciência crítica da mesma se empenhando em tornar mais humana esta realidade na qual e com a qual ele vive através de seus atos e experiências. A conscientização como instrumento de conhecimento e reconhecimento de uma determinada realidade torna-se, portanto, o dado basilar que encaminha o indivíduo à transformação de sua realidade e o enseja a libertar-se da opressão. Portanto, o objetivo da disciplina é de realizar um amplo debate socio-histórico, no sentido de potencializar as ações político-culturais dos educandos e dos educadores do PVNC, ou seja, viabilizar a produção de subjetividades na luta por democracia e justiça social.

PERSPECTIVAS E ANÁLISES SOBRE O PVNC

A ação social que o movimento vem desenvolvendo como forma de ação afirmativa sensibilizou diversos pesquisadores de diversas instituições levando-os a estudá-lo, pois o movimento é considerado um campo fértil para novas percepções acerca das relações sociais plurais e educacionais. A atenção dos pesquisadores se volta, principalmente, para a forma de como o movimento se posiciona diante de uma questão crucial em uma

sociedade plural, a saber, a questão da diferença.

Por ser um movimento cuja demanda específica é a inclusão de negros e carentes à universidade, o movimento em seu interior tem como conduta a não segregação, ou seja, no movimento as diferenças servem para demonstrar que é possível aglutinar pessoas diferentes em torno de um mesmo interesse. Portanto, a ênfase é dada à dignidade igualitária, nos termos da política do reconhecimento que vimos em Charles Taylor, a todos os cidadãos na própria prática democrática, porque traz a necessidade da diferença ser preservada a partir do reconhecimento da própria identidade.

Dentre as diversas pesquisas sobre o PVNC, encontramos a que foi efetuada por Candau & Anhrón (2001, p.6-8) que analisaram o movimento com base em propostas político-pedagógicas que procuram oferecer elementos para o desenvolvimento de uma educação multicultural. Em suas conclusões destacam que as dimensões mais trabalhadas nas salas de aula pelo PVNC são as dimensões do empoderamento e a da redução do preconceito. No que concerne a redução do preconceito, as autoras enfatizam que a proposta do movimento prevê uma formação crítica dos jovens que passam pelos núcleos, o que de fato se efetiva em algumas aulas de Cultura e Cidadania, quando tratam da vigilância da linguagem “politicamente correta”, na promoção da auto-estima racial, etc. Por sua vez, a dimensão do empoderamento se manifesta de diferentes maneiras, seja desenvolvendo de maneiras constantes a auto-estima dos alunos, seja promovendo uma consciência de que todos podem aprender independente de sua condição, de gênero ou etnia, seja propiciando entre os aluno(as) e os professores(as) uma prática democrática, na qual a participação e o envolvimento de todos é uma realidade buscada e bastante alcançada, dentro dos limites deste processo.

Na questão referente a pedagogia da equidade, elas consideraram que o PVNC se posiciona através de uma estratégia de ação afirmativa percebida pela ótica da justiça distributiva que busca, não somente favorecer o acesso da população de baixa renda e negra à universidade, como também “empoderar” estes grupos na perspectiva de uma cidadania plena. Entretanto, as autoras chamam a atenção para o fato de que existem algumas dimensões pouco presentes nas salas de aula: integração de conteúdos e processo de construção de conhecimento. Para elas, essas ausências constituem preocupações importantes com as quais pode-se pensar na possibilidade de trabalhar a cultura escolar na perspectiva multicultural. Diante deste fato, entendem que o desafio está em que todo o currículo possa ir sendo transformado a partir desta preocupação e não se restrinja esta sensibilidade a determinados temas e/ou disciplinas.

Por conseguinte, o movimento no que concerne à sua atividade política não procura propugnar uma política para um grupo *targer* ou uma política de cotas ou um determinado tipo de direito especial, ao contrário, a dimensão afirmativa de sua ação se revela em seu fim último, a saber, proporcionar à identidade específica dos indivíduos que integram o movimento, como estudantes, condições de serem reconhecidos na esfera educacional

e conseqüentemente na esfera pública por suas próprias habilidades na disputa por uma vaga na universidade. Com isso, constrói auto-estima nos indivíduos por intermédio de uma efetiva valorização social.

A valorização social representa à auto-estima do sujeito a própria essência de uma vivência social digna. O sujeito que não é reconhecido por suas habilidades e por sua inerente capacidade sofre dia a dia constrangimentos que lhe ferem o *self*. Por isso, torna-se sumariamente importante se pensar como uma determinada atuação de um determinado movimento social pode influenciar de maneira positiva a formação social dos cidadãos e de como essa conduta pode operar um amplo complexo de sentido que determina grandes transformações.

AS PERSPECTIVAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL

As ações afirmativas são um conjunto de estratégias políticas destinadas à redução das desigualdades sociais, seja na educação, no mercado de trabalho, na saúde, na assistência social e entre outros setores, buscando favorecer os grupos sociais que são discriminados socialmente. Contudo, se faz necessário compreender que esta política implementada pelos governantes, permeia em um campo de possíveis ameaças por ser administrada pela sociabilidade burguesa no bojo neoliberal. O objetivo principal das políticas de ação afirmativa seria oportunizar as igualdades sociais, no que possibilitaria superar as conseqüências econômicas, sociais e psicológicas ocasionadas historicamente pela discriminação social e o racismo, e fomentaria a oportunidade de inclusão, para que, a população negra que padece da discriminação social e racial conseguisse se inserir de forma democrática na sociedade capitalista.

Mediante as diversas variações no contexto sócio histórico da sociedade brasileira, em meio às injustiças sociais e as desigualdades sociais e raciais foi implementada as políticas públicas e sociais que visam reparar, reconhecer e valorizar as pessoas negras. Com intuito de dar visibilidade e inserir os jovens negros nos espaços educacionais universitários, foi promulgada a lei 12.711/12 – Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e estabelece a reserva de vagas por meio das cotas a presença dos indivíduos negros, pardos e índios por meio da autodeclararão. As cotas foram configuradas por um processo político para reparar as segregações das desigualdades sociais que assola um determinado grupo social que historicamente padecem da discriminação.



Figura 2 – Escolaridade por cor ou raça
 Fonte: IBGE⁷ – PNAD Contínua Educaçáo 2017.

As ações afirmativas se apresentam como instrumentos específicos para o estabelecimento de maior igualdade substantiva, seja através de cotas ou de qualquer outro instrumento de aplicação, têm se mostrado um instrumento de combate à discriminação e a consequente ampliação do leque de igualdade de oportunidades que conduz os indivíduos ao caminho da cidadania. Como podemos constatar na atualidade, a implementação de políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira, possibilita, a existência e ampliação do acesso à educação para a população negra e, consequentemente o fomento da Afrocidadanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ações dos movimentos sociais ao longo do tempo, especialmente o movimento negro e dos movimentos populares, em especial, o PVNC, podemos perceber, que as políticas de ações afirmativas, trouxeram em seu bojo um meio de possibilitar a igualdade de oportunidades, o respeito e a valorização da cultura afro-brasileira, a afirmação da identidade, oportunizando a inclusão da população negra nos diversos espaços sociais, tendo em vista que esta população representa a maioria da população brasileira e, principalmente, o reconhecimento de um passado cruel e opressor deve ser revertido se a sociedade brasileira quiser alcançar, de fato, a democracia racial.

Neste particular, podemos apontar que a passagem pela universidade, além de ampliar o capital cultural oferecendo melhores oportunidades de ingresso na esfera do trabalho, amplia também o capital social, abrindo avenidas de oportunidades que

⁷ Documento disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22842-acesso-a-educacao-ainda-e-desigual> > (Acessado em 06 de maio de 2019 às 10h28min).

normalmente estariam fechadas para os indivíduos da população negra. Tais oportunidades, que são de naturezas distintas, além de permitirem a ampliação do capital econômico, ajudam a garantir direitos sociais, contribuindo fortemente para a conquista da cidadania. Por este aspecto, pode-se dizer que as ações dos movimentos sociais, especialmente as do movimento negro, têm ampliado os direitos de cidadania dos indivíduos da população negra, ou seja, vem atuando como uma poderosa ferramenta no processo de Afrocidadanização.

REFERÊNCIAS

CANDAUI, Vera Maria & ANHORN, Carmen Tereza Gabriel. **A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária.** – Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2001.

CIZOTO, Sonelize Auxiliadora; DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso; PINTO, Rosangela de Oliveira. **Homem, cultura e sociedade.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2016. p. 185-236.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito.** Caderno 3 /// racismo. Ed. Serra Dourada, 2016, 19 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 1988. p. 4.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, 154 p.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Afrocidadanização: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro:** Ed. PUC-Rio; São Paulo: Selo Negro, 2013, p. 41 - 75.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

PVNC. **Cartas de princípios,** 1999.

SILVA, Luciene Gustavo. **CAPOEIRA: instrumento Alternativo para fomentar a Afrocidadanização na perspectiva do Serviço Social.** – Monografia (Graduação em Serviço Social) Centro Universitário Anhanguera – Niterói. - Novas Edições Acadêmicas, 2019. 57 p.

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 09/02/2021

Ana Carolina Tavares de Mello

Universidade Estadual de Londrina

Londrina – PR

<http://lattes.cnpq.br/5366536752401904>

RESUMO: O presente trabalho tem como problema central a análise do discurso de estagnação do debate frente às políticas de ação afirmativa referente ao negro no Brasil, com foco na educação. Apresenta como objetivo a análise deste discurso na atualidade e a (des)necessidade de manutenção destes debates. Como recurso metodológico, foi realizada pesquisa bibliográfica, perpassando pelas representações sociais do negro desde a abolição; o movimento negro brasileiro e a educação como direito humano fundamental em contexto de neoliberalismo de Terceira Via. A conclusão da pesquisa sugere a necessidade de constante debate acerca do tema, frente ao risco de retrocessos.

PALAVRAS-CHAVE: Ações afirmativas; negro e educação; neoliberalismo; debate necessário.

**BLACK PEOPLE, EDUCATION AND
AFFIRMATIVE ACTION: WE STILL NEED
TO TALK ABOUT IT**

ABSTRACT: This work has as central problem the stagnation speech's analysis of the debate

about the affirmative action policies concerning black people in Brazil, focused on education. It presents as objective this discourse's analysis in the present time and the (un)necessity of maintaining these debates. As a methodological resource, a bibliographical research was carried out, going through the social representations of black people since the abolition; the brazilian black movement and education as a fundamental human right in the context of Third Way neoliberalism. The research's conclusion suggests the need of constant debate on the subject, against the risk of setbacks.

KEYWORDS: Affirmative actions; black people and education; neoliberalism; debate needed.

1 | INTRODUÇÃO

Em dias atuais, não é raro ouvir por entre corredores de universidades e em meio a debates políticos, que as políticas de ações afirmativas, onde se inserem as políticas de cotas sociais e raciais, se configuram em direitos adquiridos e discursos vencidos, estagnados e sem razão para novos debates. Na prática, o que se vê é uma ampliação da divulgação de discursos de ódio de cunho preconceituoso, muito em razão da facilitação da emissão de opinião em redes sociais. Publicações essas que alcançam o mundo em poucos segundos, e são capazes de estremecer saberes produzidos por meio de anos de estudos ao longo dos séculos. Não se trata de contestação aos saberes acadêmicos, mas de dar voz a uma legião de pessoas

“formadas” intelectualmente e quase que exclusivamente pelas redes sociais tecnológicas.

Percebe-se que a necessidade de analisar estes discursos na atualidade torna-se novamente urgente, visto que tem-se vivenciado tempos de retrocessos de direitos e políticas de acesso com enfoque na culpabilização e criminalização dos sujeitos que necessitam destas políticas públicas. Nesse sentido, antes de adentrar na necessidade do constante debate e reafirmação acerca do tema, considera-se importante definir as representações do negro¹ em cada momento histórico brasileiro, para então ser possível justificar essa necessidade. Esta contextualização se faz necessária vez que a questão do negro só pode ser tratada de forma real a partir da totalidade do contexto ideológico em que se insere, para, além da aparência, capturar a essência do fenômeno.

21 REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL, ACESSO À EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS

Até 1888, ano em que a escravatura foi oficialmente abolida no Brasil, o negro era tratado como “peça” ou “braço” (termo utilizado por Roger Bastide e Florestan Fernandes, no livro *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, p. 31), motivo pelo qual, será iniciada a questão da representação generalizada do negro no Brasil a partir da Primeira República (ou República Velha), que data, aproximadamente entre 1889 a 1930, onde o negro passa a ter status de cidadão, pelo menos no que tange a lei (GUIMARÃES, 2002, p. 4). Segundo Guimarães (2002, p. 4), este período é marcado por três tipos possíveis de representação do negro: o primeiro, parte do princípio da inexistência de uma linha de cor no Brasil², da premissa de que o negro é recebido cordialmente pelo branco, uma democracia racial, conforme exemplifica o fragmento de artigo abaixo, de autoria de Paulo Duarte, em 1947:

Que não prepare para o Brasil um futuro igual. Que não se percam os esforços de três séculos temperados pelos sentimentos humanos que caracterizam os povos latinos, mercê dos quais; pudemos viver durante tanto tempo sem o ambiente intolerável do ódio ou do desprezo do branco contra o preto. *Devido a erros iguais ou maiores, não podemos retrogradar agora, em meio de perigo pior que é a desorientação da população negra, que, abandonada na sua miséria física e moral, começa a constituir uma ameaça para o branco, criando situação inversa daquela que se podia esperar, isto é, o preconceito do negro contra o branco, absolutamente pacífico e cordial em face de seu compatriota de cor.* (DUARTE, 1947, *grifo nosso*).

1 Neste artigo, a palavra “negro” pretende englobar pretos e pardos. Porém, nas pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE atualmente, “a cor dos moradores é definida por autodeclaração, ou seja, o próprio entrevistado escolhe uma das cinco opções do questionário: branco, pardo, preto, amarelo ou indígena”, portanto, não há menção sobre negros nestas pesquisas (SARAIVA, 2017, n.p.).

2 Guimarães (2002, p. 4) cita uma série de dois artigos que leu, de autoria de Paulo Duarte em 1947. Apesar de não os identificar especificamente, foram encontrados, datados do mesmo ano, os artigos “Como a elite tratava os rolês em 1947” e “Negros do Brasil”.

A segunda representação desse período, retrata o negro enquanto massa que está submersa em uma situação moral e intelectual deplorável, mergulhada em vícios, doenças, ignorâncias e superstições, que os transforma em uma camada flutuante de proletariados, destituída de recursos econômicos e desprovida de uma consciência de classe, excluída da possibilidade de civilização e cultura (GUIMARÃES, 2002, p. 4).

A mudança que se tem operado entre nós é um indício terrível. Desapareceu, pelo menos das cidades, aquele tipo tradicional de negro bom. Cada um de nós da geração de antes da primeira guerra, guarda na lembrança a *memória agradável das velhas empregadas negras tidas como pessoas da família e que, com o mesmo carinho, a mesma amizade e dedicação, substituíram as mucamas, do tempo da escravidão que os nossos pais viram e nós conhecemos. Hoje isso desapareceu*. As empregadas de servir, em geral, e as de cor em particular, são ingratas, descabidamente exigentes, vadias, pouco asseadas, grosseiras e agressivas. E quase sempre os negros são piores do que os brancos. [...] Falávamos, pois, do equívoco de Gilberto Freire que, firmado em observações realizadas em documentos sociológicos do Nordeste, tirava a conclusão de que o tipo, o verdadeiro e único tipo brasileiro era o mestiço, ou melhor o mulato, uma mistura étnica enfim de cujo produto, pela cor da pele e outros característicos, se denunciava logo a intervenção do elemento africano. Discordávamos daquelas conclusões, salientando a sua influência no mal-entendido, oriundo de muitas causas, e que se acentua hoje entre brancos e negros do Brasil, mal-entendido a traduzir-se numa *hostilidade cada vez mais acentuada do negro contra o branco*. (DUARTE, 1947, *grifo nosso*).

O terceiro tipo de representação, segundo o autor, seria um tipo de “preconceito pessoal”, ao invés de social, onde existem indivíduos racistas, mas estes não podem ser generalizados, ou seja, não se nega que exista o problema, mas uma vez que ele não estaria sendo propagado por grupos de pessoas, tudo estaria sob controle (GUIMARÃES, 2002, p. 5).

É interessante destacar que, segundo Domingues (2007, p. 106), aproximadamente neste mesmo período, compreendido entre a Primeira República e o Estado Novo (1889 a 1937), alguns libertos e seus descendentes criaram dezenas de grupos de cunho assistencialista, recreativo e/ou cultural, vez que a população negra se encontrava, em sua maioria, marginalizada. Dessas organizações, surgiram também alguns jornais publicados por negros, com a intenção de tratar sobre a questão social do negro no Brasil. O autor destaca, dentre eles, o jornal Clarim da Alvorada, lançado em 1924 e dirigido por José Correia Leite e Jayme Aguiar. Domingues (2007, p. 107) destaca também a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, que em 1936 se tornou um partido político, como exemplo de avanço na questão da organização e destes movimentos. No entanto, apesar de algumas reivindicações terem sido atendidas, ainda segundo o autor, estes movimentos foram sendo esvaziados com a instauração da ditadura do “Estado Novo”, em 1937 (até 1945), período este marcado por repressões políticas violentas, que inviabilizavam movimentos contestatórios (DOMINGUES, 2007, p. 107).

No contexto da Era Vargas (aproximadamente entre 1930 a 1945), Guimarães (2002, p. 5) infere que, marcado pelo plano acadêmico e pela institucionalização das Ciências Sociais através do aparecimento dos primeiros estudos antropológicos e sociológicos³, a representação dos negros, caminhou no sentido da negação da existência de raças no Brasil, na defesa de que não existem raças, mas cores ou grupos de cor, que, segundo o autor, seria uma continuação das ideias de Paulo Duarte sobre a questão do “preconceito pessoal”, individualizado.

Contrariando a organização do Movimento Negro na época, o argumento trata de um sistema de classificação pela aparência, ao contrário do sistema de classificação por dependência (genótipos): não haveriam grupos de descendência formados no Brasil a partir da premissa da raça, mas uma definição de traços sociais e culturais que influenciariam a cor (GUIMARÃES, 2002, p. 6). Se trata, pois, da distinção de classes, como conjuntos ou grupos de pessoas que tem a mesma posição ou status diante do mercado (ligada à teoria da estratificação social⁴) conforme se pode ver abaixo:

[...] se trata de um sistema de classificação por aparências, por fenótipos, ao contrário do sistema de classificação por genótipos, ou por grupos de descendência. Qualquer que seja a formulação, a ideia central é essa: não existem grupos de descendência formados no Brasil a partir da ideia de raça. Thales de Azevedo (1953) e outros vão refinar esta percepção dizendo que não somente não existem grupos de descendência traçados em termos da ideia de raça, mas a própria ideia nativa de cor é mais do que um sistema de classificação baseada em fenótipos, porque certos traços sociais e culturais influenciam na definição de cor. Thales de Azevedo (1953) fala, por exemplo, em “boa educação” em duplo sentido, tanto como educação formal, quanto como boas maneiras. Segundo esses autores, o que se tem, na verdade, é um continuum de cor, uma classificação totalmente ambígua e a ausência de grupos raciais. E se forma nesse período o consenso maior, na verdade o consenso síntese dessa época, de que é *a classe o fator principal que explica as desigualdades sociais no Brasil*. O termo não é tanto “classe social”, mas é “classe”. Alguém como Pierson, em 1939, trabalhando na Bahia com as ideias que trouxe de Chicago, usa simplesmente aquela classificação weberiana de classes como grupos abertos, ou seja, fundado sobre relações sociais abertas, para caracterizar o Brasil. Ao observar a sociedade brasileira, diz: não existem grupos fechados em termos raciais. *A raça, por definição, seria um grupo fechado, seria um grupo de pertença hereditária, um grupo de descendência, ora isso não existe aqui, então, o que existe aqui não são “raças”, mas classes. Não classes no sentido marxista, mas classes no sentido weberiano, grupos abertos, as pessoas passam a ser brancas, passam a ser pardas, passam a ser morenas, quer dizer, são grupos abertos.* (GUIMARÃES, 2002, p. 6, grifo nosso)

3 O autor cita os escritos de Donald Pierson (1942), Ruth Landes (1967), Herskowitz (1942), Fraizer (1942) e etc.

4 Segundo Hasenbalg (2005, p. 99), na abordagem da estratificação social, o termo classe “tem o significado convencional de grupos delimitados por fatores econômicos, tais como renda ou ocupação”. Portanto, a semelhança relacionada a bens e acessos de determinados grupos ou setores da população não conduz a uma análise da estrutura que explica e condiciona esses padrões, como ocorre na teoria de classes marxista. Hasenbalg (2005, p. 99) explica que, nesta abordagem, a vantagem de uns em detrimento de outros é considerada normal e, por vezes, transitória através da mobilidade social, não sendo um efeito causado pela estrutura social, dizendo respeito ao esforço individual de cada ser humano.

De um lado mais extremo, Guimarães (2002, p. 6) informa que estaria quem trabalha com o referencial marxista, que, muito resumidamente, defende que a sociedade brasileira realmente está permeada por um conflito de classes: a classe dominada e a classe dominante (teoria da divisão sócio-técnica do trabalho⁵), e não uma divisão com base na cor:

Está em formação no Brasil um sistema capitalista, um sistema de formação de um proletariado. Dizer que essas pessoas são negras, tudo bem, é um epifenômeno, é acreditar muito na aparência que tomam os conflitos sociais, na aparência racial. Mas na verdade o que está em jogo, o que está em formação no país é a luta de classes. O exemplo típico dessa posição é o Costa Pinto (1953) falando do Rio de Janeiro. As formações raciais no Brasil são epifenômenos, são coisas de quem realmente não entendeu completamente o espírito, a essência da história, o motor da história na sociedade brasileira. O consenso sobre as “classes” é portanto muito forte (GUIMARÃES, 2002, p. 6).

Esta representação do negro no final da Segunda República seria consolidado no denominado período democrático (ou populista), que vai de 1945 a 1968, aproximadamente, e trata, segundo o autor (p. 6), de um período da história do Brasil em que se realizaram experimentos sérios de integração do negro à vida social, como os estudos da UNESCO. Nestes estudos, o negro passa a não ser mais visto como “massa inaproveitável” moral e intelectualmente, para ser visto como povo brasileiro, devendo, portanto, ser integrado à sociedade. Nesse momento, surgem os estudos sobre as relações raciais, propriamente ditos, que vão comprovar a existência de uma linha de cor no Brasil, tanto em termos de posição social, como em termos de oportunidades educacionais, distribuição de renda, acesso a saúde e nos demais indicadores sociais existentes. Um exemplo desse estudo é o livro publicado por Roger Bastide e Florestan Fernandes, já aqui mencionado: Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana, publicado pela primeira vez em 1955, mediante pesquisa encomendada pela UNESCO e realizada pelos autores. Para Guimarães (2002, p. 7), este é o primeiro choque que os estudos sobre raça no Brasil apresentam. Um segundo choque provocado por estes, é o entendimento de que a discriminação sofrida pelos negros é institucionalizada⁶ socialmente, não se tratando,

5 Segundo Marx e Engels (2005, p. 40), a história mesma de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Para os autores, todas as sociedades podem se resumir entre oprimidos e opressores, em constante oposição, vivendo uma guerra ininterrupta, de forma aberta ou não. Segundo eles, estas guerras sempre terminam culminando ou na transformação revolucionária de toda a sociedade ou na destruição das duas classes em conflito.

6 A respeito da teoria do racismo institucional, Wieviorka (2007, p. 30), informa que a mesma defende que o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos do próprio funcionamento da sociedade. Nesse sentido, o autor alerta para sua falha teórica, ao disseminar a ideia de uma dissociação entre o ator e o sistema, sugerindo que o racismo poderia funcionar sem que existam atores influenciando em seu funcionamento, como se houvesse um “sistema generalizado de discriminações que se alimentam ou se informam uns aos outros: [...] um ciclo vicioso [...]” que asseguraria a reprodução quase automática desse fenômeno, em todos os setores da vida social (p. 30). Wieviorka (2007, p. 33) indica que esta tese tem como utilidade evidenciar as “formas não flagrantes” do racismo, suas “expressões veladas” e, nesse sentido, é importante, mas não é suficiente ao determinar que tal fenômeno possa ser desprovido de atores.

portanto, de algo pessoal ou individual e pior, ela se reproduz de maneira ampliada, gerando o que Hasenbalg (1988), citado por Guimarães, vai chamar de “ciclo de acumulação de desvantagens”.

O terceiro e quarto choques, segundo Guimarães (2002, p. 7), dizem respeito a perpetuação dessa discriminação em toda vida econômica e social do negro, que acumula a desvantagem inicial (legado abolicionista) às demais que adquire ao longo da vida, sendo, a principal delas, a educação. Para Guimarães (2002, p. 8), a educação é considerada “uma barreira tão forte que (é dito que) a discriminação entre brancos e negros pode ser praticamente desfeita se a gente mudar a educação do país [...] se mudarmos o sistema educacional desse país, o ganho que teremos de igualdade racial será imenso.”.

Nesta mesma época, Domingues (2007, p. 108) relata que o Movimento Negro organizado está vivenciando uma segunda fase no Brasil, entre a Segunda República e a instalação da Ditadura Militar (1945 a 1964), período em que o autor afirma ter sido ampliado o raio de ação do movimento negro no país, após a queda da ditadura de Vargas (1945). Nesse momento, segundo Guimarães (apud DOMINGUES, 2007, p. 108), a discriminação racial e a competição se ampliava no mercado de trabalho, convergindo na continuidade da marginalização do negro. Apesar de ampliado, esta fase não teve o mesmo poder de aglutinação da fase anterior. Domingues chama atenção para a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943 por João Cabral Alves, que tinha como finalidade a ampliação do nível econômico e intelectual dos negros para possibilitar o ingresso na “vida social e administrativa do país”. A atuação da UHC, estava ligada a aulas de alfabetização, ações voluntárias, publicações em jornais próprios, debates e etc. Segundo o autor, este movimento chegou a reivindicar ao presidente Getúlio Vargas, através de uma audiência, ações a favor da população negra. No entanto, com a implantação da Ditadura Militar de 64, culminou no arrefecimento de muitos grupos dos movimentos sociais no país, incluindo a UHC. Nesta fase, Guimarães (2007, p. 109) também destaca a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, liderado principalmente por Abdias Nascimento.

Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis [...] é importante assinalar que, nessa segunda etapa, a *imprensa negra* ganhou novo impulso, com a publicação de diversos jornais de protesto pelo país. Em São Paulo, surgiram o *Alvorada* (1945), *O Novo Horizonte* (1946), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Níger* (1960); em Curitiba, o *União* (1947); no Rio de Janeiro, o *Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952). Registrou-se, ainda, o aparecimento da revista *Senzala* (1946), em São Paulo. Apesar do crescente acúmulo de experiência, o movimento negro ficou isolado politicamente naquele momento, não podendo contar efetivamente com o apoio das forças políticas, seja da direita, seja da esquerda marxista. O Movimento Negro retomou a atuação no campo político, educacional e cultural (GUIMARÃES, 2007, p. 109, *grifo do autor*).

É importante destacar que, ainda segundo Guimarães (2007, p. 220), nas duas

primeiras fases, embora não tenha se isolado politicamente, o movimento negro se mantém afastado do que ele chama de formas tradicionais de organização das classes sociais, como sindicatos e partidos, mantendo-se próximo de posições políticas da direita. De qualquer forma, fica clara a relação da representação generalizada do negro no Brasil com o Movimento Negro organizado, no sentido de que há uma luta pelo reconhecimento da situação do negro, sem a qual tais representações poderiam ter se mantido as mesmas do período pós-abolição imediato, inclusive com relação à questão educacional. No entanto, é preciso enfatizar que, mesmo que a barreira educacional citada por Guimarães (2002, p. 8) seja resolvida, é provável que outro fator apareça, o que ele denomina de “interiorização da desigualdade”, ou seja, um sistema de valores interiorizado socialmente: discriminação pura e simples.

Em contexto de conjuntura neoliberal, segundo Laval (2004, p. 89), pensar a educação é também pensar em mercadoria, tendo em vista que nesse modelo de produção, a educação “é considerada como um bem de capital”. A busca pelo ensino de qualidade aparece como um bom investimento e campo fértil para competição. O autor assevera que o neoliberalismo em si não é o responsável por criar esse fenômeno, mas o acentua e justifica ideologicamente. A busca pelo melhor ensino vem acompanhada por novas demandas por melhores professores, melhores tecnologias, novas metodologias e trazem consigo o risco de esquecermos do sentido mais profundo “da missão da escola” (LAVAL, 2004). Nessa lógica competitiva pelas melhores escolas, é clara a “vantagem” dos alunos que têm acesso às escolas privadas, cujo investimento para a educação é inegavelmente maior do que para as escolas públicas. E esta vantagem não se restringe ao acesso à “melhor educação”, mas colaboram para o aumento da segregação social. Laval (2004, p. 93) argumenta ainda que, somente a vantagem de acesso às “melhores escolas” não é suficiente, vez que há também o desejo pela livre escolha dentre tais escolas, impulsionando ainda mais o mercado da educação e favorecendo o setor privado. Neste contexto, a intervenção do Estado na oferta do ensino é colocada em questão de forma radical, com o argumento de que também a escola traz um grande gasto à manutenção do sistema. Outro argumento dos liberais advoga no sentido de que a deterioração do ensino é, em grande parte, responsabilidade da “centralização excessiva do sistema escolar antigo” e que o Estado deveria então, assumir o papel de garantidor da qualidade do serviço prestado pelas escolas privadas, através da avaliação dos estabelecimentos, uma forma de fiscalização e não mais o financiamento das escolas públicas. Dessa forma, o governo favorece a prática dos ensinamentos de Kant sobre a “mão invisível” e, de quebra, contribui para o desenvolvimento ainda maior da livre competição do mercado educacional, abrindo as portas para a privatização cada vez maior do ensino (LAVAL, 2004, pg. 96). Ora, está sendo falando aqui, de um acirramento da dificuldade no acesso à educação por parte de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, mas esta segregação não é problema, do ponto de vista do pensamento neoliberal, onde a lógica imperante é

justamente a meritocracia.

A privatização direta (aumento de escolas particulares) ou indireta (associações político-privadas) trazem uma série de consequências negativas para o panorama educacional. Através da desresponsabilização do Estado, favorecendo a lógica mercadológica da educação e a precarização do ensino público, uma competição também relacionada às escolas passa a ocorrer: a seleção de alunos melhores qualificados no ponto de partida aumentam as estatísticas de qualidade nas escolas privadas, aumentando ainda mais a segregação de alunos com menor ou baixo rendimento escolar, gerando um ciclo vicioso: escolas privadas com melhores indicadores de qualidade são frequentadas pelos que podem pagar e que, normalmente são os alunos com melhor rendimento. Esta mesma lógica de seleção não pode ser utilizada nas escolas públicas, visto que, por lei, deve atender a todos (FREITAS, 386), o que facilita a obtenção de indicadores com índices piores de desempenho escolar.

Segundo Claude (2005), a educação é a mais “eficiente ferramenta para o crescimento pessoal”, contribuindo para a ampliação da dignidade humana através do conhecimento, saber e discernimento. Ela assume o status de direito humano com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada em dezembro de 1948:

[...] como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (DECLARAÇÃO, 1948).

O direito à educação consiste pois, no pré-requisito fundamental para a atuação plena como ser humano na sociedade, portanto, um direito multifacetado: social, ao promover o pleno desenvolvimento da personalidade humana; econômico, favorecendo a autossuficiência através do trabalho; cultural, no sentido de construção de uma cultura universal dos direitos humanos. Nesse sentido, a educação é assumida enquanto “estratégia de longo prazo direcionada para as necessidades das gerações futuras” (CLAUDE, 2005).

Entender, portanto, a educação neste viés, justifica a necessidade de debate contínuo acerca da democratização de seu acesso, bem como do contexto em que ele se efetiva e as possibilidades de permanência, em um país onde, em 2015, ainda possuía mais de quinze milhões de analfabetos (8%) entre pessoas com 15 anos ou mais (IBGE, 2018).

O que se vê, claramente, é a reprodução da divisão de classes em sua mais ampla forma, em que a educação atua como mediadora: cada vez mais se intensifica a divisão da escola para os filhos dos “operários” em contraposição à escola para os filhos dos “donos dos meios de produção”, esta última, cada vez mais seletiva e excludente.

Neste contexto, considerar a situação do negro e seu acesso (e permanência) à educação, se torna ainda mais necessário (e específico), tendo em vista que a questão do legado abolicionista não pode ser reduzida à divisão de classes, mas também se insere nela, mantendo o negro em situação econômica e social, ainda inferior. Nesse caso, a educação como instrumento de mediação dos processos de acumulação do capital, contribui para a reprodução de ideais e valores que auxiliam na reprodução ampliada do sistema capitalista, desarticulando a concepção de mundo da classe subalterna, dissimulando, ocultando o real interesse por detrás das políticas relacionadas a educação e o que as permeia (CURY, 2000, p. 28).

No Brasil, segundo Munanga (1999, p. 82 apud MUNANGA, 2002 p.124), as políticas de ação afirmativa de cunho “antirracista”, que visam favorecer, de uma forma geral, a integração do negro na sociedade, em âmbito econômico e social, são muito recentes. As primeiras políticas de favorecimento para acesso às universidades, por exemplo, aconteceu somente em 2002, através da instituição de cotas sociais na Universidade de Brasília, mas somente em 2012 foi sancionada a lei de cotas para o ensino superior público federal (Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012) e demais instituições federais de educação vinculadas ao Ministério de Educação. Sem entrar no mérito da eficácia e efetividade desta legislação, é necessário destacar que, em âmbito estadual, não há a obrigatoriedade da instituição deste tipo de política. Mesmo a lei que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio (Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003) ainda hoje é frequentemente tema de discussão com relação a quais temáticas devem ser tratadas em si, visto que há um grande desconhecimento, por parte das instituições educacionais de ensino fundamental e médio, com relação ao continente africano e suas histórias, que poderiam contribuir com o objetivo de integração social do negro, sem que se mantenha o foco somente na questão da escravidão, músicas, religião e culinária.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada neste artigo a partir dos discursos apresentados, considera-se ser necessário estar atento que, em tempos de neoliberalismo de Terceira Via no Brasil⁷, todo direito conquistado é passivo de ser retirado, como tem-se visto acontecer recentemente com a (contra)reforma⁸ trabalhista e os sucessivos investimentos

7 Segundo Mello e Falleiros (2005, p. 175), alguns antigos defensores do projeto de bem-estar social e críticos do sistema neoliberal radical (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Unesco), orientaram para a necessidade de “um novo Estado para um mundo em transformação” (BANCO MUNDIAL, 1997 apud MELLO; FALLEIROS, 2005, p. 176), (ir além da esquerda e da direita, o Estado nem como inimigo nem como a resposta para todos os males) configurando então a defesa de uma “Terceira Via na condução do Estado”, um “Estado social-liberal”.

8 O termo contrarreforma é usado neste artigo no sentido de promoção de desmonte de direitos sociais antes conquistados, cuja conquista tenha sido fruto de lutas históricas de trabalhadores. Se trata, portanto, de ações que implicam em retrocesso social. Segundo Behring (2003, p. 213), o termo “reforma” está ligado à esquerda e só tem sentido quando diz respeito a ações que proporcionem melhoria na qualidade de vida da população em geral.

na aprovação da (contra)reforma previdenciária. Os direitos conquistados através dos movimentos sociais, em detrimento das minorias sociais brasileiras, estão em cheque neste exato momento. Há que se ter em mente que o direito para uma minoria social jamais será pauta de incentivo da hegemonia do Capital, ao contrário, deverá ser cotidianamente debatido e reafirmado, sob pena de ser invalidado a qualquer tempo, sob qualquer argumento.

Nesse sentido, o debate de reafirmação em torno das políticas de ações afirmativas se faz necessário para minimizar os riscos de retrocessos nesse setor. Não que estes debates possam, sozinhos, garantir a estabilidade destes direitos, mas sem eles, certamente estão correndo risco. Mais importante ainda se atentar para o fato de que, a exemplo das políticas de cotas para acesso à universidade, somente assegurar tal política não é suficiente para a promoção da melhoria na qualidade de vida da população negra. É preciso, antes de tudo, assegurar a política, mas para além dela, é necessário qualificar a discussão acerca da permanência nas instituições e, indo mais além, aprimorar as pesquisas e debates acerca dos egressos dessas políticas. Se trata, portanto, de aquecer os debates, mantendo tais discussões em pauta, sem perder de vista a quem tais políticas atendem e contra quem é necessário lutar para mantê-las e aprimorá-las.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

CLAUDE, Richard Pierre. **Direito à educação e educação para os direitos humanos**. In Revista internacional de direitos humanos. vol.2 no.2 São Paulo, 2005. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452005000100003> >. Acesso em 22 mai. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948

DUARTE, Paulo. Negros do Brasil. In: **O Estado de São Paulo**. SP, 1947. Disponível em < <https://jornalgnn.com.br/noticia/como-a-elite-paulista-tratava-os-roles-em-1947> >. Acesso em: 21 mai. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e pobreza no Brasil: a *rationale* dos estudos de desigualdade racial. In: DURHAM, Eunice R.; BORI, Carolina M. (Org.). **O negro no ensino superior**. Série Capa Azul Seminários CA 1/ 03. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2002.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015. Disponível em: < <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html> >. Acesso em 22 mai. 2018.

LAVAL, Christian. A grande onda neoliberal. In: **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004. p. 89-108.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil – um ponto de vista em defesa de cotas. In: DURHAM, Eunice R.; BORI, Carolina M. (Org.). **O negro no ensino superior**. Série Capa Azul Seminários CA 1/ 03. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2002.

SARAIVA, Adriana. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. In: **Agência IBGE Notícias**. Nov. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>>. Acesso em 14 jun. 2018.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÉOTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Data de aceite: 01/03/2021

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO

Professor e coordenador geral acadêmico do curso de Serviço Social da Universidade Unigranrio

RESUMO: Este artigo visa aprofundar sobre as concepções de medidas socioeducativas de meio aberto identificando os traços punitivos de classe social e raça. Pesquisa realizada a partir de um estudo bibliográfico que se debruçou em compreender o processo de implementação das medidas socioeducativas de meio aberto no Brasil, com um olhar crítico em relação as concepções de raça e classe social presente no âmbito desta política.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas socioeducativas de meio aberto; Adolescentes; raça e classe social.

ABSTRACT: This article aims to delve into the concepts of open social and educational media by identifying the punitive traits of social class and race. This research, conducted from a bibliographic study that focused on understanding the process of implementation and creation of the open-ended socio-educational measure in Brazil, with a critical look at the conceptions of race and social class present within the socio-educational measures of half open.

KEYWORDS: Open socio-educational measures; Teenagers; race and social class.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo tem como premissa trazer um olhar aprofundado sobre as medidas socioeducativas de meio aberto no Brasil, um ensaio sobre os segmentos de raça e classe. Como base foi utilizada a pesquisa bibliográfica de cunho teórico com recorte a partir de 2010.

Temos como proposta problematizar a ausência da reflexão das medidas socioeducativas de meio aberto no Rio de Janeiro, visto que neste Estado são aplicadas de forma massiva as medidas privativas (internação), ocasionado numa superlotação dos espaços que deveriam ser destinados a ressocialização do adolescente, sendo relevante um profundo estudo sobre a temática com o intuito de traçar estratégias de cunho interventivo, no que se refere ao assunto em tela.

2 | AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO

Os sistemas de proteção à infância no Brasil alcançaram mudanças históricas, especialmente após a Constituição Federal de 1988. Da lógica institucional e autoritária para a Doutrina da Proteção Integral houve uma radical transformação no modo como crianças e adolescentes – sobretudo os mais pobres - são tratados.

O foco das medidas socioeducativas (MSE) é, basicamente, promover um conjunto

de ações que proporcionem aos adolescentes um processo de reflexão acerca de suas práticas infracionais, suas motivações para cometê-las e construir possibilidades de ressignificações que contribuam para uma relação social menos danosa para si mesmo, com as outras pessoas e com as propriedades públicas ou privadas. Assim, enquanto conclusão do processo, é esperado que o sujeito esteja consciente da sua responsabilização perante as suas práticas e, dentro desta compreensão construída durante a medida sócio educativa, entendendo que o universo dos direitos humanos envolve não só ele, mas também aqueles com quem ele interage. Dentre as categorias de MSE, há uma específica que se propõe a conduzir a medida sem fazer uso da internação, ou seja, a(o) adolescente não é privado de liberdade durante o seu cumprimento, que são as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA). São quatro: Advertência, Obrigação de Reparação de Dano, Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA).

As medidas socioeducativas do meio aberto têm como objetivo oferecer acompanhamento social ao adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou de Prestação de Serviços à Comunidade.

A antiga concepção menorista e tutelar colocava generalizadamente o adolescente no processo de privação de liberdade, institucionalizando-o em ambientes fechados, favorecendo o seu “etiquetamento” como “delinquente” e rompendo os seus vínculos familiares e comunitários. Em contraposição a esta concepção, o ECA define a aplicação de medidas socioeducativas que devem levar em conta as necessidades pedagógicas do adolescente, preferindo-se aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (art. 112 e 113) e afirmando assim a prioridade para as medidas socioeducativas em meio aberto (MSE – MA).

Em janeiro de 2012, é promulgada a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e regulamenta a aplicação e a execução do conjunto de medidas socioeducativas. Estabelece previsões normativas para a atuação do Sistema de Justiça, das políticas setoriais e dos demais atores do sistema socioeducativo e a corresponsabilidade pelo acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. De maneira complementar ao ECA, a Lei do SINASE, no parágrafo 2º do art. 1º, define os seguintes objetivos das medidas socioeducativas:

- I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu plano individual de atendimento;
- III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos na Lei.

Essas diretrizes legais culminaram no estabelecimento da municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto pela Lei nº 12.594/2012. É válido

mencionar que a Lei do SINASE, com o objetivo de regular o registro do atendimento socioeducativo, prevê a necessidade de inscrição de serviços e programas de atendimento nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

2.1 O processo de municipalização das medidas socioeducativas de meio aberto no Brasil

Ao analisar o presente arranjo político-administrativo no qual os recursos para o financiamento, pela União, das medidas socioeducativas em meio aberto encontram-se integrados ao orçamento das políticas públicas no âmbito da assistência social, um novo desenho cooperativo se estabelece entre o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

A municipalização como princípio norteador na organização de políticas públicas sociais já uma realidade em diversos setores. O exemplo mais contundente é a municipalização dos serviços de saúde no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). De fato, a partir da Constituição Federal de 1988 os municípios vêm sendo investidos de responsabilidades crescentes, resultado de um intenso processo de descentralização. Neste caso, vale dizer, a descentralização é política, pois os municípios passaram a desempenhar papéis até então inéditos em nossa história, e levando em consideração as necessidades e características locais da população.

Em síntese, a municipalização reconhece o município como o principal responsável pela coordenação, planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das políticas públicas em seu território. Contudo, embora seja o principal responsável, não é o único, por isso a importância da cooperação técnica e financeira com os estados e a União.

Para o adolescente atribuído de autoria de ato infracional, municipalizar o atendimento socioeducativo aparece como possibilidade de garantir e preservar seus vínculos familiares e comunitários, o que é indispensável para garantir o caráter socioeducativo da medida imposta, afastando-a de um caráter predominantemente punitivo, característica da antiga legislação menorista. No entanto, a efetivação das novas concepções afirmadas pelo ECA encontra dificuldades. A tradição de institucionalização do adolescente em conflito com a lei, de caráter punitivo e típico da antiga justiça juvenil são fatores que ainda retardam a ênfase nas medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios brasileiros, muito fácil encarcerar pretos e pobres do que prover políticas públicas – tratando-se muitas vezes um Estado mais penal do que garantidor da clássica necessidade de socioeducar para a convivência familiar e comunitária.

Também no campo das medidas socioeducativas, a municipalização, como princípio de gestão pública, produz seus efeitos. Ela resulta no reconhecimento de que o município deve se responsabilizar pela coordenação e execução das medidas socioeducativas em meio aberto: a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade.

Esta compreensão constava da Resolução do CONANDA nº 113 de 2006 (artigo

30, inciso II) e foi contemplada pela Lei 12.594/12. Assim, ficou estabelecida, de forma inequívoca, a responsabilidade municipal (artigo 5º, inciso I, II e III) compete aos municípios:

I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado; II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual; III- criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas em meio aberto, IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo; Cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema e VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

Considerando que as políticas socioeducativas integram o Sistema de Garantia de Direitos, embora possuam um lugar limitado em razão da natureza sancionatória e da finalidade preventiva que as caracterizam, seus programas terão de observar as mesmas regras gerais que valem para todas as modalidades de políticas dirigidas à infância e adolescência, além de contemplar outras específicas aos seus objetivos. Um exemplo ilustrativo é a necessidade de integração operacional com as áreas da justiça, segurança pública, Ministério Público e Defensorias Públicas, conforme dispõe o artigo 88 do ECA.

A política socioeducativa possui algumas peculiaridades que não podem ser desconsideradas. Destina-se ao indivíduo adolescente e corresponde ao conjunto de ações que, realizadas no âmbito do poder público, dirigem-se ao adolescente que tenha sido atribuído de autoria de um ato infracional. Em síntese, as medidas socioeducativas e seus respectivos programas de execução destinam-se a adolescentes que estejam em conflitualidade perante a lei, e não a todos os adolescentes.

2.2 A execução das medidas socioeducativas de meio aberto no Rio de Janeiro

A Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços Comunitários (PSC), conhecidas como Medidas Socioeducativas Educativas (MSE) em Meio Aberto, e aplicadas a adolescentes, conforme as características do ato infracional, são operacionalizadas, de acordo com as circunstâncias socio familiar e disponibilidade de programas e serviços em nível regional, estadual e municipal.

Para Volpi (2015) as medidas socioeducativas abrangem aspectos de natureza coercitiva, uma vez que pune os infratores, e aspectos educativos, no que se refere a proteção integral e a possibilidade de oportunidades, tanto de formação, quanto de informação. Ressalta-se aqui que, esses elementos, coercitivos e educativos, variam, conforme a gravidade do delito cometido e/ou sua reiteração.

Os regimes socioeducativos devem constituir-se em condição que garanta o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como de acesso à formação de valores positivos de participação na vida social (VOLPI, 2015, p. 25)

No que tange, a operacionalização das medidas socioeducativas, obrigatoriamente deve assegurar o envolvimento familiar e comunitário, até mesmo nos casos de privação de liberdade. Volpi (2015) afirma que, a estrutura de funcionamento dos programas deve contemplar a participação de grupos da comunidade, que irão contribuir com as atividades e participarão do planejamento e controle das ações desenvolvidas nas unidades de execução das medidas, propiciando a relação entre o adolescente e a comunidade.

Um outro ponto que permeia o âmbito da execução das medidas socioeducativas, seja nas unidades de aplicação ou nas atividades que envolvem os adolescentes, é o princípio da não discriminação e não estigmatização, visando que o adolescente não seja submetido à situações vexatórias ou preconceituosas pelos indivíduos que os cercam, pois essa prática acaba impedindo o adolescente de superar as adversidades na inclusão social e reforça os rótulos e estereótipos ao autor do ato infracional, algo que já é feito de forma intensificada pelos veículos midiáticos e alguns setores da sociedade.

Cabe aqui, apresentar algumas características existentes entre os meios fechado e aberto de aplicação das medidas socioeducativas. No primeiro caso, temos um ambiente homogêneo, marcado por ações repetidas e rotineiras, controlado pela vigilância, enquanto no meio aberto, manifesta-se a heterogeneidade, diversidade e multiplicidade de ambientes. (RIZZINI; SPOSATI; OLIVEIRA, 2019).

A responsabilidade do Estado pela ordenação dos dois tipos de medidas é diversa. Segundo Rizzini; Sposati e Oliveira (2019), cabe ao poder estadual, a gestão do meio fechado, onde a oferta do serviço deve ser feita, por meio de recursos públicos, possibilitando a orientação pedagógica da vivência da rotina cotidiana do adolescente. Já, a execução das MSE em meio aberto, pauta-se em uma direção que mobiliza diversas instituições, públicas e privadas, por meio de ações territorializadas de abrangência municipal. Acerca desta questão, RIZZINI; SPOSATI; OLIVEIRA, elucidam que:

A acolhida da MSE em meio aberto, pelo ente federativo municipal, repousa em responsabilidade partilhada por múltiplos agentes, públicos e privados, e é marcada pela colaboração intersetorial. Essa direção social concretiza expressões heterogêneas de responsabilidades e de possibilidades na aplicação da medida em meio aberto em todo o território nacional. Os múltiplos agentes e forças que podem atuar em direções convergentes ou divergentes, à da dinâmica do trabalho socioeducativo. (2019, p.53)

Tendo em vista, essa heterogeneidade na execução das MSE em meio aberto, cujas ações são marcadas por atores que convergem e divergem em relação ao trabalho socioeducativo realizado junto aos adolescentes, os referidos autores, sinalizam a dificuldade em qualificar o resultado dessas múltiplas experiências. Embora, a formação da

Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) para aplicação das LA e PSC esteja prevista, em todos os 5.570 municípios do Brasil, somente em 841 dos municípios, ou seja, 16% do total, isto de fato ocorreu, de acordo com os resultados nacionais do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, jun. 2018).

De acordo com o Relatório produzido a partir dos dados obtidos pela Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto realizada entre fevereiro/março de 2018, o Brasil possui 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas de LA e PSC. Esse quantitativo representa 82% de todas as medidas socioeducativas aplicadas no Brasil, estando as medidas de semiliberdade e internação, compreendidas nos demais 28%.

Cabe destacar, que a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2014) estabelece o lócus do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como o equipamento responsável pela execução das LA e PSC. É importante ressaltar que o acompanhamento das MS em meio aberto requer grandes esforços das equipes técnicas envolvidas, exigindo uma complexa articulação intersetorial, incluindo o sistema de justiça.

A partir de um debruçamento feito nas informações presentes no Relatório Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2018) é possível constatar que, do total de 92 municípios, que compõem o Estado do Rio de Janeiro, dos 91 municípios que participaram da pesquisa, apenas 24% afirmaram existir uma equipe técnica exclusiva para atendimento das MS em meio aberto, a grande maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro de acordo com a pesquisa, 62% contam com equipes genéricas, ou seja, atuam com MS em meio aberto, mas concomitante possuem outras frentes de atuação, conforme demanda do equipamento.

Outro dado relevante apresentado pela pesquisa, salienta o baixo percentual de municípios que informaram existir comissões intersetoriais do SINASE, apenas 19%. Em relação a inscrição dos serviços de meio aberto nos respectivos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de cada município, 69% afirmam que possuem inscrição. Um aspecto positivo, observados nos dados apresentados é que apenas 16% dos municípios informaram não ter elaborado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

A referida pesquisa também apresenta o quantitativo total de adolescentes que cumpriram LA e/ou PSC no ano de 2017, 4.053, onde o município do Rio de Janeiro seguido por Nova Iguaçu encontra-se no topo dessa lista com, 30% e 16%, respectivamente.

No que se refere, a operacionalização das MS em meio aberto, o relatório informa que, 88% dos municípios utilizam os CREAS como equipamento principal de atendimento das medidas, conforme determina a Tipificação dos Serviço Socioassistenciais, porém, mesmo os CREAS executando tais medidas de forma majoritária, é possível encontrar tais medidas sendo exercidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), ambos com 12% e por Órgãos Gestores

(02%), mas presentes no Noroeste fluminense e na Baixada Litorânea do Estado.

31 QUEM É O ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE M.A NO BRASIL EM GÊNERO, NÚMERO E GRAU

No ano de 1990 foi instaurada a Lei nº 8,069, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com a finalidade de estabelecer parâmetros para viabilização de direitos e proteção à criança e ao adolescente, que de acordo com o art. 2 caracteriza como adolescente a pessoa que possui de doze a dezoito anos incompletos de idade. O ECA nasce com a finalidade de subsidiar afirmações que dão relevância a proteção integral desta de crianças e adolescentes, atribuindo as devidas responsabilidades protetivas que se distribui entre família, Estado e sociedade.

O ECA, estabelece critérios para que o Estado ofereça as crianças e adolescentes que se encontram em conflito com a lei um tratamento humanizado, por meio de uma série de medidas socioeducativas.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e já apontada no item anterior só em 2018 o Brasil já apresentava o número de 117.207 adolescentes em processo de cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade.

A medida, assim cumprida, possibilita ao adolescente a oportunidade de se reconhecer e rever sua conduta, a percepção de seu papel social, a identificação de passos para a não reincidência de atos semelhantes, o seu relacionamento com a sociedade e condução ética na relação e no processo de cumprimento da medida (SILVA; TORRES, 2011).

A situação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil apresenta-se como uma desafiante questão social posta na realidade das famílias, escolas, comunidades e do Estado e para as políticas públicas direcionadas a essa parcela específica da população.

Mudanças históricas no sistema de proteção à infância no Brasil, inicia-se a partir da constituição federal de 1988, quando crianças e adolescentes são reconhecidos enquanto sujeitos de direito e não mais meros objetos de intervenção do estado, mas ainda não podemos classificar essa mudança como uma proteção plena, uma vez que nos dias atuais crianças e adolescentes vivenciam a ausência de seus direitos básicos.

De modo geral, a percepção dos autores com base nos estudos bibliográficos e documentais desta pesquisa é de que os adolescentes em medida socioeducativa, em grande maioria, caracterizaram-se como usuários de drogas, com baixa escolarização, residentes de bairros e comunidades periféricas e que apresentam domínio dos mecanismos do tráfico de drogas, renda familiar baixa, além da ausência de uma rede familiar de apoio, grande maioria formadas por famílias monoparentais, uma vez que a

família também se encontra em situação de vulnerabilidade social, observa-se que os adolescentes se conflitam com a lei, têm em comum a ausência de proteção por parte do Estado, da família e da sociedade.

Com relação à incidência de atos infracionais e aplicação de MSE por gênero, há uma já conhecida prevalência masculina no grupo. Enquanto eles (masculinos) perfazem um total de 104.143, elas (femininos) são 13.104. Os tipos de atos infracionais não diferem muito por sexo, sendo os tipos de delitos mais praticados o tráfico, o roubo e o furto respectivamente. A visível disparidade de gênero pode apontar para dois aspectos: o primeiro diz respeito à forma como uma parcela da juventude masculina é alcançada pelo sistema de justiça e por outras formas de controle, estando os jovens estão mais vulneráveis ao aliciamento pelo tráfico de drogas, às abordagens policiais e à violência de Estado. Pode-se acrescentar a esse quadro de vulnerabilidade, o machismo social e institucional.

Sendo o machismo um sistema forte e influente (estruturante) nos números expressivos de mortes de garotos e de apreensões dos mesmos, carece o Estado pensar Políticas Públicas específicas que sejam atraentes para os homens sobre masculinidades e que entendam a reprodução da violência também como a reafirmação do machismo.

Percebe-se com essa pesquisa que nos aponta para a inexorável necessidade de pensar a situação dos meninos com mais cautela e formulando alternativas de socialização sobre as questões de gênero no Brasil. O fato de serem minoria não pode constituir-se em elemento que justifique seu esquecimento dada as vulnerabilidades que as acompanham durante toda a vida, pela simples condição de ser mulher. Sendo as mulheres vistas como “naturalmente” amáveis, maternais e dóceis, o ato infracional ou crime aparece como uma negação da feminilidade ou da própria natureza da mulher, em um universo dominado por homens, as mulheres têm mais dificuldade de superar o estigma da periculosidade, pois ocupam um lugar social que não é esperado para elas, mas sim para eles.

3.1 A concepção de classe social presente nas MSE/ MA

Na contemporaneidade, a violência tornou-se um fenômeno cada vez mais implícito e nas classes subalternas essa violência se expressa com mais intensidade, aliada a vulnerabilidade social, daí vemos muitos adolescentes que entram em conflitualidade com a Lei, tentando de certa forma se manter diante as desigualdades sociais. Em uma sociedade regida por padrões de consumo, “a criminalidade não é um produto de mau funcionamento, muito menos de fatores externos à própria sociedade: é o próprio produto inevitável da sociedade de consumidores” (COSTA, 2005, p. 67).

Conforme Paula (2006), o crime atrai por vários motivos, desde a satisfação interior propiciada pelo prazer da transgressão, num extremo, até a necessidade de satisfação da fome, em outro. Para Costa (2005) a sociedade brasileira, caracterizada pela grande disparidade social, pela pobreza da maioria da população e a histórica ausência do Estado

Social, agrega-se a isso fatores que propiciam o crescimento da violência criminal e como consequência, tem-se o desenvolvimento de uma sociedade punitiva, onde se propaga enquanto solução.

Dessa forma, ao lado da histórica relação difundida entre a pobreza e a criminalidade, tem-se a culpabilização dos adolescentes pelo aumento da violência criminal, no entanto, na relação adolescência e violência, o que se pode observar é que, conforme Trassi (2006) esta pode ser vista a partir de dois pontos de vista, o adolescente como autor no cenário da violência ou como a maior vítima desta situação.

3.2 Os adolescentes atribuídos de autoria de ato infracional têm raça?

Também é preciso entender o ato infracional enquanto uma construção histórica e social, permeada por desigualdades e marcas de classe, raça e gênero, mas sabe-se que elementos de classe e raça são fundamentais para entender a dinâmica do aprisionamento e criminalização dessa juventude. Partir do pressuposto de que o racismo é uma das lógicas estruturantes da criminalização dos jovens permite olhar a questão da medida socioeducativa para além de um problema individual, mas como um complexo arranjo que tem início nos processos de estigmatização e definição de papéis sociais aos sujeitos de acordo com sua constituição fenotípica, territorial e ou de origem étnica/familiar.

Sabemos que o número de jovens negros e pardos compõem o grande quantitativo presente nas medidas de meio aberto, porém as pesquisas destinadas ao território do estado do Rio de Janeiro ainda são rasas e pouco descritivas. Resultando em um esvaziamento das produções teóricas acerca desta temática.

Temos determinadas contestações que implicam no processo de submissão sobre os nossos corpos e subjetividade e isso está atrelado a determinadas máscaras subjetivas que nos são impostas todos os dias, mas há uma máscara que nós precisamos revelar, essa é uma discussão que a autora Kilomba para que possamos entender o lugar do corpo e da existência negra na nossa sociedade e o silenciamento dessa existência que está atrelada a máscara que ainda permanece nos nossos corpos e que se materializa no nosso cotidiano. A decorrência do apagamento das nossas tradições africanas no Brasil, ocorre, pois, estamos eliminando “a parte” negra do que compõe a formação social brasileira, através de um boicote cultural do que diz respeito às tradições desta etnia; portanto aproximando-se de um ideal do processo de embranquecimento. A máscara de Flandres¹ era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. A máscara representa o colonialismo como um todo. Ela é um

¹ Máscara de Flandres era uma espécie de máscara, fabricada com folha de flandres, usada no período da escravidão no Brasil, para impedir que os escravos ingerirem alimentos, bebidas ou terra. Feitas de chapa de aço laminada, eram trancadas com um cadeado atrás da cabeça, possuindo orifícios para os olhos e nariz, mas impedindo totalmente o acesso à boca.

instrumento de contenção objetivo e subjetivo (controle do corpo e da existência).

O racismo, o preconceito, a intolerância, estruturam a forma como as relações se estabelecem na sociedade brasileira; materializam-se no convívio social, assim como no acesso, permanência e mobilidade nas instituições que a compõem e irão provocar, nos indivíduos negros, registros afetivos adversos. O conceito de “raça” usados aqui, é o de “raça social”, conforme teorizou Guimarães (1999), isto é, não se trata de um dado biológico, mas de “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”. Consideramos a raça como resultante de uma série de práticas discursivas produtoras de um “solo fértil” de significações – como o discurso racializado – e que resultam na produção de campos não-discursivos – ações, comportamentos explícitos ou implícitos – geradoras de sua permanência e insistência como definidora de um sujeito e de uma história.

O Racismo é uma forma de discriminação que leva em conta a raça como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertençam. O racismo, que se materializa como discriminação racial, caracteriza-se pelo seu caráter sistêmico e, desse modo, não pode ser definido como um ato ou conjunto de atos, mas como um processo em que as condições de subalternidade de um grupo racial e, por outro lado, de privilégios de outro, encontram condições de reprodução nos âmbito da política, da economia e das relações cotidianas. Racismo é uma lógica, pois dá sentido às mais diversas relações sociais, especialmente às de poder.

Uma vez que o Estado é a principal instituição política do mundo contemporâneo, o racismo alimenta ao mesmo tempo em que é alimentado pelas estruturas estatais. É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos se torna possível. O racismo, como processo de constituição de identidades, não está fora da lógica do nacionalismo, podendo se afirmar, inclusive, que pouco se compreenderia sobre a formação dos Estados nacionais, suas economias e suas identidades culturais sem considerar o racismo e seus efeitos.

Assim como o Estado, a subjetividade jurídica é uma derivação das condições estruturais do capitalismo, e não de “normas jurídicas”. As concepções individualista e institucionalista apenas conseguem dar conta de aspectos parciais do fenômeno da desigualdade racial, uma vez que, diferentemente da concepção estrutural, captam a discriminação racial ou mesmo a raça como “desvio” ou “anormalidade” que devem ser corrigidos pela atuação do Estado e pela aplicação do direito.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os resultados obtidos com a pesquisa, fica a inquietação, de como a questão racial é ignorada nas análises dos relatórios do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) sob a justificativa de: “O item raça não foi utilizado na pesquisa atual, pela necessidade

que o próprio SUAS tem em avançar sobre essa discussão, todavia, baseando-se no público encontrado no meio fechado, pode-se ter pistas que possibilitem uma leitura racial do cenário da LA e da PSC no Brasil”. A balbúrdia desta declaração está na postura naturalizada sobre o fato de ter havido uma colonização no país, e manifesta uma profunda desconstrução do perfil histórico que fundamenta o arcabouço teórico que irá embasar a construção sócio histórica da população negra brasileira.

Concluimos que de acordo com as reflexões sobre as medidas socioeducativas no Brasil, ainda temos uma longa caminhada no que tange a um debate aprofundado sobre gênero e classe social, e sobretudo a importância de trazer uma abordagem crítica acerca do contexto de raça e etnia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.C.A.; BOTELHO, D.A.; OLIVEIRA, A.P.B. A municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto em São Paulo (SP) e Pouso Alegre (MG). **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v.9, p.25-47, 2013.

A Família e o Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Simone-lara-da-Silveira.pdf>

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas. Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 05/12/19.

BRASIL. **Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acesso em: 05/12/2019.

Conselho Regional de Psicologia 3º Região – BA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> acesso 04.12.2019

COSTA, A.P.M. **Adolescência, violência e sociedade punitiva. Serviço Social e Sociedade.** Ano XXVI, nº 83. São Paulo: Cortez, 2005.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em <https://cartilhacrepop.crp03.org.br/a_social/medidas-socioeducativas-em-meio-aberto> acesso 04.12.2019

PAULA, P.A.G. **Ato infracional e natureza do Sistema de responsabilização**. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Org.). Justiça Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

RIZZINI, Irene; SPOSATI, Aldaíza; OLIVEIRA, Antônio Carlos de. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, José Lopes.; TORRES, Mabel Mascarenhas.. O perfil dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade em Maringá. SERV. SOC. **REV., LONDRINA**, Vol. 14, nº.1, pág. 198-221, Jul./Dez. 2011.

TRASSI, M. L. Adolescência-violência: desperdício de vidas. São Paulo: Cortez, 2006.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 2015.

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Data de aceite: 01/03/2021

Ideni Terezinha Antonello

Professora - Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina
Londrina/PR
<http://lattes.cnpq.br/4011164128230924>

Léia Aparecida Veiga

Professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina
Londrina/PR
<http://lattes.cnpq.br/9940086723504263>

Alan Alves Alievi

Professor na Secretaria Estadual de Ensino do Estado do Paraná/SEED – Núcleo Regional de Londrina
Londrina/PR
<http://lattes.cnpq.br/5542163842582113>

RESUMO: Promover a participação popular de forma efetiva tem sido um grande desafio em processos de elaboração ou revisão do plano diretor. Objetivou-se verificar e discutir sobre a participação da sociedade nos debates e nas formulações de propostas para a revisão/elaboração do PDM de Londrina (2018-2028). É uma pesquisa participante, de abordagem qualitativa e com utilização de procedimentos primários e secundários. A revisão do plano diretor de Londrina em 2018 ocorreu em diferentes etapas e verificou-se o esforço da equipe responsável em promover a participação popular por meio de fóruns. Mediante os resultados da

pesquisa constatou-se ínfima participação da população londrinense nos fóruns.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Diretor; Participação Popular; Experiência em Londrina.

THE CHALLENGE OF PARTICIPATORY EXPERIENCE IN THE REVISION OF THE LONDRINA / PR MUNICIPAL MASTER PLAN - 2018/2028

ABSTRACT: Promoting popular participation effectively has been a major challenge in the drafting or review processes of the master plan. The objective was to verify and discuss about the participation of society in the debates and formulations of proposals for the revision/elaboration of the PDM of Londrina (2018-2028). It is a participant research, qualitative approach and using primary and secondary procedures. The revision of the master plan of Londrina occurred in different stages and it was verified the effort of the responsible team in promoting the popular participation through forums. Through the results of the research it was observed a very low participation of the Londrina's population in the forums.

KEYWORDS: Master plan; Popular participation; Experience in Londrina.

INTRODUÇÃO

- Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos

cegos, Cegos que vêm, Cegos que, vendo, não vêm (SARAMAGO, 2002)

O planejamento urbano no Brasil até meados da década de 1980 estava vinculado a visão tecnicista/positivista, na qual a sociedade não tinha voz ativa, pois imperava a prerrogativa que os profissionais especializados em pensar o futuro da cidade que deveriam fazer, já que a população não teria o conhecimento para interferir nesse processo. Contudo, a Constituição de 1988 tornou-se um marco de mudança nesse paradigma, ao trazer a percepção de um planejamento urbano participativo que ganhou força com aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001).

O Estatuto da Cidade é o respaldo legal da política urbana ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, dessa forma estabeleceu as diretrizes gerais do desenvolvimento da política urbana, ao reger o plano diretor municipal como principal instrumento desta política, particularmente instituindo o planejamento e gestão democrática da cidade que está previsto no inciso II do Art. 2º, bem como prevê, no Art. 43, os mecanismos para a sua aplicação. As audiências e consultas públicas são mecanismos para garantir a gestão democrática da cidade, já que alicerçam o princípio constitucional do direito do cidadão à informação e à participação. Assim sendo, as mesmas devem ser promovidas pelo poder público com ampla divulgação. Com base nesse preceito, no âmbito municipal, as audiências públicas são obrigatórias no Legislativo Municipal para aprovação dos instrumentos de planejamento e gestão municipal como o Plano Diretor.

Mas como diz o poeta no “Ensaio sobre a cegueira” ainda vivemos em uma sociedade de cegos, “Cegos que, vendo, não vêm”, no sentido que não se pode “cegar” perante a forma de elaboração e revisão dos planos diretores municipais, uma vez que é necessário adentrar no processo participativo colocado em prática para verificar se os princípios de um planejamento e de uma gestão democrática estão criando raízes na política urbana.

Nesse contexto, a ideia central deste artigo permeia o processo participativo concretizado na revisão do Plano Diretor Participativo de Londrina de 2008, que segundo Estatuto da Cidade (2001) tem que ser revisto a cada 10 anos, assim, 2018 seria o prazo final para sua revisão e aprovação da Minuta de Lei, entretanto, encontra-se março de 2019, e ainda não ocorreu o trâmite junto a Câmara Municipal. O objetivo é verificar e discutir sobre a participação da sociedade nos debates e nas formulações de propostas para a revisão/elaboração do PDM de Londrina (2018), na perspectiva de adentrar na essência participativa e apreender se a dinâmica participativa conseguiu inserir a população de forma efetiva no planejamento urbano ou constituiu-se em uma mera formalidade perante a exigência da lei.

A questão da experiência participativa na elaboração de plano diretor é fundamental, pois tem como escopo consolidar a Leitura Comunitária, essa leitura tem que abarcar os anseios, objetivos, as necessidades da sociedade, que tem que se transformar em propostas a serem introduzidas no plano diretor, as quais tem que ser objeto de ações futuras para se atingir o princípio básico de uma reforma urbana – o direito à cidade, uma

vez que as cidades brasileiras, incluindo Londrina, são marcadas pela a desigualdade socioeconômica, por conseguinte pela segregação socioespacial. Portanto, compactua-se com Raymond (2009, p.20) ao defender que a participação “[...] existe comme revendication de ceux qui ne croient plus guère à capacite d’une autorité unique à prendre em charge, de manière cohérente et efficace, la résolution d’un problème localisé”.

A realidade da contradição socioespacial tem que ser foco do planejamento urbano e, principalmente tendo como base a “leitura comunitária” mediante a prática de “pedagogia urbana” que corresponde à necessidade de criar uma dinâmica coletiva na cidade, pautada na tentativa de eliminar a imposição técnica vinculada ao poder governamental e construir um conhecimento comum da cidade para atingir um projeto coletivo (CHARBONNEAU, 2010). Esse projeto coletivo pode ser desenhado por meio das audiências públicas que todos os cidadãos têm o direito de manifestar suas opiniões, apresentarem propostas e assinalar soluções e alternativas, ou seja, possuem o direito e o dever de participar do processo de elaboração do Plano Diretor municipal, uma vez que esse Plano se constitui na principal política de desenvolvimento urbano do município, bem como da gestão mediante a efetiva aplicação das propostas e metas presentes no PDM. Mas ao se pensar nas formas de participação social no planejamento e na gestão do espaço, sobressai a questão da real efetividade desta participação, como elucida Antonello (2017, p. 147)

É necessário, assim, que a participação social se traduza em uma pedagogia urbana que possa fomentar a criticidade em um processo educacional que não se limite ao ato da participação, mas alcance uma pedagogia do espaço vivido que assuma o significado de emancipação social, contribuindo para ampliar a democracia participativa.

A justificativa de se pesquisar e avaliar a execução do processo participativo na elaboração dos planos diretores municipais encontra-se na busca se adentrar nas formas desta participação social e contribuir para se avançar na concretização de planos realmente participativos, assim: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara” (SARAMAGO, 2002).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação dividiu-se em duas etapas a saber: a) na elaboração de um arcabouço teórico-metodológico sobre a temática da pesquisa, posteriormente a sua análise e discussão; b) a realização da pesquisa empírica que concretizou o monitoramento e a avaliação do processo participativo de revisão do PDML (2018) que ocorreu mediante a execução de estudo de campo (trabalho de campo), por meio da participação em todas as Etapas participativas colocadas em prática pelo IPPUL (Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Londrina), as quais serão descritas em um tópico específico. Considera-se que a técnica de trabalho de campo serve “[...] para garantir a autenticidade das observações coletadas e proporcionar a descoberta de realidades que escapam

às outras estratégias de investigação. Ademais, também se faz útil para a formação do cidadão” (CLAVAL, 2013, p.1). Bem como, a presente pesquisa se alicerçou nos princípios da pesquisa participante, pois os pesquisadores nos estudos de campo levaram em conta o envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade e se desenvolveu uma interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

A importância da pesquisa participante está no fato de os objetos estudados serem sujeitos e não «sujeitos de pesquisa», no sentido passivo de fornecedores de dados, mas sujeitos de conhecimento (GIL, 1991). Compactua-se com as ideias de Grossi (1981, p.55) ao colocar que “[...] pesquisa participante é um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade [...]. Portanto, é uma atividade de pesquisa, educacional orientada para a ação”. A partir desses pressupostos teóricos e metodológicos que se desenvolveu esta pesquisa, particularmente, destaca-se a preocupação em pensar o planejamento participativo como uma atividade voltada para a ação.

AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PROCESSO ELABORAÇÃO /REVISÃO DO PDM DE LONDRINA 2018

O processo de revisão do plano diretor de Londrina-PR ano 2018-2028, no tocante as etapas I, II, III e IV em 2018, foi realizado por uma equipe multidisciplinar de técnicos que atuam no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) de Londrina. Os trabalhos ocorreram pautados em objetivos e formas de organização consonantes aos indicativos do Estatuto da Cidade (2001), dando assim continuidade no seu caráter participativo, iniciado no plano diretor de 2008, quando buscou-se integrar a população bem como também avançou no sentido de englobar tanto as áreas urbanas quanto as rurais.

É fundamental destacar a questão de o plano diretor englobar o campo e a cidade, pois é comum dentre a população e grande parte dos técnicos a ideia errônea que o mesmo só abarca a zona urbana do município. Em termos de legislação, por um lado essa questão está garantida na Lei Complementar nº 5.318 que o “[...] Plano Diretor abrange a totalidade do território municipal e será o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Mas, por outro lado não há um capítulo que enfoque o rural no município, privilegiando assim a cidade em detrimento do campo, o que por sua vez acaba por reforçar a mentalidade de que o plano diretor é somente para a cidade.

Nesse sentido, buscando englobar o urbano e o rural, durante a elaboração da metodologia foram reservados momentos direcionados à participação popular em diferentes etapas de revisão do plano diretor. Na organização dos trabalhos pela equipe do IPPUL, a população manifestar-se-ia nos seguintes fóruns de participação popular: a) para avaliar e pontuar os problemas vivenciados no cotidiano (etapa II), b) para projetar melhorias necessárias, por meio de propostas (etapa III) e c) na definição dos aspectos importantes

que, posteriormente, somariam na minuta de lei (etapa IV).

E como forma de pôr em prática essa integração campo e cidade na revisão do plano diretor, a distribuição espacial dos fóruns de participação popular nas etapas II e III abarcou porções da zona urbana e dos distritos rurais de Londrina/PR. Cabe ressaltar ainda que as questões norteadoras das discussões eram do tipo aberta e direcionavam as reflexões para a realidade vivida pela população residente no distrito sede ou no aglomerado do distrito rural e nas propriedades rurais, ficando a cargo do técnico o direcionamento com maior intensidade para a zona urbana nos caso dos fóruns na cidade ou para o campo quando se tratava dos fóruns nos distritos. As questões perpassaram 4 grandes temas, a saber: atendimento social, transporte e vias de circulação, economia e meio ambiente, estrutura urbana.

A distribuição espacial dos fóruns de participação popular no território municipal foi organizada a partir do zoneamento da área urbana (norte, sul, leste, oeste e centro) e dos distritos rurais, determinando-se que alguns distritos fossem agrupados no mesmo fórum e outros com porções da zona urbana do distrito sede (Figura 1).

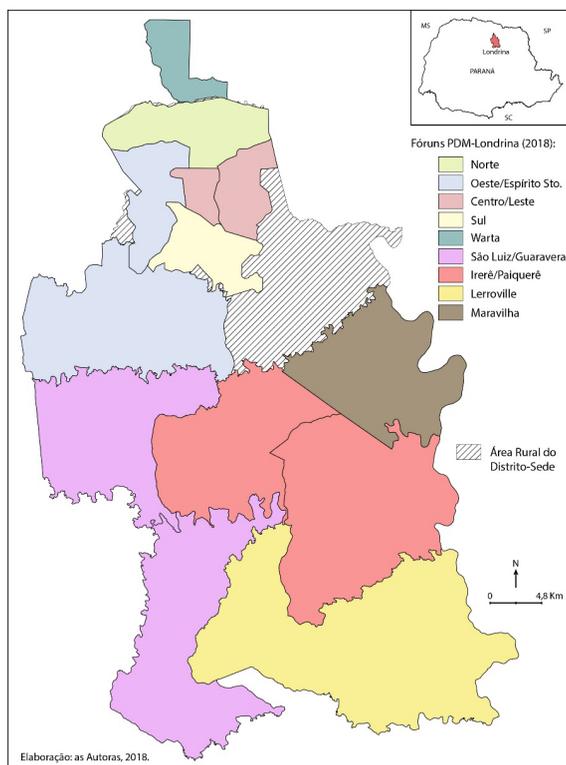


Figura 1. Porções delimitadas pelo IPPUL como as nove áreas de abrangência de cada fórum de participação popular na revisão do PDM-Ldna, 2018

Fonte: IPPUL, 2018.

Assim, para a etapa II, foram organizados 09 fóruns objetivando a realização de um diagnóstico da realidade a partir de questões elaboradas pelos técnicos do IPPUL. Mas na prática foram realizados 10 fóruns, sendo o décimo no distrito de Paiquerê. A população residente em Paiquerê, não compareceu no fórum agendado para o dia 06 de março de 2018, em conjunto com o distrito rural de Irerê.

Na etapa III também foram realizados 10 fóruns, no entanto, o distrito de Paiquerê continuou agrupado a Irerê, sendo acrescentado um fórum para o distrito Espírito Santo, que na etapa II estava no grupo da Zona Oeste da cidade de Londrina. Essa formação de um fórum para o distrito do Espírito Santo ocorreu em função da solicitação de moradores próximos a zona de amortecimento da Mata do Godoy, que alegaram ser necessário desmembrar na etapa III, o distrito Espírito Santo da Zona oeste da cidade, para assim focar em questões pertinentes aos mesmos, em que pese, a discussão sobre a criação - pelo Estado do Paraná via IAP (Instituto Ambiental do Paraná) - da zona de amortecimento da referida reserva biológica.

Em termos de estimular a participação popular efetiva de cada porção delimitada pelo IPPUL, o órgão responsável pela revisão do plano diretor 2008-2028 fez divulgação junto a mídia impressa (jornal oficial e em demais jornais que circulam em Londrina), em *websites* (site oficial do IPPUL e da prefeitura), em redes sociais (*facebook* e grupos de *whatsApp*), distribuição de panfletos (em escolas, unidades de saúde, estabelecimentos comerciais localizados em pontos estratégicos), anúncio verbal (em rádios locais e templos religiosos) e chamadas esporádicas em programas jornalísticos da TV local (em verdade, a divulgação emissoras de TV ficou comprometida devido à ausência de verba para a realização do processo de revisão do PDM de Londrina).

Em se tratando da participação popular na etapa II, compareceram nos 10 fóruns o total de 427 pessoas, desconsiderando a equipe técnica de trabalho do IPPUL que esteve presente em cada fórum da referida etapa. É possível inferir que nos fóruns de participação popular, a quantidade de pessoas da sociedade civil, grupo de acompanhamento (GA, grupo de cooperação técnica (GCT) e equipe técnica municipal foi baixíssimo quando comparado ao total de habitantes do município. O total de participantes na etapa II de levantamentos da realidade municipal, atingiu aproximadamente 427 pessoas, o que equivale em termos percentuais a 0,085% da população total municipal. Na etapa III o total de participantes (sociedade civil, grupo de acompanhamento, grupo de cooperação técnica e equipe técnica municipal) foi de apenas 462 pessoas. Ou seja, do total de habitantes do município, participaram apenas 0,091% (Dados de campo, 2018).

A constatação dessa fraca participação permanece quando se toma por base a delimitação espacial para a realização dos fóruns na zona urbana (Figura 2). A população do distrito sede e distrito Espírito Santo, somou 223 participantes na etapa II e 252 na etapa III (dados de campo, 2018), ou seja, 0,045% e 0,051% do total de 493.520 habitantes urbanos de Londrina (IBGE, 2010).

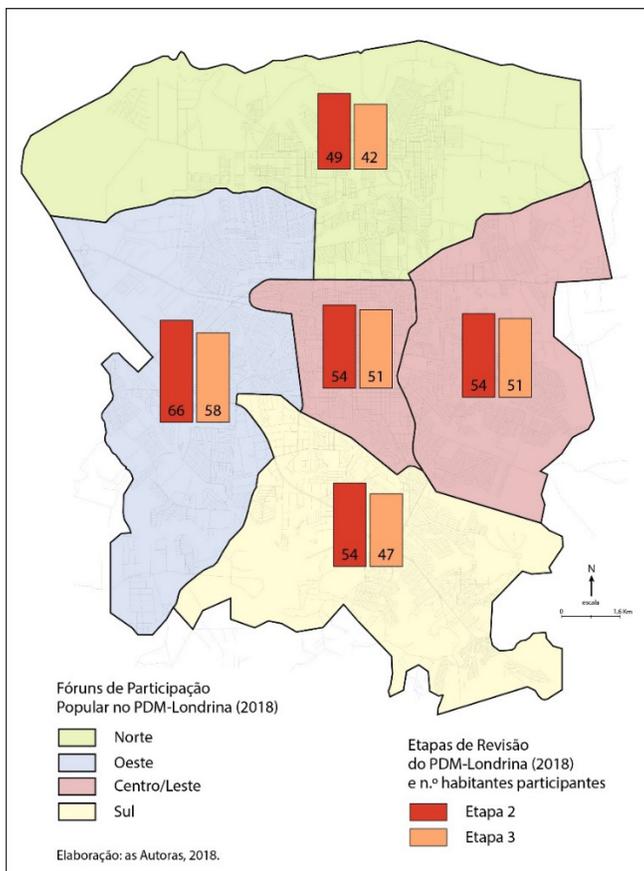


Figura 2. Participação da população por fórum realizado em cada área delimitada pelo IPPUL nas etapas II e III de revisão do PDM-Ldna, 2018

Fonte: Levantamentos de Campo, 2018.

É importante destacar que dentre os fóruns de participação popular realizados em diferentes porções do distrito sede e englobaram somente população urbana, o percentual de participação popular manteve-se baixíssimo quando comparado ao total de residentes dos principais bairros que formavam o zoneamento utilizado pelo IPPUL (Figura 2), não havendo variação significativa de um fórum para outro.

A Zona Norte que apresentava o total de 106.708 habitantes entre os cinco maiores bairros (Quadro 1), obteve a participação de 49 e 42 moradores (Figura 2) nos fóruns de participação popular respectivamente das etapas II e III, o que equivale a 0,045% e 0,039%. A zona Leste/Centro apresentou 54 e 51 participantes nos referidos fóruns, ou seja, apenas 0,054% e 0,051% dos 99.583 residentes dos oito principais bairros. E na Zona Sul dentre os 50.504 residentes em cinco bairros, participaram dos fóruns de participação popular da etapa II e III aproximadamente 54 e 47 moradores, ou seja, somente 0,106% e

0,093% do referido total.

Porção do fórum	Principais bairros	Nº de hab.	Total hab.
Zona Norte	Vista Bela*	12.000	106.708
	Parigot de Souza	23.276	
	Vivi Xavier	19.544	
	Alpes	10.603	
	Cinco Conjuntos	41.285	
Zona Leste/Centro	Lindóia	13.612	99.583
	Fraternidade	4.003	
	Antares	9.935	
	Aeroporto	12.493	
	Califórnia	12.361	
	Shangri-lá	6.601	
	Casoni	8.031	
	Centro	32.601	
Zona Sul	Palhano	7.201	50.504
	Vivendas	2.210	
	Cafezal	13.715	
	Inglaterra	8.351	
	Parque das Indústrias	19.027	

Obs. Nesse quadro não foram elencados os principais bairros da Zona Oeste pelo fato do fórum de participação popular dessa porção da cidade ter sido realizado em conjunto com os residentes do distrito rural do Espírito Santos, ou seja, mesclou moradores da área urbana e rural.

Quadro 1: Total de residentes nos principais bairros de cada porção delimitada para a realização dos fóruns de participação popular pelo IPPUL, 2018

Fonte: IBGE, 2010 e *ZANON; CORDEIRO; ARAUJO JUNIOR, 2015.

Em se tratando da participação dos moradores dos distritos rurais nas etapas II e etapa III, a população presente nos fóruns somou respectivamente 204 e 264 habitantes. Em comparativo com a população dos sete distritos (exceto Espírito Santo), com total 17.156 habitantes (IBGE, 2010), a participação popular distrital atingiu o percentual de 1,189 % na etapa II e 1,224% na etapa III. É um percentual de participação popular também considerado baixíssimo nas tomadas de decisões para os próximos 10 anos do município.

Como forma de aumentar a participação popular, a equipe do IPPUL lançou um questionário intitulado Plano Diretor Digital, ferramenta disponibilizada por meio do site do IPPUL em meio a realização da etapa II, contendo perguntas que perpassavam os temas: Atendimento social, Transporte e Vias de Circulação, Economia e meio ambiente, Estrutura

Urbana e Participação popular. Segundo dados do IPPUL/2018, cerca de 1.028 pessoas responderam o questionário *on line*, sendo desse total 28% moravam no centro da cidade de Londrina, 26% na zona oeste, 19% na zona sul, 16% na zona leste, 9% na zona norte e apenas 2% residiam nos distritos rurais e demais porções da área rural do município de Londrina.

Dentre as principais respostas destacadas pela equipe do IPPUL sobre o Plano Diretor Digital no documento disponibilizado *on line*, chama-se a atenção para o fato de 95% dos respondentes afirmarem que não tiveram dificuldades para responder as questões em termos de compreensão das frases e termos técnicos. E, no tocante as questões referentes a divulgação para a população, 80% afirmaram ter interesse em receber mais informações sobre o Plano Diretor e 65% indicaram a necessidade de ocorrer divulgação por meios de comunicação como rádio e rede televisiva (LONDRINA, 2018).

Embora a disponibilização de uma ferramenta que permita a participação por meio digital seja uma possibilidade a mais de motivar o envolvimento da população no processo de levantamento dos problemas vivenciados até o momento, a mesma não pode ser tomada como um retrato da realidade vivenciada por diferentes grupos territorializados nas porções tomadas como recorte espacial de cada fórum delimitado pelo IPPUL e sobrepor os levantamentos feitos nos encontros presenciais que apresentou menor quantidade numérica de participação. Isso porque parcela significativa da população de menor poder aquisitivo não tem acesso a essa ferramenta seja por não dispor de rede de internet seja por desconhecer os caminhos para chegar no link de acesso ao questionário ou até mesmo por falta de compreensão da importância da sua participação. Além disso há que se levar em consideração respostas não reais dadas por indivíduos que acreditam estar protegidos ao responderem via meio digital.

Os dados referentes a participação popular no processo de revisão do PDM de Londrina evidenciam que o formato padrão de chamamento para as audiências e fóruns de participação popular não tem surtido o efeito esperado, ao passo que se verifica baixíssima participação popular nos momentos de se pensar os problemas da cidade e de propor saídas no tocante ao Plano Diretor, assim como se observa que tem ocorrido o mesmo em outros momentos que demandam a participação dos munícipes, como o orçamento participativo, plano plurianual, dentre outros.

É importante pensar na criação de uma dinâmica coletiva (CHARBONNEAU, 2002) que possa no decorrer dos anos envolver técnicos e população, construindo assim um projeto coletivo no qual todos se vejam como sujeitos que vivem e produzem o território municipal, rompendo com a visão clássica/tecnicista de que a população seja desprovida de conhecimento. Faz-se necessária a busca por novos mecanismos que promovam participação popular efetiva, conforme destacado por Antonello (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trabalho de acompanhamento e participação na revisão do Plano Diretor de Londrina (2018-2028), no que tange a participação popular, verificou-se que assim como tem ocorrido em inúmeros municípios brasileiros, a população não se fez presente de forma massiva.

A fraquíssima participação popular nos fóruns de revisão do Plano Diretor de Londrina é um indicativo da necessidade da criação de mecanismos que viabilizem a participação coletiva na cidade de forma sistemática, evitando assim o momento pontual de participação somente quando será feita a revisão desse documento.

Dentre os mecanismos possíveis, a reorganização do sistema de associação de bairros pode ser uma possibilidade significativa de promoção da participação popular, desde que não seja tutelada pelo gestor público ou outros políticos, como vereadores, por exemplo.

A mobilização de comunidades escolares pode ser outro meio de estimular o senso participativo, com o desenvolvimento de projetos pedagógicos que coloquem estudantes, corpo docente e demais membros da comunidade escolar em um processo sistemático de reflexão, participação e proposição de soluções para as demandas locais, ao nível do bairro. Envolvendo para tanto, universidade pública (docentes e discentes) e educação básica, num processo horizontal de produção de conhecimento a ação, pondo em prática um efetivo projeto democrático. E no momento de revisão do Plano Diretor, do Orçamento municipal, do Plano Plurianual, envolver os jovens (ensino básico e IES) de forma significativa, valorizando os mesmos como sujeitos pensantes e que vivem a realidade municipal.

No estatuto da Cidade (2001) há o indicativo de outras formas de participação, como os conselhos municipais, dentre os quais chama-se a atenção para o Conselho Municipal da Cidade, que deve se composto por diferentes segmentos da sociedade, com destaque para os grupos populares, que podem contribuir para a construção de uma gestão democrática de fato. Uma vez que a gestão democrática é o caminho necessário para se atingir a função social da propriedade e da cidade na busca do direito à cidade para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 25 (2): 239-254, mai/ago/2013.

_____. Perspectivas dos instrumentos democráticos de planejamento e gestão do território urbano: As formas de participação da sociedade. **R. Ra'e Ga**, Curitiba, v.42, p. 133 -148, Dez./2017.

CHARBONNEAU, Jean-Pierre. **Dossier**: À école de la ville. *Revue l'Urbanisme*, 2002. Disponível em: www.revueurbanisme.fr. Acesso em 01 de maio de 2010.

CYMBALISTA, R. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 111, p.29-45, jul.dez. 2006.

CLAVAL, Paul. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Confins** [Online], 17, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GROSSI, Y. de S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

Lei Federal nº 10.257 de 10/07/2001 (**O Estatuto da Cidade**). Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder legislativo). Edição nº 133 de 11 /07/2001.

LONDRINA. **Plano Diretor Digital**. 2018. <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/RELATORIOS/ETAPA_2-CADERNO_DE_ANEXOS/PLANO_DIRETOR_DIGITAL.pdf>

RAYMOND, Richard. La «société civile» ce «nouvel» acteur de l'aménagement des territoires. **L'information Géographique**, Paris: Armand Colin, volume 73, nº 2, p.10-29, 2009.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. Companhia das Letras. 24º reimpressão, 2002.

ZANON, E. R.; CORDEIRO, S. M. A.; ARAUJO JUNIOR, M. E. Avaliação das políticas habitacionais na Região Metropolitana de Londrina-PR. **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, V. 18, N.1, p.194 - 218, JUL./DEZ. 2015.

CAPÍTULO 21

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Guilherme Gil Fernandes

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/3178600510951703>

Mikelly Bonfim Anjos

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/8002223928833695>

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/5200668557209104>

Felipe Gonçalves Moura

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/3672992290379121>

Julianny de Souza Oliveira

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/3541144858555275>

Thavane Ferreira de Almeida

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/2806356417862756>

Lara de Oliveira Carvalho

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/3633751969169637>

Pedro Henrique Rocha Chaves

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista -BA
<http://lattes.cnpq.br/0657500158343575>

Luca de Almeida Brito

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/6087398007934840>

Marília Aguiar Rodrigues

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/5303862131079503>

Alex França Andrade

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista - BA
<http://lattes.cnpq.br/2708366552122621>

Joseane Oliveira da Silva

Instituto Federal de Educação ciência e
Tecnologia
Vitória da Conquista – BA
<http://lattes.cnpq.br/2924129863852832>

RESUMO: O presente artigo trata da discussão a respeito do Pet Social, que é uma das atividades

desenvolvidas pelo grupo PET Engenharias. O Programa de Educação Tutorial (PET) realiza atividades dentro do tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo que as atividades sociais realizadas pelo grupo PET Engenharias se enquadram no tripé extensão e são desenvolvidas em instituições de apoio social através de mobilização planejada pelos integrantes do grupo. No decorrer de algumas das atividades promovidas pelo grupo dentro da instituição de ensino, como minicursos e palestra, são arrecadados itens que posteriormente atuam na culminância do PET Social. No evento de entrega dos itens arrecadados ocorrem brincadeiras, diálogos e interação entre os petianos e a comunidade visitada. Dessa forma, objetiva-se evidenciar as atividades de cunho social realizadas pelo grupo, bem como o impacto local do grupo PET Engenharias e a relevância deste tipo de atividade para os integrantes do grupo e para a comunidade interna e externa da instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Ação social; PET; solidariedade; IES.

SOCIAL ACTIVITIES AND THE PET ENGINEERING GROUP: APPROACH BY PET ENGENHARIAS IFBA GROUP

ABSTRACT: This article deals with the discussion about Pet Social, which is one of the activities developed by the PET Engenharias group. The Tutorial Education Program (PET) performs activities within the teaching, research and extension tripod, and the social activities carried out by the PET Engenharias group fall under the extension tripod and are developed in social work institutions through mobilization planned by the group members. In the course of some of the activities promoted by the group within the educational institution, such as short courses and lectures, items are collected that later act on the culmination of PET Social. In the event of delivery of the collected items there are games, dialogues and interaction between the Petians and the visited community. Thus, we seek to highlight the social activities carried out by the group, as well as the local impact of the PET Engenharias group and the relevance of this type of activity for the members of the group and for the internal and external community of the educational institution.

KEYWORDS: SOCIAL ACTION; PET; SOLIDARITY; UNIVERSITY;

1 | INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa de excelência na graduação, e seu foco é a formação contemplando os três pilares da educação, pesquisa, ensino e extensão, atendendo diversas propostas dentro da proposta de criação do grupo. Pensando em como promover atividades que promovam benefícios não apenas a Instituição de Ensino Superior (IES) o grupo PET Engenharias do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia *campus* Vitória da Conquista (IFBA) promove atividade denominada “PET Social”, uma atividade com o objetivo de promover integração e melhorar a qualidade de vida da comunidade externa.

Dentro das instituições de ensino essas atitudes são estimuladas para que o indivíduo possa adquirir uma postura proativa no sentido de influenciar as pessoas de forma positiva. Mas somente a educação institucional não é capaz de desenvolver a capacidade social do indivíduo, para isso ele precisa estar ciente dos problemas que atingem os setores mais

vulneráveis da população e buscar promover ações sociais que atendam às necessidades dessa parcela da população que por diversas razões não são servidas de políticas públicas adequadas.

Segundo Weber (*apud* Garcez, 2014) Ação social é um conceito que não precisa ser explicado, mas sim observado, Weber ainda define ação como comportamento humano de fazer, seja interno ou externo, já as ações sociais são ações desenvolvidas quando o foco do agente realizador da ação é o outro.

Segundo TELLES (2016), é por meio da atividade, do trabalho, que o sujeito transforma o contexto de que faz parte. Isso denota que o currículo com base em atividades sociais não tem como foco só o indivíduo, mas ele em sua relação com os outros no espaço em que vive.

O manual de práticas publicado pelo ministério da educação para grupos PET faz menção em seu objetivo geral que os integrantes do grupo devem ser estimulados a fixar valores que reforcem a cidadania e a consciência social. Portanto as atividades sociais desenvolvidas pelo PET Engenharias tem o intuito de promover a convivência comunitária e a consciência social do grupo, com vistas a contribuir na realização de atividades sociais voltadas para a comunidade socialmente mais vulnerável da cidade de Vitória da Conquista. Essas atividades são realizadas em caráter coletivo e interdisciplinar e são fundamentais para despertar senso de solidariedade nos discentes, promovendo um engajamento com a função social da educação

2 | METODOLOGIA

Para tornar viável a realização desse tipo de ação social, é comum solicitar a doação de alimentos ou brinquedos para o público participante das atividades promovidas pelo PET Engenharias, foram desenvolvidas atividades com crianças em estado de vulnerabilidade. A escolha do local onde são realizadas as atividades propostas é feita pelo grupo em reunião, onde são propostos lugares conhecidos pelos integrantes e tutora, tendo como critério comprometimento sério com desenvolvimento sociocultural, posteriormente é feito o contato com os locais para todos os detalhes de viabilidade sejam discutidos, como horário, qual o espaço será disponibilizado para a realização de atividades, quantas pessoas serão beneficiadas e quantas serão necessárias para a promoção da atividade.

Na instituição social é proposto um momento de interação entre os membros do grupo PET e as pessoas favorecidas, para que ambas as partes se sintam mais à vontade com a presença uns dos outros, as atividades variam de acordo com a faixa etária do público, para crianças brincadeiras populares “pega-pega”, “esconde-esconde”, “vivo ou morto” a escolha varia de acordo com o espaço disponibilizado, para públicos adolescentes e adultos é mais viável a execução de dinâmicas de conhecimentos e das relações já existentes no entre o público ali presente. Posterior a interação é realizada uma

conversa, com o objetivo de passar informações relevantes ao desenvolvimento pessoal, como mensagens motivacionais valorizando a individualidade e origem de cada indivíduo, questões de educação ambiental com o objetivo de sensibilizar e causar reflexões em relação a consumo relação com os ambientes independentemente de ser áreas rurais ou áreas urbanizada reforçando que todos os ambientes independente de qual seja tem uma relação com os indivíduos ali presentes. Por fim são distribuídos os materiais arrecadados pelo grupo PET Engenharias de forma equitativa entre os participantes e funcionários da instituição.



Imagem 1 – PET Social Finalização

Autor: Dados da pesquisa

31 CONCLUSÃO

O PET Social consiste na arrecadação e realização de doações de para comunidades carente e também da promoção da educação ambiental não-formal prevista na lei 9795/99 e entretenimento para crianças e jovens em maiores situações de vulnerabilidade, o encontro entre os petianos e os receptores da ação é intermediado por uma instituição social a qual essas pessoas frequentam ou estejam associadas. Essas doações são arrecadadas no âmbito da comunidade interna e externa da instituição de ensino, onde os petianos costumam solicitar doações diversas como taxa de inscrição para participação dos cursos

e atividades promovidas pelo grupo. O PET Engenharias prioriza a realização dessas atividades próximas a datas comemorativas para que as pessoas se sintam integradas a sociedade.

As atividades realizadas pelo PET Social são iniciativas que ajudam a transformar realidades e ampliar a visão de mundo dos petianos, além de contribuir para melhoria da qualidade de vida das comunidades que são atendidas por essas atividades. Os benefícios provocados pela realização dessas atividades são classificados em dois grupos, os benefícios para os geradores da ação e para os receptores, aos membros do PET promotores da atividade a execução de atividades causam uma sensação de bem estar, isso por que se sentem parte importante e capaz de provocar modificações à terceiros, aos receptores existem ainda mais benefícios, atividades realizadas com as pessoas, tais como brincadeiras com crianças, fazem com que elas se sintam incluídas, as rodas de conversas ou momento de troca de informação aumentam a percepção sobre um determinado tema, em geral em relação a educação ambiental ou outro assunto relevante.

REFERÊNCIAS

GARCEZ, Eliane Fioravante. WEBER, SCHUTZ E A BUSCA DE “SENTIDO” NA AÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA. **Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 63-90, jan/jun, 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2014v11n1p63/28682>. Acesso em: 17 jun. 2020.

TELES, Fabricia Pereira. Atividade social na educação infantil: organização curricular para criança em novos tempos. **Humanidades**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 506-524, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/viewFile/6035/4989>. Acesso em: 16 jun. 2020

MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 02/02/2021

Viviane Bernadeth Gandra Brandão

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas
Universidade Estadual de Montes Claros
UNIMONTES
Montes Claros - MG
<http://lattes.cnpq.br/5288006048913433>

Iara Soares de Araújo

Universidade Estadual de Montes Claros
UNIMONTES
Montes Claros-MG
<http://lattes.cnpq.br/2801691378180484>

RESUMO: O objetivo deste trabalho consiste em uma reflexão crítica entre o multiculturalismo e a educação, tendo como base esta relação de crise em uma sociedade contemporânea. Nota-se que as sociedades contemporâneas são heterogêneas, plurais, formadas por diferentes grupos e interesses divergentes, isto é, apresentam identidades culturais em conflitos. Cabe ressaltar que essas diferenças estão em permanente contato no âmbito escolar, porém muitas vezes a interação entre a cultura e os espaços educacionais são entraves para a plenitude da cidadania. Este estudo busca realizar essa reflexão com o auxílio das análises desenvolvidas por autores da sociologia e da educação de modo a ampliar a compreensão entre multiculturalismo e educação. Desse modo,

visa a contribuir para reflexões que objetiva construir espaços educacionais democráticos e plurais.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Cultural. Cidadania. Espaços Educacionais.

MULTICULTURALISM AND EDUCATION: CONTEMPORARY REFLECTIONS OF THIS CRISIS RELATIONSHIP

ABSTRACT: The objective of this work consists of a critical reflection between multiculturalism and education, based on this crisis relationship in a contemporary society. It is noted that contemporary societies are heterogeneous, plural, formed by different groups and divergent interests, that is, they present cultural identities in conflicts. It is worth mentioning that these differences are in permanent contact in the school environment, but often the interaction between culture and educational spaces are obstacles to the fullness of citizenship. This study seeks to carry out this reflection with the aid of analyzes developed by authors from sociology and education in order to broaden the understanding between multiculturalism and education. In this way, it aims to contribute to reflections that aim to build democratic and plural educational spaces.

KEYWORDS: Cultural diversity. Citizenship. Educational Spaces.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea disponibiliza múltiplas perspectivas de ação para indivíduos e grupos. No que se refere à educação e,

especialmente os espaços educacionais, o momento atual é complexo, suscitando questionamentos para pesquisadores do tema com relação à diversidade cultural. Dentre eles, podemos citar a diversidade de gênero, religiosa, etnia e dentre outras. Nesse sentido, este presente artigo, tem como objetivo realizar uma reflexão crítica acerca da relação Multiculturalismo e educação na sociedade atual.

Baseando-se tal reflexão sobre a resistência à apreensão das diferentes culturas na sociedade contemporânea globalizada que tende a fragmentar as diferenças, trazendo um ideário de homogeneização cultural. Por outro lado, ressalta-se o papel da escola com a função de democratização das relações pela via da construção do diálogo, caracterizando-se como o espaço para a reflexão sobre a diversidade cultural e o reconhecimento das diferenças, com vistas para a democratização cultural. Desse modo, evidencia-se o desafio e a crise entre a interação que deve existir escola e cultura para a promoção e construção da educação para a cidadania.

O conceito de crise, na concepção filosófica, é entendido como transformação decisiva da vida social. De acordo com Abbagnano, “a época orgânica é a que repousa num sistema de crenças bem estabelecido, desenvolve-se em conformidade com ele e progride dentro dos limites por ele estabelecidos” (1998, p.222). Dessa forma, quando há mudanças nesses padrões que a época está apoiada, inicia-se o momento de crises em todas as dimensões.

Na sociologia, caracteriza-se crise como “toda interrupção do curso regular e previsível dos acontecimentos” (CACHERO, 1986, p.284), ou seja, refere-se às situações da vida social, isto é, quando há mudanças para o bem ou mal, pois a direção é incerta. É um fator de transformações, de acordo com Cachero, “é um fenômeno de desintegração do sistema de valores; como por exemplo, tem-se o processo de urbanização e o aparecimento das massas” (1986, p.284).

A modernidade surgiu com vários movimentos que a impulsionaram, como a reforma que retirou a hegemonia católica, o humanismo que colocou o homem como centro do universo e o iluminismo, centrado na racionalidade humana. Descartes foi muito importante ao dar ao homem a concepção da racionalidade pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, por isso foi considerado pai da modernidade (HALL, 2005, p.26).

Sendo assim, a modernidade foi uma ruptura que quebrou os antigos paradigmas. Dessa maneira, ela provocou transformações na sociedade, desencadeando as crises. Os mitos, os valores, os pensamentos, as necessidades, as identidades que sustentavam o indivíduo, nesta transição de um período para o outro, acabaram perdendo a essência, por isso, decaiu e fragmentou os sujeitos. As conseqüências desse processo da modernidade estão causando nos seres humanos resultados críticos, como as crises.

MODERNIDADE E CRISE

Nas análises sociológicas da modernidade, encontramos o sentido como principal motivo do agir humano. De acordo com Berger e Luckmann (2004), é necessária a compreensão das operações gerais da consciência, pois o sentido constitui-se nela. Essa, por sua vez,

Existe somente enquanto dirige sua atenção para um objeto, par um objetivo. Este objeto intencional é constituído pelas diversas realizações de síntese de consciências e aparece em sua estrutura geral, se tratam de percepções, memórias ou imaginações: ao redor do núcleo, o “tema” do objeto intencional estende um campo temático, cercado por um horizonte aberto. No horizonte é sempre dada automaticamente a consciência da própria corporalidade, que também pode ser tematizada. A seqüência de temas inter-relacionados chamemo-los “vivências” – ainda não é significativa em si, mas o fundamento sobre o qual pode surgir o sentido. Pois, vivências que não ocorrem simples e independentemente, mas para as quais o eu volve sua atenção, ganham um grau maior de definições temáticas, tornando-se “experiências” delineadas (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.15).

O sentido é uma das formas mais complexas da consciência, pois não existe em si, mas através do objeto de referência. As experiências individuais não constituem sentidos, porém, quando um núcleo de experiência se separa da base da vivência, a consciência capta a relação desse núcleo com outras experiências, que são entendidas como: igual, diferente, ruim, bom, entre outras. Assim, formam-se os sentidos. Desse modo, a significância se constrói a partir das diferentes dimensões de sentido, e na complexidade do agir e das relações sociais, formando a identidade pessoal do indivíduo.

A formação de reservatórios históricos de sentido e de instituições alivia o indivíduo de aflições de ter de solucionar sempre novo problema de experiência e de ação que surgem em situações determinadas. Se a situação concreta for idêntica nos traços essenciais com outras constelações já conhecidas, então o indivíduo pode recorrer a patrimônios de experiências e modos de agir já familiares e ensaiados (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.19).

Uma experiência atual pode ser relacionada com outra acontecida há muito tempo. Assim, o ser humano pode solucionar os problemas através de experiências já vividas e que foram armazenadas no acervo social do conhecimento. Os sentidos que são recordados intersubjetivamente são chamados de “primários”, e podem ser usados como resoluções subjetivas de experiências.

Em processos controlados por instituições são “secundários”. Sempre algo é ignorado ou descartado, visando interesses. “Os elementos e sistemas aceitos são cortados em medida exata para transmissão as gerações futuras” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.20). Nessa perspectiva, as instituições, na modernidade, têm a função de controlar, produzir e transmitir sentidos. O indivíduo, diante disso, transforma-se em consumidor, optando pelas melhores ofertas.

As comunidades de vida possuem comunhão de sentido. Sendo assim, todo valor ou idéia que é contradita, ou seja, quando não há concordância, desencadeiam-se crises de sentido na comunidade, pois a divergência cognitiva gera conflitos.

Berger e Luckmann (2004) consideram que uma das causas dessas supostas crises vem do fato de que algumas sociedades adotaram valores uniformes, sendo esses, únicos e obrigatórios para todos. Quando há apenas uma única forma de pensar e adquirir sentido, a sociedade se torna tranquila e não existem crises.

Porém, à medida que se constroem novas alternativas de escolhas, entra-se na desestruturação, isto é, geram-se crises diante da multiplicidade de valores, que são oferecidos de maneira desordenada, na sociedade moderna. Portanto, o ser humano tem o poder de escolher qual sacia melhor seus desejos sentimentais, materiais ou espirituais.

As diversidades de interpretações, seja escatológica, salvífica ou outras, estão sendo vistas como um labirinto, porque causam incertezas. A maioria das pessoas “sentem inseguras num mundo confuso e cheio de possibilidades de interpretação e, como alguns desses também estão comprometidos com diferentes possibilidades de vida, sentem-se perdidos” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.54).

Segundo Hall (2005), o indivíduo deve ter instituições culturais nacionais, pois a nação produz sentidos porque é um sistema de representação cultural e simbólica.

Há a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Elas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, o triunfo e os desastres que dão sentido a nação (HALL, 2005, p.52).

Esses simples acontecimentos é que dão sentido à existência humana. Na modernidade, a desintegração, a fragmentação e o pluralismo de interpretações vão influenciar nas narrativas de origem, nos materiais simbólicos e ritualísticos, causando, desta forma, as crises existenciais e a desorientação no mundo.

De acordo com Berger e Luckmann (2004), é a estrutura básica da sociedade que gera as crises. Estas possuem duas características: a diferenciação estrutural (economia, administração e direito) e o pluralismo. Sendo assim, a sociedade não pode mais procurar resolver os problemas baseando na igualdade, uma vez que na atualidade assiste-se à fragmentação cognitiva dos indivíduos e a divergência dos mesmos. Dessa forma, uni-los é causar conflitos.

CRISE DE IDENTIDADE NA SOCIEDADE MODERNA

De acordo com Hall (2005), as questões envolvendo a identidade estão sendo muito discutidas na teoria social. Para este autor, as transformações do mundo estão refletindo nas identidades pessoais, destruindo a idéia do ser humano integrado. Essa perda é chamada

de deslocamento ou descentração do sujeito. “Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui-se uma “crise de identidade” para o indivíduo” (HALL, 2005, p.9). O autor descreve três concepções de identidades: a primeira é o sujeito do iluminismo, no qual a pessoa humana é vista como centrada, unificada, dotada de razão, consciência e ação. Esta concepção é determinada como “individualista”, pois o “centro” pertence ao sujeito e a sua identidade.

Em seguida, tem-se o sujeito sociológico, em que o núcleo interior dele consistia na relação dialética com outras pessoas que mediavam os valores, sentidos e símbolos. Dessa maneira, identidade é formada do diálogo entre o eu e a sociedade. Segundo Berger e Luckmann “a identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (1985, p.228). Nesse contexto, a formação e a conservação da identidade são determinadas pela estrutura social, sendo essa identidade derivada da dialética indivíduo/ sociedade.

A terceira concepção descrita por Hall (2005), diz respeito ao sujeito pós - moderno possuidor de várias identidades definidas historicamente, “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (2005, p.12).

O indivíduo pós-moderno assume a identidade de acordo com o momento, pois esta não é mais uma característica biológica. Nota-se assim, que a sociedade moderna sofre mudanças constantes e rápidas. Nesse sentido, a figura do indivíduo, segundo Hall (2005), é isolada, exilada e alienada. As culturas nacionais de origem se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural, porém são formadas no interior da representação. “As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global” (HALL, 2005, p.69). Essa é uma das conseqüências da globalização sobre a identidade. Salienta-se, também, que as identidades híbridas estão tomando o lugar das nacionais, enfraquecendo-as.

As identificações globais começam a apagar as culturas locais, pois, “na medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2005, p.74). Segundo o autor, foi o consumismo que gerou esse efeito de “supermercado cultural”.

Nesse contexto, a globalização cultural desencadeia o hibridismo. Segundo Canclini (2008) as culturas são de fronteira, e essa visão facilita a perda de identidade, por ela ser um laboratório intercultural.

Quando me perguntam por minha nacionalidade ou identidade étnica, não consigo responder com uma palavra, pois minha “identidade” já possui repertórios múltiplos: sou mexicano, mas também sou chicano e latino-americano. Na fronteira me chamam de “chilango” ou de “mexiquillo”; na

capital, de “pocho” ou “norteno”, e, na Europa, de “sudaca”. Os anglo-saxões me chamam de “hispanica” ou de “latinou” e os alemães me confundiram em mais uma ocasião com turco ou italiano (CANCLINI, 2008, p.324).

Na modernidade, os indivíduos assumem diversas identidades, e isso gera crises. Para Canclini (2008), os meios de comunicação podem contribuir para superar a fragmentação, porque eles estabelecem redes de comunicação e apreendem o sentido social e coletivo dos acontecimentos urbanos. Dessa forma, a mídia é mediadora e substituta de alguns diálogos coletivos tradicionais.

PLURALISMO E EDUCAÇÃO

Faz - se relevante o reconhecimento do pluralismo cultural. Nesse sentido, propomos a práxis deste estudo no ambiente educacional, uma vez que a educação lida com o pluralismo e desenvolve as dimensões humanas, preparando o indivíduo para a cidadania,

educar significa, então, capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar a resposta do que pergunta, significa formar para autonomia. A escola, no ideal de Sócrates deveria instituir-se toda ela em torno da autonomia. Seu método: Diálogo. O discípulo é quem deve descobrir a verdade. Portanto, a educação é auto-educação (GADOTTI, 2000, p.10).

Para Gadotti (2000), a escola cidadã parte da autonomia, isto é, o aluno que deve correr atrás do conhecimento. Segundo a pedagogia de Rousseau, a infância tem um lugar primordial na ordem educacional da vida humana, pois desde o nascimento estamos inseridos no processo educacional. Ela ocupa lugar central na pedagogia moderna. Para ele, é preciso estimular a criatividade, fazer com que haja uma educação com autonomia. “A educação é um processo aberto, conhece-se o ponto de partida de cada um, não se sabe o ponto de chegada” (STRECK, 2004, p.29). Esse processo depende dos talentos, da dedicação, das oportunidades e de outros fatores que favorecem o desenvolvimento do indivíduo. Dessa maneira, aprender e ensinar faz parte da natureza humana.

Conforme Rousseau, a educação é um processo individual. Contudo, a sociedade vê essa teoria como egocêntrica. O educador deve ensinar ao aluno a ser independente, a pensar e julgar por si só. Nesse sentido, educa-se com autonomia (Cf. STRECK, 2004). A palavra autonomia vem do grego e significa capacidade de autodeterminar-se, de auto realizar-se, de “*autos*” (si mesmo) e “*nomos*” (lei), significa autoconstrução. Para Gadotti, “não existe autonomia absoluta, ela sempre está condicionada pelas circunstâncias. Portanto, a autonomia será sempre relativa e determinada historicamente” (GADOTTI, 2000, p.10).

Quando, a educação é baseada na autonomia, o professor aprende muito mais em sua realidade diária do que na preparação escolar. Através do processo de alfabetização, o homem terá consciência do mundo em sua dimensão crítica, procurando mudar a realidade, pois somente ele pode fazer isso. Quanto mais alfabetizado mais apto estará para ser um

denunciador e transformador da realidade (Cf. FREIRE, 2007).

Conforme Gadotti (2000), autonomia é muito importante no processo de socialização, sendo uma preparação para a vida do cidadão. “O educador deve levar os educandos a perceberem a relação entre os conteúdos e a realidade” (FREIRE, 2007, p.47). A educação para autonomia deve desenvolver nos alunos a visão crítica, realista e presente, permitindo que o universo social esteja em sintonia com a escola. Dessa forma, o professor deve criar possibilidades para a criatividade do educando. Logo, exercer a tarefa docente não é apenas ensinar conteúdos, é fazer com que eles sejam conectados com a realidade social.

Conforme Silva “educar é ensinar e compreender, experimentar e respeitar as diferenças” (2004, p.10). Sendo assim, o professor deve auxiliar e estimular o diálogo intercultural, pois quando há conhecimento existe o respeito. Nesse sentido, concordamos com Silva, quando ela comenta que reconhecer a diferença é o ponto chave para a paz e progresso humano (Cf. SILVA, 2004, p.10).

Podemos inferir que, a escola é o espaço propício para fundamentar questões, como a educação, para a diversidade e cidadania. Respeitar as tradições culturais implica em verdadeira democracia, e, cabe aos professores estabelecer as mediações entre as culturas. Toda essa discussão apresentada tem como consequência a alteridade, a humanização e a verdadeira cidadania, que são pontos nos quais a escola procura agir e questionar, juntamente com toda a sociedade e ambiente educacional.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a pluralidade cultural é um tema transversal, “é um imperativo de trabalho educativo voltado para cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural– traço bem característico da nossa história de país colonizado-quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação” (SEEHABER E MACHADO, 2007, p.85).

A complexidade da interação entre escola e cultura é uma questão desafiadora. Reconhecer a existência do multiculturalismo é admitir que por algum tempo fossem silenciados, conforme os autores citados acima. Retratar a experiência do pluralismo é a descoberta da própria identidade. Logo, o trabalho envolvendo o multiculturalismo inclui culturas discriminadas e constrói uma escola democrática.

A educação intercultural não surge somente por “razões pedagógicas, mas por motivos sociais, políticos, ideológicos e culturais”. Pois cresce, nas últimas décadas, a consciência das diferentes culturas presentes no tecido social brasileiro, cultural essas que, por pressão social de seus movimentos articulados (consciência negra, indígena, movimentos feministas, sem terras, etc.), tendem a seu reconhecimento e valorização. Nesse sentido, segundo Candau, a desnaturalização da cultura escolar dominante nos sistemas de ensino se faz urgente. Buscam-se assim, caminhos para incorporar a diversidade cultural no cotidiano escolar (SEEHABER E MACHADO, 2007, p.86).

Segundo os autores, o reconhecimento do outro é uma necessidade humana, já que

o ser humano existe a partir da vida social. Para existir o respeito, à diversidade, na escola, é preciso que todos sejam reconhecidos como iguais em dignidade e direito, porém, os autores nos chamam a atenção para o fato de que devemos considerar as diferenças que existem entre os indivíduos e os grupos.

Nesse contexto, nota-se que as sociedades contemporâneas são heterogêneas, plurais, formadas por diferentes grupos e interesses divergentes, isto é, apresentam identidades culturais em conflitos. Dessa forma, cabe ressaltar que essas diferenças estão em permanente contato. Assim sendo, os diferentes são obrigados a se encontrarem e permanecerem em convivência. Nessa perspectiva, encontraremos essas situações rotineiras no âmbito escolar. “As idéias multiculturalistas discutem como podemos entender e até resolver os problemas gerados pela heterogeneidade cultural, política, religiosa, étnica, racial, comportamental, econômica, já que temos que conviver de alguma maneira” (SEEHABER E MACHADO, 2007, p.86). Dessa maneira, as escolas devem trabalhar nessas perspectivas.

A compreensão acerca do significado do conflito e da diferença é imprescindível. John Daniel, Diretor Geral do Adjunto de Educação da UNESCO, vê esta questão como inquietude e desafio da realidade,

o aprender a viver juntos não deveria basear-se na falsa conjectura de que se pode criar um mundo livre de conflitos, sem diferenças nem antagonismos. Deveremos adquirir melhores conhecimentos sobre a natureza do conflito, assim como maiores aptidões para manejar os conflitos, a fim de que estes não degenerem em violência ou opressão. Deveremos aprender a aceitar a realidade das características distintas de outros povos e o fato de que, provavelmente, eles não mudarão somente para nos agradar. Aprender a viver com o outro implica o direito que um povo tem de continuar sendo o “outro” (UNESCO, 2002, p.27).

O mundo não pode ter ausência de conflitos, uma vez que é habitado por seres humanos. Esses são seres ambivalentes, limitados e pretensivos, partindo-se do princípio antropológico. Assim sendo, a epistemologia do conflito se dá, também, no plano sociológico, cognitivo e filosófico. Nesse contexto, o mundo apresenta-se de maneira paradoxal e complexo. Dessa maneira, há tendências para a diversidade ou para unidade, visto que existe tensão entre ambos.

Dessa forma, como conciliá-los? Em primeira instância nota-se que esse fato gera a alteridade e a diversidade trazendo pensamentos e elementos comuns e divergentes. Em segunda instância, depreende-se que o outro é estranho, possui coisas novas, e é irredutível. O desconhecido gera atitudes de curiosidade ou receio. Assim sendo, o medo cria rejeição e, conseqüentemente, o preconceito. Postula-se que a aproximação é o primeiro passo para o diálogo. Nesse contexto, quando não existe diálogo, há ignorância. Sendo assim, no diálogo, nenhuma diferença é anulada, todos são escutados. Nessa perspectiva, o respeito subjaz o princípio ético e o valor normativo.

O diálogo, embora paradoxal, é o caminho de conhecimento da realidade do outro. Ele pode ser visto como meio de socialização. De acordo com Buber (2001), o homem deve se dirigir ao outro, estabelecendo relação de pessoa para pessoa, ou seja, encontro pessoal. Dessa maneira, o Eu- Tu é descoberto e presidido através da reciprocidade. Para Buber, a própria existência do homem é dialógica, em que o âmbito da relação se faz através da linguagem. Quando as pessoas da sociedade dão prioridade ao *eu*, tornam-se narcizistas e egoístas. Quando a prioridade é os *outros*, teremos o altruísmo. É preciso defender o *nós*, uma vez que é a relação do diálogo, própria do ser humano, adotada em países comunistas. Porém, no Brasil, trabalha-se na perspectiva do *eu*, devido ser um país capitalista, onde a sociedade atende às necessidades do ego.

Reconhecer a diferença é o ponto chave para a paz e o progresso humano (Cf. SILVA, 2004, p.10). Ao reconhecer a diversidade, o reflexo será a alteridade, a humanização e a cidadania, sendo esses os pontos pelos quais a escola procura agir e proporcionar. Propõe-se, dessa forma, um diálogo intercultural, em que a mediação do professor é um importante instrumento para o ensino do respeito, do convívio e da ação para a cidadania, buscando através da tolerância e valorização do pluralismo a construção para a democracia. Dessa maneira, partindo do ambiente escolar, os reflexos se desencadearão em cidadãos conscientes. Sabe-se que a ética começa diante da alteridade do outro.

Gadotti (2000) propõe uma escola unificada, em que se respeite às diferenças locais regionais e multiculturais. Sendo assim, essas idéias estão ligadas à teoria da educação popular. Nesse contexto, pode-se inferir que a escola pública autônoma é democrática e a popular tem caráter comunitário.

Nesse âmbito, nota-se que a violência étnica, a ignorância, a marginalização cultural, a intolerância religiosa e o desrespeito aos direitos humanos são traços do mundo atual.

Convivência é um conceito surgido ou adotado na América Latina para resumir o ideal de uma vida em comum entre grupos culturais, sociais ou politicamente muito diferentes, uma vida em comum viável, um “viver juntos” estável, possivelmente permanente, desejável por si mesmo e não somente por seus efeitos. No mundo anglo-saxão convivência costuma ser traduzida por *coexistence*, que descreve a vida em paz de uns com os outros, especialmente como resultado de uma opção deliberada. Precisamente, como opção contrária a guerra, contém uma ligeira conotação de resignação na hora de aceitar o outro (MOCKUS, 2002, p.93).

Conviver é chegar juntos com o objetivo de aproveitar e aprender com as diferenças. Para conviver é preciso tolerar a diversidade, sendo esse o desafio básico. Mockus explica que a tolerância e a diversidade implicam hoje em: ter identidade, conservá-la sem negar ou excluir a identidade do outro, aceitação da distinção de grupos ou tradições, sendo que, na sociedade encontramos projetos diversos.

A ausência da violência implica na exclusão de ações violentas para a resolução de assuntos religiosos, filosóficos e sociais. Dessa maneira, o autor propõe algumas

soluções para tornar viável a tolerância à diversidade e excluir o uso da violência. Nesse contexto, ele chama essas medidas de “regras em comum”, sendo elas: “a) regras culturais compartilhadas, b) um quadro constitucional e legal explicitamente adotado, c) convenções internacionais” (MOCKUS, 2002, p.96). Para ele é necessária a disposição compartilhada pela grande maioria, para celebrar e cumprir acordos.

Para deixar de ver na diferença um perigo e passar a ver nela uma ocasião para o mútuo conhecimento, para mútua ampliação de perspectivas, são necessárias também e crucialmente essas regras comuns e essa boa disposição para os acordos. Além da mútua tolerância e ausência de violência, a convivência sugere processos de construção e estabilização desses “viver juntos”: em seu conteúdo máximo, conviver poderia significar harmonizar os processos de reprodução econômica e cultural (MOCKUS, 2002, p.96).

O autor conclui que, a convivência consiste em superar o divórcio entre lei, moral e cultura. Nessa perspectiva, a capacidade de cumprir acordos, respeitando a diversidade é chamada de convivência cidadã.

Devemos ver e perceber na diferença a oportunidade para o crescimento e para a ampliação dos conhecimentos. Sendo assim, a cultura cidadã é aumentar o cumprimento de normas de convivência, levando os outros a cumprirem acordos pacíficos de normas. Respeitar é, nesse sentido, considerar com atenção, é como um primeiro momento do reconhecimento. “Onde há cidadania, qualquer encontro entre desconhecidos, é antes de tudo, um encontro entre cidadãos” (MOCKUS, 2002, p.111). Acreditar no potencial de entender o outro sem restrições é a base do respeito ao cidadão. Dessa forma, o respeito baseado na consciência de igualdade é a ponte central da construção para a boa convivência.

De acordo com Mockus, a diversidade é a riqueza humana que pode ser aproveitada de maneira fértil e sustentável. É imprescindível que na preservação das diferenças se desenvolva o contato, o diálogo e o intercâmbio. Sendo assim, a educação para a cidadania é urgente nos sistemas de ensino. Como educar para a diversidade? Podemos enfatizar a educação cívica e a formação cidadã através do diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do povo brasileiro é diversificada, visto que há pluralismo cultural. O pluralismo é marcado pela relação com o outro, sendo a primeira relação consigo mesmo, a segunda com o outro, e a terceira com o mundo. Nesse ambiente, o multiculturalismo ensina que reconhecer a diferença é aceitar e acolher a idéia de que existem grupos que são diferentes entre si, mas os direitos entre si são correlatos.

Dessa maneira, a convivência em sociedade democrática depende do acolhimento de que não pode existir exclusão de elementos, isto é, os conflitos e valores devem ser negociados pacificamente, a fim de que, a diferença seja respeitada. A sociedade está em

constante mudança.

Portando, considera que é preciso a escola adaptar-se para contribuir com os alunos a enfrentarem essas transformações, por meio da criação de possibilidades reflexivas a respeito das crises modernas e da globalização cultural, propiciando o respeito à diversidade, e o entendimento acerca dos conflitos interculturais, cognitivos, filosóficos e sociais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNAMO, Nicola. Crise. In: *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins fontes, 1998.

BERGER, Peter. LUCKMANN. *A Construção da Realidade*. 6ª ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1985.

_____. *Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentidos: Orientação do homem moderno*. Trad. Edgar Orth- Petrópolis-Rio de Janeiro: vozes, 2004.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo, Centauro, 2001.

CACHERO, Luis Afonso. Crise. In: NETO, Antônio Garcia (Coord). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

CANCLINI, Néstor Garcia. Poderes Oblíquos. In: *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza. 4ª ed,3ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a pratica educativa*, 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-Modernidade*. Trad. Tadeu da Silva. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOCKUS, Antanas. Convivência como harmonização da lei, da moral e da cultura. In: *Aprender a Viver Juntos: educação para integração na diversidade*. Trad. José Ferreira. Brasília: UNESCO, IBE, SESI, UnB, 2002. P.93-120

SILVA, Eliane Moura da. Religião Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *Revista de Estudos da Religião*, nº 4/ 2004 p.1-14.

SEEHABER, Líliliana; MACHADO, Leo Marcelo. Cultura cidadania e Ensino Religioso. *Revista Religião e Cultura*. São Paulo: n.11 p. 83-96, Jan/Jun, 2007.

STRECK, Danilo. *Rousseau & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 31/12/2020

Luana Fernandes Silva Paes

Universidade Federal de Viçosa – UFV
Viçosa – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/5354604018477231>

Simone Caldas Tavares Mafra

Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora no Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da UFV
Universidade Federal de Santa Catarina
University of Texas Medical Branch
Texas, EUA
Viçosa, Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0003-2247-2327>

Mariana de Paula Oliveira

Universidade Federal de Viçosa – UFV
Viçosa – Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0001-6883-8553>

Reinaldo Antônio Bastos Filho

Professor do departamento de Administração da Universidade Estadual de Minas Gerais, UEMG
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Viçosa – Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0002-8790-6117>

RESUMO: O envelhecimento da população é considerado um fenômeno consolidado no Brasil. Assim, em 2050, 64 milhões de brasileiros estarão acima de 60 anos, o que representará cerca de 30% da população. Considerando que as pessoas idosas não possuem mais a família

como sendo os garantidores do bem-estar, questiona-se: “de que maneira se constitui a rede de apoio da mulher idosa que reside sozinha, no que diz respeito às relações de cuidado?”. Para responder a essa pergunta, tem-se como objetivo a descrição de qual é a principal rede de apoio nas relações sociais de cuidado da mulher idosa que reside sozinha no bairro Bom Jesus na cidade de Viçosa-MG e quais os tipos de apoio que as mesmas oferecem. Concluímos com este estudo que as mulheres idosas possuem como principal rede de apoio a família e a vizinhança e que o principal tipo de apoio ofertado por essas duas redes é o apoio psicológico.

PALAVRAS-CHAVE: Rede egocentrada; Relações de cuidado; Feminização do cuidado; Redes sociais de apoio.

CONFIGURATION OF CARE THROUGH SOCIAL NETWORKS TO SUPPORT ELDERLY WOMEN LIVING ALONE

ABSTRACT: The aging of the population is considered a consolidated phenomenon in Brazil. Thus, by 2050, 64 million Brazilians will be over 60 years old, which will represent about 30% of the population. Considering that the elderly no longer has the family as the guarantors of well-being, the question is: “how is the support network of the elderly woman living alone established, regarding care relationships?” To answer this question, the objective of this study is to describe what is main support network in social relations of care of elderly women living alone in the Bom Jesus neighborhood in the city of Viçosa-MG and what types of support they offer. We conclude

with this study that older women have as their main support network family and neighbors and that the main type of support offered by these two networks is psychological support.

KEYWORDS: Egocentered network; Relationships of care; Feminization of care; Social support networks.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi construído a partir dos resultados obtidos da pesquisa intitulada como: “*Configuração do cuidado entre mulheres idosas que residem sozinhas: uma análise a partir da perspectiva da rede egocentrada*”, realizado por Paes (2019) como Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa.

O envelhecimento da população é considerado um fenômeno mundial, deste modo a pirâmide etária brasileira também vem passando por alterações, nas quais o crescimento de pessoas idosas por ano, está acima de 4% entre os anos de 2012 e 2022, ultrapassando os 19,6 milhões existentes em 2010, com projeções para chegar em 73,5 milhões em 2060 (IBGE, 2015).

Cabe destacar que no presente artigo consideraremos pessoas idosas cuja idade é igual o superior a 60 (sessenta) anos, subsidiados pela Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, regulamentado na legislação brasileira.

Diante dessa nova realidade etária do Brasil, Andrade (2011) declara que com o aumento da expectativa de vida, as pessoas idosas vem enfrentando problemas que vão para além de questões biológicas, relacionando-se à aspectos sociais, uma vez que elas passam a serem percebidas como desprovidas da capacidade de desenvolverem e constituírem suas próprias relações pessoais.

Por sua vez, Mota (1999) destaca que as mulheres idosas, independente da classe social, tendem a viverem a velhice sozinhas, e quando necessitam de algum tipo de apoio acabam tendo que recorrem às instituições. Isso ocorre devido à desigualdade social associadas aos efeitos do envelhecimento e as mudanças nas práticas sociais relacionadas à convivência entre gerações. Quando essas mulheres idosas residem com os seus cônjuges, tem-se grande chances delas se tornarem a cuidadora dos mesmos, devido à diferença de expectativa de vida entre homens e mulheres. Contudo, Goldani (1999) nos mostra que é visível a diferença de gênero dentro das relações de cuidado, sendo esse caracterizado como uma atividade essencialmente feminina.

De acordo com o estudo de Whitaker (2010), as redes familiares já não garantem mais totalmente o bem-estar e os cuidados para com as pessoas idosas, devido às mudanças nas práticas sociais relacionadas à convivência entre gerações, como já citado por Mota (1999), o que as levam a ficarem sozinhas e/ou procurarem suporte em outras redes de apoio (WHITAKER, 2010).

Diante do exposto, este estudo é considerado muito relevante por se tratar de uma

temática em emergência, que são as análises das redes sociais de apoio sob à perspectiva das relações de cuidado e apoio as pessoas idosas. Uma vez que no Estado brasileiro não há uma política pública que seja voltada para o cuidado de pessoas idosas, a família acaba por ser a principal cuidadora e única rede a responder às demandas por elas colocada, o que as deixa sobrecarregada, surgindo-se então necessidade de intervenção de outras redes sociais de apoio.

Sendo assim, este estudo buscou verificar e descrever qual é a rede que está apoiando essas mulheres idosas que residem sozinhas no bairro Bom Jesus na cidade de Viçosa - MG, no que diz respeito às relações de cuidado, e quais os tipos de apoio que elas oferecem. Utilizou-se a análise das redes sociais secundárias informais, sob a perspectiva da rede egocentrada, para a obtenção dos resultados deste estudo. Obtivemos como resultado que a família ainda é a rede mais demandada para cuidar dos idosos e a principal ofertante de apoio. Porém, essa não foi a única, pois a sociabilidade da vizinhança mostrou-se em emergência, como uma importante rede de apoio das pessoas idosas em estudo. Em relação aos tipos de apoios que mais são ofertados o psicológico está em destaque, pois é com a família e com os vizinhos que as idosas em estudo, recorrem quando necessitam.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Kalache (2015) no Brasil o envelhecimento populacional é um fenômeno consolidado, uma vez que a previsão nos mostra que até o ano de 2050 o número de pessoas acima de 60 anos poderá chegar a 64 milhões, representando cerca de 30% da população. Esse crescimento é favorecido pelo aumento da expectativa de vida, bem como da redução das taxas de fecundidade de natalidade, o que ocasiona um rápido crescimento da população com 60 anos ou mais e uma queda brusca na parcela da população jovem.

Conforme nos mostra os dados do IBGE (2018) os brasileiros que nasceram no ano de 2017 possuía a expectativa média de vida em torno dos 76 anos, o que representa um aumento de três meses e onze dias de vida a mais, em relação a uma pessoa que nasceu em 2016. Outro dado importante é com relação ao tempo de vida das mulheres, que em 2016 era de em média 79,4 anos, passando para 79,6 em 2017. Esses números se destacam quando comparados à expectativa de vida dos homens que em 2016 era 72,2 anos e em 2017 subiu para 72,5. Contudo podemos concluir que a maior parcela da população idosa é do sexo feminino. Tal conclusão é reforçada pelos dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, que nos mostra que dos 20,6 milhões de pessoas idosas no Brasil, as mulheres representam um total de 11,4 milhões, equivalente a 55,3% da população idosa brasileira (IBGE, 2010).

Diante do perfil etário da população brasileira, o processo de envelhecimento

de uma pessoa, independentemente do seu sexo, está diretamente relacionado a uma ação do tempo sob aspectos biológicos, ocasionando quedas das capacidades físicas, podendo tornar esse indivíduo vulnerável psicologicamente e socialmente. Então o fato de se envelhecer com qualidade, passa a não estar mais relacionado somente com o tempo cronológico, mas sim passa a ser considerado com êxito a partir do momento em que, mesmo na velhice, consigam atender as suas próprias necessidades cotidianas, bem como obter realizações no âmbito pessoal e familiar (CAMARANO, 2004).

Os homens e as mulheres são impactados pela velhice de forma distintas, uma vez que nessa etapa da vida elas se tornam mais vulneráveis, não somente em aspectos relacionados ao físico/motor, mas principalmente são acometidas por vulnerabilidades relacionadas ao psicológico, que são provenientes da viuvez e do isolamento social (LIMA; BUENO, 2009). Somando-se a esses aspectos, questões relacionadas ao fato da mulher possuir menor nível de escolaridade, por conseguinte menor renda do que os homens, o seu papel social dentro da família passa a ser visto como menos importante, uma vez que a concepção dessa “importância” está diretamente relacionado ao fator renda, a ela é designada como sendo a responsável pelo cuidado, seja ele para com descendentes e/ou ascendentes (NERI, 2010).

Diversos autores como Chaves *et al.*, (2009), Luchesse *et al.*, (2014), Lourenço *et al.* (2014), Amaral *et al.*, (2015), Silva *et al.*, (2018), corroboram com a ideia de que a baixa escolaridade, baixa renda e o fato de tenderem a residirem sozinhas devido a viuvez e/ou divórcio, acabam por influenciar negativamente a saúde mental. Almeida *et al.*, (2015) complementa dizendo que todos esses fatores se associam a maior risco social, pois as mulheres, principalmente as idosas, constituem um importante elo de ligação entre a rede de apoio familiar.

De acordo com Concone *et al.*, (2015) as mulheres idosas são auto cuidadoras e também possuem a função de cuidar de outros familiares. Segundo os estudos de Pinquant e Sorensen (2007) os cuidados para com idosos tendem a ocorrer seguindo uma escala de hierarquização, onde os primeiros a ofertarem é a rede familiar próxima (parentes de primeiro grau), para posteriormente se estenderem aos parentes mais longes (de segundo grau) e às redes de amizades próximas. Estes estudos evidenciam também que a grande maioria da demanda do cuidado são supridas por pessoas do sexo feminino, caracterizando-se assim o cuidado como essencialmente uma atividade feminina.

Contudo, as interações familiares são as principais fontes de apoio das pessoas idosas, podendo essas interações serem consideradas como potencializador da qualidade de vida e saúde dos mesmos, favorecendo lhes resiliência. O suporte social oferecidos pelas redes de colegas de trabalho, na ajuda ofertada pela família e também por amigos, assim como a inserção e participação em grupos que faz com que esse idoso tenha um engajamento social, auxiliando no suprimento da demanda por suporte social (GALICLIOLI; LOPES; RABELO, 2012). Segundo Stedile, Martini e Schmidt (2017) as relações de amizade

são percebidas como sendo muito importante durante o processo de envelhecimento, pois atua como uma rede que possibilita a criação e ampliação de vínculos.

A principal função das redes sociais de apoio é fornecer suporte social aos indivíduos que as compõem, sendo esses de diversos tipos, desde transações interpessoais, até apoios específicos que são oferecidos por grupos, pessoas ou instituições. Contudo, essas redes são caracterizadas por oferecerem não somente apoio, mas também versam sobre as relações sociais e suas respectivas características. As redes sociais são divididas em dois grupos, sendo eles as redes de apoio formal e as redes de apoio informal. As redes sociais de apoio formal são compostas por instituições que são geridas pelo Estado ou setor privado e do Terceiro setor. Já a rede de apoio informal é composta pelos familiares, amigos e vizinhança da pessoa idosa (MARQUES *et al.*, 2010). Sendo assim Fraquinello e Marcon (2011) nos permite assinalar que a principal finalidade que as redes de suporte social possui é contribuir para a qualidade de vida e bem-estar das pessoas idosas, mediante às trocas relacionadas ao campo afetivo e social, podendo promover inclusive a saúde dessas pessoas idosas que as compõe.

As redes de apoio social são compostas por grupos de pessoas que se relacionam entre si, trocando informações e serviços, apoio emocional e recursos financeiros. Essas redes possibilitam aos seus atores a ampliação da sua rede, maximizando as oportunidades e auxilia também na manutenção da sua identidade social (SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006).

Para Martins (2005) as redes de suporte social são de suma importância durante a velhice, pois é ela quem auxilia a pessoa idosa nos momentos difíceis, minimizando os impactos que as perdas e as limitações naturais causam nessas pessoas. Essa rede funciona como mecanismo de valorização e apoio, e para além são fonte de informação, de ajudas sejam elas físicas e/ou financeiras, envolvem também trocas afetivas e proporcionam a interação social. Esses auxílios proporcionados pela rede acabam por si só melhorando o bem-estar e a qualidade de vida, tornando-os menos susceptíveis a situação de abandono.

Autores como Marques (2010) e Marques e Bichir (2011), analisam as redes a partir dos seus atributos, devido a serem fortemente influenciadas pelos recursos econômicos, processos migratórios e educacionais, a segregação e a geografia urbana, e pela carga de experiência acumulada ao longo da vida. As principais dimensões consideradas ao realizar a análise de redes, são os atributos, como o Homofilismo e o localismo, e também os vínculos, sendo estes os laços fracos e os laços fortes.

Considera-se a homofilia como sendo a relação que evidencia os atributos que os indivíduos possuem em comum. Esse tipo de atributo é de suma importância, pois indivíduos com atributos diversificados, tendem a transmitir com mais frequência, diferentes tipos de informações e de recursos materiais e imateriais. Outro atributo importante é o localismo, pois diz respeito à quantidade de indivíduos que moram perto do ego, o que acaba por destacar a maior ou menor proximidade localização geográfica das esferas de sociabilidade

que são desenvolvidas juntos às famílias, amigos e vizinhos (MARQUES; BICHIR, 2011).

Wasserman e Faust (1994) nos dizem que para analisar as redes a nível estrutural, é necessário calcular métricas que permitem comparar as redes entre si e inferir sobre o seu determinado grau de coesão, densidade, centralidade e o tamanho da rede. Essas, por sua vez, está relacionada com a capacidade e velocidade da propagação de informação pelos nós.

Portugal (2006) classifica a rede social pessoal como sendo uma rede egocentrada, abrangendo todo um conjunto de vínculos, englobando as amizades, os colegas de trabalho e frequentadores dos mesmos espaços comunitários, não se limitando somente à família – nuclear ou extensa. Nesse tipo de rede o foco é em um determinado nó pessoal, que é denominado como o *ego*, sendo este o objetivo principal da investigação. Os *alteres* são os nós próximos e que mantém relações diretamente com o *ego*. Desse modo, a característica mais relevante desse tipo de rede, é a possibilidade de obtenção dos indicadores de centralidade e de proximidade entre um nó individual (*ego*) e os seus nós mais próximos (*alteres*) e que estão diretamente ligados ao nó central (BORGATTI, 2005; HANNEMAN; RIDDLE, 2005).

As redes egocentrada são analisadas a partir da perspectiva das relações sociais do *ego*, sendo ele a dar informações sobre o nome dos amigos, familiares e pessoas próximas, tendo possibilidade de chegar a alguma pessoa que até então não havia nenhuma outra ligação. Sendo assim, a partir das redes egocêntricas é possível caracterizar todos os membros da rede (McCARTY, 2002).

Contudo, as redes sociais de apoio é um importante para o processo de integração social e apoio psicológico, auxiliando no desenvolvimento da identidade pessoal, minimizando as vulnerabilidades e maximizando as oportunidades. As redes egocêntricas são as que mais ofertam apoio as pessoas idosas, pois são os *alteres* que ofertam o apoio mais rapidamente quando necessário (SILVA, 2014).

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na cidade de Viçosa, MG localizado na Zona da Mata Mineira, possui 299,418 km², a sua população em 2019 é de 79.388 pessoas e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no ano de 2010 é 0,775 (IBGE, 2010). De acordo com Cruz (2014), ao comparar a estrutura etária da população, observa-se que entre os anos de 2010 e 2013, houve uma tendência ao envelhecimento, pois em 2010, 11% da população correspondiam às pessoas com 60 anos ou mais, e em 2013, a população idosa, chegou a 17% da população total.

Os sujeitos de pesquisa foram 17 mulheres idosas que não apresentaram déficit cognitivo e mental, que não estavam sob tutela e que residiam sozinhas no bairro Bom Jesus do município. As mulheres foram encontradas por meio do auxílio da Unidade Básica

de Saúde (UBS) do bairro.

De acordo com Cruz (2014) o bairro Bom Jesus é uma das regiões com maior número de moradores, contendo 2.849 domicílios com 9.738 moradores, sendo a densidade do número de moradores por domicílio de 3,42 pessoas. Do número total de residentes 5.205 são mulheres, correspondendo um pouco mais de 53% da população. Em relação a faixa etária, em termos absolutos, o bairro possui o maior número de pessoas idosas, cerca de 1.943 pessoas, representando 20% da população.

Para a coleta dos dados utilizou-se o questionário de análise de redes sociais, onde objetivou-se identificar os tipos de apoios que são ofertados à pessoa idosa em estudo, quem é essa pessoa ofertante, a sua idade, o grau de frequência com que ela realiza esse apoio, o sexo, bairro de residência e o tipo de vínculo existente entre eles.

Na análise dos dados quantitativos obtidos a partir da aplicação dos questionários da análise de redes sociais, utilizou-se o software *Ucinet*®, que nos permitiu calcular vários indicadores, entre os principais podemos relacionar a Densidade da rede; o Grau de centralização, e o Grau de intermediação.

Tal pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Viçosa, cujo número Certificado de Apresentação de Apreciação Ética é 15780619.2.0000.5153, e o número do parecer de aprovação é 3.519.972.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere à faixa etária da população estudada 17,65% encontra-se dentro da população mais longeva, e a maioria encontra-se dentro das faixas etárias de 60-79 anos, com 41,18% respectivamente. Com relação à cor, a maior parte é composta por mulheres negras (35,29%), seguida da cor branca (29,41%). Já o nível de escolaridade dessas mulheres é baixo, pois 23,53% são analfabetas funcionais e outros 23,53% possuem o ensino fundamental incompleto, apenas 5,88% possuem ensino médio completo. Referente ao estado civil 60,33% das idosas são viúvas, seguida de 41,18% separadas e 11,76% são solteiras. Ao considerarmos a renda, 58,82% da população estudada possui renda de um salário mínimo, e 23,53% não possui nenhuma renda. Com relação ao número de filhos, a maioria possui dois filhos, e em segundo lugar, estão as que têm três filhos, apenas 5,88% possui um filho, o que implica diretamente o número de dependente.

Ao analisar as redes de apoio das 17 mulheres que residem sozinhas no bairro Bom Jesus, foi levado em consideração as seguintes variáveis: Tamanho da rede; Densidade; Grau de centralização; Localismo; Homofilismo (Tabela 1) Tipos de sociabilidade; e os Tipos de apoio.

Como pode ser observado, percebe-se que as redes de apoio das mulheres residentes no bairro Bom Jesus são pequenas e mais locais, onde a maior rede possui quinze nós, e a menor quatro nós. Este resultado corrobora com os trabalhos de Marques

(2010) e Marques e Bichir (2011) que afirmam que geralmente as redes de apoio de pessoas com menor poder aquisitivo são menos e mais locais do que de pessoas com um poder aquisitivo mais elevado. Ou seja, pode-se afirmar que pessoas vivem em locais com menos acesso, tem redes menores e mais locais em relação a pessoas que vivem em locais com uma melhor condição socioeconômica.

De acordo com Wasserman e Faust (1994) a densidade demonstra a quantidade de ligações que existem na rede no que se refere ao número total de possíveis ligações. A partir daí podemos concluir que na medida em que a densidade de uma rede aumenta maior será a sua coesão. Sendo assim, podemos afirmar que onze das dezessete redes possuem cem por cento de densidade, ou seja, todas as pessoas estão conectadas umas com as outras, sendo está uma rede densa e coesa.

No que se refere ao tamanho, a mesma possui uma média de 7,7% nós por rede, variando de quatro até quinze nós. Esses nós são considerados os atores que compõe uma rede, compondo as relações sociais existentes na mesma (WASSERMAN; FAUST, 1994). As redes analisadas são em sua grande maioria composta por pessoas, somente quatro tem a presença de instituições.

Marques e Bichir (2011) compreendem que uma rede homofílica é aquela em que os seus nós possuem atributos em comum. Sendo assim, as redes presentes neste estudo são consideradas homofílicas de sexo, ou seja, o atributo em comum entre as respondentes foi o fato do maior número de nós serem mulheres.

Outro atributo essencial é o localismo, uma vez que ele diz a respeito da quantidade de nós que residem próximo ao entrevistado, o que leva a evidenciar onde moram as principais pessoas que compõem a rede. (MARQUES; BICHIR, 2011). Consideramos que as redes estudadas são localistas, pois dez das dezessete são compostas em sua maioria por pessoas que residem no mesmo bairro que a respondente.

Código Entrev.	Densidade	Tamanho N° de nós	Homofilismo (sexo)	Localismo	Nó (pessoa)	Nó (instituição)
1	100%	5	Sim	Sim	3	2
2	100%	4	Sim	Não	4	0
3	81%	15	Sim	Não	15	0
4	80%	10	Sim	Sim	10	0
5	89%	8	Sim	Não	8	0
6	100%	4	Não	Não	2	2
7	100%	7	Sim	Sim	7	0
8	76%	7	Sim	Sim	7	0
9	100%	10	Sim	Sim	10	0
10	100%	8	Sim	Sim	7	1
11	100%	4	Sim	Não	2	2

12	100%	5	Sim	Não	4	0
13	100%	11	Sim	Sim	9	2
14	92%	7	Sim	Não	7	0
15	94%	9	Sim	Sim	9	0
16	100%	7	Sim	Sim	7	0
17	100%	10	Sim	Sim	10	0

Tabela 1 – Descrição das redes
 Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao analisarmos os dados obtidos a partir dos tipos de sociabilidade, percebemos que a família e a vizinhança, seguido da amizade, são os tipos de sociabilidades que mais prevalecem nas dezessete redes estudadas. Sendo assim essas são as que mais oferecem apoio às mulheres idosas do bairro. Muito embora uma entrevistada tenha citado a amizade como o tipo de sociabilidade mais importante, não podemos considerar isso como sendo a via de regra, mas sim como uma das principais sociabilidades. Essas mulheres também possuem poucos auxílios profissionais, o que pode ser explicado pelo fator aquisitivo, que acaba por impossibilitar que as mesmas tenham a possibilidade de contratar serviços profissionais para as auxiliarem em suas tarefas diárias. Encontramos a sociabilidade formal, que são as instituições que ofertam serviços relacionados ao cuidado da saúde e também a prática de exercícios físicos, com os objetivos de melhorar a qualidade de vida, tanto física quanto mental dessas idosas.

No tocante, aos tipos de apoio este estudo nos possibilitou evidenciar quais são os principais tipos de apoio que ocorrem para com as mulheres idosas estudadas. O principal apoio presente no cotidiano das pesquisadas é o apoio psicológico, onde elas destacam a importância da família e da vizinhança para o seu bem-estar emocional, pois são essas duas sociabilidades que oferecem apoio nos momentos mais difíceis. O segundo apoio mais citado foi o afeto, seguido da confiança, pois é ela quem possibilita à essas mulheres terem intimidade para com os nós de sua rede, levando-as a trocas de confidências, conversas sobre assuntos íntimos e o desabafo.

Apoios como cuidado com a saúde também aparece com maior frequência, em relação aos demais, como por exemplo, o apoio espiritual e o apoio religioso. Outro apoio importante no bairro é vigiar a casa, pois quando elas precisam se ausentar de seus domicílios, são os familiares, os vizinhos e os amigos que “tomam conta” da residência. Contudo, podemos concluir que os apoios mais ocorrentes estão relacionados com a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais. Sendo assim, a família, os vizinhos e os amigos formam uma rede para ofertar subsídios às demandas por diversos tipos de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos possibilitou conhecer e compreender a composição das redes sociais de apoio, no que diz respeito as relações de cuidado, das mulheres idosas que residem sozinhas no bairro Bom Jesus.

Ao realizarmos a análise das redes sociais de apoio dessas mulheres idosas, concluímos que elas possuem uma média de 7,7 nós por rede, variando de quatro até quinze nós. No tocante, ao sexo, constatamos que as redes são homofílicas, pois o atributo em comum entre as respondentes foi o fato do maior número de nós serem mulheres. Outro ponto é o localismo, uma vez que ele diz respeito a quantidade de nós que residem próximo ao entrevistado, o que leva a evidenciar que os nós citados moram próximo à respondente.

Encontramos dois principais tipos de sociabilidade, sendo eles a família e vizinhança. Em seguida aparece a amizade como sendo a sociabilidade mais importante para essas idosas, pois são esses os que mais oferecem apoio. Essas mulheres também possuem poucos auxílios profissionais, o que pode ser explicado pelo fator aquisitivo, que acaba por impossibilitar que as mesmas tenham a possibilidade de contratar serviços profissionais para as auxiliarem em suas tarefas diárias. Encontramos a sociabilidade formal, que são as instituições que ofertam serviços relacionados ao cuidado da saúde e também a prática de exercícios físicos, com os objetivos de melhorar a qualidade de vida, tanto física quanto mental dessas idosas.

Em síntese, concluímos assim que o presente estudo está de acordo com os demais estudos de análise de redes no que diz respeito as relações de cuidado, pois a maioria das literaturas existentes, apontam a família como a principal relação social que é responsável pelo cuidado das pessoas idosas e a principal ofertantes de apoio. Porém, esta pesquisa nos mostrou a emergência da sociabilidade vizinhança, uma vez que comparadas com a sociabilidade família, apresentam o mesmo grau de importância nas relações sociais das pessoas idosas estudadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. V. et al. A Feminização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 1, 2015.

AMARAL, T. L. M. et al. Qualidade de vida e morbidades associadas em idosos cadastrados na Estratégia de Saúde da Família do município Senador Guiomard, Acre. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 18, n. 4, 2015

ANDRADE, M. A. R. Estigma e velhice: ensaios sobre a manipulação da idade deteriorada. **Revista Kairós Gerontologia**, 2011. n.14, v. 1, p. 79-97.

BORGATTI, S. **Ego Networks**. Boston: Boston College, 2005. Disponível em: < <http://www.analytictech.com/Essex/Lectures/EgoNetworks.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020

CAMARANO A. A. (Org.). Conceito de Idoso. In: CAMARANO, A. A. *et al.* (Org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2004. Cap. 1. p. 04-26.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CHAVES, M. L. *et al.* Incidence of mild cognitive impairment and Alzheimer disease in Southern Brazil. **Journal of geriatric psychiatry and neurology**, v. 22, n. 3, p. 181-187, 2009.

CONCONE, M. H. V. B. *et al.* Viúvas idosas: O que muda após a morte do marido doente?. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 18, n. 3, p. 265-293, 2015.

FAQUINELLO, P.; MARCON, S. S. Amigos e vizinhos: uma rede social ativa para adultos e idosos hipertensos. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, [S.L.], v. 45, n. 6, p. 1345-1352, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO).

GALICLIOLI, T. G. P.; LOPES, E. S. L.; RABELO, D. F. Superando a viuvez na velhice: o uso de estratégias de enfrentamento. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 15, p. 225-237, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2017, **expectativa de vida era de 76 anos. 2018.** Editoria: Estatísticas Sociais.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

KALACHE, A. Prefácio. In: SILVA, E. P.; MAFRA, S. C. T. (Org.). **Envelhecimento no Brasil: o retrato da diversidade.** Visconde do Rio Branco: Suprema Gráfica e Editora Ltda, 2015.

LOURENÇO, T. M. *et al.* Independência funcional em idosos longevos na admissão hospitalar. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 23, n. 3, 2014.

LIMA, L. C. V.; BUENO, C. M. L. B.. Envelhecimento e Gênero: A vulnerabilidade de idosa no Brasil. **Revista de Saúde e Pesquisa**, v. 2, n. 2, p. 273-280, 2009.

LUCCHESI, R. *et al.* Prevalence of common mental disorders in primary health care. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 27, n. 3, p. 200-207, 2014.

MARQUES, F. *et al.* Apoio Social em idosos institucionalizados. **Gestão e Desenvolvimento**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 2, p. 99-121, jan. 2010.

_____; BICHER, R. Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Novos Estudos – CEBRAP**, N.90, p. 65-83, 2011.

MARTINS, R. M. L. A relevância do apoio social na velhice. **Millenium**, 2005. 31, p. 128- 134.

McCARTY, C. Structure in personal networks. **Journal of social structure**, v.3 n.1 p.20, 2002.

NERI, A. L. Desafios ao bem-estar físico e psicológico enfrentados por idosos cuidadores no contexto da família: dados do Fibra Campinas. In: Camarano, A. A. (org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010. p. 303-336.

PAES, L. F. S. **Configuração do cuidado entre mulheres idosas que residem sozinhas: Uma análise a partir da perspectiva da rede egocentrada.** 2019. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

PORTUGAL, S. **Novas famílias, modos antigos:** as redes sociais na produção de bem-estar. Coimbra: [s.n], 2006. Tese de doutoramento.

PINQUART, M.; SÖRENSEN, S. Correlates of physical health of informal caregivers: a meta-analysis. **The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences**, v. 62, n. 2, p. P126-P137, 2007.

SILVA, J. M. **Perfis de redes sociais pessoais de idosos com e sem apoio de respostas sociais:** Um contributo para o desenvolvimento de tipologias no Diagnóstico Social (dissertação de mestrado). Instituto Superior Miguel Torga, Portugal. 2014.

_____, P. A. S. *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados entre idosos de um município do Brasil. **Ciência & Saúde coletiva**, v. 23, p. 639-646, 2018.

SIQUEIRA, A. C.; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO, D. D. A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. **Revista Interamericana de Psicologia**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 149-158, ago. 2006

STEDILE, T.; MARTINI, M. I. G.; SCHMIDT, Beatriz. Mulheres idosas e sua experiência após a viuvez. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 327-343, 2017.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network Analysis, Methods and Applications**, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1994.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Em 2016 enquanto devolutiva do processo de doutorado implantou o Projeto de extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS (em vigência) na Universidade de Pernambuco – UPE, orientando discentes e Residentes na área de saúde na modalidade de extensão universitária, desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230

Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021